

**ANÁLISE DO DISCURSO DIGITAL:
dicionário das formas e das práticas**

Todos os direitos desta edição reservados a Pontes Editores Ltda.
Proibida a reprodução total ou parcial em qualquer mídia
sem a autorização escrita da Editora.
Os infratores estão sujeitos às penas da lei.
A Editora não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta publicação.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo - SP)

P337a Paveau, Marie-Anne.

Título original: *L'analyse du discours numérique: dictionnaire des formes et des pratiques*. Ed. Hermann, 2017.

Análise do discurso digital: dicionário das formas e das práticas / Marie-Anne Paveau;

Organizadores: Julia Lourenço Costa e Roberto Leiser Baronas.

1. ed.– Campinas, SP : Pontes Editores, 2021.

il.; quadros; fotografias.

Inclui bibliografia.

Título original: *L'Analyse du discours numérique: Dictionnaire des formes et des pratiques*.

ISBN: 978-65-5637-162-7

1. Análise do Discurso. 2. Dicionário. 3. Interação Social. 4. Mídias Digitais. 5. Redes Sociais. I. Título.

II. Assunto. III. Paveau, Marie-Anne. IV. Costa, Julia Lourenço. V. Baronas, Roberto Leiser.

Bibliotecário Pedro Anizio Gomes CRB-8/8846

Índices para catálogo sistemático:

1. Filologia - Linguística. 400

2. Dicionários. 413

3. Análise do discurso. 401.41

Título original: *L'analyse du discours numérique: dictionnaire des formes et des pratiques*

© 2017, Hermann, 6 rue Labrousse, 75015, Paris - France

www.editions-hermann.fr

Copyright © 2021 Dos organizadores

Coordenação Editorial: Pontes Editores

Editoração: Eckel Wayne

Capa: Emely Larissa

Revisão: Sírio Possenti e Ana Raquel Mota

PARECER E REVISÃO POR PARES

Os capítulos que compõem esta obra foram submetidos
para avaliação e revisados por pares.

CONSELHO EDITORIAL:

Angela B. Kleiman

(Unicamp – Campinas)

Clarissa Menezes Jordão

(UFPR – Curitiba)

Edleise Mendes

(UFBA – Salvador)

Eliana Merlin Deganutti de Barros

(UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná)

Eni Puccinelli Orlandi

(Unicamp – Campinas)

Gláís Sales Cordeiro

(Université de Genève - Suisse)

José Carlos Paes de Almeida Filho

(UnB – Brasília)

Maria Luisa Ortiz Alvarez

(UnB – Brasília)

Rogério Tilio

(UFRJ – Rio de Janeiro)

Suzete Silva

(UEL – Londrina)

Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva

(UFMG – Belo Horizonte)

PONTES EDITORES

Rua Dr. Miguel Penteado, 1038 - Jd. Chapadão

Campinas - SP - 13070-118

Fone 19 3252.6011

ponteseditores@ponteseditores.com.br

www.ponteseditores.com.br

2021 - Impresso no Brasil

Esta página em branco simboliza nosso minuto de silêncio pelas vítimas da pandemia de Covid-19. Sobretudo as do Brasil, que tiveram suas vidas ceifadas pela inépcia e pelo negacionismo da ciência por parte daqueles que deveriam conduzir as crises sanitária, política e social no país.



SUMÁRIO

PREFÁCIO	13
APRESENTAÇÃO DA EDIÇÃO BRASILEIRA	19
INTRODUÇÃO	27
ALGORITMO.....	39
AMBIENTE.....	49
AMPLIAÇÃO.....	53
ANÁLISE DO DISCURSO DIGITAL.....	57
CIBERVIOLÊNCIA DISCURSIVA.....	61
COMENTÁRIO.....	97
COMPÓSITO	119
COMUNICAÇÃO MEDIADA POR COMPUTADOR.....	123
COR	131

CORPUS DIGITAL NATIVO	135
DESLINEARIZAÇÃO	145
DUALISMO DIGITAL	151
ECOLOGIA DO DISCURSO.....	159
ENUNCIADOR DIGITAL.....	163
ESCRITA DIGITAL.....	179
ÉTICA DO DISCURSO DIGITAL.....	195
EXTIMIDADE	211
HASHTAG	223
HIPERTEXTO.....	239
IMPREVISIBILIDADE.....	249
INTEGRIDADE CONTEXTUAL.....	255
LEIS DO DISCURSO DIGITAL	259
MEMÓRIA TECNODISCURSIVA.....	267
PRODUSO	289
PSEUDONIMATO	295

RELACIONALIDADE.....	311
TECNODISCURSO RELATADO.....	315
TECNOGÊNERO DE DISCURSO.....	323
TECNOGRAFISMO.....	333
TECNOLOGIA DISCURSIVA.....	363
TUÍTE.....	369
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	383
SOBRE A AUTORA.....	407
SOBRE OS/AS TRADUTORES/AS	409



AGRADECIMENTOS

Tenho que primeiramente agradecer as leitoras e leitores do meu blog de pesquisa no qual eu comecei o livro em 2012, *Tecnologias discursivas* e os colegas da rede, no Twitter especialmente, que leram e comentaram as publicações e o projeto de um livro on-line. Entre eles, Marc Jahjah, que me incentivou à redigir um livro e apresentou meu trabalho à Milad Doueïhi, que me acolheu num coletivo onde minha concepção de Linguística se sente bem. Obrigada a vocês dois, Marc e Milad, por serem os pesquisadores absolutamente e constantemente gentis e entusiastas que vocês são.

Agradeço também às/aos participantes do meu curso sobre textos e discursos digitais na Paris 13, que durante seis anos, de 2011 a 2017, debateram constantemente e enriqueceram as minhas propostas, e em particular às amigas e amigos de Frépillon, que se reconhecerão neste agradecimento; minhas reflexões e meus passos fora da doxa teórica e metodológica da análise do discurso devem muito a eles. Obrigada também aos linguistas *fora da caixa*, que compreendem a mudança sem medo, em especial Laetitia Bibié-Émerit, Christine Develotte, Yosra Ghills, Eni Orlandi e François Perea.

Francine Mazière e Françoise Gadet sem dúvida não sabem a que ponto nossos almoços-cursos contribuíram com o meu trabalho, e eu as agradeço.

Obrigada enfim ao Yasser, o gato-leão, que aceitou, sem saber, ser o sujeito do meu primeiro e sem dúvida único lolcat, e sobretudo por ter acompanhado a finalização um pouco dura da redação deste livro

Marie-Anne Paveau
Montreuil, 31 de julho de 2017.



PREFÁCIO

Começo este texto agradecendo o honroso convite que gentilmente me foi feito pelos organizadores Julia Lourenço Costa e Roberto Leiser Baronas para prefaciар a tradução deste seminal Dicionário. Embora árdua a tarefa de prefaciар esta obra, dado que antes de fazê-lo, para melhor compreendê-la, revisei tecnicamente com meu grupo Prottexto da Universidade Federal do Ceara (UFC) linha a linha todos os 31 verbetes, mais a introdução, foi um trabalho que me deu muita alegria e a possibilidade de entrar em um campo de estudos que além de inovador é verdadeiramente inquietante.

Este não é um tecnoprefácio. Não exatamente porque este termo não existe (já que a tecnolinguagem poderia ainda lhe dar um estado de presença), mas porque, embora tenha sido elaborado por meio de um notebook e tenha recorrido a inúmeros arquivos de consulta, não se trata de um gênero digital nativo, e sua principal mídia de circulação é o impresso. Este prefácio não se fez pela composição híbrida das unidades languageiras on-line, por isso não se ambientaliza em um tecnodiscurso. Ele foi elaborado para se estabelecer em contexto pré-digital, e para se constituir em um gênero que, não obstante seja “destacável” e tenha autonomia de circulação, foi pensado para dar corpo a um livro - o presente dicionário sobre análise do discurso digital.

Este magnífico e revolucionário Dicionário da pesquisadora Marie Anne Paveau, da Université Paris XIII, é composto por em 31 verbetes, mais a introdução, todos relacionados, como num nó borromeano, ou como num cálculo argumentativo, para defender a ideia de que língua e usos discursivos se integram num verdadeiro compósito, e de que os recursos languageiros só devem ser examinados em seus ambientes de

produção. O sumário dispõe os seguintes verbetes, além da **Introdução, Algoritmo, Análise do discurso digital, Ampliação, Comentário, Comunicação mediada por computador, Compósito, Corpus digital nativo, Cor, Ciberviolência discursiva, Deslinearização, Dualismo digital, Ecologia do discurso, Escrita digital, Enunciador digital, Ambiente, Ética do discurso digital, Extimidade, Hashtag, Hipertexto, Imprevisibilidade, Integridade Contextual, Leis do discurso digital, Memória tecnodiscursiva, Produso, Pseudonimato, Relacionalidade, Tecnodiscurso citado, Tecnogênero de discurso, Tecnografismo, Tecnologia discursiva e Tuíte.**

Quando a natureza compósita dos textos em uso é considerada dentro de seu ambiente tecnológico, diversos aspectos precisam, necessariamente, ser contemplados, além daqueles que as análises textuais e discursivas costumam observar, por exemplo. Com esse posicionamento teórico-metodológico, a autora reforça - e radicaliza - a concepção bastante atual de muitos estudos do texto e do discurso de que não procede mais a dicotomização entre o linguístico e o “extralinguístico”.

Adotando a noção de ambiente como alternativa crítica à de contexto (tomado, em análise do discurso, a depender da abordagem como condições de produção ou condições de possibilidade ou ainda de exteriores do discurso, somente para ficar em três abordagens), Marie-Anne Paveau inscreve sua proposta numa perspectiva pós-dualista, pela qual nada pode ser pensado numa dicotomia entre objetividade e subjetividade, mas, sim, num *continuum*. Assim, ao passo que os dados de tela possam parecer apenas objetivos e técnicos, os dados baseados nos usuários da máquina são inteiramente afetados pelas subjetividades dos “internautas-escritores”.

Perpassa todo o dicionário a reivindicação epistemológica de uma análise ecológica do discurso digital, plenamente coerente com os estudos decoloniais, que poderia pôr em causa a estabilidade de vários outros conceitos, como o de coordenadas da enunciação, de texto, de gênero, de referência dêitica, de heterogeneidade enunciativa, para mencionar apenas alguns, aqui mencionados à revisitação.

Em sua escrita, muitas peculiaridades do funcionamento tecnodiscursivo vão sendo apresentadas ao longo das definições em cada verbete, mas todas supõem a condição fundamental da hipertextualidade. Como bem aponta a autora, a hipertextualidade é “uma característica estrutural dos discursos digitais que modifica sua linearidade, faz conexões entre os textos-fonte e os textos-alvo, tornando o texto aberto a outras potencialidades” (p. 139).

A hipertextualidade é o poder ubíquo da linguagem de se espriar pelos mais diferentes espaços na sua expressão empírica mais observável. É, de fato, a hipertextualidade que condiciona o caráter compósito (híbrido) dos tecnosígnos dos textos em ambiente digital. Sim, desde já, textos a serem observados no plural, textos sempre relacionáveis a outros, classificáveis como tecnogêneros, por reiterarem práticas discursivas e sociais tipificadas. Desse modo, os tecnogêneros precisam ser analisados pela contínua relacionalidade com outros, que, por vezes, se agrupam em hipergêneros dentro de uma mesma interação.

Segundo Paveau, os processos de compartilhamento de dados e de disseminação viral dos textos on-line requerem modos bem diferentes de produção, de formulação e de circulação dos enunciados em contexto. Os textos hipertextuais não organizam sua materialidade cotextual do mesmo modo que o fazem os textos da oralidade e os da escrita pré-digital, porque são orquestrados para uma exibição não linear, possibilitada pelos links e pela relacionalidade imprevisível. Além dessas características, ressalta a autora que os textos digitais nativos “se inscrevem, no sentido material do termo, num universo em que nada é esquecido e que é percorrido por ferramentas de busca e de redocumentação: eles são, portanto, investigáveis, ou seja, localizáveis e coletáveis para eventuais menções, utilizações, repetições etc.” (2017, p. 59). Seria a luta da memória finalmente vencendo o esquecimento?

A tecnologia discursiva favorece, assim, uma explosão criativa de textos coproduzidos com a máquina, e com ela social e individualmente relacionados. Ao que Paveau chama de “enunciação ampliada”, numa espécie de aumento imprevisível do texto, nós tomamos, em Linguística

Textual, por uma ampliação dos diálogos intertextuais e por um redimensionamento dos tipos de interação humana pela máquina, com ela integrados nas práticas discursivas.

Mais do que um praticante da escrita no meio digital, o locutor é um usuário do tecnodiscurso, com experiências e interesses individuais de navegação, por isso Paveau sugere que ele deveria ser mais adequadamente chamado de “escreitor”, pelo modo subjetivo como põe em interface a escrita e a leitura de elementos multissemióticos. Ademais, os espaços de interação do ambiente digital contam sempre com uma capacidade de memória e de redocumentação de textos nativos dispersos, os quais se recriam nas práticas tecnolinguageiras.

Por todas essas peculiaridades, este Dicionário, nos convence de que tudo se ressignifica no ambiente digital, em que se convenciona os tecnogêneros. Até mesmo a cor, que passa a ter uma funcionalidade. O azul, por exemplo, sinaliza ao usuário da internet que um dado segmento constitui um link e que é clicável - a cor muda, inclusive, depois da clique.

É interessante notar a importância que o Dicionário dá - não sem razão - à participação dos comentários on-line nos gêneros digitais nativos. Como textos segundos, muitos comentários são, a nosso ver, coextensivos ao texto primeiro que é citado. O texto citado, por um processo de destacabilidade, passa a compor com alguns comentários, em relações metatextuais, um novo texto. E outros comentários podem, numa digressão do tópico, constituir um novo texto, dividindo com o anterior o mesmo espaço hipergenérico. É por essa razão que Paveau enfatiza que esse conjunto “forma um todo discursivo único ampliado”. Essa prática tipificada é muito própria desses tecnogêneros.

Devido à função comentário (cumpra observar como o termo *comentário* é polissêmico), o escritor da internet tem que lidar com a disponibilidade de um espaço interacional sempre aberto a um novo texto, o qual, ao ser retomado e recontextualizado, volta a ser único e irrepetível a cada vez.

Conforme ressalta a autora, os comentários on-line podem, além do mais, ser organizados em categorias como *Todos*, + *discutidos*, + *recomendados*, *Ordem cronológica*, *Dos meus contatos*, *Meus*. Assim, ao mesmo tempo em que se verifica uma gestão dos comandos possíveis em cada plataforma, não deixam de existir as escolhas de reação e de navegação dos internautas, razão por que a autora fala em uma “idioidigitabilidade”, uma digitabilidade que, mesmo sendo condicionada pelos sistemas tecnológicos, tem sempre um quê de individual, de idiossincrático.

Assim, numa mesma interação, conjuntos de textos se respondem e que diferentes ferramentas, dentre elas as de curta duração, instam os interlocutores a terem algum tipo de atitude responsiva ativa, muito mais do que nos meios não digitais. Tais recursos tecnodiscursivos promovem novos modos de interagir, de navegar e de produzir sentidos. Um dos grandes diferenciais dessas atividades tecnolinguageiras é a distensão da capacidade dos registros, que permanecem e que podem ser facilmente convocados para criações originais.

A cada navegação, o escritor vai deixando rastros e se tornando localizável. O leitor também encontrará, neste Dicionário, uma instigante reflexão sobre o pseudoanonimato na *web*, sobre as consequências do caráter público e visível dos textos ali produzidos. Se as análises do texto e do discurso já não tomavam os participantes do contrato comunicativo como pessoas físicas, pois os consideram dentro de um simulacro, ou no âmbito de uma ficção discursiva, outros aspectos enunciativos, para certos efeitos de ausência e de presença, precisam incluídos na descrição, quando se trata de interações on-line.

Usar um pseudônimo na *web* não se restringe a uma simples prática de um sujeito escolher outro nome que não seja o seu para esconder sua identidade oficial. A começar pelo fato de a autonegação consistir em uma escolha, como sublinha Paveau: “o pseudônimo é um nome escolhido pelo seu detentor, ao contrário dos outros nomes que os indivíduos detêm na existência (sobrenome, nome, apelido ou alcunha, abreviatura), e em particular o nome do registro civil”. Ao mesmo tempo que produz um efeito de ausência, também constrói uma identidade e supõe posi-

cionamentos para ela, originando um efeito de presença. Essa aparente contradição, na verdade, descortina um vasto campo para o confronto, sobretudo nos comentários on-line, onde se reinventam entre outros, os discursos de ódio.

No precioso verbete sobre ciberviolência, Marie Anne Paveau alerta para os inúmeros expedientes tecnolinguageiros que podem manifestar impolidez e violência. No ambiente tecnodiscursivo, já não cabe mais analisar somente a violência verbal - é preciso transpor as barreiras pré-digitais e ascender a análises integradas. Uma das situações mais ilustrativas da ciberviolência pode se dar no papel social de moderador nos comentários on-line. É o moderador que seleciona os comentários e lhes permite acontecer em dados ambientes. O gesto tecnodiscursivo da moderação é, portanto, um fazer metadiscursivo, isto é, um discurso sobre outro discurso.

Não é só por sua originalidade teórica que o Dicionário se torna um lugar de consulta obrigatória, mas porque nos desafia em muitos de conceituar e de analisar na esfera pré-digital. Ele nos interpela a aceitar, como linguistas, uma imersão nos ecossistemas do tecnodiscurso. Grande mérito têm, pois, os tradutores dos verbetes, que se entregaram à peleja de encontrar equivalência em português para termos nunca antes registrados.

Aos organizadores, Julia Lourenço Costa e Roberto Leiser Baronas, a comunidade acadêmica muito agradece por este relevante empreendimento.

Fortaleza,UFC, verão de 2021.
Mônica Magalhães Cavalcante

APRESENTAÇÃO DA EDIÇÃO BRASILEIRA

A máquina não é uma coisa a ser animada, idolatrada e dominada. A máquina coincide conosco, com nossos processos; ela é um aspecto de nossa corporificação. Podemos ser responsáveis pelas máquinas; elas não nos dominam ou nos ameaçam. Nós somos responsáveis pelas fronteiras; nós somos essas fronteiras.

Nossas melhores máquinas são feitas de raios de sol; elas são, todas, leves e limpas porque não passam de sinais, de ondas eletromagnéticas, de uma seção do espectro. Além disso, essas máquinas são eminentemente portáteis, móveis - um fragmento da imensa dor humana que é infligida cotidianamente em Detroit ou Cingapura. As pessoas estão longe de serem assim tão fluidas, pois elas são, ao mesmo tempo, materiais e opacas. Os ciborgues, em troca, são éter, quintessência.

Donna Haraway - Manifesto Ciborgue

O percurso da autora Marie-Anne Paveau para a produção deste livro faz convergir diversos aspectos que procuramos apontar aqui brevemente a partir do intenso diálogo estabelecido com a autora durante a elaboração desta tradução coletiva e ao longo de outras parcerias acadêmicas, mas também afetivas. O livro, apresentado em formato de dicionário, para além de pretender determinar algum possível caminho dogmático a ser seguido para uma *Análise do discurso digital*, é preenchido de variados questionamentos sobre a progressiva relação entre seres humanos e dispositivos tecnológicos a partir de uma perspectiva linguística.

A obra *Análise do discurso digital: dicionário das formas e das práticas*, originalmente intitulada *L'Analyse du discours numérique*:

Dictionnaire des formes et des pratiques, foi publicada pela editora Hermann, de Paris, em 2017, sendo celebrada por linguistas como uma obra necessária para delinear de modo sistemático o discurso digital como objeto para a Linguística, de forma ampla, e para a Análise do discurso, de forma mais específica, domínio no qual a obra se insere.

Redigido com o rigor teórico e metodológico necessário para que se compreenda a virada epistemológica sob a qual o livro se apoia, Paveau brinda os/as leitores/as com 31 verbetes - mais a introdução -, os quais concretizam o projeto que, de modo perceptível, se desenvolveu ao longo de muitos anos de intenso trabalho, pesquisa, militância e paixão. O pensamento pós-dualista, o embasamento numa compreensão de Linguística simétrica e a abordagem ecológica dos discursos ficam evidentes no desenvolvimento do dicionário, reforçando também a importância das leituras paralelas e da abertura do campo para os diversos diálogos que a partir dessa obra podem e devem se estabelecer.

A prática acadêmica, bem como a vivência da autora, deixam entrever o objetivo desta obra: questionar pressupostos teóricos, propor outras abordagens, desenvolver novos conceitos e, assim, compreender e franquear heurísticamente, de modo determinante e eficaz, o digital no interior da Análise do discurso. Entendemos que sua proposta não está assentada em trazer as produções discursivas digitais para o quadro já estabelecido da disciplina, mas, a partir delas, reestruturar o próprio campo de pesquisa, estimulando a expansão.

Como já dissemos em outros momentos, podemos argumentar que esta obra de Paveau se sustenta numa espécie de trilogia epistemológica e teórico-metodológica, iniciada com a publicação de *Os pré-discursos: sentido, memória, cognição*¹, passando pela publicação de *Linguagem e moral: uma ética das virtudes discursivas*² e também pelo livro

1 A edição francesa *Les prédiscours: sens, mémoire, cognition* foi publicada em 2006 pela Presses Sorbonne nouvelle e a edição brasileira pela Editora Pontes em 2013, com tradução de Greciely Costa e Débora Masmann.

2 A edição francesa *Langage et morale: une éthique des vertus discursives* foi publicada em 2013 pela Éditions Lambert-Lucas e a brasileira pela Editora UNICAMP em 2015, com tradução de Ivone Benedetti.

*Linguística folk: uma introdução*³. Trata-se de visadas distintas sobre a linguagem, abordando o que ficou, de certa maneira, à margem dos estudos das ciências da linguagem, mas que, em seu conjunto, além de interconectadas, são obras imprescindíveis e incontornáveis para a sustentação do programa de pesquisa acerca do digital ou dos tecnodiscursos.

A margem é, afinal, o lugar de observação por meio do qual Marie-Anne desenvolve grande parte de suas pesquisas, que se ancoram no forte interesse pelo diálogo da Análise do discurso com as abordagens do discurso animal e vegetal, com os estudos interseccionais⁴ (abarcando questões de gênero, raça e classe, entre outras categorias) e com as propostas científicas que procuram ultrapassar os diversos dualismos: linguístico vs extralinguístico, popular vs científico, real vs. virtual, mente vs corpo, humano vs máquina etc.

Neste sentido, os verbetes que compõem esse sólido e, por que não, ousado programa de pesquisa de Paveau têm como pano de fundo a questão dos pré-discursos, a relação entre linguagem e moral, no que concerne às virtudes discursivas e igualmente as proposições formuladas no âmbito da linguística *folk*, ou linguística popular. Podemos compreender que essas três bases sustentam toda a pavimentação perquirida no âmbito de uma Análise do discurso digital, conforme a autora propõe.

Este livro original e relevante de Marie-Anne Paveau nos ajuda a ter uma base sólida para uma reflexão profunda acerca do funcionamento dos discursos nativos da internet. Talvez aqui, essa obra traz ao cerne dos debates discursivos seu grande e valoroso feito, uma vez que, ao longo do dicionário, somos confrontados com a proposta da pesquisadora de elaborar “novos conceitos, ferramentas e limites” (PAVEAU, 2017, p. 8), calcados na Análise do discurso francesa, para trabalhar com

3 Este livro lançado em dezembro de 2020 foi organizado por Roberto Leiser Baronas; Tamires Cristina Bonani Conti e Julia Lourenço Costa, a partir de um conjunto de textos, publicados pela autora ao longo de vinte anos em diversos periódicos franceses. Esse último livro está disponível no seguinte link <https://www.lettraria.net/linguistica-folk-uma-introducao/>

4 Cumpre destacar que inclusive há um *carnet de recherche* que se debruça sobre o tema, publicando textos que tem como objetivo final se constituírem o livro *Análise do discurso interseccional*. Disponível em: <https://adi.hypotheses.org/a-propos>

os tecnodiscursos, isto é, discursos produzidos na imbricação entre os dispositivos técnicos.

O discurso produzido no espaço digital da web 2.0 deve, portanto, segundo Marie-Anne Paveau, ser abordado enquanto tecnodiscurso, sendo o prefixo *techno-* não apenas um morfema que busca alterar o sentido do radical, mas uma opção teórica que o modifica, alterando também a episteme tradicional das ciências da linguagem. Falar em tecnodiscurso, tecnopalavra, tecnosigno, tecnogênero do discurso, tecnografismo, entre outros termos, é afirmar que os discursos digitais nativos não são de ordem puramente languageira, mas que as determinações técnicas coconstroem as formas languageiras.

Centralizar o conceito de tecnodiscurso para uma fundamental Análise do discurso digital, não se refere a propor mais uma taxonomia para as teorias do discurso, mas de entender o complexo funcionamento do digital sem prescindir da intrínseca relação entre sujeito, linguagem, máquina e sociedade. Para tal iniciativa, a autora atribui seis características principais aos tecnodiscursos⁵ - que são constantemente elaboradas no livro - e que definem o modo como o discurso é produzido nos dispositivos técnicos: 1) a composição; 2) a deslinearização; 3) a ampliação; 4) a relacionalidade; 5) a investigabilidade; e 6) a imprevisibilidade.

Sem detalhar os conceitos, métodos e as valiosas análises apresentadas neste dicionário - (este trabalho fica a cargo do/a leitor/a, se assim for o seu desejo pode inclusive fazer uma leitura não-linear) -; queremos sublinhar a relevância deste livro para o terreno das pesquisas em Humanidades, Linguística e Análise do discurso reiterando que esta obra de Paveau faz eclodir diversos questionamentos, ressaltando a necessidade da Análise do discurso em se colocar enquanto disciplina capaz de lidar com o digital, tendo sempre em perspectiva o diálogo ora polêmico, ora de aliança inter e transdisciplinar.

Diante destas questões, formamos um coletivo de tradutores/as composto de discursivistas ligados/as a distintas instituições brasileiras

5 Para mais detalhes de cada uma dessas características, verificar as entradas correspondentes neste dicionário.

e também em diferentes estágios de formação. Nesse coro, portanto, há vozes de experientes pesquisadores/as, professores/as, jovens doutorandos/as e pós-doutorandos/as, entre outros atores situados em variadas posições no campo das ciências da linguagem. Entendemos que essa heterogeneidade, tanto corrobora a premente discussão sobre as novas e necessárias partilhas do discurso acadêmico, quanto tece uma rica, diversa e harmoniosa teia de sentidos sempre em fuga⁶.

Na esteira desses argumentos, e falando especificamente sobre o trabalho de tradução, a pesquisadora francesa Bérengère Viennot⁷ nos coloca importantes reflexões, afirmando que

traduzir (não se resume a transpor palavras de uma língua para outra) é querer despertar em sua língua – porque um bom tradutor traduz para a sua língua materna – as sensações intelectuais e afetivas que o leitor do original experimentou. As duas culturas, a da língua de partida e a da língua de chegada, são inevitavelmente diferentes. A mesma palavra nem sempre representa as mesmas realidades de um idioma para outro, mesmo quando ela parece ser todo simples e livre de qualquer ambiguidade (VIENNOT, 2020, p. 15).

Por conseguinte, a tradução de um dicionário relativo a determinado campo do conhecimento potencializa as questões apresentadas por Viennot, posto que exige dos/das tradutores/as não só conhecimentos e saberes linguísticos além da língua de partida e da língua de chegada, da sensibilidade de captar “as sensações intelectuais e afetivas que o leitor do original experimentou”; requer também o conhecimento técnico do campo específico.

No livro *Análise do discurso digital: dicionário das formas e das práticas*, de Marie-Anne Paveau há ainda outro fator, que torna mais complexo o trabalho de tradução, não somente pela necessidade e responsabilidade de traduzir termos que ainda não fazem parte do léxico

6 Fuga aqui é tomada no sentido que a música a conceitua, isto é, composição polifônica em contraponto imitativo.

7 Título do referido livro: *A língua de Trump*. A edição francesa foi lançada pelas Éditions les Arènes (2019) e a edição brasileira pela Editora Âyiné (2020).

do português brasileiro, mas especialmente, devido ao fato de que as questões que envolvem a cultura digital, enquanto objeto de estudo, ainda transitam em terreno nebuloso no âmbito das humanidades. São poucos os trabalhos que têm no digital não apenas o deslocamento de métodos construídos para o não-digital ou mesmo para o pré-digital, mas uma consistente teoria construída com base e especificamente para este objeto.

Sobre este laborioso processo de tradução, salientamos que grande mérito tem, pois, os/as tradutores/as de cada verbete, que se entregaram à peleja de encontrar equivalência em português brasileiro, para termos nunca ou pouco dantes registrados. Reconhecemos também a valorosa revisão técnica da tradução, realizada por Sírio Possenti (Unicamp) e Ana Raquel Mota (Unicamp) e agradecemos efusiva e nominalmente Emely Larissa dos Santos (UEPG) e Robert Moura Sena Gomes (UFSCar), respectivamente pela produção artística da capa e pela revisão de toda a bibliografia em português. Já para a arte da escrita do prefácio, nosso profundo agradecimento à Mônica Magalhães Cavalvante (Protexito/UFC). Registramos também nossa gratidão aos responsáveis da Éditions Hermann, que prontamente nos cederam os direitos autorais do dicionário.

A seguir a lista completa dos/as tradutores/as:

Ana Carolina Vilela-Ardenghi (UFMT)
André William Alves de Assis (UTFPR - Apucarana)
Atilio Butturi Junior (UFSC)
Breno Rafael Martins Parreira Rodrigues Rezende (PG-UFU)
Fernanda Mussalim (UFU)
Ida Lúcia Machado (UFMG)
Julia Lourenço Costa (PD-FAPESP-UFSCar)
Juliana da Silveira (UNISUL-PNPD-CAPES)
Letícia Moreira Clares (PG-UFSCar-FAPESP)
Letícia Santana Gomes (PG-CEFET-MG)
Lígia Boin Menossi de Araújo (UFSCar)
Luciana Carmona Garcia (UNIFRAN)
Luciana Lima Alcântara (Universidade Le Havre)
Manuel José Veronez de Sousa Júnior (UFU-PNPD-CAPES)
Márcio Antonio Gatti (UFSCar)

Marco Antônio Almeida Ruiz (PD-USP)
Mariana Luz Pessoa de Barros (UFSCar)
Mariana Morales da Silva (PG-UFSCar-CAPES)
Oriana de Nadai Fulaneti (UFPB)
Paula Camila Mesti (UEL)
Renata de Oliveira Carreon (UEPG)
Roberto Leiser Baronas (UFSCar e UFMT)
Samuel Ponsoni (UEMG-Passos)
Sírio Possenti (UNICAMP)
Tamires Cristina Bonani Conti (PG-UFSCar/FAPESP)
Wander Emediato (UFMG)

Asseveramos, ainda, que essa tradução buscou fugir dos limites da colonialidade do pensamento científico, se apresentando, sobretudo, em termos de tentativa de construção de justiça cognitiva, esta que se efetiva quando um trabalho dessa relevância e magnitude fica à disposição dos/as falantes das mais distintas línguas, neste caso o português brasileiro. Cumpre dizer que não encaramos este trabalho apenas como uma proposta para pensar o digital enquanto objeto científico isolado, pois, alinhados com a perspectiva mais militante da própria autora, pensamos também a Análise do discurso digital como importante ferramenta que pode e deve participar tanto na (re) construção do mundo, quanto no redimensionamento das relações sociais, na medida em que aponta alguns caminhos para melhor compreendermos a própria realidade por meio da linguagem digitalmente concretizada.

Finalmente, lembramos que Marie-Anne Paveau é, para nós, uma pesquisadora a se compreender em diversos espectros, pois tem propostas inovadoras e engajadas, que refrescam os caminhos da Análise do discurso. Ela nos mostra neste seu livro, agora em português, com rara maestria, que militância não está em oposição e nem em contradição com cientificidade. Elas são complementares, pertinentes e prementes, especialmente no momento que vivemos. Fica, portanto, um afetuoso agradecimento à autora que nos brindou tanto com a produção deste livro, como com a celeridade do aceite para o nosso projeto de tradução. *Merci chère Marie-Anne!*

Julia Lourenço Costa e Roberto Leiser Baronas



INTRODUÇÃO

I. O DIGITAL: CONVERSÃO, TRANSFORMAÇÃO, CIVILIZAÇÃO

No início de um artigo dedicado ao rastro, Louise Merzeau insiste na contribuição geral do digital: “A ascensão do digital não se reduz nem a uma nova codificação dos conteúdos, nem à introdução de um novo canal de circulação. É uma transformação do ambiente, que afeta as estruturas e as relações. Tal mutação não desestabiliza apenas os usos e os objetos. Ela desafia os modelos conceituais que servem para formalizá-los” (Merzeau 2009: 23). Milad Doueihi não hesita em falar de “processo civilizador” no livro *La grande conversion numérique* (Douihi 2008). A expressão vigente, objeto de um debate social interminável no qual não entraremos aqui, é *revolução digital*. Qualquer que seja o nome, *revolução*, *transformação* ou *conversão*, as ações e os efeitos do digital estão aí, o uso das tecnologias digitais, da internet e dos objetos conectados sendo progressivamente integrados a nossas existências, pelo menos nas áreas culturais, sociais e geográficas nas quais as ferramentas informáticas e as tecnologias digitais puderam se desenvolver; de fato, não se deve esquecer que o digital, como a democracia ou a sexualidade, é uma noção profundamente situada e não comporta nenhuma universalização.

Diante dessa evolução civilizacional, Dominique Boullier se preocupa com o imobilismo das ciências sociais. Numa entrevista para o jornal francês *Le Monde*, em 2015, ele considera que, em nossa sociedade da alta frequência, assistimos a um abandono das ciências sociais em benefício do grupo GAF¹, que contrata cérebros para “fazer funcionar

¹ *GAF*, ou mais recentemente *GAFAM*, é uma sigla que representa os “gigantes da web”: Google, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft.

as máquinas”, de acordo com novos métodos de trabalho assentados no volume, na variedade e na velocidade. Ele lamenta que os sociólogos, a exemplo dos linguistas, sejam privados do tratamento dos dados: “Acontece com os sociólogos o que já ocorreu com os linguistas e os geógrafos: nas últimas décadas, os cientistas da computação passaram a controlar o tratamento automático da língua e, depois, da geomática. Agora são os estatísticos, os cientistas da computação e os matemáticos que tratam e analisam os dados sobre a sociedade recolhidos na Internet” (Boullier 2015: on-line). Essa menção aos linguistas é interessante em vários aspectos, e corresponde a uma situação perceptível também a propósito das produções languageiras digitais nativas, que retomaremos adiante. Para remediar essa exclusão, Dominique Boullier “apela para que as ciências sociais de terceira geração se apoderem dos novos fenômenos [digitais] para requalificá-los: é preciso inventar conceitos, ferramentas e limites de validade para esses novos dados, esses rastros aos quais nós não tivemos acesso” (Boullier 2015: on-line). O que o pesquisador diz da sociologia é perfeitamente válido para as ciências da linguagem, e mais particularmente para a análise do discurso, ciência social por excelência. O trabalho apresentado nesta obra é uma resposta a essa necessidade de inventar novos conceitos, ferramentas e limites para dar conta do funcionamento dos discursos nativos da internet numa perspectiva qualitativa e ecológica.

II. AS CIÊNCIAS DA LINGUAGEM E O DISCURSO DIGITAL NATIVO

O discurso digital nativo é o conjunto das produções verbais elaboradas on-line, quaisquer que sejam os aparelhos, as interfaces, as plataformas ou as ferramentas da escrita. Ele coloca às ciências da linguagem, tais como são praticadas até o momento, uma série de problemas que só podem ser resolvidos questionando os modelos conceituais mencionados anteriormente por Louise Merzeau.

1. Uma outra natureza do signo: do discurso ao tecnodiscurso

No artigo citado acima, Merzeau faz também a seguinte observação sobre o signo:

O signo, tal como as CIC² e a semiologia o definem, é produto de um ato de enunciação dotado de sentido e (ao menos em parte) de intencionalidade. A impressão digital é automaticamente produzida no momento de um cálculo, de uma codificação ou de uma conexão, na maioria das vezes sem que o sujeito esteja consciente disso. Em vez de articular uma face sensível (significante) a uma representação psíquica (significado), o rastro atribui uma assinatura invisível a um comportamento da informação que não é sempre percebido como tal (Merzeau 2009: 24).

Essa observação diz respeito, evidentemente, às ciências da linguagem, e é notável que ela tenha vindo de outra disciplina. As ciências da linguagem ainda não fizeram essa observação, e têm um atraso importante quanto à questão dos universos digitais e de suas produções nativas, tanto no plano epistemológico, quanto no teórico e no metodológico. A maior parte dos raros trabalhos existentes até o momento sobre os discursos nativos da internet ou da web se esforçam para considerar sua dimensão técnica, integrada a sua natureza languageira, dado que é a programação informática que estrutura os universos digitais. Eles permanecem logocêntricos, isto é, focados apenas na matéria languageira, considerada em sua definição saussuriana e dualista (“a língua considerada em si mesma e por si mesma”, segundo a célebre fórmula do fundador da linguística moderna). Esses trabalhos³, quer sejam da área de comunicação mediada pelo computador (por exemplo, Anis 1998, Marcoccia 2013, Panckhurst 2006, 2007) ou da análise do discurso (por exemplo, Amadori 2012, Amossy 2011, Cunha 2014, Jackiewicz 2016), na verdade isolam a materialidade linguística e discursiva extraída de seu ambiente tecnológico

2 N.T. CIC: Ciências da Informação e da Comunicação.

3 Mencionamos aqui apenas os trabalhos francófonos; as referências para além da francofonia serão ampliadas ao longo desta obra.

informático, que é mantida na forma dos excertos de corpus da análise do discurso tradicional ou dos enunciados padronizados pelo tratamento automático dos corpus⁴, em relação aos quais são frequentemente mobilizadas teorias e metodologias pré-digitais. Como afirma apropriadamente Isabelle Pierozak, estes são trabalhos que usam a internet “*para corpus*” e não “*como corpus*” (Pierozak 2014).

Contudo, a especificidade dos discursos nativos da internet é justamente, entre outras, sua intensa relacionalidade, isto é, sua integração numa rede de relações algorítmicas que garantem o funcionamento e a circulação, ao mesmo tempo em que lhes confere características linguisticamente inéditas como a clicabilidade no plano morfolexical ou a imprevisibilidade no plano discursivo. A marginalização da máquina, considerada um componente extralinguístico, leva a trabalhar com as formas necessariamente estereotipadas da língua e não sobre com as formas singulares, compósitas, mistas, repletas de ruídos e de impulsos do mundo, de discursos empíricos nativos dos universos digitais. As abordagens que integram plenamente a máquina e suas técnicas são raras. Citaremos principalmente as pesquisas do grupo IMPEC (*Interactions multimodales par écrans*⁵), apoiadas em três princípios: o da mediação como espaço de intersecção entre corpo, máquina e linguagem, o da *afordância*⁶ comunicativa e o do design do ambiente eletrônico (Develotte *et al.*, 2011). O trabalho com os discursos digitais nativos implica, efetivamente, não apenas abandonar a concepção logocêntrica da linguagem, mas também uma representação antropocêntrica da máquina: em seu trabalho sobre a escrita das máquinas, Cléo Collomb e Samuel Goyet descrevem bem essa representação que reduz a máquina (ou o programa, o software, o

4 N.T. A autora não diferencia, no original, o plural e o singular da palavra *corpus*. Marie-Anne Paveau concordou com a opção por manter a escolha dela também na versão traduzida para o português brasileiro.

5 N.T. Interações multimodais por telas.

6 N.T. De acordo com Paveau (2019), *affordance/afordância* “é o conjunto de possibilidades de uso oferecidas por um objeto; baseia-se na percepção humana, induz uma adaptação ao meio ambiente e postula uma forma de agência de objetos. A teoria das possibilidades supõe uma episteme não dualista e uma concepção não simbólica da informação” (PAVEAU, M.-A. Technographisme en ligne. Énonciation matérielle visuelle et iconisation du texte. IN: Corela: Cognition, représentation, langage. HS-28/2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/corela/9185> Acesso: 01/04/2020).

aplicativo, etc.) a uma ferramenta, porque, no imaginário dos pesquisadores, uma máquina funciona, mas não age, aplica as regras, mas não escreve; enfim, ela é “neutralizada” (Collomb 2017, Goyet, Collomb 2016). E, efetivamente, a linguística parece neutralizar a máquina para transferir toda a responsabilidade da criação linguageira ao humano. Daí uma perspectiva logocêntrica, que retoma suas bases saussurianas, insistindo no dualismo que distingue a linguística da extralinguística⁷.

Mas, de acordo com Collomb e Goyet, é possível sair da visão antropocêntrica da máquina, bem como de sua sacralização tecnicista, para conceber uma tecnologia que não seja uma antropologia (Colomb, Goyet 2015). Esse é o sentido dos neologismos compostos com o elemento *tecno-*, empregados no trabalho de análise do discurso digital, para dar conta de uma evolução teórica necessária: falar em tecnodiscurso, tecnopalavra, tecnosigno, tecnogênero do discurso e tecnografismo é inscrever na análise uma opção teórica que modifica a episteme dominante das ciências da linguagem. É também afirmar que os discursos digitais nativos não são de ordem puramente linguageira, que as determinações técnicas coconstroem as formas tecnolinguageiras, e que as perspectivas logo e antropocêntricas devem ser descartadas em prol de uma perspectiva ecológica e integrativa, que reconhece o papel dos agentes não humanos nas produções linguageiras. As ciências da informação e da comunicação falam em tecnossemiótica desde os anos 1990, para representar essa integração dos dispositivos técnicos numa análise da construção do sentido. O termo é naturalizado e retomado pelos pesquisadores que atualmente investigam a web 2.0. Não se trata de hipertrofiar o tecno- e recair numa mitologia da máquina todo-poderosa destituindo o humano de sua condição de sujeito, mas parece fora de propósito manter uma definição homogênea e exclusiva da linguagem como produto unicamente da faculdade humana controlada pela intencionalidade do sujeito. Falar em tecnodiscurso, em tecnolinguagem ou em análise tecnolinguística é, portanto, inscrever-se numa prática ecológica e pós-dualista da linguística.

7 Encontramos essa defesa dualista acerca das máquinas falantes no sentido próprio, como a Siri, um aplicativo da Apple. François Perea mostra, no entanto, que o diálogo entre o humano e a máquina Siri decorre mais da colaboração do que da distinção dualista, sendo que o humano adota as formas tecnolinguageiras que se afastam da linguagem dita natural (Perea 2016).

2. As conquistas das ciências da informação e da comunicação

A perspectiva construída pela análise do discurso digital se inscreve num movimento de crítica ao antropocentrismo, que implica, em ciências da linguagem, o logocentrismo. E se mencionamos aqui dois jovens pesquisadores das ciências da informação e da comunicação não é por acaso: essa disciplina se interessa há bastante tempo (na França, há pelo menos vinte anos) pelos discursos digitais nativos sob outras denominações como, por exemplo, *escritos de tela* ou *escrita hipertextual*, e já apresenta um avanço considerável (consultar os trabalhos de Emmanuël Souchier e Yves Jeanneret, principalmente). Por razões que não são apenas científicas, e que deverão ser esclarecidas um dia, as duas disciplinas foram, e permanecem ainda hoje, separadas: uma espécie de barreira foi erguida entre elas, com prejuízo para as ciências da linguagem naquilo que diz respeito ao digital. As conquistas das ciências da informação e da comunicação a respeito da escrita digital, da enunciação editorial, dos formatos de escrita e de publicação, das diferentes semioses das produções nativas, do papel das máquinas, são pré-requisitos necessários para a elaboração de teorias e métodos linguísticos para a análise dos discursos. As propostas apresentadas nesta obra estão frequentemente nelas fundamentadas tendo em vista a cumulatividade (para evitar a reinvenção do que já existe) e a validade científica (uma análise linguística que não considera a natureza tecnocomunicacional dos enunciados se afasta daquilo que é essencial). Elas se fundamentam igualmente nas antigas conquistas de outra disciplina separada da linguística, mas talvez menos completamente, que é a literatura, que também fornece uma reflexão sobre o hipertexto e as textualidades digitais desde os anos 1990 (como em Christian Vandendorpe, Jean-Pierre Balpe, Serge Bouchardon, Alexandra Saemmer, por exemplo).

3. Questões postas à linguística

Os discursos digitais nativos interrogam a linguística como disciplina, questionando seus princípios, seus métodos e seus objetos.

Antes de tudo, é a própria natureza da linguagem e de suas manifestações que é questionada: on-line, já não são propriamente os escritores e os locutores que escrevem e falam, mas, para ser breve, são as máquinas e seus programadores que permitem que as produções linguísticas, fruto da intencionalidade dos sujeitos, sejam realizadas e adquiram uma existência (Herrenschmidt 2007). Dominique Cotte, sobre esse tema, fala em “coenunciação tecnológica” (Cotte 2004: 111). Essa situação se refere a absolutamente todos os discursos digitais nativos, dos mais lineares aos mais deslinearizados pelos links hipertextuais, pelas tecnopalavras (hashtags, URL), imagens, sons, etc. As formas produzidas são, no estado atual da teoria linguística, não analisáveis: o que a descrição linguística é capaz de dizer de uma URL, de uma hashtag, de um cartaz digital, de uma imagem macro, a não ser separar os elementos de acordo com a sua semiose (texto de um lado, imagem de outro e código de um terceiro) e desfazer, conseqüentemente, aquilo que justamente produz sua especificidade, isto é, sua coconstituição estrutural? Para refletir sobre esse processo, falaremos aqui de elementos compostos: a produção linguageira *na* máquina é, na verdade, uma produção *da* máquina, e é, de fato, uma evolução inédita na história da linguagem, que as ciências da linguagem não devem negligenciar.

Os discursos nativos da web são, aliás, relacionais: a arquitetura da rede faz com que eles sejam todos materialmente interligados. Entre eles e seu enunciador está aquilo que lhes atribui propriedades particulares, como sua investigabilidade (todo enunciado on-line pode ser pesquisado e encontrado por meio de ferramentas como os buscadores) e sua idio-digitabilidade (todo enunciado da web on-line tem uma forma única e subjetiva, determinada pelos parâmetros de navegação, de sociabilidade, de leitura e de escrita do internauta). A linguística conta em sua bagagem teórica com a noção de dialogismo, e seria tentador aplicá-la à relacionalidade dos discursos digitais nativos; mas on-line, a relacionalidade é material e automática, e não depende das marcas de intertextualidade ou de analogias providas da competência interpretativa do analista. Novamente, é preciso considerar a máquina, e equipar-se para compreender os enunciados que são links, tomados em circuitos automáticos de

coleta, de tratamento e de redocumentarização, e que são, literalmente, inumeráveis: de fato, a relacionalidade tem, como consequência, uma multiplicação desmedida da circulação dos enunciados on-line.

As questões precedentes decorrem diretamente da reflexão sobre a constituição dos corpus. Como constituir os corpus de análise do discurso num terreno no qual os enunciados são incontáveis, interligados, subjetivos e compósitos? Como passar dos corpus tradicionais da análise do discurso, a partir de documentos impressos ou registros estabilizados e objetivos (no sentido de que eles apresentam a mesma forma para qualquer receptor), para corpus subjetivos, abertos e evolutivos? Como evitar a tentação do corpus logocêntrico e a aplicação de teorias pré-digitais enquanto mobilizamos o corpus das teorias e dos métodos das ciências da linguagem? As respostas a essas questões passam por um conhecimento aprofundado dos universos discursivos digitais e pela elaboração de métodos que permitam respeitar a ecologia da web.

III. TERRENOS E MÉTODOS DA ANÁLISE DO DISCURSO DIGITAL

A análise do discurso digital, tal como apresentada nesta obra, é uma análise qualitativa dos discursos nativos da internet, em particular da web 2.0, o que implica algumas escolhas metodológicas.

1. Internet e a web

Impõe-se um esclarecimento sobre a diferença entre esses dois terrenos, dado que é muito frequente que haja confusão por parte dos pesquisadores em linguística: lembremos que a internet (*Inter Network*), surgida no final dos anos 1960, é uma rede que conecta os computadores entre si em nível mundial. Essa rede disponibiliza diversos serviços: o compartilhamento de arquivos, a mensagem instantânea, a telefonia, o envio de correio eletrônico e a web. A web (*World Wide Web*), criada em 1989-1990, é, portanto, um serviço, uma aplicação da internet, e não coincide com ela. Há uma história definida pelas evoluções estruturais que, normalmente, é marcada por números: a web 1.0, ou web estática, desenvolvida nos anos

1990, conecta as informações e está assentada no sistema “push” de distribuição da informação (é a web dos portais de informação e dos fóruns); a web 2.0, web social ou participativa, surgida no início dos anos 2000, conecta as pessoas e baseia-se na interação multi-agentes (é a web das redes sociais e do compartilhamento multimidiático); a web 3.0, web dos dados ou web semântica, que emerge no início dos anos 2010, assentada na curadoria, isto é, na coleta e na organização dos dados, organiza a web armazenando dados graças a metadados e privilegia as conexões móveis; falamos atualmente na emergência, para o ano de 2020, de uma web 4.0, web inteligente ou metaweb, que integraria uma dimensão conectada ao conjunto dos elementos do nosso ambiente de vida. Essas realidades diversas, internet ou as diferentes webs, não constituem terrenos equivalentes para a linguística, pois a comunicação, a interação e a publicação de conteúdos languageiros não têm as mesmas características e não permitem, portanto, as mesmas formas languageiras e discursivas. É o motivo pelo qual o logocentrismo de algumas abordagens não permite considerar todos os aspectos da comunicação on-line: agrupar e classificar os dados languageiros de acordo apenas com os critérios linguísticos, sem integrar a dimensão sociotécnica das interfaces e da codificação informática, nem as modalidades de editoração dos conteúdos, implica uma homogeneização e uma normalização dos conteúdos, passando ao largo de traços específicos.

Nesta obra, nos concentraremos nos discursos digitais nativos da web 2.0, majoritariamente francófona (alguns exemplos vêm do inglês), com algumas incursões na web 1.0 ou na web dos dados. Os terrenos de análise serão, portanto, essencialmente o imenso continente das redes sociais digitais (marcadamente as mais conhecidas e usadas: Twitter, Facebook e Youtube), a blogosfera, a imprensa on-line, mas também alguns sites e fóruns 1.0, bem como algumas ferramentas de produção de discursos on-line. Os enunciados considerados nesta obra são todos nativos da internet, isto é, produzidos diretamente on-line, e não trazidos on-line a partir de uma digitalização fora da rede, ou produzidos num telefone desconectado. Dado que a reflexão é de ordem teórica e não aplicativa, o trabalho é feito a partir dos exemplos, e não de corpus constituídos.

2. Posição do pesquisador e apresentação dos exemplos

O conhecimento dos objetos da pesquisa é uma questão antiga em ciências humanas e sociais, que vai ao encontro da observação participante, da capacidade de reflexão do pesquisador, do paradoxo do observador, de seu engajamento ou de sua imersão, da condição dos seus dados biográficos, etc. Nem todos os objetos de pesquisa exigem, necessariamente, o conhecimento interno, mas, nos estudos dos discursos digitais nativos, ele é imprescindível, a menos que se permaneça numa abordagem logocêntrica e antropocêntrica. De fato, parece necessário que o pesquisador tanto seja um usuário de internet e da web, quanto tenha um conhecimento mínimo das interfaces técnicas e do funcionamento da máquina. Diversos fenômenos tecnodiscursivos não são identificados e analisados senão a partir do conhecimento prático: a natureza de um link hipertextual; o funcionamento de uma palavra clicável; a idiodigitabilidade e a imprevisibilidade dos conteúdos; os formatos e os gêneros textuais. Sem isso, a descrição acaba adotando as analogias com os fenômenos não digitais ou pré-digitais, das quais algumas serão mencionadas na obra.

A perspectiva ecológica impõe que se apresentem os exemplos no seu ambiente nativo, e o ideal seria, evidentemente, poder trabalhar com um navegador aberto, o que, naturalmente, não permitiria a publicação fora da rede. Assim, optamos por apresentar os exemplos na forma de captura de tela, o que é o mínimo ecológico necessário, ainda que esse procedimento pareça cristalizar os dados tecnodiscursivos abertos e móveis e objetivá-los: as capturas de tela são também fruto da subjetividade do internauta-analista e devemos considerá-las como dados subjetivos.

IV. ORGANIZAÇÃO DA OBRA E CONVENÇÕES GRÁFICAS

Esta obra começou sob a forma de um dicionário no caderno de pesquisa⁸ *Technologies discursives* (<<http://technodiscours.hypotheses.org>

8 N.T. “Um modo de comunicação semelhante ao blog, mas em um contexto de pesquisa profissional e completamente integrado às práticas de comunicação vinculadas à pesquisa” (Pierre Mounier, citado por Mélodie Faury. In: O caderno de pesquisas *Infuse, nossa relação com a ciência*. 5 de dezembro de 2011. Disponível em: <https://enthese.hypotheses.org/1519> Acesso: 13/03/2020).

org>), formato que foi mantido. Portanto, as noções são apresentadas na forma de verbetes alfabéticos construídos a partir de uma definição, o sumário e um índice de noções, permitindo identificar os conteúdos. A lista de verbetes apresentados, evidentemente, não é exaustiva, e a obra não pretende contemplar todas as questões postas pelos discursos digitais nativos, mas propor um quadro para sua análise orientado pela abordagem ecológica.

Em todos os exemplos citados, exceto as ilustrações, as grafias de origem são mantidas. Os numerosos anglicismos da pesquisa sobre a internet e o digital foram, em geral, mantidos, já que a tradução francesa soa muitas vezes estranha (a infeliz *mot-dièse*⁹ não é empregada, por exemplo) e também inútil, uma vez que as palavras inglesas são rapidamente lexicalizadas. A escrita epicena foi descartada com pesar (exceto nos agradecimentos), por razões de economia gráfica e de legibilidade, dado que a quantidade de neologismos, de empréstimos e de grafias particulares já é muito elevada nessa obra.

Tradução:
Julia Lourenço Costa
Roberto Leiser Baronas

9 N.T. Opção de tradução em francês para o termo hashtag, do inglês. Consultar o verbo *Hashtag*. Na tradução para o português, por vezes optamos por manter os termos sobre a internet e o digital em inglês (como no caso de “frames” ou “cookie”), por vezes os aportuguesamos (como no caso de “tuite” para o original “tweet”), e por vezes os traduzimos (como no caso de “linha do tempo” para o original “timeline”). As decisões foram tomadas caso a caso, levando em conta os usos atuais de cada expressão no contexto brasileiro, o que – sabemos – não tem sua perenidade assegurada.



ALGORITMO

I. DESCRIÇÃO E DEFINIÇÃO. CÁLCULOS, RASTROS, RESTRIÇÕES

Os algoritmos são sequências de instruções que permitem a solução de problemas. Na internet, eles permitem resolver o problema do tratamento da informação, procurando-a, processando-a, classificando-a, hierarquizando-a, etc. Para isso, eles fazem cálculos para produzir efeitos: certas informações aparecerão com mais frequência, ou em melhor lugar do que outras, ou serão mais disseminadas do que outras, ou, pelo contrário, serão invisibilizadas. É por esta razão que Fanny Georges fala, por exemplo, de “identidade calculada” para nomear a parte automática e não controlável de nossa identidade digital (Georges 2009). Os algoritmos, que muitas vezes parecem ter uma existência própria e capacidades de decisão, são evidentemente criados por humanos, profissionais da informática, codificadores, programadores (Schmitt 2014b); mas os seus efeitos nos conteúdos da internet e, conseqüentemente, nas nossas vidas, são importantes. Como esclarece Dominique Cardon: “Nós fabricamos estes controladores, mas eles, por sua vez, nos constroem” (Cardon 2015¹).

Os algoritmos entraram em nossa vida cotidiana, e isso ocorreu em todos os níveis. Dominique Cardon descreve bem esse fenômeno: “Na lógica dos indicadores numéricos, inscreve-se a partir de agora a do cálculo algorítmico integrado às interfaces digitais. Ao se encontrarem com a informática, os números tornam-se sinais digitais (listas, botões, contadores, recomendações, linhas do tempo, publicidade personalizada, mapas de GPS, etc.) presentes em todas as interfaces que, com um clique,

1 Essa obra foi consultada em uma versão Kindle, que não fornece o número das páginas.

não cessamos de acariciar” (Cardon 2015). Os algoritmos calculam os rastros das nossas atividades, ordenando e transformando esses rastros em ferramentas de previsão do futuro. Eles calculam “uma nova forma do social” (Cardon 2015).

Entre esses rastros, evidentemente, as produções languageiras estão em primeiro plano. No plano linguístico, os algoritmos podem ser considerados operadores de coerção discursiva e de instrução semântica, que, como os pré-discursos, não têm existência languageira, mas são ativados no nível da produção languageira a partir de processos infra linguísticos tácitos, os cálculos. Os algoritmos não são nem objetos nem noções diretamente relacionados às abordagens linguísticas, mas, como os *frames*, os quadros prévios ou as representações, devem, ainda assim, ser integrados à reflexão linguística sobre os discursos nativos da internet.

De fato, eles produzem certo número de regularidades e de determinismos que podemos aproximar, guardadas todas as proporções, das formações discursivas tal como são definidas por Michel Foucault e Michel Pêcheux. Para Foucault, a formação discursiva permite “constituir, a partir de relações corretamente descritas, conjuntos discursivos que não seriam arbitrários, mas que teriam permanecido invisíveis” (1969: 42). E, em Pêcheux, a formação discursiva se define como “determinando *aquilo que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada” (Pêcheux *et al.*, 1971: 102; *itálico no original*). Como sublinha Dominique Maingueneau, o ponto comum das duas abordagens é o funcionamento de regras invisíveis: “O que parece, assim, como comum nas diferentes abordagens de Foucault e Pêcheux é que a formação discursiva se apresenta como uma unidade mascarada, de certa forma, pelas unidades tópicas, um sistema de regras invisíveis” (Maingueneau 2012, §38).

Mas como aproximar-se dos algoritmos em análise do discurso digital? Por qual viés integrá-los à reflexão, uma vez que as camadas

invisíveis do código são inacessíveis às superfícies das telas, e, mesmo quando são acessíveis, o código não constitui uma linguagem articulada, não sendo, portanto, passível de uma análise linguística?

II. AS PRODUÇÕES ALGORÍTMICAS

Primeiramente, é preciso distinguir o que, na noção de algoritmo, é relativo à ordem linguística. Dominique Cardon (2015) propõe uma classificação heurística que permite essa diferenciação, distinguindo quatro famílias, designadas por meio de metáforas espaciais:

- os algoritmos que estão *ao lado* da web medem audiências calculando o número de cliques, segundo o princípio da *popularidade*; os dados processados são, desse modo, as *visualizações*, que não são de natureza linguageira.

- os algoritmos que estão *acima* da web hierarquizam a autoridade dos sites por meio dos *links*, como faz o famoso PageRank do Google, segundo o princípio da *autoridade*; os dados são, então, *links hipertextuais* que constituem dados linguageiros e dizem respeito diretamente à análise do discurso digital.

- os algoritmos que estão *na* web calculam a reputação, considerando o número de amigos, retuítes, favoritos, etc., segundo o princípio da *reputação*; os dados são as *curtidas*, que dizem respeito à linguística apenas de forma indireta.

- os algoritmos que estão *abaixo* da web calculam *rastros* para influenciar os comportamentos futuros do internauta, segundo o princípio da *predição*; os dados processados são rastros digitais, que sabemos serem, on-line, em sua maioria linguageiros e escritos; a análise do discurso digital está, portanto, diretamente envolvida.

Nesse contexto, para a construção dos algoritmos como objeto para a análise do discurso digital, vamos considerar as duas famílias “acima” e “abaixo”, que correspondem aos dois princípios de autoridade e de predição e aos dois tipos de dados: links e rastros. A eles vamos acrescentar outra “família” relacionada à criação e produção controlada: os algoritmos na fonte dos geradores automáticos de textos ou de discursos.

1. Os links hipertextuais e o princípio de autoridade

Dominique Cardon descreve da seguinte forma a família que está “acima” dos links hipertextuais:

A arquitetura particular da rede Internet faz da web um tecido de textos que citam uns aos outros através de links hipertextuais. O algoritmo do buscador ordena as informações considerando que um site que recebe de outro site um link está, ao mesmo tempo, recebendo uma declaração de reconhecimento que lhe dá autoridade. Com base neste princípio, ele classifica os sites a partir de um voto censitário de base meritocrática. Os sites mais bem classificados são os que receberam mais hiperlinks provenientes de sites que, por sua vez, receberam mais hiperlinks de outros. Originalmente, o PageRank, o algoritmo que fez a fortuna do Google, considera que os hiperlinks atestam o reconhecimento de uma autoridade: se o site A é *linkado* ao site B é porque ele lhe atribuiu importância. Se ele fala bem ou mal de B não é a questão; o que importa é que A considerou necessário citar B como uma referência, uma fonte, uma prova, um exemplo ou um contraexemplo. O simples fato de citá-lo atesta que isso será proveitoso para o buscador (Cardon 2015: cap.1).

Dominique Cardon utiliza aqui o termo *citar* em sentido amplo e não linguístico: o hiperlink não é uma citação no sentido linguístico do termo, mas uma ligação entre um site ou texto-fonte e um site ou texto-alvo; embora o texto-alvo seja mencionado, não se trata de uma citação, que exigiria um dispositivo enunciativo particular que não existe no hiperlink. Em todo o caso, o hiperlink constitui um dado linguageiro ao

qual é igualmente necessário atribuir um traço algorítmico, de acordo com a natureza eminentemente compósita das unidades tecnolinguageiras: trata-se de uma unidade compósita, que tem por função principal a deslinearização, à qual se deve acrescentar também uma função de autoridade baseada na calculabilidade. Esta função de autoridade desloca os critérios de legitimidade e de poder dos discursos: os discursos dominantes já não são aqueles mantidos ou selecionados a partir de uma escala vertical dos poderes, por locutores detentores dos diferentes meios e que conferem poder aos discursos, mas aqueles que são reconhecidos, na horizontalidade dos links, pela “inteligência coletiva” constituída pelas trocas e avaliações dos internautas.

2. Os rastros digitais e o princípio de predição

Os algoritmos que atuam “abaixo” da web utilizam técnicas estatísticas que provêm do “*machine learning*”: “O algoritmo *aprende* comparando um perfil com os de outros internautas que efetuaram a mesma ação que ele. De maneira probabilística, ele supõe que uma pessoa poderia fazer tal ou tal coisa que ainda não fez, porque as que lhe são semelhantes já o fizeram” (Cardon 2015; itálico no original). O algoritmo então produzirá discursos de recomendação, essencialmente publicitários: a partir do *cookie* que o internauta deixou no site visitado, ele apresentará, por exemplo, em uma das suas contas da rede social, uma propaganda ligada a esse site. Podemos dizer que o rastro precede, portanto, o locutor, uma vez que são os rastros que produzem os discursos e não são os locutores que os elaboram. Os algoritmos falam no lugar dos internautas a partir de um conjunto de cálculos que se assemelha muito a um determinismo, e que torna, do ponto de vista do locutor, seu discurso imprevisível. O funcionamento já bem conhecido do *feed* do Facebook ilustra essa ideia. O Edgerank² da plataforma é um algoritmo que filtra as publicações dos amigos ou das páginas curtidas a partir das curtidas dos proprietários das contas. Assim, certas interações não se realizam e as publicações ficam sem curtidas ou sem resposta, porque

2 N.T. Edgerank é o algoritmo do Facebook, usado, desde 2011, para definir quais são as publicações que devem aparecer na página de um usuário.

elas simplesmente não aparecem no *feed* do usuário. O Facebook, portanto, está longe de ser um lugar de conversação; a rede é antes um lugar de forte determinismo discursivo, a partir de regras invisíveis sobre as quais o internauta tem pouca influência. Além disso, certas produções discursivas dos próprios internautas podem ser determinadas por esse algoritmo, como mostra a experiência de pesquisadores estadunidenses, realizada em 2014, e publicada na revista PNAS no artigo “Experimental evidence of massive-scale emotional contagion through social networks” (Kramer *et al.*, 2014). Églantine Schmitt descreve essa experiência em seu caderno de pesquisa, *La ruée vers la donnée. Épistémologie de la donnée web en sciences sociales*:

Para descrevê-lo brevemente, o artigo usou uma amostra de quase 700.000 usuários do Facebook. Os autores analisaram suas publicações e a “emoção” perceptível nelas (a proporção de palavras positivas e negativas utilizadas). Em seguida, eles modificaram o algoritmo que determina o que aparece no *feed* dessas pessoas para lhes mostrar mais publicações positivas ou negativas e testar se isso tinha impacto em suas publicações. Por meio desse procedimento, consideraram ter demonstrado experimentalmente que a emoção é contagiosa nas redes sociais (Schmitt 2014a).

Visto a partir de uma perspectiva linguística, o estudo mostra que os discursos são contextuais: nós não produzimos nossos discursos somente a partir de uma intencionalidade livre, nem de uma subjetividade ilusoriamente autônoma, mas no interior de um ambiente que nos fornece instruções semânticas fortes. O estudo mostra que a internet, no caso a web, constitui um contexto particularmente determinista, onde os instrumentos de determinação podem facilmente se transformar em armas de manipulação. Na internet, portanto, o locutor é falado, não mais pela ideologia ou pelo inconsciente, como teorizaram os pioneiros da análise do discurso na França, mas pela máquina, ou mais exatamente pelos humanos que criaram a máquina para falar no lugar dos humanos. No entanto, o internauta-locutor não deixa de ter instrumentos para responder a esse determinismo aparentemente massivo: uma conta no Facebook

é construída, basta desabilitar o rastreamento de *feeds* de amigos cujos conteúdos são considerados pouco interessantes para fazer de sua conta uma fonte interessante de informações. Além disso, o próprio Facebook fornece ferramentas de controle dessas publicações acessíveis por meio de mensagens de alerta. Se alguém que não está na sua lista de amigos curte um conteúdo, aparece a seguinte mensagem de alerta: “Você controla quem pode ver o que você publica. [Nome do titular da conta], parece que alguém que não é seu amigo curtiu recentemente uma de suas publicações. Queremos ter certeza de que você sabe quem pode ver aquilo que você publica. Para mais informações, acesse Noções básicas de privacidade”.

Esse tipo de funcionamento tecnodiscursivo, assim como os processos de compartilhamento e disseminação viral dos discursos on-line, implica repensar a concepção de enunciação e o persistente esquema da situação de enunciação que tem como base os quatro parâmetros locutor-interlocutor-tempo-espaço. Quando se está on-line, deixa de ser verdadeiro que um locutor e um interlocutor interagem um com o outro num espaço e num momento determinados, produzindo aí sentidos que serão interpretados (o esquema básico da enunciação ainda persiste em obras recentes, ainda que enriquecido por complexificações e refinamento notáveis). A produção e a circulação do discurso funcionam de forma diferente, a partir da composição, da deslinearização, da ampliação, da investigabilidade, da relacionalidade e desta imprevisibilidade discursiva que é, de fato, uma calculabilidade preditiva.

3. Algoritmo, jogo e criação: os geradores automáticos

Até o momento, consideramos que os algoritmos são os responsáveis pelas determinações, até mesmo pelas manipulações, em larga escala que moldam nossos modos de existência. Mas eles também podem ser igualmente mobilizados para produzir textos automáticos de forma lúdica e/ou criativa.

Na literatura, foi Jean-Pierre Balpe quem primeiro descreveu, teorizou e desenvolveu geradores automáticos de texto (Bootz 2006). A literatura digital automática tornou-se um gênero próprio, redefinindo

tanto o ato de ler quanto a função do autor. O gerador e suas criações são feitos on-line, hospedados pela Universidade Paris 8, disponível em: <<http://www.samszo.univ-paris8.fr/Generateur-automatique-de-texte>>. Ele pode ser testado clicando no botão “gerar”. Eis o resultado de 12 de junho de 2017:

O campo era elegíaco a manhã estava ficando sem tempo (o céu não acreditava mais em nada) o oceano permaneceu em segredo - parque arborizado e montanhoso - o tempo veio das palavras sempre fazia calor / você se esfregava contra o vento / além da vanguarda irreal o céu era uma cortina deitada mentir é difícil o céu se esqueceu que a terra usou nossa porra (fantasma) vago espaço intelectual (teus rins onda intelectual) ficar sozinho – todo liso brilhante emulsificado - falso luar de pássaros o mundo tinha boas maneiras³.

Outro exemplo duradouro que tem sido objeto de trabalhos científicos é o colunista automático do software Marlowe, um gerador de colunas políticas desenvolvido pelo sociólogo Francis Châteauraynaud, disponível no endereço: <<http://prosperologie.org/mrlw/blog/>>. Ao contrário dos geradores balpeanos, o colunista automático produz enunciados on-line e não é interativo.

Mas nem todos os geradores estão relacionados ao trabalho nas ciências humanas e sociais, e a web está repleta de geradores de todos os tipos, especialmente os geradores de insultos, desde os mais cultos até os mais lúdicos: Ergofabulous.org oferece insultos extraídos das obras de Lutero; seguindo o modelo do *Shakespearian Insulter*⁴ (<<http://www.pangloss.com/seidel/Shaker/>>), o gerador de insultos do capitão Haddock é um clássico da web há muito tempo (<<http://www.zoglu.net/haddock/index.php>>). A automatização aqui está apenas na seleção e os insultos

3 N.T. No original, o gerador promove uma mistura de línguas: francês, inglês e italiano. Na versão traduzida, optamos por manter tudo em português. Por exemplo a semelhança fonética entre “terrain” e “tes reins”, formulando “terrain vague intellectuel (tes reins vague intellectuelle)”. Essa aproximação sonora não é possível na tradução para o português, por isso substituímos os termos por “espaço” que não traduzem os termos usados, mas demonstram igualmente a ideia de que o gerador automático de textos foi capaz de fazer esse tipo de associação.

4 N.T. Insulto shakesperiano.

ALGORITMO

não são produzidos nem assumidos numa autêntica interação verbal. Existem, porém, insultadores automáticos, em segunda ou terceira pessoa, que envolvem diretamente o internauta. Mas há também geradores de palavras doces, frases sábias ridículas (como do Pipotron, arquivado desde 2009), provérbios, provérbios alterados, falsos textos aleatórios para web designers (como o famoso Lorem Ipsum), nomes próprios de todos os tipos (nomes de estrelas pornô, gângsteres, piratas, taxistas, vampiros, etc.). Por exemplo, a autora deste livro se chamaria, em 12 de junho de 2017, *Exotica Peachybutt* no Cinema X, *Can't-Remember-Where-the-DamnTreasure's-Buried Hester* num bando de piratas e *Sticky-Teeth Aurora* se ela fosse uma vampira.

Os algoritmos, aparentemente fora do campo da ciência da linguagem, devem, de fato, ser plenamente integrados à análise do discurso digital, pois fazem parte da composição híbrida das unidades linguageiras on-line e constituem uma parte das restrições discursivas on-line.

Tradução:
Juliana da Silveira



AMBIENTE

I. DESCRIÇÃO E DEFINIÇÃO

O ambiente é, em teoria do discurso, o conjunto dos dados humanos e não humanos no âmbito dos quais os discursos são elaborados. Esses dados dizem respeito a todos os domínios da existência: eles são sociais, culturais, históricos, materiais (objetos naturais e artefatos), animais, naturais, etc. A noção de ambiente é uma alternativa crítica à de contexto (ou de condições de produção ou de exteriores do discurso), comum em análise do discurso, que é mais centrada nos parâmetros sociais, históricos e políticos.

A noção de ambiente é utilizada em uma abordagem dos discursos que adota uma perspectiva pós-dualista (abordagem externalista que questiona a divisão *mente/corpo* e postula que a consciência humana se manifesta no exterior da mente, especialmente nos objetos e nas técnicas), uma visão simétrica das materialidades linguageiras (a matéria linguageira é compósita, constituída de uma mescla entre linguageiro e não linguageiro) e uma abordagem ecológica da produção dos enunciados (o objeto de análise não é mais apenas o enunciado, mas o conjunto do sistema no qual ele é produzido). Utilizar a noção de ambiente supõe sair de uma concepção egocentrada e logocentrada dos discursos (na qual a produção dos enunciados está a cargo dos locutores e o trabalho dos linguistas está centrado unicamente na matéria linguageira de suas produções) para adotar uma abordagem simétrica distribuída (os agentes produtores dos enunciados estão distribuídos no conjunto do ambiente).

Na análise do discurso digital, a noção de ambiente é central, uma vez que ela busca dar conta dos aspetos compósitos (tecnolinguageiros

e tecnodiscursivos) dos discursos: a técnica não é um simples suporte, e menos ainda uma ferramenta, mas um componente estrutural dos discursos. O agente enunciativo se encontra distribuído no ecossistema digital.

II. SITUAÇÃO DA NOÇÃO

A noção de ambiente não pertence à cultura teórica da análise do discurso nem das disciplinas do texto, do discurso e da interação em geral que falam, sobretudo, de contexto, ou de condições de produção.

1. Cognição social

A noção provém da abordagem cognitiva dos discursos, em que se fala de “ambiente cognitivo”. Em *La pertinence* (1989), Dan Sperber e Deirdre Wilson propõem, por exemplo, a noção de “ambiente cognitivo mútuo” (*mutual cognitive environment*). Mas é no domínio da cognição social que a noção é mais desenvolvida.

A cognição social propõe, desde o início dos anos 1990, uma alternativa à cognição internalista clássica. É um domínio muito amplo no qual várias correntes se constituíram, entre as quais a da cognição distribuída (*distributed cognition*). O princípio de base é o da mente estendida (*extended mind*) e os processos cognitivos são descritos como “distribuídos” entre os agentes e seu ambiente, compreendendo este ao mesmo tempo os objetos e artefatos, mas também as estruturas sociais no sentido amplo. O sistema cognitivo não é mais o indivíduo, mas o conjunto dos agentes humanos, não humanos e sociais, e a unidade de observação e de análise é, assim, fortemente modificada em relação à cognição individual (para uma síntese, ver Conein 2005). Foram os trabalhos de Edwin Hutchins (1995) e de seus colegas de San Diego que inauguraram esse domínio, no qual contamos também com pesquisadores como Bruno Latour, Phil Agre e Don Norman (1993), assim como Bernard Conein, Louis Quéré, ou Laurent Thévenot (1998) em uma versão francesa mais filosófica da sociologia cognitiva. O ambiente não é mais considerado como um pano de fundo para a cognição, mas como um conjunto de “recursos ambien-

tais”. Os objetos inanimados e os “dados públicos” (Bernard Conein 2004) não são mais “auxiliares periféricos”, mas formas de representação externa que intervêm nas elaborações cognitivas.

2. Teoria do discurso

A noção de ambiente é mobilizada desde o início na análise cognitiva do discurso (Paveau 2006, 2007), para dar conta da extensão da noção de contexto aos dados materiais e técnicos ausentes da análise do discurso em suas versões correntes (tecnologia discursiva). Em seguida, ela é instalada como noção alternativa à de contexto na abordagem simétrica dos discursos (Paveau 2009, 2010) para compreender melhor a relação constitutiva entre a ordem do discurso e a ordem da realidade, sobretudo material e técnica (Paveau, 2012a, 2012b).

A noção de ambiente participa da abordagem ecológica dos discursos exigida pelos traços particulares e às vezes novos dos discursos digitais nativos.

Tradução:
Wander Emediato de Souza



AMPLIAÇÃO

I. DESCRIÇÃO E DEFINIÇÃO. ESCRITA E ENUNCIÇÃO AMPLIADA

Empregamos aqui o termo *ampliação* em relação à noção de humanidade ampliada, conceito proposto por Douglas Engelbart em 1962, no âmbito do seu projeto de inteligência coletiva ampliada. Ampliar a inteligência humana é lhe oferecer ferramentas que prolonguem e desenvolvam suas capacidades. Nessa perspectiva, o computador e os ecossistemas da escrita digital ampliam as capacidades de escrita dos humanos permitindo-lhes realizações que a mão e a caneta não permitem, e abrindo-lhes novas possibilidades de expressão e de comunicação.

A escrita digital na ordem da razão computacional é uma escrita ampliada na medida em que suas capacidades expressivas e comunicacionais ultrapassam as da ordem da razão gráfica. A ampliação escritural é de dois tipos: a configuração das ferramentas de escrita da web social permite, de um lado, prolongar os escritos por adições (os comentários, especialmente) e por circulações facilitadas (compartilhamentos e reblogagem); de outro lado, ela permite, pela primeira vez na história da escrita, que vários escritores produzam um texto simultaneamente no mesmo espaço sem que suas enunciações sejam confundidas (como no sistema do pad). Nos dois casos, é a ordem da enunciação que é implicada e modificada, e a descrição tradicional do dispositivo enunciativo, resultante da teoria benvenistiana, deve ser revisada à luz dos dispositivos digitais.

Do mesmo modo, a atividade de leitura é igualmente ampliada online, principalmente pela prática do comentário, nos blogs, nos sites de imprensa ou nas redes sociais: a compreensão das mensagens não depende mais apenas da sua enunciação primeira, mas integra as enunciações

segundas, prolongamentos temáticos ou metadiscursos, que constituem os comentários, os compartilhamentos, as circulações.

II. EXTENSÕES DA INSTÂNCIA ENUNCIATIVA

Nos contextos digitais, a instância enunciativa não é mais, com efeito, assimilável a uma figura única, o enunciador, como ainda querem as teorias dominantes em ciências da linguagem. O esquema da enunciação provindo dos trabalhos de Benveniste, em particular, que identifica um enunciador, um enunciatário, um tempo e um lugar para a enunciação, continua em vigor, e permanece sempre a pergunta tanto no ensino como na pesquisa: “quem fala?”. No contexto digital, essa pergunta sofre um deslocamento e a noção de enunciador deve ser revisada graças à noção de ampliação.

1. O enunciador ampliado

O caso hoje bem conhecido do comentário de blog ou de rede social digital constitui uma modalidade de escrita ampliada: o comentário do blog, assim como o da rede social, não apenas adiciona conteúdo, mas prolonga o texto primeiro. Num blog, uma publicação assinada por um “autor” será ampliada pelas discussões, que podem, eventualmente, a ela ser incorporadas: em última instância, quem será o enunciador da publicação? Qual será a unidade textual a considerar para compreensão e análise? Limitar a unidade à publicação ou ao estatuto do proprietário de uma conta é um procedimento consideravelmente redutor em termos de contextualização e, portanto, de significação. De fato, os comentários produzem um efeito retrospectivo sobre as unidades primeiras e modificam, assim, suas significações. Se decidirmos, por exemplo, reblogar uma publicação de um outro site, ou integrá-la em outro espaço, ou mesmo imprimi-la, como devemos tratar os comentários e as respostas? Englobamos a todos, exatamente como estão, ou depois de ter feito uma seleção (nesse caso, com qual critério)? Como tratar os spams e a trolagem? A questão que se coloca é, finalmente, a da unidade-texto da publicação

de blog, e, correlativamente, a do valor da assinatura individual. Outras formas de ampliação são praticadas nas escritas digitais, como a realizada pelos links hipertextuais: o enunciador do texto-fonte se amplia com o dos textos-alvo que o escritor escolhe. Essas questões inéditas do off-line são diretamente postas pelas possibilidades tecnodiscursivas de ampliação das escritas digitais.

2. O enunciador coletivo

On-line, pode manifestar-se igualmente uma coletividade constituída por vários escritores, explícita e visualmente manifesta. Enquanto off-line, em superfícies impressas, os escritos produzidos de maneira colaborativa são, geralmente, homogeneizados para produzir um fio de discurso monológico, on-line, ou na tela, os diferentes escritores aparecem. O pad, ferramenta de escrita colaborativa, permite, de fato, escrever a várias mãos simultaneamente na materialidade do texto e os diferentes escritores são identificados por marcações de cores diferentes. A recente tese de Isabelle Cailleau, intitulada *Récit d'une enquête sur l'écriture numérique collaborative synchrone* (Cailleau 2015), coloca os problemas ligados a essa nova prática colaborativa, em particular, os da coerência textual e do estatuto enfraquecido da intenção dos escritores nesse dispositivo: tem-se nesse caso um modo de escrita que funciona mais pela emergência simultânea do que pela concepção prévia. O exemplo a seguir é um excerto de uma experiência de escrita colaborativa com um programa Pirate Pad: os três escritores, que escreveram simultaneamente, aparecem em cores (verde, azul e rosa), e é possível observar os traços de seu diálogo (jogo de perguntas-respostas, ocorrências de “é verdade”, retomada de *destaques*).

Será que nos reconhecemos nesses momentos, ou será que percebemos que a pessoa que escreve na tela, é realmente ela mesma. É ela mesma, mas com um tempo de reflexão. Vocês não se sentem deslocados, às vezes entre vocês mesmos e as ideias que aparecem no computador? Como se as ideias não passassem pela consciência, mas diretamente nas mãos, como nesse momento...

Deslocado, mas contudo presente. O único limite é justamente essas mãos que não conseguem nunca ir tão rápido quanto nossos pensamentos. Um modo de canalizar o eco, o reflexo. Eu me pergunto frequentemente como seriam os homens se eles pudessem transmitir todos seus pensamentos imediatamente. Um fluxo muito grande se desencadeariam, imagino... Issopode [sic] render boas coisas: Virginia Woolf ou Joyce.

Uma bela imagem "canalizar o eco": exatamente. Como fazer para escrever tão rapidamente como pensamos. Nós ainda não temos a chave, mas um dia talvez...

Enquanto isso, é necessário apesar de tudo que façamos diversas coisas ao mesmo tempo. Não sei vocês mas... quando eu cozinho, eu penso e também canto. Quando eu leio, eu posso também responder a uma conversa em curso no mesmo ambiente sem perder o fio... É possível estar presente na sua ação e presente na sua atenção. Mas presente na sua imagem e presente na situação me parece efetivamente mais complexo.

Será que a escrita no computador não nos dá a impressão de maior fluidez nessa descarga de pensamentos? eu escrevo mais rápido aqui que com minha caneta... É verdade...

E sobretudo eu aprecio o belo efeito de cor que se desenrola sob nossos olhos. Mas para organizar meus pensamentos, eu também recorro à caneta e ao papel. Do cérebro à mão, eu canalizo melhor a informação. Certamente porque a mão é minha ferramenta mais precisa. Quando eu vejo as letras que se desenham, eu tomo muito mais consciência daquilo que escrevo. O teclado é apenas uma sucessão de toques que se afundam. Eles imprimem um texto na tela mas o gesto da minha mão não está na escrita... já está lá no discurso...

e no entanto a tela te coloca imediatamente distante daquilo que você escreve, a tomada de consciência poderia ser mais imediata. É verdade: eu estou lendo as memórias de

Claude Lanzmann e ele começa por dizer que ele ditou inteiramente essa obra a uma amiga e que ele via seu pensamento aparecer na tela. Ele explica que era necessário para colocar uma distância de seu eu. Eu amo muito escrever à caneta. Sou incapaz de organizar meus pensamentos na tela. Para me dedicar à escrita de um texto, sua estrutura já está fixada no papel. A experiência que vivemos me fascina: vejo nossos pensamentos se organizarem e se estruturarem.

1. Exemplo de escrita coletiva realizada pelo editor de texto pad, caderno de pesquisa *Misanthropologue*, 11/10/2011, <<http://misanthropologue.hypotheses.org/251>>.

Tradução:
Juliana da Silveira

ANÁLISE DO DISCURSO DIGITAL

I. DESCRIÇÃO E DEFINIÇÃO. OS DISCURSOS NATIVOS DA INTERNET

A análise do discurso digital consiste na descrição e análise do funcionamento das produções languageiras nativas da internet, particularmente da web 2.0, em seus ambientes de produção, mobilizando igualmente os recursos languageiros e não languageiros dos enunciados elaborados. Chamamos de nativas as produções elaboradas on-line, nos espaços de escrita e com as ferramentas propostas pela internet, e não aquelas transpostas para o espaço digital conectado após a digitalização de espaços escriturais e editoriais pré-digitais. A análise do discurso digital cria dispositivos metodológicos e teóricos que podem dar conta do funcionamento específico dos discursos nativos da internet. Os discursos produzidos on-line possuem características linguísticas, nomeadamente morfográficas, lexicais, discursivas e semióticas em geral, das quais o corpus teórico da análise de discurso em contexto pré-digital, baseado em uma concepção tradicional das ciências da linguagem, não é capaz de considerar: não está, por exemplo, equipada para dar conta do funcionamento de uma hashtag, para categorizar uma URL, para descrever formas digitais do discurso relatado (tecnodiscurso relatado) ou mesmo para analisar as formas de classificação automática dos enunciados on-line (através dos buscadores, por exemplo).

A análise do discurso digital está baseada em uma noção simétrica que tem por objetivo discutir as concepções logocêntricas da linguística (Paveau 2009; Dias, Paveau 2016b orgs.). Uma linguística simétrica¹

¹ O termo *simétrico*, emprestado de Bruno Latour (Latour 1991), define uma abordagem pós-dualista dos fenômenos languageiros, na perspectiva de uma síntese do linguístico e do extralinguístico.

confere um lugar equivalente ao linguageiro e ao não-linguageiro na análise linguística, partindo de uma concepção compósita da língua e do discurso. Ela questiona a distinção entre o linguístico e o extralinguístico, estabelecendo um contínuo entre as matérias languageiras e seus ambientes de produção. É esse contínuo que é colocado como objeto para a análise, e não mais apenas suas matérias languageiras. Nesse sentido, a análise do discurso digital é uma ecologia do discurso.

II. CARACTERÍSTICAS DOS DISCURSOS DIGITAIS NATIVOS

Os discursos digitais nativos apresentam seis características que obrigam a repensar o instrumental teórico e metodológico da análise de discurso.

1. Composição

Os discursos digitais nativos são compósitos, ou seja, são constituídos por uma matéria mista que reúne indiscernivelmente o linguageiro e o tecnológico de natureza informática, de forma manifesta (caso da hashtag ou do pseudônimo no Twitter, por exemplo, dotados de marcas de composição) ou não manifesta (caso de todos os tecnodiscursos on-line que dependem dos programas informáticos). Esse tipo de composição tecnolinguageira é desenvolvida por um hibridismo semiótico: os tecnodiscursos podem ser plurissemióticos e mobilizar simultaneamente, e na mesma semiose, texto, imagem fixa ou animada, som (por exemplo, a imagem macro ou o cartaz).

2. Deslinearização

Os discursos digitais nativos não se desenvolvem obrigatoriamente em um eixo sintagmático específico do fio do discurso, de acordo com a teoria pré-digital: eles podem ser deslinearizados pelos links hipertextuais, que direcionam o texto fonte e seu leitor para outro discurso, em outra janela do navegador e outra situação de enunciação.

3. Ampliação

Os discursos digitais nativos revelam uma enunciação ampliada, por causa da conversacionalidade da web social (as publicações do blog são ampliadas pelos comentários) ou das ferramentas de escrita ubíquas (como as de escrita colaborativa que permitem uma escrita coletiva num espaço enunciativo único, mas com a identificação dos diferentes enunciadore).

4. Relacionalidade

Os discursos digitais nativos estão todos inscritos numa relação: com outros discursos, por causa da reticularidade da web; com os aparelhos, por causa da sua natureza compósita que faz com que os enunciados sejam coproduzidos com a máquina; com os escritores e os (escri)leitores, que passa pela subjetividade da configuração das interfaces de escrita e de leitura.

5. Investigabilidade

Os discursos digitais nativos se inscrevem, no sentido material do termo, num universo que nada esquece e que é percorrido por ferramentas de busca e de redocumentação. Eles são, portanto, investigáveis, ou seja, localizáveis e coletáveis para eventuais menções, utilizações, repetições, etc. Essa investigabilidade acontece devido à situação dos metadados: enquanto os metadados dos discursos pré-digitais são exteriores a eles (nos paratextos, por exemplo), os metadados dos discursos digitais nativos lhes são interiores (inscritos no código).

6. Imprevisibilidade

Os discursos digitais nativos são parcialmente produzidos e/ou formatados por programas e algoritmos, fato que os torna imprevisíveis para os enunciadore humanos, tanto no plano de sua forma (passando

automaticamente de um lugar de enunciação pré-digital a um lugar digital, um enunciado muda de forma), quanto no plano de seu conteúdo (algumas ferramentas, como os programas, redocumentam os discursos nativos dispersos, criando conteúdos originais).

Essas características específicas implicam a criação de instrumentos de análise adequados ou a adaptação de instrumentos já existentes em análise de discurso. Proporemos aqui, especialmente, as categorias gerais da tecnologia discursiva, tecnodiscursos e forma tecnolinguageira, e as categorias particulares de tecnopalavra, tecnosigno, tecnodiscurso relatado e tecnogênero de discurso.

Tradução:
Juliana da Silveira

CIBERVIOLÊNCIA DISCURSIVA

I. DESCRIÇÃO E DEFINIÇÃO. CIBERVIOLÊNCIA *VERSUS* DECÊNCIA TECNODISCURSIVA

Como nos espaços off-line, a noção de decência está relacionada às épocas, aos espaços e às culturas e é objeto de negociações permanentes no seio de acontecimentos discursivos morais desencadeados por enunciados violentos, descritos geralmente sob o termo ciberviolência¹. Esse é o fenômeno que descrevemos aqui: daremos uma descrição das ciberviolências discursivas que parte dos ambientes tecnodiscursivos e que dá conta da dimensão compósita do fenômeno. Não se trata, como é o caso da maioria dos trabalhos sobre a violência verbal on-line, de transpor para os universos discursivos digitais análises pré-digitais, e refazer análises logocêntricas que não integram os dispositivos sociotécnicos. A perspectiva da análise do discurso digital implica identificar o que é específico da transgressão dos valores de decência nos ecossistemas conectados.

Adotaremos uma classificação das modalidades tecnodiscursivas ou dos tecnogêneros de discurso que produzem a violência verbal, que se situa na interface das formas técnicas e dos domínios semânticos da violência. O comentário como funcionalidade técnica, o status (no Facebook) ou o tuíte estão nesta perspectiva² das formas técnicas; o sexismo, o racismo, a homofobia são os domínios semânticos. Entre os dois, certo

1 É o termo utilizado pelas organizações internacionais (a ONU, por exemplo), por vários governos, entre os quais o francês, pela maior parte da mídia e por numerosos pesquisadores, em particular, nos domínios da educação, da psicologia social ou da sociologia.

2 Ressaltamos “nesta perspectiva” porque, sob um ângulo mais geral, trata-se de tecnogêneros de discurso ou, em todo caso, de rotinas que possuem características linguageiras e discursivas.

número de modalidades propriamente tecnodiscursivas servem para o ataque ao outro, a humilhação e a transgressão dos valores de decência. Estas são formas tecnodiscursivas que não se poderiam elaborar fora da contribuição de dispositivos informáticos e digitais. Por isso, elas são verdadeiramente nativas da internet.

II. QUESTÕES DE TERMINOLOGIA

As palavras compostas por *ciber-*, embora um pouco datadas atualmente (elas correspondem aos primeiros estudos da internet nos anos 1980-1990 e carregam uma conotação ligada à ficção científica e à robótica), são sempre usadas para inscrever a violência verbal on-line.

Um relatório para o Observatório dos direitos da internet, elaborado por pesquisadores belgas (Walrave *et al.*, 2009), propõe, seguindo Vandenbosch e Van Cleemput (2009), a noção geral de *ciberagressão*, que reúne as formas mais ou menos violentas e mais ou menos assediadas: o *ciberprovocação* ou escárnio on-line, o *ciberdiscussão* ou discussão on-line, o *ciberataque* ou ação nociva única, o *ciberassédio* ou assédio sexual on-line e o *ciberbullying* ou ciberassédio moral que é marcado pela repetição³. Empregaremos aqui *ciberviolência verbal* para designar o conjunto desses fenômenos agressivos sob o ângulo dos discursos, atendo-nos mais particularmente ao exemplo do *ciberbullying*.

A noção de *ciberbullying* foi proposta no início dos anos 2000 por Bill Belsey, professor canadense, após o massacre de Columbine nos Estados Unidos, que desencadeia nele uma reflexão sobre o assédio e o abuso dos e para os adolescentes na escola. Ele o define da seguinte maneira:

Ciberbullying envolve o uso de tecnologias de informação e comunicação para apoiar o comportamento deliberado,

³ Encontra-se, na mesma ordem de ideias, *cyberthreats* (traduzível por *ciberameaças*), *ciberbullycídio* (palavra-valise que designa um suicídio resultante de um *ciberbullying*), ou *cibersexismo*. O composto com o termo *internet* ou *on-line* concorre com o elemento *ciber*, dado que são encontrados, também, comumente *assédio na internet*, *bullying na internet*, *perseguição na internet* (*stalking*), *agressão on-line* (consultar, por exemplo, Walrave *et al.*, 2009: 20).

repetido e hostil por um indivíduo ou grupo, que se destina a ferir os outros. [...] o cyberbullying pode acontecer através do uso de quase todos os meios pelos quais nos comunicamos na Internet, tais como: Mídias Sociais, como FaceBook e Twitter, e-mail, mensagens de celular (SMS) e mensagens multimídia (MMS), mensagens instantâneas, logs da Web difamatórios (Blogs), Websites pessoais, sites de pesquisa pessoal on-line e aplicativos, tais como Snapchat, Streetchat, Ask.fm, YikYak e outros, especialmente aqueles que encorajam o anonimato (Belsey 2006: on-line).

Ele funda dois sites importantes (www.bullying.ca e depois www.cyberbullying.ca) que se tornarão referências no assunto e difundirão a noção internacionalmente. As grandes características do ciberassédio, que é geralmente de ordem escritural, portanto languageira, são o anonimato, a ausência do face a face, o caráter permanente e a difusão massiva. Existe literatura anglófona considerável sobre o *cyberbullying*, essencialmente em ciências da educação e em psicologia (consultar, por exemplo, os trabalhos de Nancy Willard 2005, 2007a, 2007b, e a síntese de Tokunaga 2010) e alguns trabalhos sobre suas formas languageiras, na perspectiva da detecção automática. Nesta última perspectiva, os pesquisadores exploram, de maneira bastante clássica, o vocabulário da agressão verbal e do insulto, assim como algumas formas gráficas como as maiúsculas, por exemplo (consultar, por exemplo, Bayzick *et al.*, 2011 ou Marathe, Shirsak 2015). Um número bem menor de estudos está disponível em francês, e a obra-relatório do Observatório dos direitos da internet, publicada na Bélgica em 2009, se apoia significativamente sobre uma bibliografia quase inteiramente anglófona (Walmare *et al.*, 2009). Não existem, por outro lado, pesquisas sobre suas formas tecnolinguageiras e tecnodiscursivas na perspectiva da análise do discurso, do interacionismo ou da sociolinguística. Nos raros trabalhos que existem em linguística sobre a violência verbal on-line, não há, de fato, a consideração dos parâmetros tecnodiscursivos nem sociotécnicos, em geral, são aplicações de dispositivos de análise pré-digital de enunciados (por exemplo, em Bellachhab, Le Gal 2012, sobre as conversações on-line entre clientes e teleatendentes; Atifi 2014 e Atifi, Gauducheau, Marcoccia 2015, sobre a

violência verbal nos fóruns; ou Amadori 2012, sobre a violência polêmica nos comentários no YouTube⁴).

III. TIPOLOGIAS DOS TECNODISCURSOS VIOLENTOS

Encontramos ensaios sobre a tipologia do ciberassédio em uma perspectiva geral, não especificamente linguística, como a de Nancy Willard, por exemplo, que distingue, em sua obra de 2007, *Cyberbullying and Cyberthreats: Responding to the Challenge of Online Social Aggression*, as sete categorias seguintes: *flaming* (ataques verbais), *harassment* (assédio), *denigration* (difamação), *impersonation* ou *masquerade* (usurpação da identidade), *outing* ou *trickery* (difusão de informações íntimas sensíveis), *exclusion* (banimento ou redução ao silêncio) e *cyberstalking* (perseguição obsessiva). Os autores de “Detecting the Presence of Cyberbullying Using Computer Software”, que trata das cadeias de comentários da rede MySpace explorados por meio do programa *Bullytracer* (Bayzick *et al.*, 2011)⁵, enumeram nove categorias: *floodar* (ocupar o fio da discussão para impedir um internauta de publicar), *mascarar*, *trolar*, (*baiting* ou *isca*, isto é, interrupções verbais violentas destinadas geralmente a poluir ou acabar com as trocas), *assediar*, *ciberstalkear*, *ciberameaçar*, *humilhar*, *tirar do armário* e *excluir*. A lista proposta por Catherine Blaya, uma das raras pesquisadoras francesas que trabalham sobre a questão, comporta uma dúzia de categorias: textos cruéis ou humilhantes, captura e difusão de vídeos humilhantes, mensagens de insultos, exclusão de um grupo on-line, difusão de falsos rumores, grupos de ódio, invasão

4 O artigo de Sara Amadori é interessante, nesse sentido, porque ele descreve bem o dispositivo digital da plataforma Youtube e considera, portanto, o ambiente tecnodiscursivo. Mas o trabalho de análise dos comentários baseia-se em uma aplicação das teorias da argumentação e da polêmica pré-digitais, sem menção aos trabalhos em *internet studies* ou *medias studies*, ou em ciências da linguagem que recairiam especificamente sobre a violência verbal em contexto digital (com exceção aos trabalhos de Michel Marcoccia). A definição do *flaming*, por exemplo, é significativamente retomada de Ruth Amossy, que, em 2011, apresentou uma definição a partir de saberes pré-digitais separados dos modos e dos rituais de comunicação on-line (Amossy, 2011).

5 “O Bullytracer usa um dicionário de palavras código que são categorizadas como: palavras de insulto (*imbecil*, *idiota*), xingamentos (*puta*, *sacana*), e pronomes de segunda pessoa (*você*, *seu*). O Bullytracer marca cada postagem em uma janela com a categoria de cada palavra encontrada no dicionário” (Bayzick *et al.*, 2011: 2).

de perfis e usurpação de identidade, difusão de informações pessoais, de sexo por mensagens, mensagens ou chamadas ameaçadoras (Blaya 2011). Essas categorias, que são mais de tipo funcional ou psicológico, continuam imprecisas para uma abordagem linguística que queira apreender as formas languageiras e os dispositivos discursivos.

1. O critério direto *versus* indireto

O Observatório dos direitos da internet propõe em sua obra uma classificação mais refinada (na qual encontramos a maior parte dos itens precedentes), distinguindo o assédio direto, com “implicação direta da vítima (bullying “na cara”)” e o assédio indireto, que “se desenrola sem que a pessoa visada esteja consciente dele (bullying “pelas costas”)” (2009: 27).

As formas propostas do assédio direto são:

- *O ciberassédio físico* sob “a forma de prejuízo ou da anulação/interrupção das atividades TIC (tecnologia da informação) da vítima, ou de uma violação virtual em seu sistema”;

- *O assédio verbal on-line* ou *flaming*, descrito como um conjunto de “interações belicosas e de desprezo por e-mail e por meio de fóruns on-line” e de “ataques insultantes”;

- *O assédio on-line não verbal* pelo envio massivo de imagens explícitas ou por *happy slapping* (filmes curtos de espancamentos difundidos on-line);

- *O assédio social on-line* por exclusão ou silenciamento (por exemplo, nos sites ou fóruns de jogos on-line pouco receptivos a mulheres em geral).

Do lado do assédio indireto, encontramos:

- O *outing* ou revelação de informações pessoais de caráter sensível, sobre a sexualidade, por exemplo;
- A *usurpação de identidade* (*masquerade* em inglês): o assediador rouba a identidade de sua vítima, hackeando suas contas ou se fazendo passar por outra pessoa para abusar de sua vítima (impostura);
- A *difamação* (*denigration* ou *put-down* em inglês) que consiste em atacar o nome e a reputação de um indivíduo lançando, por exemplo, rumores maldosos;
- Os *sites de ódio*, lugares digitais dedicados à maldade direcionada a um indivíduo (uma página de Facebook, por exemplo) onde os internautas podem deixar comentários.

Nesta tipologia, consideraremos as categorias que colocam em jogo principalmente o uso da linguagem, embora, na realidade da comunicação digital, os diferentes códigos semióticos estejam estreitamente ligados.

2. O critério enunciativo

Proporemos aqui, a título heurístico, uma tipologia linguística da ciberviolência verbal, que, no entanto, encontrará rapidamente seus limites, devido à especificidade ambiental dos fenômenos e de sua variedade inovadora, como todo fenômeno de discurso. Parece que as sete grandes categorias seguintes podem ser propostas a partir de uma organização enunciativa⁶.

Em segunda pessoa, em contexto interacional

- O *ciberassédio verbal* ou flaming (mensagens de ódio e insultos) passam por endereçamentos diretos em segunda pessoa; a questão tecno-

⁶ O tratamento enunciativo proposto aqui afasta figuras como a Gramática Nazi ou o Troll, que serão tratados no verbete *Enunciador digital*.

linguística é de ordem pragmática (os efeitos dos discursos violentos no ambiente tecnodiscursivo) e sociodiscursivo (as normas de aceitabilidade dos discursos on-line e o papel dos trolls e dos impostores na elaboração dos discursos).

- A farsa (*masquerade*): um internauta escondido sob uma falsa identidade (um impostor) ataca ou engana um indivíduo; a questão tecnolinguística é a da verdade enunciativa e dos efeitos pragmáticos da mentira e da manipulação nos dispositivos de pseudonimato/anonimato da internet que criam efeitos de ausência.

- O *assédio social*: um internauta é banido de um site ou de um fórum, ou reduzido ao silêncio por discursos de intimidação, de ódio ou de ameaça; a questão tecnolinguística é de ordem pragmática, é a do silêncio e da silenciamento (ou do silenciamento, segundo Orlandi 2004) nos dispositivos comunicacionais dos fóruns que favorecem o anonimato/pseudonimato, a autoridade do moderador, a força do número e das possibilidades de circulação das mensagens.

Em terceira pessoa, em contexto descritivo, narrativo ou argumentativo

- A *difamação*, da simples *fofoca* ao boato maldoso; a questão tecnolinguística é de ordem ética (a da verdade dos discursos ou do ajustamento discursivo às verdades aceitas por um coletivo) e tecno-enunciativa (dispositivos de circulação viral e efeitos de ausência).

- O *outing* ou revelação, sem o conhecimento de um indivíduo e contra sua vontade, de elementos da vida privada sensíveis ou comprometedores; a questão tecnolinguística é a enunciativa, dos dispositivos de circulação viral e dos efeitos pragmáticos da revelação.

- A *usurpação de identidade*, colocando em jogo o hackeamento de uma conta de troca de mensagem ou de rede social: a questão linguística posta é a da própria enunciação do sujeito, fonte de suas palavras, uma

vez que ele se encontra duplicado por um outro sujeito que produz discursos em seu lugar (em terceira pessoa) e em seu nome (voltando a uma primeira pessoa). Essa usurpação enunciativa é fortemente articulada às possibilidades técnicas do hackeamento e constitui então uma questão propriamente tecnodiscursiva.

- Os *sites de ódio*, grupos ou páginas dedicados a caluniar um indivíduo, são espaços organizados para receber os enunciados de difamação, apresentando-se, às vezes, como os livros de visita do ataque contra alguém. Existem, por exemplo, grupos de Facebook intitulados *Eu odeio Donald Trump*, *Eu odeio Justin Trudeau*, *Eu odeio Hillary Clinton*, mas também *Eu odeio nerds*, *Eu odeio diálise* ou *Eu odeio coentro*. Eles funcionam de forma simétrica aos sites, grupos ou páginas dedicadas a mensurar a popularidade; esse aspecto quantitativo, permitido pelo dispositivo digital, faz dele um espaço de natureza tecnodiscursiva.

O flaming e a difamação são as formas mais frequentes segundo os resultados do estudo que Francine Dehue e seus colaboradores dedicaram à questão, publicados no “Cyberbullying: Youngsters’ Experiences and Parental Perception”, no qual afirmam: “A natureza de assédio mais frequentemente usada foi o xingamento e a fofoca” (Dehue *et al.*, 2008: 217).

Mas, além das dimensões enunciativas, pragmáticas ou éticas mencionadas, são igualmente considerados parâmetros técnicos e práticos que contribuem fortemente com a natureza dos tecnodiscursos de ódio. Eles devem, então, fazer parte na análise do discurso da ciberviolência verbal.

IV. PARÂMETROS TECNODISCURSIVOS

Se quisermos evitar, de um lado, as análises desconectadas da realidade (o que concerne à análise do discurso em geral, e não somente à digital) e, de outro, o uso de ferramentas e de teorias pré-digitais para dar conta dos discursos nativos da web nos quais as condições de produção são específicas aos ambientes tecnodiscursivos, deve-se observar

os parâmetros da comunicação on-line que marcam os discursos digitais com certas características.

1. O anonimato-pseudonimato

Mostramos alhures (Paveau 2015a, 2015b) que o pseudonimato na internet constituía uma verdadeira cultura enunciativa e discursiva. Lembramos que, fora dos espaços da *dark web*, e dos processos de encriptação dos dados e da navegação privada, o anonimato não existe na internet, dado que todo rastro é assinado, pelo menos, pelo endereço de IP do computador utilizado. É, então, o pseudonimato que prevalece na internet e que apresenta um amplo inventário de possibilidades de criação e de gestão de identidades on-line, das mais criativas e luminosas às mais nocivas e sombrias. No que diz respeito à ciberviolência verbal, ele desempenha um papel não negligenciável de intensificador: como o alvo não pode identificar a fonte, esta torna-se uma fonte enunciativa onipotente (podendo produzir discursos sempre e em toda parte de maneira imprevisível). O esquema enunciativo clássico não funciona neste tipo de comunicação, que não apresenta simetria entre locutor e interlocutor, mas, ao contrário, uma profunda assimetria. A vítima não pode, então, acionar os dispositivos discursivos de defesa que seriam dirigidos contra seu agressor, indetectável e desconhecido.

2. O efeito de ausência e a *cultura do quarto*

Ao pseudonimato está estreitamente ligado o que chamaremos de *efeito da ausência*, simétrico ao efeito de presença frequentemente abordado a propósito das trocas on-line: Louise Merzeau descreveu amplamente a noção de presença digital em uma tensão entre disseminação incontrolada de seus rastros e possibilidades de reapropriação, sobretudo, pela redocumentação (Merzeau 2009, 2010). A comunicação on-line, dado que não implica a pessoa física, produz um efeito de ausência ampliado pelo pseudonimato que determina, então, o tipo de resposta ao ataque verbal, e, por conseguinte, o desenvolvimento

das interações verbais. Podemos falar, a este respeito, para os adolescentes em particular, da *cultura do quarto (bedroom culture)*, noção proposta pela socióloga Angela McRobbie em 1978 e desenvolvida com Jennie Garber (McRobbie 1978, McRobbie, Garber, 1978) para designar as culturas adolescentes femininas que se distinguem daquelas dos meninos pela escolhas do espaço (o interior e o quarto para as meninas e o exterior ou a rua para os meninos). Mais recentemente, Sian Lincoln retomou esta noção para dar conta da maneira como as jovens utilizam as tecnologias da internet, em particular por meio do telefone, para demarcar seu espaço cultural e viver suas relações de amizade e amorosas (Lincoln 2013). Esta noção apresenta um duplo interesse para a análise do discurso digital: inicialmente, um interesse desmistificador, uma vez que ela mostra que o isolamento num espaço confinado não está ligado à chegada da internet, mas tem sido vivenciado bem antes, desde a Segunda Guerra mundial; e igualmente um interesse descritivo para a análise do discurso digital na medida em que ela nomeia um ambiente tecnodiscursivo comum para os adolescentes em particular, no qual não existe supervisão dos adultos. Fora do controle dos adultos, a cultura do quarto é, então, um espaço onde a ciberviolência verbal encontra as condições propícias de realização.

3. O efeito *cockpit*

Inversamente, do ponto de vista do *hater* ou do assediador, a vítima, sem presença física e sem poder ser concretamente conhecida, tem um aspecto virtual que estimula, sem dúvida, um relaxamento da censura verbal. Não havendo contato físico, visual ou interacional com seu alvo, como um aviador que lança uma bomba ou um piloto que manipula um drone, o locutor produz um discurso, ao mesmo tempo, direcionado e não direcionado, dirigido a um interlocutor, ao mesmo tempo, presente e ausente, e que não suscita, assim, empatia. Ademais, ele não percebe seu ato de linguagem como perigoso para si mesmo, protegido pelas paredes de um *cockpit* imaginário. Esta expressão, mobilizada no campo digital por Catherine Blaya (2013), designa as

condições de produção dos discursos fortemente ligados ao pseudônimo e ao efeito de ausência que implicam modificações notáveis dos esquemas enunciativos habituais.

4. O deslocamento da relação de poder

A questão do poder está no centro da análise do discurso em sua tradição francesa e deve ser considerada pela análise do discurso digital. On-line, os esquemas de análise pré-digital não funcionam mais e é preciso integrar o parâmetro tecnológico. Catherine Blaya considera que os adolescentes, atualmente, são “tecno-poderosos” (Blaya 2013) e deve-se, efetivamente, considerar o poder discursivo daquele que detém as competências digitais, além ou ao lado das primazias sociologicamente mais tradicionais como a classe social, o poder econômico, o gênero ou a força física. On-line, o detentor do poder discursivo é aquele que detém o saber-fazer tecnológico, informático e digital, as práticas de publicação, de difusão, de indexação e de compartilhamento. Recuperando a força do pseudônimo, do efeito de ausência e do efeito cockpit, o locutor digital desloca a relação de poder tradicional dominando os efeitos tecnopragmáticos dos discursos digitais.

5. A inseparabilidade

Pouco falamos dos aparelhos neste trabalho, o que alguns pesquisadores chamam ainda de “suportes”, porque a perspectiva ecológica pós-dualista da análise do discurso digital considera o aparelho como um elemento intrínseco do ambiente e não uma simples ferramenta “sobre” a qual os discursos seriam produzidos, como se eles tivessem uma autonomia. Mas é preciso integrar, numa perspectiva de recepção, o uso do aparelho pelos internautas: temos nosso telefone constantemente conosco, e nossos computadores e *tablets* não nos abandonam. Ademais, permanecemos conectados com nossos aparelhos, nosso telefone em particular, por razões práticas, sociais, familiares ou profissionais, que são também obrigações. Falamos da inseparabilidade para designar esta

ligação obrigatória com o aparelho, que é mais crucial para os jovens e adolescentes (Walrave *et al.*, 2009: 16). No plano discursivo, isto quer dizer que os discursos de ciberassédio não podem ser evitados, o que lhes dá um traço prescritivo inédito, que deve ser incluído em sua descrição tecnodiscursiva.

6. A viralidade

Último parâmetro que caracteriza os discursos na internet, e que reforça os efeitos pragmáticos dos discursos da ciberviolência: a viralidade. Pode-se defini-la como a associação de dois sub-parâmetros: a quantidade de emissores e receptores e a rapidez da propagação. Uma postagem em um fórum ou rede social, um tuíte, um comentário, será compartilhado com um número muito importante de receptores em pouquíssimo tempo, por meio dos dispositivos técnicos das plataformas (listas de difusão, ficheiros, inscrições, assinaturas) e, sobretudo, devido à dimensão fractal do compartilhamento (um internauta compartilha, por exemplo, um conteúdo numa lista de 300 pessoas que podem, cada uma, compartilhar com 300 pessoas ou mais, e isto de maneira quase infinita). Da parte da emissão, o número de internautas presentes ao mesmo tempo em uma rede pode atingir um estado de “tempestade virtual” on-line, os ataques sendo nutridos pela multiplicidade de participantes. A própria natureza da produção tecnodiscursiva é afetada por isso e se torna difícil tratar os enunciados de maneira logocentrada, descrevendo-os sob o ângulo do interdiscurso, sem considerar sua viralidade, que tem consequências pragmáticas importantes.

V. AS RESPOSTAS TECNODISCURSIVAS

Estes parâmetros permitem ou implicam a formulação de certo número de respostas tecnodiscursivas para a ciberviolência discursiva, aspecto raramente tratado no campo da violência verbal em geral, especialmente pré-digital, mas que, evidentemente, faz parte do fenômeno. É cada vez mais necessário abordar as respostas tecnodiscursivas aos

discursos violentos e agressivos que on-line são visíveis devido à publicidade e à investigabilidade das interações. Elas são menos possíveis - e, às vezes, até impossíveis - de reunir no quadro da violência verbal off-line, especialmente privada. Elas devem ser igualmente consideradas em uma análise do discurso digital porque elas são o objeto de certo número de metadiscursos processuais on-line: de acordo com a natureza eminentemente reflexiva da internet, conselhos, guias e recomendações são abundantes, explicando como tratar a violência verbal on-line.

1. Flame wars, shitstorms e tweetclashes⁷

Um primeiro tipo de resposta às mensagens de ódio on-line é a resposta explícita, que poderá, frequentemente, desencadear uma discussão mais ou menos longa e mais ou menos violenta entre dois ou vários internautas. Existem várias denominações para esse tipo de interação on-line, da ordem do familiar ou da gíria. A mais antiga, *flame war*, literalmente “guerra de mensagens incendiárias”, pertence a uma família lexical que apareceu desde os inícios da internet (começo dos anos 1990), construída em torno de *flame* (chama), que designa uma agressão verbal violenta, frequentemente fundada em ataques pessoais: o *flaming* designa a prática da agressão verbal em um fórum ou um site, frequentemente em um contexto argumentativo: o *flamebait* é um artigo ou mensagem agressiva destinada a deflagrar uma *flame war* (*bait* significa “isca”); o *flamer*, literalmente “incendiário”, é o autor da mensagem. Essas denominações bastante específicas da web 1.0 têm desaparecido um pouco da internet e têm sido substituídas por outras, ligadas aos contextos da web social: um *tweetclash* é uma discussão no Twitter, e o termo genérico *shitstorm* designa frequentemente as discussões nas mídias sociais. Esses são os termos em inglês que têm sido mantidos e são adaptados em português, e é raro encontrar os termos em português (a tradução mais próxima seria *bate-boca*). Em todo caso, a resposta verbal à ciberviolência desencadeia a discussão.

7 N.T. Optamos pela manutenção dos termos em inglês, pois trata-se de um vocabulário bastante volátil no tempo, e qualquer atualização para os termos equivalentes atualmente utilizados em português brasileiro se tornaria rapidamente obsoleta.

2. Silêncio, bloqueio, ocultação, banimento

Uma outra resposta pode ser o inverso: o silêncio. Uma antiga lei da internet, “não alimente o troll”, aconselha não nutrir os *haters*/odadores e permanecer em silêncio diante de qualquer tentativa de *flaming*. O internauta dispõe de vários procedimentos: o silêncio, mas também, o bloqueio, a ocultação e o banimento, que são ferramentas tecnodiscursivas por excelência.

O bloqueio consiste em ativar uma função que permite a um internauta impedir um outro internauta de ver suas publicações on-line, públicas ou privadas. Se você bloqueia uma pessoa no Facebook, por exemplo, ela não poderá mais, como diz a função “Ajuda” da plataforma:

- Ver o que você publica no seu feed de notícias
- Identificá-lo
- Convidá-lo para eventos ou grupos
- Começar uma conversa com você
- Adicioná-lo a sua lista de amigos

A pessoa bloqueada não recebe informação explícita no Facebook, mas pode ler uma mensagem protocolar que aparece em caso de inacessibilidade a uma conta, seja qual for a razão (suspensão pelos administradores da plataforma, por exemplo): “Desculpe, este conteúdo não está mais disponível no momento. O link que você seguiu pode ter expirado ou a página pode ser acessada apenas por um grupo do qual você não faz parte”. Em outras redes, como Twitter, o bloqueio é explicitado: se eu consulto a conta de um internauta que me bloqueou, eu posso ler a mensagem seguinte: “Você foi bloqueado, você não pode nem seguir @X, nem ver os Tweets de @X.”. Clicando em “saiba mais”, eu leio:

Alguém bloqueou minha conta

O Twitter oferece aos usuários diversas ferramentas para melhor controlar sua experiência. O bloqueio é uma delas. O bloqueio permite aos usuários impedir que algumas contas os contatem, vejam seus Tweets e sigam elas. Se

you were blocked by a user on Twitter, you can always block other accounts (including the one you blocked).

If you access the profile of an account that you blocked, a message will appear to advise you that you are blocked. Moreover, you will not be able to see the Tweets and the Moments of that user, nor other information related to that account.

You can mark an account that you blocked.

Go to the profile page of the account you want to mark:

Click or keep the cursor over the “Engrenagem” (gear) icon (on the web or on Twitter for iOS) or keep the gear icon pressed (on Twitter for Android).

Click or keep the gear icon pressed on the Mark button.

We will, in a follow-up, provide you with complementary information about the problem you are signaling.

For more details about blocking, especially information about the mode in which it limits interactions between accounts, read this article.

Trata-se, então, de um gesto tecnodiscursivo não verbal com enunciado implícito: o bloqueio não se reduz a um gesto técnico, mas está associado a uma mensagem de interdição. Como o pedido de amizade, ele constitui um enunciado gestual e uma forma do ritual tecnodiscursivo. Vemos, além disso, no excerto acima, que o gesto de bloqueio pode ser considerado como uma ciberviolência, porque é possível marcá-lo como uma disfunção ou um abuso.

A ocultação, função que existe nas redes sociais sob formas diferentes (“ocultar” no Twitter ou a função “deixar de seguir” no Facebook) permite ao internauta não ver mais os conteúdos da pessoa ocultada em seu feed de notícias, mas conservar a relação de amizade ou de assinatura; as pessoas ocultadas não sabem das restrições de que elas foram objeto. A plataforma Facebook propõe igualmente uma gama de restrições de conteúdos que ela chama de “tomar distância”: aqui, ainda, as ferramentas técnicas produzem discurso implícito que modela as relações sociais. A sociabilidade digital funciona de maneira análoga à sociabilidade off-line, mas permite, sem dúvida, mais flexibilidade e variedade na construção das relações.

Silêncio, bloqueio e ocultação são procedimentos acessíveis aos internautas sem responsabilidade particular; o administrador ou o moderador de um fórum, de uma lista de discussão ou de uma simples página de Facebook tem acesso a um outro procedimento ligado ao silêncio: o banimento. Trata-se de um bloqueio na fonte, que impede um internauta de ter acesso às atividades de um coletivo on-line. O banimento é descrito e enquadrado por normas (de acordo, como sempre, com a reflexividade da internet e sua natureza metadiscursiva), e corresponde a procedimentos precisos frequentemente descritos nos tutoriais. Estes procedimentos são, às vezes, chamados rituais, especialmente nos sites de jogos on-line. O site Forumactif, por exemplo, que é um fórum de fóruns, propõe uma página-tutorial destinada aos administradores, apresentando as diferentes etapas de banimento e suas janelas, segundo o internauta seja membro ou administrador. Uma das janelas de administrador se apresenta do seguinte modo:

Campos especiais unicamente para administradores

Esses campos não podem ser modificados pelo usuário. Aqui, você pode definir o status deles e outras opções não disponibilizadas aos usuários.

Membro do grupo: Nenhum grupo no momento

Sim Não Banido

(Facultativo) Por uma duração de Dias

Pelo seguinte motivo:

Pode enviar ou receber Mensagens Privadas: Sim Não

2. Janela de banimento para administrador
(<<http://forum.forumactif.com/t134650-le-bannissement>>).

O banimento é igualmente o lugar de uma inventividade tecnográfica importante, cada fórum ou grupo ou espaço propondo janelas de banimento particulares, com ilustração fixa ou animada, efeitos icônicos e gráficos, etc.

Os administradores das redes sociais dispõem igualmente de suspensões ou exclusão de contas. É preciso igualmente mencionar a exclusão de comentários, que começa a se observar nos sites dos grandes jornais, como solução silenciosa radical à ciberviolência verbal considerada como incontrolável, mesmo contando com equipes de moderadores (para mais detalhes, ver o verbete *Comentário*).

3. A moderação, uma metadiscursividade

Os comentários nos sites, blogs ou redes sociais são prontamente tomados como objetos por analistas do discurso, pois eles são um material fácil de coletar e de observar. Sua moderação, que constitui uma forma menos acessível de discursividade, é, por isso, amplamente ignorada pelos trabalhos sobre o digital. O gesto tecnodiscursivo de moderação é, no entanto, de importância crucial para a própria natureza dos comentários on-line, uma vez que os seleciona e, portanto, de certa forma, os faz existir. A moderação dos comentários constitui uma metadiscursividade na medida em que os enunciados primeiros, os comentários postados pelos internautas, são objeto de três operações: leitura, avaliação e decisão de validar ou excluir. Após essas operações, quando os comentários são finalmente postados, eles adquirem então um status de enunciados segundos ou mediados. A moderação dos conteúdos é, portanto, uma atividade, ao mesmo tempo, tecnológica, discursiva e cognitiva. Ela é tratada no quadro da ciberviolência verbal porque, como explica uma moderadora de sites de imprensa, a maioria dos comentários postados on-line provém de um discurso de ódio:

Não se trata de algumas reações. Não se pode dizer que são alguns desavisados, alguns imbecis, quando você conta milhares de reações como esta todos os dias. Um dos meus colegas destaca que poucas pessoas imaginam o que lemos todos os dias. Ainda mais nesses momentos, porque é impossível de imaginá-los sem estar imerso neles. Muitas pessoas pensam que se trata de “trolls”, que isso é raro, mas não é. Os poucos exemplos mencionados de forma indireta/à demi-mots representam uma grande parte do que recebemos todos os dias. Foi o caso na noite de sexta-feira por várias horas, as incitações ao ódio se tornando a grande maioria dos conteúdos recebidos⁸.

Existem vários tipos de moderação, dependendo das escolhas tecnológicas e políticas dos sites e plataformas: moderação automática ou manual, moderação *a priori* ou *a posteriori*.

8 Valérie, em declaração à revista *basta!* de 18 de novembro de 2015, depois dos atentados de 13/11/2015, em Paris <<http://www.bastamag.net/Apres-lesattentats-de-Paris-une-moderat>>.

A plataforma do Facebook mantém um sistema de moderação automática por bloqueio de determinado número de termos, como indicado na página “Ajuda”:

Filtros automáticos podem ocultar comentários que tenham sido identificados como indesejados, incluindo comentários contendo palavras que são bloqueadas em sua Página. Esses comentários aparecerão em cinza para os administradores da página, mas não serão visíveis para outras pessoas. Para ver um comentário que aparece em cinza, passe o cursor do mouse sobre o comentário e, em seguida, clique em **Exibir**.

Trata-se, então, de um dispositivo simples de filtragem lexical, como existe em muitos softwares e aplicativos na web. Mas a maioria dos sites que aceitam comentários praticam, principalmente, uma moderação manual, que mobiliza trabalhadores da web. A moderação de comentários se transformou, certamente, em uma verdadeira atividade profissional e os jornais estão usando cada vez mais empresas externas para moderar seus conteúdos.

Os comentários são moderados de duas maneiras, *a priori* ou *a posteriori*. A moderação *a priori*, que é a mais frequente, é feita antes da publicação, verificando a conformidade dos enunciados aos critérios das autorizações e regras adotadas pelo site. O trabalho realizado decorre então, da ética do discurso e os moderadores se tornam os segundos produtores dos discursos de comentários. Quando o moderador é o autor do artigo, que é o caso em blogs pessoais ou, ocasionalmente, em alguns jornais, então a moderação combina metadiscursividade e diálogo, seja o processo implícito (a atividade de leitura-interpretação e validação) ou explícito (o autor-moderador responde a uma pergunta feita em um comentário). A moderação torna-se uma atividade meta-interacional. É a mais utilizada. A moderação *a posteriori*, que implica uma troca após a publicação do comentário, é de fato sempre interacional, e envolve mais os autores dos artigos. A moderação *a priori* aparece, frequentemente, como redutora da liberdade de expressão, até como uma forma de censura, sendo a moderação *a posteriori* mais considerada como asseguradora de

mais democracia. O site *Médiapart* fez esta última escolha, por exemplo, escolha política em favor de uma liberdade de expressão máxima.

O exame do conteúdo das autorizações/dos painéis des chartes dos sites permite detalhar o gesto tecnodiscursivo da moderação. Tomaremos o exemplo do diário regional *Le progrès* (região de Lyon), que distingue de modo significativo os imperativos jurídicos e as escolhas éticas da redação:

Os comentários contrários às disposições previstas por lei serão sistematicamente excluídos:

- a incitação ao ódio racial e comentários racistas, anti-semitas e xenófobos;
- a negação de crimes contra a Humanidade e dos genocídios reconhecidos, e a apologia de crimes de guerra e/ou terrorismo;
- as afirmações homofóbicas ou sexistas;
- as afirmações de natureza violenta, pornográfica ou pedófila;
- a difamação e os insultos entre internautas ou contra terceiros;
- os ataques à vida privada ou à presunção de inocência; a usurpação de identidade;
- o desrespeito aos direitos autorais e à propriedade intelectual;
- a incitação a cometer crimes ou contravenções, a apologia das drogas;
- o apelo ao homicídio e a incitação ao suicídio;
- a promoção de uma organização reconhecida como sectária.

A redação também se reserva o direito de excluir:

- as mensagens que não estão relacionadas com o conteúdo do artigo (fora do assunto);
- as expressões agressivas, rudes, ataques diretos e insultos entre internautas;
- a retomada parcial ou total das mensagens postadas no espaço privado dos inscritos e os acertos de contas entre internautas sobre este assunto;
- os ataques nominais a um ou mais jornalistas do Progrès (no entanto, é permitida a crítica reflexiva e construtiva da linha editorial ou dos artigos do jornal Progrès);
- a crítica à moderação (em caso de desacordo, você pode enviar um e-mail para a equipe editorial clicando aqui);
- as mensagens de caráter abertamente publicitário;
- os comentários que não respeitam as vítimas.

O desrespeito regular dessas regras pode dar origem a uma advertência de nossa parte. Se as advertências repetidas não forem consideradas pelo internauta, ele terá sua conta suspensa⁹.

Entendemos que a moderação é uma espécie de análise ética e jurídica do discurso que constitui um verdadeiro trabalho de leitura e interpretação, envolvendo as competências e os saberes, mas também os valores e as emoções dos moderadores. Estes não são, na verdade, meros leitores tomando decisões em plena consciência, mas devem realizar um trabalho de monitoramento e de documentação, eventualmente

9 Extraído da página <<http://www.leprogres.fr/a-propos/charte-moderationcommentaires>>.

fundamentado, para elaborar um metadiscorso sobre os comentários. A moderadora de sites de imprensa mencionada acima explica a natureza de seu trabalho no momento dos atentados de 13 de novembro de 2015 na França: verificar as informações em tempo real, observando os principais canais de informação, e seguir, de modo preciso, o progresso do evento ao ler os comentários que vão chegando em grande número. Ela também confirma que a moderação pode decorrer do diálogo, quando os internautas dão retorno sobre a moderação a que foram submetidos, e também propõe uma forma de teoria profana da ciberviolência:

Às vezes, é interessante - mesmo que seja raro - descobrir que alguns usuários, depois de ver que foram moderados, nos agradecem. Eles nos dizem que perceberam o que haviam escrito e que não tinham se dado conta da gravidade do que estavam dizendo. Mesmo que possamos duvidar de sua sinceridade, também sabemos que o efeito manada e de massa acontecem. Consta-se, claramente, nas páginas de Facebook dos jornais onde as reações são publicadas antes da moderação: essas reações são muito mais violentas e é de se supor que a leitura de expressões extremamente violentas e racistas pode dar a impressão a alguns que o que eles pensam não é, no fundo, tão grave, porque é dito por outros¹⁰.

A ciberviolência deriva, então, de uma forma de doxa; a frequência de uma declaração leva à ideia de sua legitimidade.

À moderação humana pode-se adicionar, às vezes, um dispositivo de alerta específico. Em abril de 2016, o site da Associação de Alain Soral¹¹, <EgaliteEtReconciliation.fr>, foi condenado a colocar um botão para denunciar comentários racistas, antissemitas ou outros, passíveis de punição legal, que pode ser usado pelos internautas com a finalidade de exclusão. Como os editores de sites não são penalmente responsáveis pelos conteúdos publicados pelos internautas, segundo a lei da confiança

10 Testemunho de Valérie à revista *basta!* de 18 de novembro de 2015 <<http://www.bastamag.net/Apres-les-attentats-de-Paris-une-moderat>>.

11 Alain Soral é um conhecido ensaísta e polemista, inscrito nas tradições ideológicas da extrema-direita francesa.

na economia digital, era necessário, em contrapartida, que esses conteúdos ilegais pudessem ser detectados e excluídos. Esse dispositivo é bastante raro e está, neste caso, no contexto de um site de extrema-direita. Mas é interessante constatar que a moderação é, aqui, finalmente, um gesto tecnodiscursivo duplo: à leitura dos comentários pelos moderadores soma-se o alerta feito pelos leitores.

Até agora, a moderação só foi abordada como um trabalho feito individualmente, por um único leitor que assume a leitura-interpretação de maneira vertical. Existem, no entanto, dispositivos coletivos, como a recente implementação de uma moderação participativa no aplicativo de vídeos ao vivo *Périscope*, explicada em um artigo do jornal *Les Échos*:

Este sistema funciona em várias fases: durante uma retransmissão, os espectadores podem, primeiro, alertar sobre um comentário considerado abusivo ou spam. O usuário que emite o aviso não verá mais comentários postados por essa pessoa. Ao mesmo tempo, o aplicativo seleciona, aleatoriamente, um grupo de usuários e lhes pede para decidir se o comentário deve ser excluído. Este dispositivo visa a evitar uma moderação arbitrária. Se uma maioria estima que sim, o autor da mensagem litigiosa recebe uma notificação de proibição temporária para postar mensagens nesta retransmissão. Se ele reincide novamente, ele é excluído dos comentários pelo restante da emissão¹².

Trata-se de uma forma de automoderação, em tempo real, que não é, contudo, sistemática: são os usuários que optam por ativar a moderação, e os internautas, escolhidos aleatoriamente, podem excluir-se do dispositivo a qualquer momento. Este novo tipo de moderação horizontal pode, eventualmente, introduzir possibilidades de autorregulação da web na prática dos comentários de ódio.

12 <<http://www.lesechos.fr/tech-medias/hightech/021986051453-periscopemet-en-place-la-moderation-des-commentaires-2002964.php?RUFFdJyaAcFMDuLj.99>>.

4. Denúncia, *outing*, publicação

Outro tipo de resposta é a colocação da ciberviolência verbal em evidência pública ou institucional, a fim de desencadear uma sanção ou reação desse tipo. É, então, uma forma de denúncia virtuosa que tem, on-line, várias formas nativas: apontar um conteúdo violento pode ser feito por meio da denúncia, do *outing* ou da exposição pública.

Denúncia

A denúncia é outro gesto tecnodiscursivo que consiste em utilizar um dispositivo pré-instalado nos sites e plataformas para indicar um conteúdo moralmente ou juridicamente questionável. O termo *denúncia, reporting* em inglês, é empregado no seu sentido jurídico e administrativo: trata-se de informar a uma autoridade um fato ou um discurso perigoso, transgressivo ou ilegal, de modo que eles sejam responsabilizados oficialmente. A denúncia consiste em duas operações: um clique na função de denúncia e um segundo clique explicativo. No Facebook, por exemplo, a frase de instrução *Denunciar a publicação*¹³, que aparece no menu suspenso de uma publicação e leva a uma janela que oferece três opções ao internauta: 1) “É chato ou desinteressante”; 2) “Eu acho que não devia estar no Facebook”; 3) “É conteúdo indesejado”□.

A denúncia também é objeto de medidas governamentais ou institucionais mais oficiais por meio de espaços digitais reservados tal finalidade. O governo francês lançou um site inteiramente dedicado a esta atividade tecnodiscursiva, <internet-signalement.gouv.fr>, que oferece um botão vermelho imponente “DENUNCIAR” na página inicial, com a seguinte apresentação:

A Internet é um espaço de liberdade onde cada um pode se comunicar e se desenvolver. Os direitos de todos devem ser respeitados, de modo que a “tela” continue a ser um espaço

13 N.T. A versão atual do Facebook, em português, oferece a seguinte frase: “Obter apoio ou denunciar publicação” (consulta realizada nessa rede social em 17/09/2020).

de trocas e de respeito. É por isso que os poderes públicos colocam este portal à sua disposição. Clicando no botão “DENUNCIAR”, você pode enviar denúncias de conteúdo ou de comportamentos ilícitos que você tenha encontrado durante o uso da Internet.

O anonimato é proposto, mas a identificação é protegida: “Se você optar por se identificar, você não será contatado (exceto em casos especiais). Sua identidade será mantida em sigilo. Sua denúncia será mantida em nosso banco de dados por 10 anos e depois excluída.” O procedimento obriga o usuário a passar por várias etapas de informações, avisos e conselhos que se destinam a triar as denúncias, a fim de evitar os fatos que exigem medidas urgentes (“As denúncias não são verificadas à noite, nos fins de semana e nos feriados: **não relate nenhum conteúdo que exija intervenção urgente** (por exemplo, o aviso de um suicídio)”)¹⁴, os problemas de consumidores (“Para um problema de consumo, qualidade ou segurança dos produtos comerciais, escreva à Direção Geral da Concorrência, do Comusmo e da Repressão de fraudes (DGCCRF)¹⁵, acessando <www.economie.gouv.fr/dgccrf>”), ou as denúncias massivas vindas das redes sociais:

Alguns usuários incentivam seus contatos das redes sociais a denunciar massivamente, no site <www.internet-sigalement.gouv.fr>, conteúdos que os chocaram particularmente. Estes incentivos são bem-intencionados – combater os conteúdos ilícitos na Internet –, mas se provam contraproducentes. **Uma ação é tomada pelos investigadores desde a primeira denúncia.** O envio de denúncias em massa, para relatar um único conteúdo, obriga-os a manipulações desnecessárias que afetam seu trabalho.

14 Antes de acessar o formulário de denúncia, o usuário deve assinalar um espaço dedicado a este ponto: “Para confirmar que a minha denúncia não diz respeito a fatos que exijam uma ação imediata da polícia ou de emergência, assinalar o próximo item”.

15 N.T. No Brasil o órgão que controla esse tipo de denúncia é a Direção-Geral do Consumidor (<<https://www.consumidor.gov.pt/>>)

Esses discursos processuais são, igualmente, elementos da definição da denúncia digital, que se restringe, portanto, a uma informação sobre um conteúdo digital ilícito ou indesejável. Há, aqui, um enquadramento discursivo relativamente preciso de uma forma de enunciado que se torna, como resultado desse enquadramento, uma forma de sequência discursiva. Na verdade, o formulário de denúncia oferece, de início, uma lista fechada de nove itens:

- pedofilia ou corrupção de menor na Internet;
- incitação ao ódio racial ou provocação à discriminação contra pessoas em razão de suas origens, gênero, orientação sexual ou deficiência;
- ameaças ou incitação à violência;
- tráfico ilícito (drogas, armas, etc.);
- colocar pessoas em perigo;
- incitação a cometer delitos;
- spam;
- injúria ou difamação;
- estelionato.

Seguem-se quatro telas, onde o internauta deve produzir um discurso descritivo e, em seguida, validar seu gesto: 2. Quando/Onde; 3. Descrição; 4. Informações; 5. Validação.

Vemos, portanto, que a denúncia digital é um protogênero de discurso, tal como sua forma pré-digital descrita, por exemplo, nos trabalhos de André Collinot sobre a denúncia da criança em perigo (Collinot 2005). Neste sentido, faz parte dos tecnogêneros de discursos nativos da internet.

O aspecto tecnológico é, de fato, o critério essencial da especificidade digital desse gênero de discurso e encontramos uma manifestação dele no site <pointdecontact.net>, criado por um grupo de provedores de internet. A apresentação do serviço aponta para a adaptação do formulário de denúncia para telefones celulares e tablets:

Pointdecontact.net tem sido, desde 1998, o serviço francês de denúncias on-line, apoiado pela Comissão Europeia, que

permite que todos os usuários denunciem, por meio de um formulário simples, anônimo e adaptado aos dispositivos móveis, qualquer conteúdo ofensivo encontrado na Internet. Point de Contact é uma iniciativa da Associação Francesa de Provedores de Internet (AFPI), criada em 1997, que reúne Provedores de Acesso à Internet, hospedagem de sites, buscadores e plataformas web 2.0.

O detalhe “adaptado aos dispositivos móveis” descreve um aspecto tecnodiscursivo essencial que determina a forma da produção discursiva: as formas languageiras e discursivas não são necessariamente as mesmas em um computador e em um dispositivo móvel, no que concerne à brevidade, tipografia ou a apresentação gráfica da página, por exemplo.

É interessante notar que a definição de denúncia e as categorias escolhidas por este site não são as mesmas que aquelas do governo francês. À expressão administrativa neutra *conteúdo ilícito* acrescentam-se *conteúdo chocante* e *conteúdo de ódio*, que são avaliações emocionais e morais explícitas. Aos nove itens de <internet-signalement.gouv.fr> correspondem, em <pointdecontact.net>, as seis categorias seguintes:

- pornografia infantil;
- provocação ao suicídio;
- incitação à violência, à discriminação ou ao ódio;
- provocação ao terrorismo ou à fabricação de bombas;
- conteúdo chocante acessível a menores;
- apologia de crimes contra a humanidade.

Vemos que essas categorias são mais precisas e, por conseguinte, mais dramáticas ou dramatizantes do que as categorias governamentais, mais gerais e englobantes. Os termos *pornografia infantil*, *suicídio*, *terrorismo*, *chocante* e *crimes* contêm uma carga semântica mais violenta do que *corrupção*, *ameaças* ou *colocação em perigo*, por exemplo.

Outing

O *outing* é, antes de tudo, um termo com uma conotação sócio-sexual: trata-se de um discurso de revelação da orientação sexual de uma pessoa pública sem o seu consentimento. É um gesto político para associações como Act Up que fazem dele uma ferramenta militante, mas também um gesto comercial para os tabloides que fazem dele um argumento de venda. O termo viu seu emprego se estender à revelação de uma identidade escondida sob um pseudônimo, particularmente nas redes sociais. Foram também “tirados do armário” tuiteiros franceses célebres, como Maître Eolas, em 2011, ou os trolls lendários, como o Americano Michael Brutsch, que fez intervenções na plataforma Reddit sob o pseudônimo *Violentacrez* até 2012. Esta última revelação é uma resposta à ciberviolência verbal, porque Violentacrez foi o autor regular de comentários racistas, antissemitas, sexistas, pornográficos, fazendo apologia a todas as formas de violência e de transgressão, incluindo o incesto. O *outing* de Michael Brutsch provocou uma discussão geral na internet por várias semanas, com foco na questão ética de quebra do anonimato-pseudonimato.

Mais recentemente, um caso de *outing* também provocou discussões na França: em junho de 2016, o jornalista Denis Robert revelou, em um artigo publicado no Facebook, “Les golden corbeaux de Twitter” (Os corvos de ouro do Twitter), os nomes de dois comerciantes, um banqueiro e um executivo sênior que publicam, sob pseudônimo, declarações provocadoras e estigmatizantes no Twitter, mirando, especialmente, ciganos, mulheres, muçulmanos e pobres. O *outing* dos que ele chamou de “ultras do liberalismo sectário”, por sua vez, lhe rendeu muitos comentários agressivos e ameaçadores, ameaças físicas contra sua família, o hackeamento seguido do fechamento de sua conta, assim como a defesa dos tuiteiros desvendados, que exploraram argumentos do humor e da paródia, no quadro da liberdade de expressão. Mas o artigo publicado no Facebook foi, antes de ser excluído, divulgado na web através de ferramentas de curadoria, como Scoop.it, por exemplo, ou simples republicações; ele é, então, ainda facilmente acessível, inscrito na

memória tecnodiscursiva da web, sem esquecimento possível. O *outing*, que se baseia na publicação de uma informação tornada confidencial pelo dispositivo tecnodiscursivo do pseudonimato da web, decorre, como a denúncia, de um verdadeiro tecnogênero de discurso, cuja existência depende da dimensão tecnológica dos discursos.

Exposição pública

O último tipo de resposta que envolve a publicação e a publicidade: o que pode ser chamado de exposição pública de conteúdos violentos e ofensivos. Vimos, anteriormente, que alguns jornais on-line fecharam seus espaços de comentários; outros, ao contrário, decidiram promover maior abertura, postando os comentários que recebem em suas contas das redes sociais, principalmente, Twitter e Facebook. O jornal alemão *Bild* inaugurou este processo em outubro de 2015, publicando em suas colunas, sob o título “O pelourinho da vergonha” (“Der Pranger der Schande”), 42 comentários de ódio sobre os refugiados que chegavam à Alemanha na época, juntamente com os nomes e endereços de seus autores. Trata-se, como aponta a palavra *pelourinho*, de uma exposição pública e os debates que se seguem na imprensa, obviamente, levantam a questão da delação. Algumas semanas depois, o diário regional francês *Nord Littoral* retoma este dispositivo e publica em sua página no Facebook os nomes e sobrenomes dos autores dos comentários anti-migrantes postados em seu site. O diário chama esse dispositivo de “muro da vergonha”. Em ambos os casos, trata-se de uma interessante hibridização físico-digital, sendo os comentários digitais impressos nas edições em papel, em uma circulação discursiva inédita. No mesmo sentido, a ONG afro-brasileira *Criola* lançou, em dezembro de 2015, uma campanha antirracista intitulada “Racismo Virtual, Consequências Reais”¹⁶, que consiste em alugar espaços publicitários para exibir comentários digitais racistas. Alguns status do Facebook são, portanto, exibidos em outdoors nas cidades brasileiras, reproduzindo os conteúdos racistas e os nomes de seus autores, escolhidos entre os nomes reais da rede (os comentários

16 Site específico da campanha <<http://www.racismovirtual.com.br/virtual-racism/>>.

postados sob pseudônimos não são selecionados, mas os nomes reais são, no entanto, borrados nos cartazes). A ideia é exibir os comentários em cidades habitadas pelos autores, para acentuar os efeitos de realidade.

Essas respostas, que podem parecer estar, às vezes, nas fronteiras da ética jornalística e digital, garantem uma forma de regulação dos discursos na web. As grandes plataformas da internet têm sido fortemente criticadas por sua incapacidade de gerir a ciberviolência verbal. Em maio de 2016, três associações francesas, União dos Estudantes Judeus da França (UEJF); SOS Racismo e SOS Homofobia, publicaram os resultados de uma pesquisa sobre os sistemas de moderação do Facebook, Twitter e YouTube. Elas mostram que os conteúdos indesejáveis e ofensivos denunciados pelos usuários são insuficientemente removidos: o tecnodiscurso da denúncia parece, assim, ineficaz. Suas recomendações, que são relativas, notadamente, às tecnologias de denúncia e seu monitoramento, bem como à luta contra o confinamento algorítmico¹⁷, são, essencialmente, de natureza tecnológica, o que mostra (como se ainda fosse necessário) o quanto o discurso digital está atrelado à tecnologia: uma análise do discurso pré-digital, que examinaria as formas de violência verbal sem levar em conta a ecologia da web, não poderia produzir resultados satisfatórios e cientificamente válidos.

5. Resignificação e desarmamento

A resignificação é este procedimento léxico-discursivo, que consiste em assumir uma (de)nominação insultuosa para fazer dela um símbolo de identidade ou de orgulho, em uma visada de ética do discurso. Ela foi teorizada, especialmente, por Judith Butler à propósito dos insultos homofóbicos (Butler 2004). On-line, os dispositivos tecno e sóciodiscursivos permitem criar procedimentos de resignificação que, às vezes, até levam a uma compensação: o insulto ou a agressão acabam sendo benéficos, no sentido econômico da palavra, para os

17 Refere-se ao fato de que um internauta, ao visitar um site de ódio, será automaticamente direcionado para um site semelhante, em virtude dos algoritmos de recomendação.

insultados e agredidos. Multiplicaram-se, nos últimos anos, os exemplos de internautas que inverteram os efeitos de tais abusos, de forma criativa e compensadora.

Em novembro de 2015, Marion Maréchal-Le Pen, deputada da Frente Nacional de Vaucluse, na França, anunciou que retiraria suas doações ao Planejamento familiar se fosse eleita presidente da região da Provence Alpes Côte d’Azur. Klaire, uma Youtuber, postou, então, um vídeo de apoio ao movimento feminista e de educação popular, que lhe rendeu um número significativo de insultos violentos (tais como: “Que vaca de merda” ou “Vamos tosqueá-la, vamos costurar suas pálpebras com fio de ferro e fazê-la comer terra”). Ela, então, decidiu editar esses insultos, publicando um livreto em benefício do Planejamento familiar, organizou a pré-venda da obra em um site financiamento coletivo (Ulule), que arrecadou 12.000 euros e, atualmente, continua a vender o livreto em seu site¹⁸, atingindo a soma de 20.000 euros. Essa operação é, portanto, um sucesso financeiro e pragmático ao mesmo tempo: a produção de insultos produz riqueza que retorna ao insultado em um círculo virtuoso. São os dispositivos de produção de discursos on-line que permitem a existência deste círculo: o vídeo no canal do Youtube da Klaire, a função “comentário” do vídeo, o site de financiamento coletivo, o blog como uma interface de comunicação com o público.

Uma operação análoga ocorreu após o massacre de Orlando nos Estados Unidos, em junho de 2016. Um número significativo de comentários homofóbicos raivosos foi postado, nessa ocasião, na web e, especialmente, nas redes sociais. O canal humorístico da web *Seriously.TV* coloca, on-line, com o título “Homem beijando homem”, um vídeo de beijos de homens intercalados com cartazes que explicam que, para cada comentário homofóbico, o canal se compromete a pagar um dólar para as vítimas e suas famílias¹⁹.

O processo não é novo, pois, em novembro de 2015, Susan Carland, uma australiana convertida ao islamismo, relatou que doaria à Unicef

18 *Klaire Fait Grr*, <<http://www.klaire.fr>>.

19 O vídeo está disponível no canal do Youtube de Seriously.TV, <<https://www.youtube.com/watch?v=sXTTgBKgdg>>.

um dólar para cada comentário islamofóbico que recebesse em suas contas no Twitter e no Facebook. Aqui também são os dispositivos discursivos nativos da web (função “comentário” e cartaz) que permitem a ressignificação e a compensação do ódio, em uma inversão virtuosa e empoderadora.

Outros procedimentos de ressignificação permanecem simbólicos, mas não menos empoderadores: a humorista youtuber Solange escolheu, por exemplo, compor um esquete oral com os comentários de ódio recebidos em seu canal, direcionando esses comentários a uma pequena cadela²⁰. Ela profere, por exemplo, enunciados como: “Arte contemporânea é uma merda. Eu gostaria que um cachorro te estuprasse”, ou “Que porra de vídeo é este de sacanagem? e além de tudo é horrível”, ou ainda “Dodói, cala essa sua boca suja de cadela e chupa meu pau”. Essa fala imaginária dirigida ao animal, que altera a situação de enunciação original, produz um efeito cômico que garante um desarmamento da violência. Mas, simetricamente, a oralização dos comentários é acompanhada de sua inscrição na tela, o que produz um efeito de autenticidade, e mantém a carga agressiva dos comentários. O conjunto do dispositivo constitui uma forma de resposta à ciberviolência verbal.

A ressignificação pode tomar caminhos singulares na web e até mesmo não diretamente languageiros. Em junho de 2016, artigos na imprensa cultural francesa relatam um fenômeno de escrita digital com uma forte dimensão antissemita: os internautas neonazistas marcam a judeidade de algumas pessoas cercando seu nome com um parêntese triplo, deste modo: (((Paveau))). O fenômeno foi tornado público em um artigo do site *Tech.Mic*, intitulado “(((Echoes))), Exposed: The Secret Symbol Neo-Nazis Use to Target Jews Online” e uma página da Wikipédia anglófona, “Triple parentheses”/“Parêntese triplo”, foi criada, em grande parte a partir das informações dadas pela *Tech.Mic*.

O parêntese triplo também afeta os nomes comuns, e, explorando as contas supremacistas estadunidenses, descobrimos que esta é uma prática corrente, como mostra este exemplo, extraído de um tuíte de

20 Canal *Solange te parle*, “Tranches de haine”, 25 de janeiro de 2016, <<https://solangeteparle.com/2016/01/25/tranches-de-haine/>>.

))) WakeUpGentiles (((em 11 de junho de 2016: “Nunca subestime o (((Inimigo))), continue lutando dia após dia, não importa o que aconteça, eu trabalho em tempo integral, treino em tempo integral, e aprendo em tempo integral”. Vemos que o nome desta conta é marcado pelo sinal invertido, os três parênteses fechando à esquerda, e abrindo, à direita, uma prática que marca muitas das contas de extrema-direita consultadas, e que se supõe significar a não-judeidade.

Esta prática de estigmatização do nome dos judeus se inscreve, evidentemente, em uma triste genealogia de marcação em que se acumulam os etnótipos físicos, os traços racializantes e as estrelas amarelas. Ela também apresenta traços linguísticos que a tornam um dispositivo, quase um sistema, eficaz e frágil, ao mesmo tempo: facilmente disponível à viralização da web, no entanto, o parêntese triplo é também facilmente reapropriável em um movimento de reversão semiótica. Inicialmente, trata-se de uma marcação oral, explica o artigo do *Tech.Mic*: nos podcasts on-line de uma série chamada “The Daily Shoah” no site de extrema-direita *The Right Stuff*, um eco sonoro é acionado quando um nome judeu é pronunciado. Essa prática, datada de 2014, de acordo com o artigo da *Wikipédia*, é, por essa razão, chamada *eco* ou *ecos*, grafada (((ecos))) quando se trata da escrita, como explica *Tech.Mic*:

O símbolo vem do blog de direita The Right Stuff, cujo podcast The Daily Shoah apresentou um segmento chamado “Merchant Minute”, que deu aos nomes dos judeus um efeito sonoro de eco de desenho animado quando pronunciados. O “meme parêntese”, como os editores *do Right Stuff* o chamam, é um trocadilho visual. Na propaganda do *Right Stuff*, você frequentemente lerá que nomes judeus “ecoam”. De acordo com o glossário do blog, “todos os sobrenomes judaicos ecoam através da história”. Em outras palavras, o suposto dano causado pelo povo judeu reverbera de década para década (Fleischman, Smith 2016: on-line.)

O parêntese triplo é, portanto, materialmente, a transcrição gráfica de um “eco” sonoro, a materialização sonora, em si, da ideologia segundo a qual os nomes judeus teriam uma espécie de ressonância ligada a

uma transmissão memorial. Eis, portanto, um duplo sistema de correspondência, exposto por seus próprios usuários (são, de fato, os autores do site *The Right Stuff* que, abundantemente, dão essas explicações): a uma crença ideológica corresponde um símbolo sonoro; e a este símbolo sonoro corresponde uma tradução gráfica. Este sistema semioticamente elaborado é sustentado por um dispositivo tecnológico, uma extensão para o Chrome que o Google acaba de suprimir, chamada “Detector de Coincidências”, permitia automatizar o parêntese triplo a partir de uma lista de uma centena de nomes. Além disso, o parêntese triplo não é rastreável por algoritmos que rastreiam o discurso de ódio nas redes, especialmente, no Twitter. A marca estigmatizante foi, portanto, capaz de funcionar por vários anos sem poder ser detectada nem compreendida pelos alvos, muito menos pelo público em geral, que só recebeu essa informação em junho de 2016.

Embora essa prática já existisse há algum tempo, só recentemente foi objeto de um processo de ressignificação por apropriação. Também em junho de 2016, Jeffrey Goldberg, jornalista da revista *The Atlantic*, acrescentou o parêntese triplo no nome de sua conta no Twitter, em nome do que ele chamou de “apropriação cultural”, uma prática geralmente condenada nos Estados Unidos, mas que ele se permitiu em nome da natureza da cultura em questão; ele foi o precursor dessa prática ressignificadora. *Tech.Mic*, que segue o caso de perto, imediatamente publicou um post sobre o fenômeno, no qual Jeffrey Goldberg foi entrevistado, e outros artigos de imprensa farão ecoar a apropriação do parêntese triplo pelos judeus estadunidenses. Ele é bastante seguido na rede dado que numerosos tuiteiros, judeus e não judeus, assumem a marca por conta própria, esvaziando efetivamente o estigma de seu potencial infame.

Os parênteses, apropriados e ressignificados, tornam-se, então, ferramentas de libertação e de afirmação, de respostas empoderadoras, diria Judith Butler, a discursos de esmagamento e de extinção, sejam eles quais forem, venham de onde vierem.

6. Reversão axiológica automática

Existem processos análogos à ressignificação que utilizam as possibilidades técnicas do automatismo. O projeto Unicórnios/Licorões *versus* Odiadores/Haters, por exemplo, da associação “Respect Zone”, propõe substituir automaticamente insultos por emoticons de conotação alegre ou bem-humorada (estilo “kawaii”: unicórnios, arco-íris, corações). A associação, juntamente com as agências Netino e Kantar Media, monitora regularmente a gestão de comentários on-line em sites de notícias e suas páginas do Facebook. Em 2015, os moderadores rejeitaram 27% das mensagens pelas seguintes razões: 22% por insulto, 20% por agressão, 19% por racismo (xenofobia, racismo, antissemitismo), 15% por difamação, 15% por incitação ao ódio ou à violência, 7% por desrespeito a uma vítima, pornografia ou publicidade e spam e 2% por homofobia. A agência Kantar Media também realizou uma pesquisa dos insultos²¹ postados nas mídias sociais nas mensagens públicas, e a partir da escolha de blogs, sites e fóruns ao longo de 24 horas, entre 22 e 23 de janeiro de 2016. Foram observados 200.456 insultos, dos quais os dez mais frequentes foram: *puta*, *porca*, *FDP* (“filho da puta”), *cu*, *foda-se*, *idiota*, *idiotice*, *vagabunda*, *imbecil*, *bicha*. É a partir dessa lista que o dispositivo de substituição por emoticon foi elaborado. Na cabeça de seus promotores, é uma questão de “ridicularizar o ódio da web”, como explica Philippe Coen, presidente da Respect Zone²². A ridicularização é, de fato, um procedimento de inversão, que transforma o ódio em riso, a agressão em zombaria. Aqui temos um sistema icono-discursivo de inversão axiológica, ou seja, de inversão de valores, passando pelas possibilidades de automatização das tecnologias digitais.

21 Trata-se, na verdade, de insultos e palavras grosseiras.

22 Entrevista de Philippe Coen em “Insultes sur Internet: quelques dizaines de trolls essaient de s’imposer”, Le Parisien [site], <<http://www.leparisien.fr/espace-premium/culture-loisirs/quelques-dizaines-de-trolls-essaient-de-simposer-09-02-2016-5527569.php>>.

7. Selos e logotipos

A tecnodiscursividade também permite que mensagens não verbais sejam formuladas usando imagens. A prática dos selos e logotipos pode ser considerada uma forma de resposta à ciberviolência verbal. A associação Respect Zone, por exemplo, propõe aos internautas a colocação de um selo em seus sites, gratuito para download, de modo a alertar os visitantes de sua política de “respeito” e sua luta contra a ciberviolência: “O princípio é simples”, explica a página de apresentação do site “Ser rotulado de Zona de Respeito é incentivar seus interlocutores conectados a uma moderação das declarações na Internet, garantindo, ao mesmo tempo, sua liberdade de expressão, e protegendo-os do discurso de ódio que polui o espaço on-line e afeta os mais expostos entre nós”.

Esse selo também pode ser aplicado na foto do perfil do Facebook através de um aplicativo, como minilogotipo, expondo a mesma mensagem (aparece na parte inferior direita da foto), o que os responsáveis chamam de “respeitozonificação”.

Tradução:

Luciana Carmona Garcia

Lígia Mara Boin Menossi de Araújo

Marco Antonio Almeida Ruiz



COMENTÁRIO

I. DESCRIÇÃO E DEFINIÇÃO. UM GÊNERO RENOVADO PELA WEB

O comentário on-line é uma das formas de tecnodiscurso mais frequentes na web, aparecendo em numerosos espaços de escrita: os blogs, as redes sociais digitais, os sites de imprensa e de informação, os sites comerciais, etc.

1. Conversão digital de uma forma antiga

O comentário on-line, especialmente em sites de informação, é, hoje, objeto de uma crítica consensual: considerado majoritariamente agressivo ou até insultante, ele é cada vez mais filtrado (pela moderação *a priori*) ou mesmo evitado por algumas grandes mídias que, simplesmente, suprimem a função de sua plataforma. Nos Estados Unidos, a agência Reuters, o *Chicago Sun Times*, o *The Daily Dot* e o *Toronto Sun* fecharam seus comentários em 2015, renunciando, dessa forma, como explica Xavier de La Porte, “a ideias fortes da Web: a relação direta entre leitores e jornalistas; a possibilidade dada aos leitores de contradizer, retificar, informar; a co-construção da informação” (La Porte 2015).

O comentário on-line, emblemático da web social em seu início, principalmente nos blogs, em que constituía um dos interesses principais, sofre, então, atualmente uma estereotipação negativa: em perigo de extinção em blogs, mas onipresente nos sites de informação e nas redes sociais, ele aparece cada vez mais como um espaço de violência verbal com consequências negativas na difusão e na recepção da informação, assim como para a qualidade da comunicação on-line. É esse estereótipo

que, sem dúvida, embasa a já famosa observação de Bruno Latour, em uma conferência de 2014, posta em evidência pelo historiador Émilien Ruiz numa postagem intitulada “A propos d’une conférence de ‘très très haut niveau’ sur les humanités numériques” (Ruiz 2005): “Então decidimos, ao contrário, fazer um site fechado e proibir totalmente o horror digital, ou seja, o comentário”, declara Bruno Latour a respeito do site criado para acolher seu projeto EME, *Enquête sur les modes d’existence*.

Para além do estereótipo, o comentário é uma das formas tecnodiscursivas mais frequentes e mais ricas da internet, e constitui um objeto central para a análise do discurso digital. Trata-se de uma forma textual antiga que se desenvolveu na Grécia, desde aproximadamente o século VI a. C.¹, ao mesmo tempo que as técnicas e os suportes de escrita, bem como os gêneros e estilos de discurso. Suas funções são múltiplas e evoluem ao longo das tradições textuais e culturais: é o lugar da exegese, da explicação, da interpretação, mas igualmente da sugestão, da proposição ou da conversa. Sua conversão digital aumenta ainda mais a variedade de seus usos e produz inovações formais: ao ser elaborado de maneira nativa on-line, o comentário transforma-se em diferentes planos, mas assume igualmente formas inéditas.

Por comentário on-line entende-se, aqui, um texto produzido pelos internautas na web a partir de um texto primeiro, em espaços próprios para a escrita de blogs, sites de informação e redes sociais². Por falta de espaço e para conservar a coerência do objeto deste capítulo, são descartados outros tipos de produção de internautas, como as postagens em fóruns de discussão, que não correspondem à mesma lógica de produção, ou as anotações, estudadas por Marc Jahjah, por exemplo, nas redes sociais dos leitores criadas por certas empresas como Readmill, Kobo ou Amazon, por meio de programas produzidos *ad hoc* (Jahjah 2014). Entretanto, sua pesquisa, com certeza, teria lugar numa análise do discurso digital.

1 Marie-Odile Goulet-Cazé especifica, na síntese que organizou sobre a questão, que os primeiros comentários são os do Teágenes de Régio sobre Homero. A tradição do comentário se perpetuou sem descontinuidades até os dias atuais (Goulet-Cazé 2000: 6).

2 Esse funcionamento distingue os fóruns de discussão da web 1.0, em que a discussão se constrói a partir de um início, de postagem em postagem, dos espaços de comentários *on-line* da web 2.0, em que os comentários predicam uma primeira publicação que não se apresenta como um começo conversacional.

2. Análises pré-digitais

Os analistas do discurso se dedicam de bom grado aos comentários on-line que oferecem certa facilidade na coleta de dados (os comentários são circunscritos num quadro técnico que parece fechá-los), traços discursivos e argumentativos marcantes já descritos nos corpus pré-digitais (a troca dialogal, a polêmica, a violência verbal, as características enunciativas, a questão do gênero do discurso) e a possibilidade de renovar os corpus tradicionais na perspectiva da “*internet para corpus*” (Pierozak 2014)³.

Os trabalhos sobre os enunciados digitais em análise do discurso são ainda recentes e dispersos, em parte porque a internet é, justamente, com maior frequência, mais um terreno ocasional de coleta de dados do que um lugar de observação em si mesmo e, portanto, é difícil a obtenção de uma visão sintética. No entanto, o conjunto de artigos consultados sobre o comentário apresenta um traço comum: a mobilização de abordagens teóricas e metodológicas pré-digitais e a ausência de integração verdadeira do parâmetro técnico à análise linguística. Um sinal dessa ausência é o modo de apresentação dos comentários, por extração logocêntrica, desconsiderando os parâmetros tecnodiscursivos e o ambiente digital. Consideraremos aqui quatro exemplos de artigos publicados entre 2012 e 2015.

Num trabalho sobre a enunciação nos blogs intitulado “Qui parle dans les blogs?”, Malika Temmar escolhe examinar o funcionamento dos comentários no blog literário do jornalista Pierre Assouline, *La République des livres* (Temmar 2013). Mantendo a distinção tripartite herdada de Oswald Ducrot entre sujeito falante, locutor e enunciador, ela considera que os autores dos comentários anônimos ou “escondidos” por trás dos pseudônimos não remetem mais a pessoas físicas - e são tomados em um “apagamento da fonte enunciativa”. Retoma, assim, uma noção acerca dos textos impressos criada por Alain Rabatel no âmbito de sua reflexão sobre

3 Em sua crítica às abordagens linguísticas que esquecem as dimensões técnicas dos discursos nativos da web, Isabelle Pierozak lembra a distinção feita por pesquisadores anglófonos entre “*internet como corpus*”, que mobiliza ferramentas de análise específicas aos discursos digitais, e “*internet para corpus*”, simples terreno de coleta de enunciados relacionáveis a teorias e metodologias pré-digitais.

o ponto de vista, e formula a hipótese de uma escrita sem sujeito, considerando, finalmente, que os autores dos comentários são “enunciadores fictícios” - e que uma certa “desresponsabilização enunciativa” é resultante nesse tipo de interação. Vemos que essa análise é feita a partir de uma posição exterior aos universos discursivos digitais, nos quais a enunciação sob pseudônimo é a regra, nos quais o pseudonimato é uma realidade enunciativa e não uma ficção, e nos quais os comentadores constituem sujeitos plenos da enunciação. Examinar esse tipo de dados enunciativos por meio dos filtros pré-digitais de apagamento enunciativo, de um conceito tradicional de autor sob patronímico e com assinatura, assim como de uma concepção autoral da responsabilidade enunciativa, não permite dar conta dos aspectos tecnodiscursivos da enunciação dos comentários.

Escolhendo como ângulo de abordagem a questão do gênero do discurso e do discurso relatado, Doris Cunha analisa, por sua vez, os comentários de notícias nos sites da imprensa brasileira (Cunha 2014). Anuncia, de imediato, que “a presente contribuição se inscreve na problemática da articulação entre discurso relatado e gênero textual”, examinada a partir dos comentários on-line, considerados como um “terreno privilegiado” para a realização do objetivo proposto (p. 59). Portanto, temos aqui um exemplo explícito de *internet para corpus*. Ao longo da análise, os comentários são observados com as ferramentas usuais do estudo do discurso relatado (a forma da alusão, a presença de citações). Doris Cunha especifica que, para ela, trata-se de “fazer um levantamento das formas de diálogo com o outro, tentar precisar como o gênero ‘comentário de fórum’ se constitui por essa troca de palavras e como os indivíduos particulares constroem seus pontos de vista nessa relação de convergência/divergência com o discurso dos outros” (p. 63). Os parâmetros materiais não são convocados para examinar a constituição desse “gênero”, particularmente a relacionalidade dos enunciados, que constitui, para a pesquisadora, sobretudo um obstáculo à coleta: ela, de fato, especifica que as datas dos comentários são difíceis de estabelecer, pois evoluem, tornando-se relativas (“ontem”), e depois desaparecendo.

Reencontramos essa ausência de parâmetros digitais nas análises linguísticas dos comentários em um artigo de Ulla Tuomarla sobre a

violência verbal, “La recontextualisation et la circulation d’insultes dans les médias: le case des commentaires des lecteurs sur des articles/ vidéos publiés en ligne” (Tuomarla 2014). O artigo “se interessa pela expressão de impolidez no seio das novas ágoras, tais como o espaço para comentários de um jornal diário on-line, por exemplo” (§1) e, no entanto, menciona, repetidamente, os ambientes digitais, na medida em que modificam os enunciados produzidos e o trabalho do pesquisador. A autora, de fato, especifica que “a nova tecnologia nos fornece uma imensa quantidade de dados digitais sobre um fenômeno linguageiro que, até nossos dias, permaneceu, em grande parte, privado” (§5). Ela explica também que “nos fóruns de discussão, a ausência de mediação, bem como o anonimato dos participantes, são fatores que possibilitam e até favorecem os ataques mais diretos e violentos entre os comentadores” (§28) e insiste nas identidades coletivas favorecidas pela comunicação on-line, importante no quadro dos discursos argumentativos e polêmicos, e mesmo ofensivos. Entretanto, esses traços próprios ao comentário on-line dificilmente são reinvestidos na análise propriamente dita, e o exame dos comentários permanece preso aos dispositivos pré-digitais.

Podemos fazer a mesma observação a respeito de um artigo de Laura Calabrese, “Paroles de lecteurs: un objet de recherche hybride en sciences du langage” (Calabrese 2014). A autora inicia a análise pela questão do gênero do discurso, adotando um “ponto de vista textual e discursivo que parte da noção de gênero” (p. 14). Os comentários são descritos segundo três critérios, o critério formal, o critério pragmático e o critério tecnológico, tratados de forma independente. O critério tecnológico não está, portanto, integrado aos outros dois, nem é cruzado com eles para dar conta de uma hibridização tecnodiscursiva. A hibridização da qual fala a autora é, numa perspectiva logocêntrica, interna ao discurso: “A descentralização da palavra que o dispositivo permite e a horizontalidade das trocas vão contribuir para a hibridização enunciativa dos comentários, que remetem ora ao discurso de opinião ora ao discurso de especialista, e que comportam marcadores de subjetividade próprios aos enunciados subjetivos ou então marcadores de injunção como nos enunciados prescritivos” (p. 19). O critério tecnológico é, no entanto, mobilizado na

reflexão sobre a noção de gênero, naquilo que faz dele uma prática, mas sem afetar “o dito ou o dizer”: “De fato, o que prevalece no comentário no site de informação é, sobretudo, o fazer, ou seja, a prática de leitura e de escrita que decorre da construção de uma comunidade discursiva num lugar institucional, que não impõe coerções temáticas ou formais, mas pragmáticas” (p. 24). As formas dessa prática, no entanto, não são integradas à análise formal dos comentários.

Nessa amostra de artigos sobre o comentário on-line, a dimensão digital permanece, portanto, exterior, não afetando a discursividade dos enunciados, mas funcionando como um suporte, que modifica os contextos dos enunciados, mas não sua forma nem seu formato. Em resumo, a dimensão tecnológica entra na descrição das práticas, mas não na dos elementos linguageiros, que se mantêm ambos distintos. No entanto, ela constitui uma dimensão fundamental da forma e do funcionamento do comentário na abordagem da análise do discurso digital.

3. Definição do comentário digital

Em uma perspectiva que considera os enunciados on-line como compósitos tecnolinguageiros que cointegram totalmente a dimensão tecnológica e a dimensão linguageira, o comentário on-line pode ser definido como um tecnodiscurso segundo, produzido num espaço escritural específico e enunciativamente restrito, no seio de um ecossistema digital conectado. Ele é dotado de algumas características.

Enunciação pseudonímica

O comentário on-line, como todo enunciado na web de superfície⁴, é assinado: o mínimo é um endereço IP, o máximo é a identidade oficial

4 Lembremos que os enunciados digitais nativos que são objeto do presente estudo pertencem a espaços digitais, a web de superfície/*surface web*, que representam apenas em torno de 5% da internet. A *deep web*, que é a das bases de dados, dos sites institucionais, das fontes governamentais, dos relatórios científicos, etc., e a *dark web*, aquela das transações anônimas criptografadas que hospedam, em especial, os comércios ilícitos, representam, por sua vez, em torno de 95% dos conteúdos da internet.

do internauta, e entre os dois está(ão) o(s) pseudônimo(s) escolhido(s) pelo internauta. O pseudônimo é a regra on-line, e certas plataformas programam pseudônimos de substituição para os internautas que tentam escapar disso: o pseudônimo *anonymous coward* (“covarde anônimo”), gerado automaticamente, é, assim, totalmente corrente na cultura da web anglófona, originada do lendário site *Slashdot*, e a expressão é até mesmo objeto de uma entrada no *The Urban Dictionary*. Assim, o escritor se deixa conhecer sempre por seu pseudônimo, e a consequência linguística é enunciativa: ele é sempre um destinatário potencial, como mostram os diálogos que se instauram no fio dos comentários. Além disso, a tripartição enunciativa sujeito falante / locutor / enunciador, criada por Oswald Ducrot (1984), que a materialidade dos gestos de escrita abala, encontra-se igualmente modificada: on-line, os pseudônimos são os “verdadeiros nomes” dos sujeitos falantes, e não existe razão para torná-los identificadores fictícios.

Relacionalidade

O comentário é um dos numerosos lugares da relacionalidade dos enunciados da web. Produzido num quadro conversacionalizante, ou seja, que oferece possibilidades conversacionais, ele assume formas variadas que não são todas conversacionais; algumas dentre elas são, como veremos, apenas relacionais. Um certo número de metadados incorporados explicitam e sublinham essa relacionalidade:

– o comentário é publicado num espaço materialmente reservado, que explicita sua natureza de comentário pelos metadados, e cujo formato varia segundo os sites (“reagir” no *Le Monde*, “publicar um novo comentário” no *Médiapart*, “deixar um comentário” na plataforma *Hypothèses*, etc.). No interior desse microssistema, o botão “responder” gerencia, materialmente, os diálogos entre comentadores. Isso quer dizer que o comentário é identificado metadiscursivamente como tal, o que prescreve, simultaneamente, sua redação e sua leitura em termos de gênero, mas também de conteúdo.

- o comentário publicado é igualmente informado por metadados: a menção à tomada da palavra pelo autor (com variantes: no *Médiapart*, há a menção “por X”, em alguns blogs a menção “X diz”) e a menção à categoria do comentário (“novo comentário” ou “resposta a” ou “responde a”) explicitam a ligação com a produção primeira, o texto publicado ou um comentário anterior.
- o comentário comporta por vezes metadados produzidos pelo próprio autor, como “@X”, que indica o destinatário quando o sistema não o faz.
- existe uma função para seguir os comentários de um blog: de fato, todo comentador pode receber por e-mail notificações assinalando os outros comentários postados, o que mantém a relacionalidade e a conversacionalidade.
- em certas plataformas, os comentários podem ser organizados e, assim, lidos a partir de categorias, como no *Médiapart*, por exemplo, que propõe as seis entradas seguintes: *Todos*, *+discutidos*, *+recomendados*, *Ordem cronológica*, *Dos meus contatos*, *Meus*. Como todos os enunciados da web, os comentários são, portanto, marcados pela idiodigitalidade, que determina os ângulos e os conteúdos de leitura.

A presença sistemática desses metadados inseridos no comentário, ou seja, automaticamente produzida pelo formato resultante da interface de programação do site, cria uma forma relacional própria à web, um tecnogênero do discurso que estabelece o modo de leitura e a produção de sentido. A hiperidentificação genérica do comentário constitui um fenômeno de enunciação editorial a ser levado em conta em sua análise tecnodiscursiva.

Conversacionalidade e recursividade

A análise conversacional definiu a conversação por um certo número de elementos, incluindo as seqüências de abertura e de fechamento, mar-

cadadas por segmentos linguageiros específicos. As conversas no âmbito dos espaços de comentários são um pouco diferentes: os segmentos de abertura não correspondem aos das conversas IRL (por exemplo, fórmulas de saudação), mas consistem nas janelas de comentários e seus metadados; são elas que marcam que uma troca começou, e elas são especificamente tecnodiscursivas. Podemos dizer a mesma coisa das sequências de fechamento, que não existem on-line: se os comentários permanecem abertos, a conversa pode continuar.

Além disso, as afordâncias técnicas de certas plataformas permitem comentar o comentário ao infinito: a função “responder” permite uma recursividade ilimitada, sempre sujeita à abertura dos comentários. Esse traço distingue a conversação on-line da conversação off-line, que experimenta sempre um fechamento. É por isso que parece mais pertinente falar de *conversacionalidade* do que de conversação, mesmo que, no curso dos comentários, possam ocorrer momentos conversacionais.

Ampliação enunciativa e discursiva

A conversacionalidade dos comentários é acompanhada de outra função, raramente notada pelos analistas: a ampliação enunciativa e discursiva. O comentário é, de fato, produzido a partir de um tecnodiscurso primeiro, uma postagem de blog, um artigo de imprensa, um post de rede social, dos quais ele constitui uma ampliação, por diversas razões.

Primeiro, no plano da enunciação editorial, o comentário se localiza num espaço integrado ao do texto inicial, às vezes na mesma página de internet (alguns sistemas, no entanto, exigem um clique específico para exibir os comentários). Em seguida, no plano do fio discursivo, os comentários prolongam o texto, às vezes fazendo seu autor intervir, e, às vezes, provocando atualizações no texto primeiro. Finalmente, os comentários têm um impacto semântico no texto, ao orientarem sua leitura e, portanto, sua produção de sentido. O estudo de Ashley Anderson e seus colaboradores mostrou isso em relação aos comentários de ódio (Anderson *et al.* 2014), mas esse fenômeno é comum a todos os textos

ampliados por comentários: os comentários, textos segundos, são coextensivos ao texto primeiro, e o conjunto forma um todo discursivo único ampliado. A função comentário modifica, portanto, o status do texto produzido nativamente on-line: se ele parece fechado por seu escritor no momento de sua publicação, permanece aberto devido à possibilidade dos comentários - e pode ser fechado apenas com o fim deles. Logo, o fechamento do texto não é uma propriedade do texto nem uma vontade somente do escritor, mas um resultado dos papéis combinados dos programas e dos internautas.

É preciso também notar que os comentários são quantificados, como toda produção on-line: a ampliação é, portanto, por assim dizer, mensurada, e sabemos, lendo uma publicação, um artigo, um post, quantos comentários os prolongaram e os modificaram; esse é um traço propriamente nativo da web, que introduz um dado da ordem da enunciação editorial no funcionamento discursivo.

Publicidade e visibilidade

Os quatro traços precedentes - pseudonimato, relacionalidade, conversacionalidade e ampliação - são acompanhados de uma quinta dimensão, principalmente sociotécnica, que participa do funcionamento tecnodiscursivo do comentário. O comentário é, nos sites de informação e blogs, público e visível (*público* concerne ao status técnico e jurídico; *visível* concerne à configuração discursiva e à relação entre os internautas e os enunciados). Nas redes sociais, seu status depende da maneira como o internauta configura as permissões em sua conta⁵. No Twitter, por exemplo, se todos os conteúdos são considerados públicos, eles não são, necessariamente, visíveis (parâmetros de contas privadas, bloqueios, ocultações, jogos dos seguidores, etc.); no Facebook, ter uma conta pública também não quer dizer que os conteúdos sejam visíveis (necessidade de ter uma conta, status diferentes de seguidor e de amigo,

5 Essa confusão entre público e visível, ou a ignorância a respeito dessa distinção, está na origem de muitos casos relacionados à difusão de dados privados, como as fotografias, por exemplo, e é um dos fenômenos a serem levados em conta nas análises das questões éticas on-line (consultar o verbete *Ética do discurso digital*).

restrições diversas, etc.). No entanto, certos comentários não são nem públicos nem visíveis: são os comentários privados que são publicados nos espaços privados das redes sociais ou por correio eletrônico. Resta, entretanto, o fato de que o comentário on-line desfruta de uma visibilidade incomparável com o que se passa off-line, o que modula a maneira pela qual ele é tanto elaborado quanto recebido: os gêneros do discurso podem passar por modificações, podendo uma anotação privada ou uma nota marginal num contexto pré-digital trocar de status semiótico ao se tornar comentário público, o que pode, ao mesmo tempo, modificar também os dados discursivos e estilísticos do gênero.

II. TIPOLOGIA DOS COMENTÁRIOS DIGITAIS

Propomos aqui uma breve tipologia dos comentários digitais que leva em conta os cinco traços definidores apresentados acima: pseudonimato, relacionalidade, conversacionalidade, ampliação e publicidade- visibilidade. Podemos distinguir quatro grandes categorias.

1. O comentário relacional

Chamamos aqui comentário relacional ao comentário que estabelece uma relação simples, de tipo fático, com o discurso primeiro, seja com seu autor, seja com seu conteúdo. Nesse tipo de comentário, não existe conversação - e, às vezes, nem mesmo discurso. Diversos tipos de comentários entram nessa categoria, segundo o tipo de relação que formulam.

Os enunciados de gesto

A curtida, originária do Facebook, e agora presente em numerosas plataformas, ou o ato de favoritar, que se tornou também um “eu gostei” na rede Twitter, são comentários não linguageiros, que produzem, no entanto, um discurso implícito. Esses enunciados de gesto constituem manifestações fáticas, expressando a emoção ou significando uma aprovação e numerosas outras significações contextuais. Os enunciados de

gesto ligados aos tecnossignos têm significações variadas e implícitas, que só podem ser apreendidas a partir do contexto da comunicação.

O comentário-link

Alguns comentários são constituídos por um link cuja função é estimular visitas a um site; postar um link é, de fato, uma das técnicas utilizadas para multiplicar os cliques em conteúdos. Esse tipo de comentário, que podemos chamar egocêntrico no sentido literal do termo, é, algumas vezes, bloqueado por certas plataformas que monitoram a qualidade das interações.

O comentário-agradecimento

Forma relacional no limite do conversacional, o comentário-agradecimento realiza um ato performativo, sem, no entanto, produzir um discurso sobre o conteúdo do texto primeiro. Semelhante ao *small talk* (conversa breve e informal), o comentário-agradecimento tem uma função principalmente social.

2. O comentário conversacional

O comentário conversacional vai além do contato fático e propõe um conteúdo; podemos distinguir o comentário discursivo e o comentário metadiscursivo.

O comentário discursivo

Predica o texto primeiro ao ampliar seu conteúdo, explorando as afordâncias técnicas das diferentes plataformas para produzir o acordo e o desacordo, o consenso e a polêmica, para trazer complementos e prolongamentos, e também para efetuar digressões. É o mais frequentemente estudado pelos analistas do discurso mencionados acima, porque

produz formas discursivas, argumentativas e pragmáticas ordinárias, cujo funcionamento intrínseco não é diferente das formas off-line.

O comentário metadiscursivo

Refere-se à forma do texto primeiro ou do comentário precedente no caso de um comentário-resposta. Laura Calabrese destaca justamente que, nos sites de informação, um bom número de comentários trata das práticas jornalísticas e não dos conteúdos informacionais dos artigos (Calabrese 2014). Na síntese que consagrou ao jornalismo participativo a partir de um estudo etnográfico, *Discussing the News. The Uneasy Alliance of Participatory Journalists and the Critical Public*, Simon Smith explica que os jornalistas, incitados a responder a seus leitores, tratam em suas respostas essencialmente das práticas jornalísticas (Smith 2017). Ao fazer isso, eles redefinem com os leitores, que se tornam contribuidores (e não jornalistas), a profissão de jornalista. O comentário é, portanto, um lugar de renegociação das práticas profissionais e de legitimação profissional. Os comentários sobre a ortografia, a tipografia ou a qualidade da língua em geral são também particularmente frequentes e são eles mesmos objetos de um metadiscorso que descreve o tipo de enunciador: a figura do *grammar nazi*, que parece nativa da web, designa especificamente um internauta particularmente normativo e intolerante com os erros linguísticos e cuja atividade principal é a crítica e a correção.

O comentário-troll

Um terceiro tipo de comentário que atravessa essas duas categorias é o troll⁶, que, no geral, tem o objetivo de semear a confusão na conversa ou até de destruí-la com intervenções violentas e inoportunas. A figura do troll é uma figura de enunciador estruturante on-line e a prática da trolagem, uma das grandes modalidades de produção tecnodiscursiva na web 2.0.

6 A palavra *troll* designa, ao mesmo tempo, o enunciador e o comentário que ele produz (consultar o verbete *Enunciador digital*).

3. O comentário deslocado

Um terceiro tipo de comentário não aparece na representação corrente do gênero, porque não é produzido em espaços reservados e metadiscursivamente identificados, mas em outros espaços, como nos mensageiros privados das redes sociais, mensageiros eletrônicos ou blogs. Esses comentários fazem parte de um jogo complexo de visibilidade e publicidade.

O comentário deslocado privado

Não é nem visível nem público: trata-se do comentário publicado de forma privada em mensageiros de redes sociais ou enviados por correio eletrônico. Os blogueiros, de fato, recebem os comentários postados no espaço do blog próprio para isso, mas também observações por e-mail; no Twitter, a publicação de um tuíte provoca respostas e retuítes com comentários, mas também mensagens privadas; o mesmo fenômeno se produz no Facebook, no Youtube ou em outras redes sociais. O caso de Seth Godin, empresário estadunidense, blogueiro e autor de sucesso que trata de marketing, é emblemático desse deslocamento do comentário: os comentários de seu blog de publicação diária são fechados, e ele só pode ser contatado por e-mail. Até recentemente, ele respondia escrupulosamente todos os seus e-mails, e a conversa normalmente realizada no espaço “comentário” do blog se desenvolvia, portanto, no espaço do mensageiro eletrônico, o que modifica a natureza das trocas (sem comentários-links; sem ou com menos trolagem, sem ou com menos digressões). O comentário deslocado privado atesta a inumerabilidade dos enunciados da web, que deixa todos os fios relacionais abertos.

O comentário deslocado público

Seth Godin responde também seus comentários-e-mails com postagens em seu blog, como explica um blogueiro em uma postagem intitulada “Yesterday I Sent Seth Godin an Email. His Response Was Brilliant”

(Caplan 2015). Ele conta que enviou um e-mail ao empresário tratando da definição de empresa social (*social enterprise*), impossível de ser encontrada, segundo ele, no seu blog utilizando a função pesquisa. Ele também inclui uma captura de tela de seu e-mail e da pesquisa infrutífera, que assim servem ambos de comentário a sua postagem, tornando sua mensagem pública. Seth Godin responde-lhe na hora, anunciando que esse tema será assunto de sua postagem do dia seguinte, o que foi feito.

Outro exemplo de comentário deslocado público em postagem de blog: em abril de 2014, Noémie Marignier publica, em seu blog coletivo *Espaces réflexifs*, uma postagem intitulada “Je suis une femme, blanche, valide, athée...” (Marignier 2014). Essa postagem é difundida no Twitter e desencadeia uma pequena conversa, na qual François-Ronan Dubois declara que, em vez de um comentário, responderá a essa postagem com outra postagem (“Meu comentário se transforma em postagem e a postagem está se transformando em artigo”, ele tuíta), que publica no dia seguinte: “Qui suis-je? Où cours-je?” (Dubois 2014). Nessa postagem, ele retoma, ao mesmo tempo, uma parte da conversa no Twitter e os metadados da postagem de Noémie Marignier. Temos aqui um caso exemplar de comentário deslocado público em postagem de blog, com a descrição metadiscursiva do deslocamento no tuíte do autor do comentário-postagem.

Esses comentários deslocados são parte integrante da forma “comentário” on-line, ou do gênero, se o qualificarmos como tal. No entanto, não são nunca visados pelos pesquisadores, que, em ciências da linguagem ou em ciências da informação e da comunicação, elaboram corpus para fins analíticos. Elaborar um corpus de comentários integrando os comentários deslocados é, então, um processo complexo que deveria ser acompanhado de uma pesquisa com os usuários, para recolher esses dados não imediatamente coletáveis por uma simples observação exterior em frente à tela.

4. O comentário-compartilhamento, um pseudo-comentário

Por fim, uma quarta categoria de comentário, não repertoriada e pouco levada em consideração pelos analistas, é o comentário produzido no momento de um compartilhamento ou por um compartilhamento.

Vamos chamá-lo de pseudo-comentário, porque não é identificado como tal pelos metadados dos sites. A função de compartilhamento ou tecnodiscurso relatado é, ao mesmo tempo, definidora e estruturante da web social. A relacionalidade desse espaço discursivo é, em grande parte, garantida pela função de compartilhamento, que permite citar e difundir um conteúdo de uma plataforma a outra, de um ecossistema a outro. O compartilhamento pode ser combinado com um comentário, descrito como tal pelo Facebook, que inscreve na janela de compartilhamento a menção em filigranas “Diga algo sobre isto...”. Dizer algo sobre alguma coisa é exatamente o que constitui a função do comentário. Todos os enunciados que acompanham os compartilhamentos, quando a plataforma o permite, podem, portanto, ter o status de comentário e deveriam, conseqüentemente, ser integrados à categoria, mesmo sob a forma de um pseudo-comentário.

É também o caso do que Anaïs Mak chama de *fork*⁷, que consiste, especificamente no ecossistema do Tumblr, em republicar uma postagem, de maneira a poder comentá-la, sendo que o sistema não permite comentário. Ela destaca

a ausência *a priori* da função comentário. Essa ausência de possibilidade de comunicação é muito rara num site que retoma os códigos de uma rede social na qual todos podem seguir e ser seguidos. De fato, pode parecer surpreendente que não haja a opção “comentário”, na qual, com um simples clique, o usuário possa deixar uma mensagem (Mak 2014, on-line).

Os usuários do Tumblr utilizarão, portanto, uma outra função, a reblogagem, de modo a poderem comentar, o que constitui uma forma de hackeamento ou de produto:

Portanto, é, sobretudo, pela função *Reblog* que se produz a troca. De fato, é somente ao reblogar um conteúdo que temos a oportunidade de adicionar um texto ao conteúdo. É dessa

⁷ A palavra *fork* é, em sua origem, um termo de programação: trata-se de uma função que permite que um processo produza um segundo processo que é sua cópia autenticada (informações tiradas do artigo *Fork* na *Wikipédia*).

maneira que a maior parte das interações escritas se desenrola no Tumblr. A plataforma permite, então, uma comunicação entre seus usuários (Mak 2014: on-line).

Como o Tumblr é uma rede de compartilhamento de imagens, os pseudo-comentários adicionados por reblogagem também atuam como legendas das fotografias, produzindo, assim, uma forma de conversa por meio da imagem (Gunthert 2014). A autora insiste na dimensão híbrida dessa “maneira particular de se comunicar pela apropriação [que] parece situar-se a meio caminho entre o compartilhamento e o comentário: trata-se de retomar uma imagem, mas dotando-a de um sentido novo. A função comentário está vinculada à do *reblog*” (Mak 2014: on-line). Entre comentário e reblogagem, o fork pode ser considerado um pseudo-comentário.

III. QUESTÕES DE ÉTICA E DE DIREITO DO DISCURSO

O comentário coloca questões relativas à ética e ao direito do discurso no caso da trolagem, da violência verbal e da formulação de discursos sujeitos a penalidades por parte de diferentes Estados.

1. A enunciação editorial corretiva da imprensa on-line

Em 7 de dezembro de 2016, o observatório de mídia Acrimed (Action critique médias) publica a seguinte mensagem em sua página do Facebook:

Boa noite,

Se, nos seus comentários às nossas publicações, você achar que é inteligente denunciar um “complô judaico”, qualificar as jornalistas de “vadias”, publicar o programa (sem nenhuma relação com as mídias) de seu.ua candidato.a preferido.a e propor a adesão a sua campanha, necessariamente a melhor, pois é oposta-às-mídias-que-censuram, tratar tal ou tal jornalista de “bicha” ou de “cuzão”, recriminar-nos por não irmos longe o suficiente, pois não denunciemos o complô organizado pela CIA, pelo Mossad e pelo sobrinho

de um cara que um dia cruzou o caminho de uma pessoa que havia pisado em um jornal dirigido por um indivíduo que já dividiu palanque com Jacques Attali, obrigado por seguir seu caminho.

Caso contrário, nós os excluiremos.

O número de comentários negativos agora excede as capacidades de moderação dos jornais, que recorrem, entretanto, cada vez mais, a subcontratados exteriores (sobre a moderação dos comentários como atividade metadiscursiva, ver o verbete *Ciberviolência discursiva*). Essa publicação resume, em linhas gerais, os diferentes tipos de mensagens ofensivas e de ódio que se encontram em abundância nos sites das mídias de informação, e ela é emblemática de um questionamento geral sobre os comentários. Os jornais e os sites de imprensa tentam atualmente redefinir os limites do comentário, adotando diversas soluções: a solução da Acrimed - a exclusão - corresponde à da moderação *a posteriori*, mas, como já mencionamos acima, alguns jornais adotaram o fechamento puro e simples. Outros, às vezes, adicionam funções como curtir ou descurtir, o que permite triar os comentários destacando os mais bem classificados e, inversamente, desvalorizando os outros. Na Finlândia, o *Helsingin Sanomat*, por sua vez, adicionou a função “bem argumentado”, o que também permite a valorização dos bons conteúdos. Outros jornais, como o *New York Times*, selecionam os melhores comentários após 24 horas, a partir de um princípio de respeito à variedade de opiniões, incluindo as mais minoritárias. Uma solução por meio do pagamento foi adotada pela *Tablet Magazine*, revista cultural estadunidense ligada à comunidade judaica: postar e ler comentários custa 2 dólares (18 dólares por mês ou 180 por ano). Às vezes, é adotada uma solução mais radical: a publicação pelo próprio jornal dos comentários com a identidade de seus autores, procedimento adotado em outubro de 2015 pelo jornal alemão *Bild* e, algumas semanas depois, pelo jornal diário regional francês *Nord Littoral*⁸.

8 Para detalhes sobre esses dois dispositivos de exibição dos comentários de ódio, consultar o verbete *Ciberviolência discursiva*.

A questão da gestão dos comentários de ódio não é apenas uma questão discursiva, mas se reveste igualmente de aspectos políticos e mesmo de segurança, como mostra uma decisão tomada após o atentado de Berlim, em dezembro de 2016: o ministro da justiça alemão retardou a publicação do aviso de busca do suspeito na rede do Facebook, para tentar evitar a estigmatização nos comentários de ódio. Solicitada a desativar os comentários nessa ocasião, a rede de Mark Zuckerberg respondeu negativamente.

2. Direito do discurso

O comentário coloca questões de ordem tecnojurídica inéditas em análise do discurso e em ciências da linguagem em geral. A redação e a publicação do comentário on-line, sujeitas à identificação e à abertura do espaço para comentários e à moderação dos conteúdos, são livres; mas sua reformulação, sua correção ou sua exclusão não são, dependendo das afordâncias técnicas e das autorizações fornecidas pelos gestores dos espaços. Num blog, por exemplo, gerenciado pelo Sistema de Gerenciamento de Conteúdo (CMS Content Management System) do Wordpress, o comentário, uma vez publicado, escapa a seu autor: não pode ser corrigido nem suprimido. Nas redes sociais, os comentários podem ser excluídos por seus autores. Nos sites de imprensa, as situações são bem variadas: no *Médiapart*, por exemplo, que não pratica a moderação, o comentário, uma vez publicado, pode ser submetido às cinco ações seguintes: modificar; excluir; recomendar; responder e alertar.

Esses dispositivos acarretam certo número de traços tecnodiscursivos e levam a questões linguísticas inéditas:

- a assimetria nas trocas verbais é corrente em qualquer lugar e em qualquer tipo de troca; mas, on-line, ela é reforçada pelos dispositivos tecnojurídicos (a palavra do comentador é extremamente controlada e restringida, chegando até à interdição e, portanto, ao silêncio, pelo gestor do site);

- a moderação dos comentários é uma verdadeira atividade metadiscursiva de controle e até de censura, e constitui, assim, um lugar de regulação importante do discurso social;
- a questão tecnojurídica da propriedade dos comentários se coloca (*tecno-* por causa das possibilidades técnicas; *-jurídica* por causa da relação com a propriedade intelectual): se um usuário posta um comentário num blog, ao qual depois ele não pode mais ter acesso, isso quer dizer que os comentários pertencem, em termos de direito do autor, ao gestor do site? um comentador pede a um blogueiro para suprimir um comentário: ele é obrigado a fazer isso? como o comentador pode reagir em caso de recusa? finalmente, qual é o comprometimento do comentador com seu discurso num espaço digital?
- a questão da integridade textual dos comentários como texto (remetendo mais à ética do discurso do que à do direito) se põe em caso de exclusão de um ou de vários comentários: se o comentário é uma ampliação do texto, se ele é, portanto, constitutivo do texto, sua exclusão modifica seu conteúdo e seu perímetro. Como o analista deve, então, apreender o texto on-line? Como lidar com seu caráter evolutivo e sua instabilidade estruturais e estruturantes?

Instaura ainda uma outra questão mais marginal para o analista do discurso: a do falso comentário e de sua comercialização. De fato, sabemos que, particularmente nos grandes sites comerciais (em especial hotelaria, viagens, serviços de restaurantes) ou nos sites de empresas e de comércio mais modestos que precisam de uma boa publicidade, os falsos comentários são numerosos. Certos sites, inclusive, se especializaram na venda de comentários, recrutando internautas no quadro do *microworking*, como microworkers.com ou acheter-des-fans.com (Tual 2015). O gênero comentário integra, então, uma nova dimensão, aquela da monetização do discurso, que não implica nada de específico no plano linguístico (produzir discursos por remuneração não tem nada de específico à web), mas que, em contrapartida, questiona o fato de que tais comentários são

COMENTÁRIO

muito estereotipados. Redigir um comentário fictício para um restaurante ou uma loja implica referir-se, explicitamente ou não, a um modelo de comentário ideal que vai ao encontro do interesse do comprador do comentário (o restaurante ou a loja) e ao do leitor, futuro cliente.

*

* *

O comentário on-line é um tecnodiscurso onipresente na web e constitui, portanto, uma das principais formas dos discursos digitais nativos. Estruturalmente ligado ao discurso primeiro que ele predica, conforme modalidades bem diversas, inclusive não linguageiras, ele é, acima de tudo, um lugar de relacionalidade. Participando do modo de construção e de recepção do sentido do texto primeiro, ele emerge do processo de escriteitura próprio dos discursos conectados.

Tradução:

Mariana Luz Pessoa de Barros



COMPÓSITO

I. DEFINIÇÃO E DESCRIÇÃO. UMA MISTURA DO LINGUÍSTICO COM O TECNOLÓGICO

Um elemento de discurso é compósito quando se constitui por uma mistura entre o linguístico e o técnico. No âmbito da antropologia simétrica de Bruno Latour (Latour 1991), o termo *assemblage*/mistura designa a articulação do social com o natural em um todo híbrido; da mesma forma, da perspectiva da ADD, o termo *compósito* designa a copresença do linguageiro e do técnico nos discursos nativos da internet. Os observáveis não são mais as matérias puramente linguísticas, mas matérias *compósitas*, mestiçadas com o não-linguageiro de natureza técnica. Falaremos então de formas tecnolinguageiras, tecnopalavras, tecnogêneros de discurso.

II. UMA PERSPECTIVA PÓS-DUALISTA

A ideia de um elemento languageiro compósito faz parte de uma abordagem pós-dualista das produções verbais (Paveau 2012b), que questiona a distinção binária entre linguístico e extralinguístico (Brasac 2004). Essa abordagem supõe vínculos entre o humano e o não humano que vão além do simples uso de objetos para levar em conta realidades sociais verdadeiramente híbridas; o compósito tecnolinguageiro é uma delas. Se quisermos dar conta dos discursos nativos da internet, devemos adotar uma perspectiva que vá além da ideia de uma separação entre o linguístico e seus exteriores, sobretudo técnicos, e modificar a concepção de língua para pensá-la como constituída

com o outro. No campo da análise de interações multimodais por tela (IMPEC), Christine Develotte vem desenvolvendo, desde o final dos anos 2000, uma reflexão sobre a integração dos elementos materiais simultaneamente técnicos, semióticos e linguísticos, por meio da noção de exposição discursiva das mídias sociais (Develotte 2009). Ela mostra que as interações multimodais por tela ocorrem em espaços nos quais coexistem elementos gráficos, icônicos, fixos ou animados, e funções de comunicação síncronas ou assíncronas. As propostas de Christine Develotte e do grupo de pesquisa IMPEC (Develotte *et al.* 2011) estão de acordo com uma perspectiva pós-dualista e ecológica do discurso e propõem elementos de teoria e de metodologia que podem ser mobilizados na análise do discurso digital.

III. EXEMPLOS DE ELEMENTOS VISIVELMENTE COMPÓSITOS

A hashtag é um compósito, porque se trata de um segmento ao mesmo tempo linguageiro (siglas, palavras, expressões ou frases inteiras) e técnico, devido a sua natureza clicável (assegurada pelo símbolo cerquilha #). Além de seu status linguístico ordinário, a hashtag garante, enquanto tecnopalavra, uma função de redocumentação que depende da investigabilidade dos enunciados nativos na web (Paveau 2013a).

O hiperlink, como palavra ou segmento discursivo clicável e suporte do hipertexto, é um elemento compósito, na medida em que garante uma dupla função linguística e técnica, pela deslinearização de um enunciado primeiro, o que permite atingir um enunciado segundo (Saemmer 2015).

Os nomes das contas nas redes sociais, os identificadores ou pseudônimos no Twitter também são elementos compósitos, como todos os segmentos clicáveis que associam sentido e técnica: as palavras-consignas que permitem realizar operações on-line (*amar, compartilhar, não ver mais* no Facebook, *copiar o link do tweet, integrar o tweet* no Twitter, *pinar* no Pinterest, *ouvir* no Deezer etc.) e os botões de curtir ou com-

COMPÓSITO

partilhar, tecnosígnos que permitem operações tecno-enunciativas às vezes complexas. Na figura a seguir, todos os elementos em vermelho (cor escolhida) e cinza claro (cor da interface do Twitter), bem como as fotografias, são compósitos porque são clicáveis.



3. Página inicial da conta da autora no Twitter em 25/07/2017 (interface da rede).

Tradução:
Oriana de Nadai Fulaneti

COMUNICAÇÃO MEDIADA POR COMPUTADOR

COMUNICAÇÃO MEDIADA POR COMPUTADOR

I. DESCRIÇÃO E DEFINIÇÃO. A MEDIAÇÃO INFORMÁTICA

O paradigma francófono e de origem francesa da Comunicação mediada por computador é diretamente derivado dos trabalhos anglófonos da *Computer-Mediated Communication* (CMC).

1. CMC (Computer-Mediated Communication)

Os primeiros trabalhos sobre as formas de linguagem na internet remontam à década de 1970, quando a internet era conhecida como Arpanet, que foi a primeira rede de transferência de pacotes de informações (Rice, Fuller 2013). A CMC surgiu quase ao mesmo tempo que seu objeto, pelo menos quando este saiu da confidencialidade militar para tornar-se um lugar de uso mais amplo. Nos anos 1990, a CMC direcionou seus trabalhos para os espaços linguageiros da internet e rapidamente estabeleceu um campo científico reconhecido, pluridisciplinar de base sociolinguística. A CMC teve como foco inicial a comparação de formas linguageiras *on-line* e *off-line*, como revelam os trabalhos de Naomi Baron (seu livro sobre e-mails de 1998 é significativamente intitulado *Letters by phone or speech by other means: The Linguistics of e-mail*, Baron 1998), e, depois, evoluiu para a integração das práticas eletrônicas na vida social. Os linguistas renomados desse campo trabalharam com hibridismo oral/escrito, a variação, os fenômenos de comunidades (Herring 1996, Crystal 2001), depois com as interações e os fenômenos de gênero (Herring 1993) no bojo do que Susan Herring nomeou de CMD DMC, *Computer Mediated Discourse / Discurso mediado por computador* (Herring org. 2013, Herring *et al.* org. 2013). Nesses trabalhos, os objetos dos pesquisadores

geralmente permanecem no perímetro dos serviços da internet ou da pré-web social (IRC - *Internet Relay Chat* -, fóruns, mensagens eletrônicas assíncronas e instantâneas, SMS) e frequentemente levantam a questão da variação; o trabalho da CMC anglófona tem um forte componente sociolinguístico. Jannis Androutsopoulos especifica o perímetro da CMO (*Communication Médiée par Ordinateur*, em francês), apresentando a seguinte lista:

- Variação e mudança linguísticas, especialmente no que diz respeito à linguagem escrita;
- Restrições da mídia digital sobre o uso da linguagem e sobre a interação interpessoal;
- Linguagem, identidade e relações interpessoais on-line;
- Diversidade linguística, multilinguismo e troca de código;
- Linguagem, globalização e mobilidade (Androutsopoulos 2014: 74).

2. CMO¹ (*Communication Médiée par Ordinateur*)

No campo francófono, constitui-se no mesmo momento a CMO (*Communication Mediatisée ou Médiée par Ordinateur*²), fortemente inspirada pela e, às vezes, calcada na CMC anglófona³. Entre 1995 e 2004, Jacques Anis coordena, na Universidade Paris 10 (Nanterre), um seminário dedicado às escritas eletrônicas, que terá um papel importante na constituição da CMO. Pesquisadores como Michel Marcoccia, Rachel Panckhurst e Isabelle Pierozak também desempenham um papel

1 N.T. *Communication Médiée par Ordinateur*, em francês. Para manter a diferença entre a CMC do inglês (*Computer-Mediated Communication*) e a CMO, do francês, manteremos conforme o texto original, ainda que para o português a tradução seja a mesma: CMC (Comunicação Mediada por Computador).

2 É a pesquisadora Rachel Panckhurst quem propõe substituir *mediatizada* por *mediada*, termo mais adequado à ideia de uma comunicação configurada pela máquina e não apenas transmitida por ela.

3 Para uma síntese muito informada e completa da CMO, consultar Marcoccia 2016.

fundamental na construção desse campo, que evoluirá a partir das ciências da linguagem para uma integração das ciências da informação e da comunicação. A comunicação mediada por computador é essencialmente definida como “comunicação eletrônica escritural”:

O termo *comunicação eletrônica escritural* abrange vários modos de comunicação [...]. São trocas cujas mensagens, livres dos suportes materiais habituais da escrita graças às codificações digitais, são transmitidas por redes telemáticas - palavra-valise criada para designar a aliança da informática e das telecomunicações que pode se aplicar tanto à internet quanto ao minitel ou o GSM (telefonia móvel). O termo *eletrônico* generaliza, obviamente, o que encontramos no *electronic mail*, *e-mail*, *correio eletrônico*, que serviu de modelo para a profusão de outros termos associados frequentemente à internet (*comércio eletrônico*), mas não necessariamente (*livro eletrônico*). Para ser mais preciso, mas vamos evitar esse peso, seria necessário acrescentar *individualizado*, porque deixamos de lado, com a Web, uma comunicação de massa que poderia ser assimilada à publicação eletrônica (Anis 2006, on-line).

O computador, então, é considerado um meio, e não mais uma simples ferramenta, o que o faz participar na elaboração dos discursos. Os corpus e os terrenos concentram-se inicialmente em dispositivos off-line (computadores, telefones) ou on-line (serviços de internet 1.0, em particular mensagens, fóruns da Usenet, listas de discussão, SMS, bate-papos). São essas duas últimas formas que constituirão o laboratório para as propostas do CMC nos anos 1990 e início dos anos 2000, como mostram os trabalhos de Jacques Anis, por exemplo, e as coletâneas publicadas na época (Gerbault org. 2006).

Nessa corrente, a terminologia centra-se na escrita e na comunicação, e o termo *eletrônico* é privilegiado: trata-se de *comunicação eletrônica* ou de *escrito eletrônico* (Anis 1999, Marcoccia 2000a, 2000b), de *escrita eletrônica*, de *escrita sms*, de *escritos sms*, ou de *français de chat*⁴ (Pierozak 2003), às vezes de *discurso eletrônico mediado* ou DEM

4 N.T. *français tchaté*, no original.

(Panckhurst 2007). O DEM é definido por Rachel Panckhurst como um “gênero de discurso” resultante de uma modificação de “nosso discurso e, conseqüentemente, nossa maneira de nos comunicar com o outro”, tendo “marcas linguísticas e extralinguísticas” (2006: 3). As marcas linguísticas são essencialmente as rubricas eletrônicas, os erros ou falhas e os fenômenos de neologia e neografia; Rachel Panckhurst acrescenta “marcas mais especificamente sintáticas” (uso do presente do indicativo, de dêiticos, de elipses e um número menor de verbos que na escrita normativa). As marcas extralinguísticas são descritas da seguinte forma:

- o relacional: rapidez, ansiedade, impulsividade, agressividade, reajustes posteriores, dependência, incapacidade de enfrentar encontros face a face;
- a situação de comunicação: redução, até ausência, de fórmulas de abertura e fechamento, desorganização dos turnos de fala, da ordem, da sequencialidade etc. (Panckhurst 2007: 4).

Os trabalhos seguirão as evoluções tecnológicas, concentrando-se, em seguida, nas comunicações mediadas por telefone celular (a CMT, proposta por Liénard 2013); depois a CMO/CMT investirá na Web 2.0, particularmente nas redes sociais digitais nos anos 2010. Mais recentemente, encontra-se uma alternância entre *escrita eletrônica* e *escrita digital* (Marcoccia 2013), que é objeto de uma discussão favorável à *eletrônica* em Liénard e Zlitni 2015⁵. Os projetos mais importantes atualmente da perspectiva financeira e internacional são dedicados ao SMS, como revela o projeto sms4science, que tem a seguinte apresentação em seu site:

Doe seus textos para a ciência

O objetivo do projeto Texto4Science é contribuir para o estudo da comunicação por mensagens (SMS, mensagens de texto etc.) e para o estudo da linguagem que ela veicula. Para isso, pesquisadores de vários países estão unindo forças para constituir

5 O principal argumento dos autores é que o termo *eletrônico* lhes convém mais porque o trabalho deles é feito a partir de usos e, portanto, de aparelhos.

um corpus de mensagens de textos de diversas línguas para a realização de pesquisa científica. O projeto Texto4Science faz parte de um projeto internacional chamado sms4science, coordenado pelo CENTAL (Centro de Tratamento Automático de Linguagem da Universidade Católica de Louvain), na Bélgica (<<http://www.sms4science.org> />)⁶.

A CMO baseia-se em uma visão de computador como um meio que permanece externo e não como uma extensão ou ampliação do escritor, como é o caso da análise do discurso digital aqui proposta, que apresenta uma inseparabilidade entre a tecnologia e a linguagem, ambas formando um ambiente verdadeiramente complexo que constitui o objeto de análise⁷.

A CMO é essencialmente uma linguística do escrito, que se dedicou, inicialmente, ao corpus de escrita sms, à descrição e identificação do escrito a partir de uma tensão entre oral e escrito, ao destaque de formas morfográficas, como as abreviações e os emoticons, etc. Ela desenvolve ramificações como a CMT (comunicação por telefone), nos trabalhos de Fabien Liénard; L'ADMO⁸ ADMC (análise do discurso mediada por computador), nos trabalhos de Sara Alvarez Martínez (2007) ou Mandana Hadi-Denoueix (2014) na esteira da *Computer-Mediated Discourse Analysis* proposta por Susan Herring (Herring 2001)⁹.

II. CMO E ANÁLISE DO DISCURSO DIGITAL

A CMO (e, conseqüentemente, a CMC com ela) baseia-se em vários princípios e concepções que orientam o estudo das produções digitais nativas em direção a um tratamento dualista e logocentrado. Na perspectiva pós-dualista e ecológica da análise do discurso digital, esses princípios e concepções são objeto de várias críticas.

6 Atualmente, o projeto reúne 15 universidades parceiras. Os resultados desses trabalhos estão publicados essencialmente em Fairon, Klein, Pommier 2006, Cougnon 2015, Panckhurst 2016, Panckhurst *et al.*, 2016.

7 Para sínteses da CMO na década de 2010, consultar Liénard (org.), 2013, Liénard e Zlitni (org.), 2011 e 2015, Zlitni e Liénard (org.), 2013.

8 N.T. Analyse du discours médié par ordinateur.

9 A análise do discurso em questão é a análise do discurso *anglófona*, isto é, uma análise de interações verbais essencialmente orais.

1. Da mediação à conversão

A CMO constrói o vínculo entre linguagem e tecnologia como uma mediação, como indica o termo *mediado*, perspectiva que ainda permanece em muitas abordagens atuais. A ideia de uma mediação entre o humano e a máquina mantém a perspectiva binária do dualismo: de um lado o computador, de outro o locutor, de um lado a máquina, de outro o humano, a primeira modificando as formas de comunicação do segundo. Rachel Panckhurst diz isso explicitamente, usando as noções de suporte e interposição: “Defendemos a hipótese de que o computador é um ‘*suporte*’ de mediação e, graças ou devido ao seu uso, nossa maneira de nos comunicar com outras pessoas se modifica. Nesse contexto, a CMO diz respeito a qualquer forma de comunicação entre indivíduos por computadores *interpostos*” (Panckhurst 2007: 2; grifo nosso).

A análise do discurso digital propõe a integração da máquina ao humano e vice-versa, e inscreve a reflexão, seguindo Milad Doueihi (2008, 2010), no paradigma da conversão, mais do que no da mediação:

Basta dizer que a cultura digital, em parte por causa de seu sucesso e de seu papel econômico cada vez mais importante, provoca uma oscilação e uma transição que são, ao mesmo tempo, políticas e sociológicas e, em última análise, culturais. [...] A tão discutida e celebrada transição do analógico ao digital, com todas as suas implicações, equivale a uma *conversão* nos dois sentidos do termo, técnico e religioso (Douihi 2008: 23; itálico do autor).

Essa conversão assume duas formas principais, a apropriação-modificação de elementos culturais existentes e a invenção de novos objetos:

Em suma, o digital questiona nossos objetos culturais primeiros, tanto aqueles do saber, como aqueles do político. Ele o faz por um jogo duplo: de um lado, apropriando-se desses objetos culturais, fazendo-os circular em um novo contexto e modificando suas propriedades e, de outro lado, introduzindo novos objetos inéditos. Essa dupla relação explica, em parte, a

familiaridade do mundo digital, mas também sua dimensão às vezes alienante. Afinal, o objeto digital é totalmente diferente: ele pertence a um novo regime no qual a aparência é apenas uma armadilha e onde tudo, ou quase, é convertível (Doueïhi 2010: 60).

Milad Doueïhi insiste que a conversão digital é dupla, isto é, técnica e cultural, não sendo o *e* alternativo, mas sintético e, de certa forma, pós-dualista. A dimensão informática é, no entanto, central e a conversão digital “provém em grande parte do estatuto complexo e múltiplo do código informático no estado atual da nossa sociedade” (Doueïhi 2015: 52). Essa concepção do digital marca profundamente a análise do discurso digital, que está assentada na ideia de que o digital *converte* as formas languageiras e os discursos existentes, apropriando-se deles em parte para modificá-los e também produzir novos discursos.

2. Questionando a distinção linguístico *versus* extralinguístico

A CMO considera as formas produzidas em contexto digital sob uma perspectiva exclusiva ou principalmente linguística: as “marcas” enumeradas por Rachel Panckhurst, são de ordem linguística e dizem respeito ao fio do discurso. As marcas “extralinguísticas” são pouco desenvolvidas (como a noção de “relacional”, que reúne traços psicológicos dificilmente observáveis) ou compreendidas, elas também, como de ordem linguística (os pontos relativos à situação de comunicação pertencem à linguística das interações verbais). A CMO (e suas extensões como o CMT de Fabien Liénard ou a ADMO/ADMC proposta na França na esteira de Susan Herring) realmente privilegia abordagens morfográficas ou grafofonéticas, como mostra, por exemplo, a noção de “escrileto” recentemente proposta (Laroussi, Liénard 2012) ou as orientações de certos trabalhos voltados para uma sociolinguística da variação: Michel Marcoccia propõe, por exemplo, a noção de “francês digital padrão” por comparação com o francês padrão pré-digital, a partir de um estudo de formas da língua (Marcoccia 2013).

A dimensão técnica aparece pouco ao longo das análises em sua articulação com a matéria languageira: a CMO mantém, consequentemente, a distinção linguístico *versus* extralinguístico, reduzindo a dimensão técnica (os trabalhos de Michel Marcoccia sobre fóruns de discussão abordam muito pouco as máquinas e seus usos, como Marcoccia 2003, por exemplo), distinguindo os aparelhos dos modos e das escrituralidades, ou classificando a escritura por aparelhos, conforme proposto por Fabien Liénard (Liénard 2012).

A análise do discurso digital propõe um *continuum* entre a ordem linguística e a ordem extralinguística, até mesmo a abolição dessa distinção: muitas produções digitais, como a hashtag, o meme ou a URL, não podem ser analisadas conforme uma perspectiva linguística clássica, mas exigem ajustes epistemológicos, teóricos e metodológicos.

Tradução:
Oriana de Nadai Fulaneti

COR

I. DESCRIÇÃO E DEFINIÇÃO. A COR DO LINK

Nos universos discursivos digitais nativos, a cor é uma marca visual que sinaliza uma propriedade dos tecnodiscursos. Ela sinaliza duas características dos tecnodiscursos: a hipertextualidade e a coletividade enunciativa.

Nas origens da web, no início dos anos 1990, os links eram azuis. Essa cor foi escolhida por Tim Berners-Lee, inventor da web, para distinguir os segmentos hipertextuais dos demais. Naquela época, a tecnologia permitia usar apenas algumas cores (cerca de quinze): os fundos das páginas eram geralmente cinza e os caracteres pretos; o azul aparecia como uma possível cor de contraste, depois de se ter descartado o verde e o vermelho, já muito marcados semanticamente. A cor azul não é, portanto, um artifício decorativo, mas uma verdadeira propriedade tecnodiscursiva que sinaliza ao usuário da internet a clicabilidade de um segmento¹. A cor é acompanhada pelo sublinhado, outro vestígio gráfico da web: nos primeiros computadores que abrigam as primeiras navegações, as telas eram em preto e branco ou bicolores; o sublinhado, portanto, funcionava como um sinal para links de hipertexto.

A evolução da tecnologia tornou possível a modificação da cor dos links: todas as interfaces dos diferentes espaços de escrita on-line agora permitem que a cor dos links seja modificada, e orientações e tutoriais sobre a questão são abundantes: qual cor escolher, que contraste decidir entre a cor do texto e a do link, que operações executar, etc. Em um blog,

¹ Não existe estudo em ciências da linguagem sobre esta questão. Iremos nos referir às descrições eficazes de consultores e de web designers como Duhem-Verdière 2013.

cores diferentes podem ser escolhidas para links internos (direcionando para os conteúdos internos do blog) ou externos (direcionando para outros sites). A rede Twitter permite personalizar sua conta escolhendo a cor dos links (ver figura no verbete *Compósito*, onde os links aparecem em vermelho).

Dessa forma, a cor não é apenas um sinal de hipertextualidade, mas também uma estrutura cognitiva que permite ao usuário *reconhecer* imediatamente um segmento tecnolinguageiro e, então, poder clicar. Os serviços de internet mais importantes, como Google, Facebook ou Amazon, mantiveram o azul original por esse motivo: o azul, salvo na memória do internauta, é imediatamente identificado como um segmento clicável. Há outra razão, de acordo com Joe Clarck, citado por Jeffrey Zeldman: vermelho e verde seriam as cores mais difíceis de identificar para os deficientes visuais, enquanto o azul é, inversamente, a cor mais fácil (Zeldman 2013, on-line). O Facebook teria mantido o azul original em todos os elementos clicáveis e no design geral do site devido ao daltonismo de Mark Zuckerberg.

A cor do link funciona dinamicamente, manifestando três estados: o link está em uma primeira cor antes de clicar, uma segunda ou sublinhado quando o cursor está sobre ele e uma cor diferente após o clique, como uma marca de passagem. Assim, o texto on-line é nativamente marcado dessa maneira. No Google, por exemplo, o link apresentado é azul, reage ao cursor sendo sublinhado e fica roxo após a visita. Na Amazon, o link primeiro é azul, alaranjado quando se passa o cursor do mouse sobre ele e depois o título do item procurado é exibido em preto. No Facebook, tudo permanece azul, mas o link é sublinhado ao passar o cursor do mouse sobre ele.

II. A COR NA ESCRITA COLABORATIVA

A cor intervém em outro contexto de escrita nativa: a escrita colaborativa em aplicativos de escrita na web, os pads, ferramentas que permitem a vários escritores escreverem diretamente em um documento em dife-

COR

rentes cores (ver a figura no final do verbete *Ampliação*). A colaboração pode ser síncrona (escritores intervêm simultaneamente) ou assíncrona (escritores intervêm separadamente). Os pads são processadores de texto ampliados com determinadas funções: uma localização on-line graças a um link, a cor das produções dos escritores e um bate-papo para as interações dos escritores distantes. Em dois dos mais conhecidos, Etherpad e Framapad, até 16 pessoas podem intervir na produção de uma escrita.

Na escrita colaborativa em um pad, a cor constitui simultaneamente um sinal de segmentação e de ampliação enunciativas: os segmentos coloridos são sinalizados como pertencentes a diferentes locutores e, ao mesmo tempo, testemunham a unidade enunciativa de uma produção que, embora proveniente de vários escritores, constitui um enunciado enunciativamente homogêneo; a construção da homogeneidade nas negociações das mensagens instantâneas pode ser rastreada no arquivo. A cor torna-se assim uma marca enunciativa e constitui um elemento que deve integrar a descrição teórica do funcionamento da enunciação escrita conectada. Na teoria desenvolvida a partir do corpus pré-digital, as marcas visuais de cor não desempenham qualquer papel na descrição linguística.

Tradução:
André William Alves de Assis



CORPUS DIGITAL NATIVO

I. DESCRIÇÃO E DEFINIÇÃO. DADOS E OBSERVÁVEIS DIGITAIS

Para definir o que é um corpus digital nativo, é preciso inicialmente falar dos dados e dos observáveis coletados e elaborados on-line. Essas noções são difíceis de definir precisamente, pois são objeto de usos bastante amplos e às vezes contraditórios: para alguns pesquisadores, os dados e o corpus se confundem, para outros a noção de observável não é muito difundida em linguística, mas utilizada sobretudo em análise do discurso.

Os dados linguageiros correspondem às produções tecnolinguageiras on-line, em toda a sua diversidade (discursos, tecnografismos, produções multimidiáticas, etc.). Acessíveis pelas subjetividades do internauta no quadro da relacionalidade estrutural da internet (as configurações dos navegadores, os históricos de consulta e de pesquisa, as contas das redes sociais, os programas instalados, etc.), os dados são pré-configurados¹ e constituem o primeiro estado dos elementos que o linguista pode coletar on-line. Podemos, por exemplo, coletar uma série de publicações de blogs com o objetivo de analisar as formas de comunicação ampliada.

Os observáveis resultam de um dispositivo de observação definido a partir das escolhas epistemológicas, teóricas e metodológicas e constituem a matéria de trabalho do analista. São construídos pela reflexão linguística, o que os distingue dos dados simplesmente coletados, e específicos de um ambiente discursivo. No caso das publicações de blog,

1 Descartamos definitivamente a expressão *dados brutos*, já amplamente invalidada, inclusive em um contexto não digital ou pré-digital: a partir do momento em que a coleta resulta de um objetivo de pesquisa e quando há coleta, simplesmente, nada é bruto.

recolhem-se também os comentários, a partir da hipótese de ampliação dos enunciados da web, e os observáveis serão constituídos de segmentos cuja forma e cujo conteúdo forneçam índices dessa ampliação.

O corpus é constituído por um conjunto de observáveis e não por uma simples coleção de dados. Os observáveis serão situados em seus ambientes discursivos e serão classificados a partir de categorias linguísticas correspondentes aos objetivos e às hipóteses. Pode-se, por exemplo, classificar os comentários on-line de acordo com a tipologia apresentada no verbete *Comentário*.

A principal dificuldade de tratamento dos discursos produzidos on-line, particularmente no contexto da web 2.0, decorre da sua relacionalidade: todos os observáveis são instáveis, nenhum deles pode ser dotado de uma forma fixa, exceto para extraí-los e estabilizá-los off-line, em um programa de tratamento automático, por exemplo, o que não é o projeto da análise do discurso digital. De fato, os discursos nativos da web demandam que a linguística repense as noções de extralinguístico, de contexto e de situação (Develotte *et al.*, 2011, Paveau 2015a, 2015b, 2017). Na sua perspectiva ecológica e pós-dualista, a análise do discurso digital recoloca a questão da construção do corpus, já amplamente questionada pela análise do discurso há mais de cinquenta anos (Mayaffre 2005, Moirand 2004, Mourlhon-Dallies *et al.*, 2004 org.).

II. OS CORPUS RELACIONAIS

Parece necessário, então, questionar explicitamente a natureza e a constituição do corpus quando se trata dos discursos digitais nativos. Em 2010, em um dossiê intitulado *L'internet, corpus sauvage*, Isabelle Pierozak observa que há uma lacuna a esse respeito: “Na maioria das vezes, os estudos no âmbito das ciências da linguagem que se baseiam em corpus eletrônicos tendem a fazê-lo como se a questão do corpus se colocasse em termos clássicos, ou seja, não se colocasse, dado que a referência a uma suposta doxa metodológica é naturalizada” (2010:

17). Essa constatação, raramente feita, teve pouca ressonância, e os analistas do discurso que trabalham com os discursos on-line ainda continuam, em grande parte, a elaborar seus corpus com base em critérios tradicionais da análise do discurso (escolha de um acontecimento discursivo, de uma polêmica, de um gênero de discurso, de um modo de interação). Segundo Isabelle Pierozak, que retoma uma distinção anglófona, esses pesquisadores usariam a internet *para* encontrar um corpus e não *como* corpus: “Poderíamos considerar, por exemplo, na esteira dos anglófonos, em termos de ‘corpus linguístico’, [...] o uso da internet ‘como corpus’ (neste caso, a fonte de corpus, estudada por si só, com a ideia de identificar suas especificidades) ou ‘para construção de corpus’ (geralmente corpus decorrentes, facilmente desenvolvidos com a internet, orientados para um aspecto particular e comparados com outros)” (Pierozak 2014: 5). Considerar a internet como um lugar de coleta de discursos, e lá coletar um conjunto de enunciados, é considerá-la “*para construção de corpus*”, sem se debruçar sobre suas características linguísticas.

O sociolinguista Jannis Androutsopoulos faz uma segunda distinção: por um lado, há os “*dados de tela*”, coletados pelos pesquisadores a partir de sua tela; por outro, existem os “*dados baseados no usuário*”, coletados pela etnografia próxima dos usuários (Androutsopoulos 2014). Os *dados de tela* respondem a uma perspectiva mais objetivista, enquanto os *dados baseados nos usuários* decorrem de uma perspectiva mais afetada pelas subjetividades dos internautas-escritores. A análise do discurso, cujo quadro pós-dualista abandona a oposição rígida objetividade *versus* subjetividade, posiciona-se entre os dois: ela opera ao mesmo tempo com a coleta de dados nas telas, mas se alimenta dos conhecimentos práticos e da experiência digital tanto de analistas quanto de internautas-escritores.

Essa experiência mostra que os universos discursivos digitais dificultam enormemente a elaboração de corpus de análise por três razões: a quantidade dos enunciados, a sua ampliação que tende à inumerabilidade e a sua hipertextualidade.

1. Quantidade

Na internet, o analista do discurso se vê confrontado com um fenômeno inédito na história de sua disciplina: esse terreno apresenta um número extremamente grande de enunciados que fazem expirar os procedimentos de seleção e os critérios de representatividade: em 31 de dezembro de 2016, os números de produção por minuto são os seguintes: 7 milhões de snaps enviados no Snapchat, 350.000 tuítes no Twitter, dos quais 10.000 contendo um emoji, 110.000 chamadas no Skype, 70 milhões de palavras traduzidas no Google Tradutor, 830.000 arquivos baixados do Dropbox, 3,5 milhões de mensagens nos Estados Unidos². Esses números excessivos, no verdadeiro sentido da palavra, e sem precedentes na história da produção semiótica humana, devem-se, entre outras coisas, à acessibilidade editorial e escritural de um lugar de comunicação aberto a todos (condicionado a equipamentos e a habilidades digitais), enquanto os lugares de publicação e de escrita off-line permanecem fortemente hierarquizados pela seleção social e cultural. Qual seria, então, o número correto de dados para uma representatividade satisfatória? A quantidade excessiva de dados requer necessariamente uma metodologia quantitativa? A abordagem qualitativa é realmente ineficaz diante desse grande número? Uma série de questões surge e afeta diretamente a elaboração dos corpus e dos observáveis.

2. Ampliação e inumerabilidade

A dificuldade de coletar dados é ainda mais importante, pois eles carecem de estabilidade e de fechamento que permitiriam seu registro metódico e definitivo. Todas as publicações nas plataformas da web social e conversacional são ampliáveis por comentários, respostas, compartilhamentos e reblogagens. A quantidade de enunciados torna-se, portanto, duplamente inumerável: à inumerabilidade dos enunciados primeiros acrescenta-se a dos enunciados segundos. Como, nessas condições, constitui-se um corpus de tecnodiscurso? O corpus deve conter apenas os

² Fonte : *Le blog du modérateur*. Disponível em: <http://www.blogdumoderateur.com/chiffres-internet/>.

enunciados primeiros? Essa é a solução adotada por muitos pesquisadores na rede Twitter, por exemplo, que selecionam os tuítes a partir da sua única janela de publicação, ou em blogs, mantendo apenas as postagens e excluindo os comentários. O corpus também deve conter os enunciados segundos, retuítes, respostas, comentários, compartilhamentos, republicações, etc.? Por exemplo, um vídeo postado no Youtube ou um status publicado no Facebook recebem milhares de comentários: o pesquisador deve integrá-los? se sim, de que maneira? ele pode fazer uma seleção? e se sim, de que tipo? Além disso, o fenômeno da publicação multisite aumenta a inumerabilidade dos enunciados; trata-se de “conteúdos (texto, imagem, vídeo, links hipertextuais) que são difundidos (ou publicados) em vários ambientes digitais simultaneamente” (Bibié-Émerit 2017: 1). Um jornal diário publicará simultaneamente, em diferentes espaços digitais: por exemplo, seu site (em duas versões: a versão para computador e a versão móvel acessível por meio de aplicativo), sua conta no Twitter, sua conta no Facebook e até sua conta no Instagram.

No momento, essas questões permanecem sem resposta na análise do discurso, e os trabalhos exploratórios que estão sendo desenvolvidos tentam fornecer respostas que não sejam calcadas nos modelos pré-digitais.

3. Hipertextualidade

A hipertextualidade é um traço estrutural dos discursos digitais que modifica sua linearidade, faz conexões entre os textos-fonte e os textos-alvo, tornando o texto aberto a outras potencialidades. A hipertextualidade dos discursos nativos da web, portanto, também levanta a questão dos corpus, e, em particular, a do seu fechamento. Devem os textos-alvo ser inseridos nos dados coletados para o corpus e participar do desenvolvimento dos observáveis? Se sim, qual seria seu status? A relacionalidade dos discursos nativos na web torna-os, dessa maneira, potencialmente infinitos, e o fechamento do corpus, necessário para o trabalho do analista, deve ser considerado em uma lógica relacional, e não mais em uma lógica de coleta: os dados e os observáveis que resultam disso não são mais enunciados, mas relações, ou pelo menos enunciados relacionais.

III. OS OBSERVÁVEIS SUBJETIVOS

Na web social e relacional, todo enunciado é um link potencial; portanto, o tecnodiscurso on-line difere do discurso off-line por sua subjetividade intrínseca, decorrente de sua contextualização tecnorrelacional (Paveau 2015b). Esse é um traço fundamental, já sublinhado por Isabelle Pierozak em outros termos em 2014, sob a perspectiva de uma crítica aos trabalhos em ciências da linguagem:

Tudo se passa, no campo de vários estudos realizados em ciências da linguagem, como se os dados eletrônicos registrados não conhecessem nenhuma variação na apresentação e como se todo usuário de qualquer interface – e, portanto, *a fortiori*, um linguista fabricando um corpus – não pudesse sempre personalizá-la, mesmo que minimamente, e como se essa configuração não afetasse a forma dos dados e, portanto, sua interpretação (Pierozak 2014: 5).

De fato, a questão da transparência dos dados digitais nativos continua sendo algo incontornável nas representações dos pesquisadores: em sua recente síntese sobre comunicação digital escrita, Michel Marcoccia apresenta os corpus on-line como “naturais”, definidos como “atividades discursivas que ocorreriam na ausência do pesquisador, que não foram solicitadas por ele e que não são enviesadas por sua coleta” (2016: 38). Ele menciona, em outro momento, “um acesso deficitário ao contexto” para o pesquisador, devido, principalmente, às diferenças de visualização, mas isso não o torna um critério de coleta ou análise. Entretanto, cada tela é específica para cada internauta, e as páginas consultadas têm formatos e conteúdos altamente contextualizados pelo conjunto de suas relações. A reticularidade da web implica que todo enunciado seja tomado numa relação com outro internauta, em um cálculo algorítmico ou nos diretórios de links que ele criou ao abrir contas em redes sociais. Trata-se, portanto, de uma contextualização tecnorrelacional robusta, que modifica fortemente o olhar dos linguistas para os enunciados e que leva Laetitia Bibié-Émerit a falar de corpus “idiodigitais” (Bibié-Émerit

2015, 2016), ou seja, corpus compostos de dados específicos para um único internauta, o que é particularmente o caso nas redes sociais. A análise do discurso, que se originou da observação de corpus comuns a todos e, portanto, objetiváveis (corpus de jornais, panfletos, discursos políticos), deve integrar essas novas realidades discursivas e fornecer as ferramentas teóricas e metodológicas adequadas para dar conta delas. Ela deve refletir também sobre a subjetividade do pesquisador, além da própria elaboração do corpus e do gesto interpretativo de análise: os discursos digitais nativos, em seus ambientes tecnodiscursivos, de todo modo³, não são diretamente acessíveis aos pesquisadores, que devem trabalhar com seus próprios dados, específicos e não generalizáveis, ou reconstruir os dados de outros internautas-escritores.

A contextualização tecnorrelacional vem da relacionalidade da web, da escolha dos formatos de navegação e da leitura-escrita, bem como dos cálculos algorítmicos.

1. Relacionalidade da web

Na web, a presença do internauta garante a conexão, a escolha do dispositivo, a escolha do navegador, a configuração das barras de ferramentas, a escolha de destinatários e um conjunto de gestos técnicos que configuram a forma e às vezes o conteúdo dos discursos. Os tecnodiscursos são, portanto, manipuláveis e modificáveis porque dependem da relação que o internauta estabelece com eles: eles são *idiodigitais*. Nas principais redes sociais, como Twitter e Facebook, espaços privilegiados pelos linguistas, os discursos, postagens ou tuítes aparecem em linhas individuais que dependem diretamente das relações do internauta. Nas redes sociais, vemos apenas fragmentos parciais, pois os dispositivos tecnodiscursivos impedem uma visão global, como a que poderíamos ter em um jornal diário, por exemplo. Essa relacionalidade levanta questões

3 Sempre é possível tratar os discursos digitais fora de contexto por extração, normalização e processamento automático de enunciados, como fazem algumas pesquisas decorrentes ou inspiradas pela TAL (Tratamento Automático da Linguagem); essa perspectiva logocentrista não é capaz de explicar o funcionamento do discurso on-line [N.T. No Brasil encontram-se, por exemplo, designações como Processamento de Linguagem Natural, Processamento Automático de Línguas Naturais, Tratamento Automático de Entidades e Processos Linguísticos].

importantes para a análise do discurso, que ainda não está totalmente equipada para interpretar esse tipo de enunciado.

2. Formatos de navegação

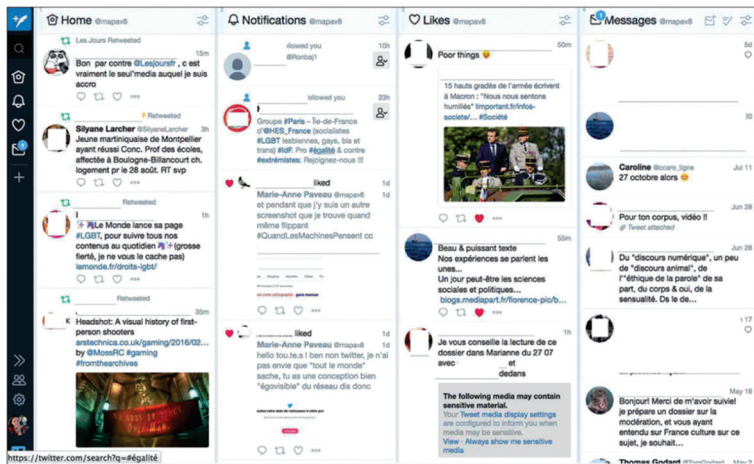
Os formatos estão relacionados tanto à leitura quanto à escrita. As páginas visualizadas assumem diferentes formas, dependendo do dispositivo: computador, tablet e celular oferecem diferentes arquiteturas técnicas. O mesmo se aplica às contas das redes sociais, cuja apresentação depende do usuário selecionado: é possível consultar a conta do Twitter na interface original ou em aplicativos específicos (por exemplo, Tweetdeck, Tweetcaster, Twiterrific ou Hootsuite), ou em diferentes tipos de dispositivos. As interfaces não são as mesmas e, por isso, os enunciados acessíveis e produzíveis também não. As duas ilustrações a seguir mostram a mesma conta do Twitter acessada ao mesmo tempo a partir do aplicativo Tweetdeck e de um Iphone 5S, que se pode comparar com a interface nativa do site.

A diferença é importante: o Tweetdeck permite que os quatro tópicos da linha do tempo, notificações, curtidas e mensagens privadas apareçam simultaneamente; o aplicativo para smartphone exibe apenas a linha do tempo, e a diferença na sequência de tuítes se deve a um tuíte patrocinado, que aparece no aplicativo para smartphone e não no Tweetdeck. O assinante não vê, não lê e, portanto, não escreve literalmente a mesma coisa, dependendo do dispositivo e da configuração que ele escolhe. As produções on-line são limitadas pelos formatos de escrita que têm impacto nas formas da enunciação editorial, mas também nas próprias formas escriturais (para mais detalhes, ver o verbete *Escrita digital*).

3. Restrições algorítmicas

Os algoritmos contribuem para a produção de escritos e para atividades de leitura a partir dos rastros dos internautas. Cada um deles dispõe de uma espécie de rede personalizada que a análise do discurso não pode mais transformar em corpus como uma página de jornal ou um excerto de um romance. Essa personalização da web se manifesta, por exemplo, nos

resultados dos mecanismos de pesquisa, que diferem de um usuário da internet para outro, pois dependem dos seus rastros, ou nas exibições de publicidade que farão parte de suas páginas, que também são calculadas a partir do seu histórico.



4. Conta do Twitter da autora, acessada pelo aplicativo Tweetdeck.



5. Conta do Twitter da autora, acessada pelo smartphone.

*

* *

Os corpus digitais nativos levantam questões de primeira ordem para os linguistas do texto, do discurso e da interação, que devem repensar seus dispositivos metodológicos. As respostas começam a surgir, delineando um programa metodológico (Bibié-Émerit 2016, 2017, Combe 2016, Paveau 2017).

Tradução:
André William Alves de Assis

DESLINEARIZAÇÃO

I. DESCRIÇÃO E DEFINIÇÃO. UM TRAÇO DA ESCRILEITURA DIGITAL

A deslinearização, traço específico do enunciado digital nativo, consiste na intervenção de elementos clicáveis no fio do discurso, que direcionam o leitor-escritor de um fio do discurso-fonte a um fio do discurso-alvo, instaurando uma relação entre dois discursos (por exemplo, uma hashtag ou um hiperlink); essa relação é o produto de uma decisão do internauta-leitor, ativando os elementos clicáveis por um “enunciado de gesto” (Bouchardon 2011). Resultantes de várias categorias, esses elementos tecnolinguageiros implicam o desdobramento sintagmático do enunciado, seu funcionamento enunciativo e sua materialidade semiótica; eles também carregam uma marca visual específica, a cor ou o sublinhado, que são sinais de deslinearização. Em um sentido mais amplo, também se pode falar de deslinearização para certas produções discursivas on-line que passam por um gesto técnico que substitui o discurso contínuo (por exemplo, um pedido de assinatura ou de amizade em uma rede social). A deslinearização é uma elaboração do fio do discurso na qual as matérias tecnológicas e linguageiras são co-constitutivas, e afetam a combinatória frástica criando um discurso composto de dimensão relacional. A deslinearização é um fenômeno totalmente inerente à tecnologia discursiva (Paveau 2013a).

II. ELEMENTOS TECNOLINGUAGEIROS DESLINEARIZADORES

Eles pertencem a duas grandes categorias, as tecnopalavras (Paveau 2015b) e os hiperlinks (Ertzscheid 2002; Saemmer 2015). As

tecnopalavras são nativa e diretamente clicáveis, seja a partir dos programas de escrita das plataformas (nomes de contas de redes sociais, perfis do Twitter, resultados de pesquisa, palavras consignas), seja a partir de um gesto de escrita (tag, hashtag). Elas direcionam o internauta para contas, links, documentos. Os hiperlinks, que são sempre URLs, são diretamente clicáveis nesta forma, em versão longa ou reduzida, ou indiretamente se forem discursivizados (ou seja, colocados “sob” uma superfície languageira) por exemplo em um texto, aparecendo, então, sob a forma de uma palavra ou de um enunciado. A inserção de emoticons ASCII, figuras provenientes de arte ASCII ou emojis, que deslinearizam o enunciado de maneira visual ou sintagmática, não produz, no entanto, qualquer deslinearização tecnodiscursiva caracterizada pela elaboração de um link com um outro fio de discurso. Nem todos os enunciados digitais nativos são deslinearizados e há, nas redes, sites e blogs de práticas de escrita em que o fio do discurso permanece análogo à escrita off-line (é o caso da tuitatura e de numerosos blogs literários ou poéticos, por exemplo).

III. TIPOLOGIA DA DESLINEARIZAÇÃO

1. Deslinearização visual

A cor desempenha um papel importante nos discursos nativos online, tanto na escrita quanto na leitura. Qualquer elemento clicável que envolva um gesto do usuário-leitor aparece em cores (mais raramente sob o equivalente do sublinhado); a cor é prescrita pelo programa do site ou da plataforma (é o caso da rede social Facebook, onde o azul original dos segmentos clicáveis permanece inalterado desde o início) ou modificável pelo usuário (caso da rede Twitter, onde cada assinante pode escolher a cor; ver figura no verbete *Compósito*). A deslinearização, portanto, tem uma existência visual material e manifesta.

2. Deslinearização sintagmática

O fio do discurso é deslinearizado sintaticamente no plano da combinação dos elementos no eixo sintagmático. Os elementos clicáveis implicam, de fato, uma interrupção do desdobramento do enunciado, permitindo entrar em outro fio discursivo conectado. Quando os links são textualizados, ou seja, transmitidos por palavras ou segmentos textuais, estes últimos têm, de fato, tanto uma função sintática quanto uma função tecnodiscursiva. No exemplo a seguir, proveniente da publicação de um pesquisador, os segmentos *Jean-François Bert* e *livro* estão, respectivamente, na posição de sujeito e de locativo, e, simultaneamente, em função deslinearizadora por meio do hiperlink de cor vermelha.

CULTURE NUMÉRIQUE, ÉCRITE, IMPRIMÉE

La fiche : métamorphoses d'une architecture du savoir

Posté le 13 avril 2017 par Marc Jahjah

Sommaire

- 1 Mobilité scripturale et transformation des savoirs
- 2 Avantages, normes et littérature prescriptive
- 3 "Fichards", "grignoteurs" et autres "gratte-fiches"
- 4 Hygiène de la fiche : comment travailler sainement ?
- 5 L'aventure de la fiche au XXe siècle et au-delà
- 6 Conclusion

Ce n'est évidemment pas qu'une *Une histoire de la fiche érudite* que propose [Jean-François Bert](#), dans un [livre](#) publié en février aux Presses de l'Esssib. Comme le laissait deviner le nom du préfacier ([Christian Jacob](#)), le programme est beaucoup plus vaste et s'inscrit dans une anthropologie des savoirs. Au terme de la lecture, on comprendra que **la fiche est un paysage de métiers, d'opérations, de représentations et de formes, en partie contraint par des forces matérielles, économiques et sociales, dont elle est l'indice métonymique.**

6. Início de um post no blog, por Marc Jahjah.

Numérique, recherche et autres écrits.

<<http://www.marcjahjah.net/1256-fiche-metamorphosesdune-architecture-savoir>>.

3. Deslinearização enunciativa

A deslinearização sintagmática resulta de uma deslinearização enunciativa: a saída do fio do discurso é também uma saída do fio enunciativo, sendo o fio-alvo, então, materializado no fio-fonte pelas marcas de clicabilidade. Essa coexistência no mesmo fio de várias situações de enunciação não é marcada pelos processos de mudança de enunciação tais como são identificados no discurso off-line (processos de heterogeneidade enunciativa como o discurso relatado, a citação, a intertextualidade, a evocação, a alusão); pode-se, portanto, ver nela um fenômeno de heterogeneidade tecno-enunciativa.

4. Deslinearização discursiva

Podemos chamar de deslinearização discursiva os fenômenos de equivalência entre um gesto tecnodiscursivo e um enunciado linear. O gênero “pedido de amizade”, por exemplo, derivado do ecossistema da rede social Facebook, é, por definição, compósito, ou seja, ao mesmo tempo tecnológico e discursivo. Esta solicitação passa pelo botão “adicionar”, em português, sobre o qual basta clicar para produzir o enunciado de solicitação, acompanhado (ou não) por uma mensagem escrita explícita. O pedido de amizade é, portanto, uma forma discursiva constitutivamente deslinearizada, no sentido de que sua linearidade languageira, a da combinatoria da frase, é tornada implícita pelo gesto tecnodiscursivo. O mesmo se pode dizer do banimento, que vimos anteriormente, que é levado em conta, amplamente, por ferramentas computacionais.

5. Deslinearização semiótica

A natureza compósita dos enunciados digitais nativos inclui elementos não verbais, como a imagem, o som, o gráfico ou a ação. Toda ligação pode remeter a formas não verbais, mas algumas manipulações tornam o verbal e o não-verbal constitutivos; este é o caso de certos fenômenos de tecnodiscurso relatado (o compartilhamento de um post em uma rede

DESLINEARIZAÇÃO

resulta automaticamente no compartilhamento de suas fotos, por exemplo, sendo os dados de uma unidade de informação incorporados no código). Um caso extremo de deslinearização semiótica, encontrado principalmente na literatura digital, é o “simulacro de referente” (Saemmer 2015: 32): o link tem, então, uma função performativa, uma vez que sua ativação realiza uma ação (Saemmer 2015 dá o exemplo do segmento “pressione o pequeno interruptor”, que realiza a ação quando ativado pelo leitor).

Tradução:

Luciana Carmona Garcia

Lígia Mara Boin Menossi de Araújo

Marco Antonio Almeida Ruiz



DUALISMO DIGITAL

I. DESCRIÇÃO E DEFINIÇÃO

Em 2011, o sociólogo Nathan Jurgenson propôs a noção de *dualismo digital*, para designar a crença de que o que está conectado e o que não está constituem dois universos separados, de natureza distinta, um de natureza virtual e outro de natureza real:

O poder das mídias sociais em, dramaticamente, penetrar em nossas vidas cotidianas, bem como a quase ubiquidade de novas tecnologias, como telefones celulares, nos forçou a conceituar o digital e o físico: o on- e o off-line.

E alguns têm uma tendência a ver o digital e o físico como separados; o que estou chamando dualismo digital. Dualistas digitais acreditam que o mundo digital é “virtual” e o mundo físico, “real”. (2011: on-line).

O *dualismo digital* suporta, segundo Nathan Jurgenson, três tipos de distinções binárias: Átomos/Bits, que identifica a matéria das coisas; Físico/Digital, que descreve os tipos de realidade implicada; e Off-line/On-line, que descreve a relação com a internet. Essa proposição foi imediatamente criticada, tendo sido a noção de dualismo digital apresentada como uma “falácia”; devendo de acordo com o sociólogo, ser substituída pela noção de realidade ampliada.

Estou propondo uma visão alternativa que afirma que nossa realidade é, ao mesmo tempo, tecnológica e orgânica, ao mesmo tempo, digital e física, tudo de uma vez. Nós não estamos entrando e saindo de realidades físicas e digitais separada-

mente, como em *Matrix*, mas vivemos em uma realidade que é ampliada por átomos e bits (2011, on-line).

O dualismo digital inscreve-se na longa tradição dualista que, em uma linha que vai de Platão a Descartes, e se prolonga até nossos dias, organiza uma visão binária do mundo que distingue globalmente o material e o imaterial. Para Stéphane Vial, a noção de virtual, que descreve o que se passa on-line, é uma “metonímia infeliz em virtude da qual o adjetivo/substantivo *virtual* acabou por designar tudo o que se passa num computador ou na Internet, como se tudo o que se passa num computador ou na Internet se resumisse à simulação, isto é, à virtualidade” (Vial 2014: 44). Mas, segundo ela, assim como para Nathan Jurgenson, o digital deve ser definido mais como uma redefinição de nossas atividades cognitivas e perceptivas do que como um segundo universo, separado do primeiro por uma fronteira intangível: “Perceber, na era digital, é ser forçado a renegociar o próprio ato de percepção, no sentido de que os seres digitais nos obrigam a forjar novas percepções, ou seja, objetos para os quais não temos nenhum hábito perceptivo” (Vial 2014: 48). Stéphane Vial chama essa renegociação de “ontofania”, ou seja, uma maneira de nascer novamente nos ambientes conectados, sem se dividir nem se perder (Vial 2013).

A visão dualista da internet e dos universos digitais tem diversas implicações no plano da linguagem e dos discursos.

II - QUESTÕES LINGUÍSTICAS

No plano linguístico, considerar a relação com universos discursivos digitais de maneira dualista implica uma certa concepção da enunciação, uma avaliação negativa dos discursos nativos da web, ou conectados, e um discurso de ausência corporal no modo on-line.

1. Concepção clivada da enunciação

Alguns pesquisadores acreditam que os enunciadores estão mascarados na web devido ao pseudononimato (frequentemente chamado anonimato), não assumindo sua responsabilidade enunciativa nem as

consequências de seus discursos (Temmar 2013). On-line, os engajamentos da enunciação, que seriam assumidos numa tomada de palavra sob a verdadeira identidade e ancorados em um tempo e lugar identificados, deixariam de funcionar devido à atemporalidade e à ubiquidade. Em relação a isso, a psicóloga Sherry Turkle fala de “segundo eu”, título de seu primeiro livro, publicado em 1984, *The Second Self: Computers and The Human Spirit* (Turkle 1984). A ideia geral é, portanto, que a enunciação on-line é outra enunciação, resultante de um desdobramento de nossas instâncias de fala. Essa ideia é suficientemente difundida, a ponto de tornar-se o objeto de um discurso humorístico, em particular no Youtube. Assim, uma série de vídeos de Tripp e Tyler tematiza a transposição da comunicação digital para a vida cotidiana off-line (“Email na vida real”, “Websites na vida real”, “A teleconferência na vida real”), e existem muitas variações desse tipo de humor baseado no dualismo digital¹. O humorista francês Gad Elmaleh também explora esse veio no espetáculo *Sans tambour* (2014), onde ocorre essa transposição, que se tornou culta: “Você não pode falar na vida como você fala por mensagem, você não pode falar na vida como fala pelo MSN ou pelo Facebook! Imagina só? Se você falasse na vida como no Facebook? Você entra em um restaurante, vai direto para um cara e diz: ‘você quer ser meu amigo?’. Ele diz ‘não, eu te ignoro’. ‘Ok’. Você vai em direção a uma garota bonita e diz: ‘me adicione!’”.

Essa concepção é marcada pelo dualismo digital, que propõe que as instâncias de discurso on-line são de natureza diferente daquelas que se manifestam off-line. Ora, se os traços da enunciação são modificados ou, mais exatamente, convertidos (Doueiri 2008) nos universos digitais, não deixa de haver uma economia e uma regulação enunciativas que articulam estreitamente as situações on-line e off-line: se nossos modos de existência são diferentes nos universos conectados, de fato não deixam de ser integrados ao conjunto dos nossos modos de existência nos diferentes espaços nos quais evoluímos.

1 Canal do Youtube dos dois humoristas <<https://www.youtube.com/user/dontbetheguyfilms/videos>>.

2. A avaliação negativa dos discursos nativos da web

Uma segunda implicação do dualismo digital, uma avaliação negativa da qualidade dos discursos nativos da web, pode chegar até à contestação do estatuto de texto de uma produção on-line, por exemplo. Existe um discurso crítico, até mesmo tecnofóbico, bem sedimentado no gênero ensaio para o grande público, mas igualmente entre os pesquisadores, que vê as produções nativas da web com um olhar desconfiado e, às vezes, excludente: para Raffaele Simone, por exemplo, os textos escritos on-line, nos blogs, nos sites de imprensa ou nas redes sociais não são verdadeiros textos. Em sua obra *Pris dans la toile. L'esprit au temp du web* (2012), ele denuncia, na perspectiva aberta por Nicholas Carr², o declínio da leitura, das formas de saber e de sociabilidade, a falsificação do real, a perda da memória humana e, em uma seção intitulada “Le texte et son auteur”, a “dissolução” do texto.

Essa visão negativa da textualidade digital se articula a uma representação deletéria, até tóxica, da conversação ou, mais geralmente, da troca nos universos discursivos digitais ou em dispositivos conectados, como o smartphone. No seu livro mais recente, *Reclaiming Conversation: The Power of Talk in a Digital Age* (2015), Sherry Turkle desenvolve uma crítica bastante dura a comunicações por telefone ou via web, avaliando que elas são deficitárias em termos de presença “real”, como explica Hubert Guillaud:

Ao longo de seu livro, a psicóloga assume a hipótese de que a conversação e a conexão devem ser feitas sem telas, recusando-se a ver que a comunicação por telas é muito mais humana do que maquínica, mesmo que seja operada por máquinas. Turkle opõe sociedade e tecnologia, como se uma fosse o contrário da outra. Ela reveste sua análise de um dualismo digital um tanto simplista, assegurando que nossos telefones substituem o outro, recusando-se a ver que nossos telefones contêm os outros (Guillaud 2016: on-line).

2 Em *Internet rend-il bête? réapprendre à lire et à penser dans un monde fragmenté* (2011), Nicholas Carr formula a *doxa* crítica dos universos digitais: a internet modifica as funções cognitivas, provoca o declínio da leitura “profunda”, destrói a concentração, dificulta a aprendizagem e empobrece as funções humanas em benefício da máquina.

Como o explica Nathan Jurgenson, “o dualismo digital permite que Turkle escreva como se estivesse defendendo a humanidade, a conversa e a empatia, quando, no fim das contas, ela apenas privilegia a geografia” (Jurgenson 2016, traduzido e citado em Guillaud 2016: on-line). Como Noam Chomsky sobre o Twitter e Raffaele Simone sobre o texto, Sherry Turkle propõe um julgamento, em termos de autenticidade das trocas por telas: elas não são conversas reais, porque a presença corporal do outro é um elemento necessário e definidor de uma troca verbal.

3. Discurso da ausência corporal

O dualismo digital implica um discurso sobre a ausência do corpo na comunicação on-line e seus efeitos negativos sobre a qualidade das trocas e dos discursos. É particularmente sublinhada a dificuldade de expressar e perceber as emoções e os sentimentos, bem como as modalidades de enunciação e os sentidos implícitos on-line. Essa dificuldade também faz parte de uma das “leis do discurso” formulada na pragmática popular da cultura da internet: a lei de Poe especifica que, na ausência de um sinal explícito, como um *smiley* ou um emoji, a ironia ou o humor de um discurso não podem ser percebidos, e o enunciado é, então, interpretado ao pé da letra (consultar o verbete *Leis do discurso digital*). Os especialistas anglófonos em TAL³ desenvolveram muitos trabalhos sobre a detecção do sarcasmo on-line (*sarcasm detection*), especialmente no Twitter (para uma síntese, consultar González-Ibáñez *et al.*, 2011, e Joshi *et al.*, 2016), e o campo mais amplo da análise de sentimentos (*sentiment analysis*) é particularmente vívido em linguística computacional. Esses trabalhos se dedicam ao que é considerado uma falta na comunicação on-line, por comparação com a comunicação off-line, face-a-face e presencial.

Na perspectiva ecológica da análise do discurso digital, as coisas se apresentam diferentemente: a abordagem favorece a consideração do contexto das trocas; descarta o método de extração que isola o enunciado, em particular o tuíte, recortando-o da cadeia complexa na qual ele se insere; e leva em consideração os aspectos metadiscursivos dos discursos

3 N.T. *Traitement Automatique des langues*.

digitais nativos. De fato, a reflexividade da web produz continuamente discurso sobre o discurso, e a função de comentário vai muito além dos espaços a ele reservados: os locutores balizam seus discursos com instruções semânticas que passam por sinais de pontuação, *smileys* e, ultimamente, emojis, mas igualmente por verdadeiras rubricas, marcadas por asteriscos, que fornecem informações sobre o que faz o corpo do internauta no espaço off-line. De fato, não é raro encontrar esse tipo de metadiscorso nas redes sociais: **simula espanto**, escreve um internauta no Facebook antes de comentar o compartilhamento de uma informação sobre a violência da guarda costeira diante dos migrantes: “mas, de toda forma, os verdadeiros vilões são os traficantes, não a Europa, hein?” (setembro de 2016); **volta para a cama, debaixo do edredom, pensando em suas tentativas de redação do mês**, escreve outra como um comentário de retuíte; “Estou morta e não terminei de trabalhar **empurra a pilha de tarefas**, finalmente nem consegui bater papo aqui hoje, mas na verdade nós temos necessidade”, escreve uma tuiteira em março de 2017; **prepara seu cartaz, aquece sua voz**, acrescenta uma locutora em uma publicação no Facebook, compartilhando um artigo do jornal francês *Le Monde* sobre o convite de Emmanuel Macron a Donald Trump para as cerimônias de 14 de julho de 2017 (figura 7).



7. Extraído de um post de Anne-Charlotte no Facebook em 28/06/2017.

O discurso sobre a ausência do corpo on-line é, portanto, inexato, o que não significa que a presença corporal seja a mesma on-line e off-line: trata-se mais, na ordem do *continuum*, de manifestações diferentes do corpo que devem ser descritas como tais, evitando as comparações dualistas, que necessariamente radicalizam as análises. A comunicação on-line, como os outros aspectos da existência social, está agora integrada à vida

como um todo, como mostra uma interessante experiência de desconexão feita por Paul Miller, em 2013. Desconectado por um ano, Paul Miller experimentou múltiplas dificuldades e, acima de tudo, uma solidão social significativa, bem como um estado de ociosidade, próximo da depressão. Ele propõe uma concepção integrada da internet, como universo em que todos evoluem: “Mas a internet não é uma busca individual, é algo que fazemos uns com os outros. A internet é onde as pessoas estão. Mas eu sabia que a internet era meu lugar” (Miller 2013, on-line).

Tradução:
Samuel Ponsoni



ECOLOGIA DO DISCURSO

I. DESCRIÇÃO E DEFINIÇÃO. OS DISCURSOS DIGITAIS EM SEU ECOSSISTEMA

A ecologia do discurso é uma abordagem da análise do discurso que toma como objeto não mais somente elementos languageiros, mas o conjunto do ambiente nos quais eles se inscrevem (Paveau 2013a). Essa perspectiva teórica está assentada na ideia de que os discursos são constitutivamente integrados a seus contextos e não podem ser analisados apenas a partir da matéria languageira, mas sim como compósitos, que integram o languageiro e o tecnológico, e igualmente o cultural, o social, o político, o ético, etc. Essa abordagem radicaliza a concepção de linguagem sobre a qual se funda a análise do discurso dominante (a linguagem só pode ser analisada em seus contextos de produção), integrando os elementos não linguísticos ao objeto da análise (os corpus são constituídos de dados compósitos e não mais de dados apenas languageiros).

A perspectiva ecológica é particularmente necessária para analisar os discursos digitais nativos por várias razões: as formas tecnolinguageiras possuem componentes tecnológicos que uma análise logocentrada descartaria; a produção e a recepção discursivas on-line implicam gestos de escrita do usuário inseparáveis dos enunciados (cliquear, rolar, tocar); os tecnodiscursos possuem uma dimensão relacional, sendo todos, em graus variados e em variadas configurações, ligações técnicas para outros enunciados.

II. UMA ABORDAGEM PÓS-DUALISTA

A abordagem ecológica do discurso se baseia em um certo número de escolhas epistemológicas e teóricas pós-dualistas. O pós-dualismo é uma posição epistemológica que põe em questão a concepção dualista das relações entre espírito e mundo, espírito e corpo, linguagem e mundo, humano e não humano, fundadora do pensamento ocidental (Lakoff, Johnson 1999): numa perspectiva discursiva pós-dualista, não há ruptura de ordem entre linguístico e extralinguístico, entre discurso e contexto; a ordem da linguagem e aquela da realidade formam um *continuum*.

Essa concepção não dualista da linguagem se ancora em proposições epistêmicas oriundas da filosofia e das ciências cognitivas heterodoxas: a cognição distribuída, a externalidade do espírito e a teoria das afordâncias. A cognição distribuída, desenvolvida a partir do trabalho de Lucy Suchman (1987), considera que as capacidades cognitivas não dependem apenas dos agentes humanos e de suas competências internas, mas também de agentes não humanos (artefatos, instrumentos, objetos), que produzem representações externas que contribuem para a cognição humana (Hutchins 1994, 1995). Essa abordagem tem como base, por sua vez, uma concepção externalista do espírito, concebido como distribuído nos espíritos dos outros humanos e das coisas circundantes, e não mais encapsulados em módulos neurais internos (Clark, Chalmers 1998). A teoria das afordâncias (Gibson 1979, Norman 1988, 1993), que atribui aos objetos atividades cognitivas e, em particular, instruções semânticas quanto ao seu uso, inscreve-se plenamente em uma concepção pós-dualista e se revela inspiradora para a análise do discurso digital. De fato, nessa perspectiva, computadores, programas e aplicativos são suscetíveis de participar, como os objetos, da produção do sentido.

A essas reflexões, se acrescentam fontes filosóficas europeias, como as propostas de Philippe Descola sobre a superação da distinção entre natureza e cultura (Descola 2006) ou de Jean-Marie Schaeffer sobre “o fim da exceção humana” (Schaeffer 2007). Nos dois casos, a abordagem proposta desfaz a separação entre o reino do humano e o do não humano (animal ou objeto), na qual o humano ocupa uma posição superior, de ser

pensante e falante, e propõe pensar as atividades dos seres e das coisas de maneira integrada.

III. UMA LINGUÍSTICA SIMÉTRICA PARA OS DISCURSOS NATIVAMENTE DIGITAIS

Dessa concepção de atividade cognitiva, decorre uma concepção análoga da atividade languageira, que instaura uma simetria, e não mais a distinção, ou mesmo a oposição, entre a ordem da linguagem e a ordem da realidade; podemos então imaginar, como na antropologia simétrica de Bruno Latour (Latour 1991), uma linguística simétrica que desafia as concepções logocentradas da análise do discurso dominante (Paveau 2006, 2007).

A opção pós-dualista implica ir além de uma abordagem logocentrada dos fenômenos discursivos, que concentra a análise apenas em formas languageiras ou comunicacionais, em detrimento das restrições sociotécnicas e, mais amplamente, ambientais, para integrar os outros componentes da vida humana e não humana; é por isso que se trata de uma abordagem ecológica, já que o posto de observação da análise não é mais apenas o discurso, mas o conjunto dos elementos do ambiente. Essa abordagem é relativamente comum em ciências da linguagem, especialmente no domínio da análise automática. Por exemplo, a classificação que o projeto Comere (Communication Médiée par les Réseaux) apresenta a esse respeito é interessante: os documentos de apresentação do projeto no site (<https://corpuscomere.wordpress.com>) propõem um esquema que classifica os dados languageiros em duas categorias amplas, [verbal] e [verbal e não verbal]. Na primeira categoria, encontram-se três subcategorias reunindo várias formas comunicacionais: [monomodalidade], [multimodalidades], [multimodo]. À primeira, corresponde a seguinte lista: Bate-papo por texto, Fórum-SMS, Tuítes, E-mail, Blogs, acompanhada da menção *imagem não meio de interação*. Essa classificação é interessante, porque adota uma perspectiva logocentrada que não está completamente de acordo com as realidades e práticas on-line: não é certo, a princípio, que possamos distinguir entre o “verbal”, sozinho,

ou o misto “verbal e não verbal”. Colocar, em sequência, os SMS e os tuítes na categoria verbal monomodal leva a descartar o papel dos emojis e, assim, das fotos nos SMS, bem como todos os elementos icônicos nos tuítes, que participam plenamente de sua elaboração semântica; enfim, considerar que nessas formas as imagens não são meios de interação é ignorar tanto a dimensão conversacional da imagem quanto a iconização do texto (sobre esses diferentes pontos, ver os verbetes *Compósitos e Tecnografismo*). Numa abordagem ecológica, o contexto dito “extra-linguístico” é repensado como um ecossistema, no qual se elabora o discurso, e não é mais considerado um pano de fundo do discurso, que o determinaria. O agente enunciativo se encontra, então, distribuído no ecossistema digital, e não mais definido como a fonte da produção verbal.

Como consequência, a análise do discurso digital também exclui a noção de suporte¹, que ainda, frequentemente, qualifica os dispositivos conectados (os “suportes digitais”): falar de suporte (o papel para escrita, a pedra para inscrição, o computador e software para o discurso nativo da internet), implica pensar, de maneira dualista, uma separação entre a ordem do material, de um lado, e a ordem linguageira, de outro. Mas, nos universos discursivos digitais, existe apenas uma ordem, o tecnodiscursivo, no qual o tecno- e o -discursivo são cointegrados, contribuindo igualmente para a produção tecnodiscursiva e, portanto, devem ser analisados como tal.

Na internet, de todo modo, o internauta escreve *nos* ecossistemas, *nas* máquinas, e não mais “sobre” ou “por meio” deles; o corpo, a máquina, as competências linguageiras e os textos produzidos pelo internauta são integrados em um dispositivo comum, que se baseia em uma materialidade única, porém compósita.

Tradução:
Samuel Ponsoni

1 E suas variantes, como a noção de veículo, usada por Michel Marcoccia, que define a comunicação digital escrita como “qualquer forma de troca comunicativa cujas mensagens são veiculadas por redes telemáticas” (2016: 16).

ENUNCIADOR DIGITAL

I. DESCRIÇÃO E DEFINIÇÃO

Existem figuras de enunciadores que raramente são objeto dos trabalhos dos linguistas concentrados sobre os elementos languageiros, pois elas parecem decorrer, para eles, de considerações sociológicas: todavia, o abutre das cartas de denúncia, o denunciador público, o louco dos contra-poderes constituem figuras locutórias marcadas por traços propriamente linguísticos. Apenas o porta-voz foi tema de publicações em análise do discurso (em Jacques Guilhaumou ou Michel Marcoccia). Os enunciadores digitais são figuras de locutores nascidos na internet, e não possuem equivalente fora da rede: não são figuras transportadas nem adaptadas dos universos não digitais para os universos digitais, mesmo se suas produções discursivas ecoem evidentemente discursos sociais já conhecidos e, às vezes, bem antigos. Os enunciadores digitais são nomeados de acordo com seus comportamentos languageiros on-line e seus discursos se organizam a partir das possibilidades sociotécnicas da internet. Vamos nos concentrar particularmente sobre o Grammar Nazi e o troll, que são duas figuras importantes e estruturantes da cultura da internet.

II. O GRAMMAR NAZI

O termo da gíria inglesa *Grammar Nazi*¹ designa um internauta excessivamente normativo em relação às regras da língua e intolerante em relação aos erros de ortografia em particular, que intervém de forma

¹ Maiúsculas originais em inglês conservadas, como nos outros compostos do tipo (*X + Nazi*). As citações respeitam as grafias originais (o termo não parece ser corrente em português).

violenta nos espaços conversacionais informais a fim de denunciar e/ou de corrigir os erros. O termo, utilizado tal qual em francês, possui inicialmente uma conotação pejorativa, depois é recuperado por ressignificação como título reivindicado por certos internautas. O nome *Grammar Nazi* designa então um locutor, um usuário cuja atividade principal é produzir discursos corretivos e normativos; é uma figura bem conhecida nas culturas digitais e amplamente documentada, constituindo por consequência, com o troll, por exemplo, um estereótipo de enunciador digital.

1. Origem, construção e uso do termo

O termo é construído sobre um esquema [*X + Nazi*] no qual *nazi*, em parte não motivado porque designa uma pessoa fanática ou imoderadamente apaixonada por um assunto, é precedido de um complemento determinativo; *The Oxford English Dictionary* (OED) fala, a esse propósito, de emprego “hiperbólico”. O linguista Mark Liberman recupera a história do termo no blog coletivo *Language Log* (Liberman 2007). Ele explica que, de acordo com o OED, os primeiros empregos escritos de *nazi* não motivado seriam *Safety Nazi* atestado em 1982 e *Aerobics Nazi*, atestado em 1995.

Mark Liberman informa que ouviu oralmente esse composto sob a forma de *Surf Nazi* nos meados dos anos 1960 e nos anos 1970; *Surf Nazis* designa os apaixonados pelo surfe que vivem apenas para sua paixão, saindo para o mar quaisquer que sejam as condições meteorológicas. O termo seria em seguida adaptado para *Surf Punk*, de acordo com o *Wikipedia* anglófono (verbete *Surf Punk*). Mark Liberman destaca a não motivação do termo: “O termo era principalmente uma evocação culturalmente vazia de um epítome disponível de fanatismo”, escreve.

Um outro linguista-blogueiro, Robert Lee, estima que a primeira ocorrência de *Grammar Nazi* aparece em uma discussão de um fórum Usenet em janeiro de 1991 (Lee 2015); de acordo com o site *Know your meme* (verbete *Grammar Nazi*), o termo se populariza nos fóruns da Usenet entre os anos 1990 e meados dos anos 2000, quando os usuários do fórum usam essa designação de maneira negativa nas polêmicas. O

termo e a figura de enunciador que ele designa se desenvolvem em seguida nas redes sociais, onde se poderá encontrar doravante numerosas definições espontâneas. O célebre *Urban Dictionary*, dicionário participativo, comporta por exemplo 56 definições do termo entre as quais as duas primeiras estão a seguir:

Grammar Nazi

Alguém que acredita que é seu dever tentar corrigir os erros de gramática e/ou de ortografia que observar. Geralmente encontrado nas salas de chat do Irc perseguindo “n00bs”.

Exemplo: Bem, pelo menos você pode soletrar disléxico corretamente.

Grammar Nazi

substantivo (pl. -s)

1. Uma pessoa que usa gramática adequada o tempo todo, especialmente online em e-mails, salas de bate-papo, mensagens instantâneas e postagens no webboard; um proponente da correção gramatical. Frequentemente alguém que soletra corretamente também.

2. a - Uma pessoa que acredita que a gramática (e a ortografia) apropriada deve ser usada por todos sempre que possível. b - Alguém que tenta persuadir ou forçar outros a usarem a gramática e a ortografia adequadas. c - Alguém que usa gramática e ortografia adequadas para ridicularizar ou zombar sutilmente daqueles que não o fazem; um expositor da superioridade gramatical. d - Aquele que defende a clareza linguística; um oponente do 1337-speak (leetspeak). e - Aquele que corrige a gramática de outras pessoas; polícia da ortografia.

nome próprio

3. Um apelido, pseudônimo ou identificador de um grammar nazi (definições 1 e 2) bem conhecido dentro de um círculo social específico, que costuma mostrar grande respeito ou grande desprezo por suas habilidades.

verbo (transitivo)

4. Corrigir a gramática de (a fala de uma pessoa, um trecho escrito, etc.); editar gramática e ortografia; revisar.

Exemplos

1. Um grammar nazi sabe a diferença entre “traz” e “trás”.
2. Us grammar nazis envadiraum u fomurlario [*sic*].
3. Grammar Nazi, por favor, me ajude com minha lição de casa de português.
4. Ele nazi-gramaticalizou totalmente o meu artigo, substituindo pronomes e reescrevendo orações.

Definições indiretas são também encontradas em artigos e notas de sites e blogs que descrevem o *Grammar Nazi*. Um artigo do site Topito, inteiramente consagrado ao gênero do “top”, propõe, por exemplo, o “Top 10 dos sinais que provam que você é um verdadeiro grammar nazi, 100%”². A lista é composta de uma interessante definição popular:

1. Bernard Pivot é seu ídolo.
2. Você gosta de humilhar os que cometem “erros” publicamente.
3. Você já derramou uma lágrima por um “prefiro mais”, ou um “há muito tempo atrás”.
4. Você imita os apresentadores de televisão.
5. Você escreve textos inteiramente bons.
6. A gramática correta te faz esquecer qualquer forma de autoridade.
7. Você adora brincar de adivinhação.
8. Você tem pesadelos nos quais você envia um e-mail de trabalho com erros de ortografia.
9. Quando você comenta no site Topito, é para apontar um erro vil.
10. Você tem certeza de que as pessoas te agradecem.

O paradigma construído sobre o modelo [*X+ nazi*] é muito importante. *Soup Nazi*, mencionado pela Wikipédia, tem origem em um célebre episódio da série estadunidense *Seinfeld*, intitulado “The Soup Nazi” e difundido em 1995. O *Soup Nazi* é um chefe que dirige um estabelecimento especializado em sopas, particularmente fanático pelos códigos de comportamento em seu restaurante (respeitar a fila, fazer o pedido corretamente, etc.). Há em torno dessa figura do *Soup Nazi*

² Cada item apresenta um breve comentário. Por Laplumeapoil, 25/07/2016 <<http://www.topito.com/top-signes-grammar-nazi-bescherelle-forever>>.

uma verdadeira microcultura popular (aparecimento do personagem em outras séries, utilização no rap, site de fãs, etc.). Pode-se supor que essa expressão permitiu o desenvolvimento do paradigma [*X + Nazi*] atualmente bastante desenvolvido especialmente na internet. Mark Liberman cita, por exemplo, em 2007, *Shoe Nazi*, *Hair Nazi*, *Comma Nazi*, *Food Nazi*, *Coffee Nazi*, *Christmas Tree Nazi*, *Fingernail Nazi*, coletados na internet. Outros documentos lexicográficos institucionais ou espontâneos apresentam *Music Nazi*, *Network Nazi*, *Facebook Nazi*, *Health Nazi*, *Fruit Nazi*, *Wikipedia Nazi* e igualmente dois sinônimos de *Grammar Nazi*, *Language Nazi* e *Spelling Nazi*. *Feminazi*, conhecido nos meios feministas, é construído sobre o mesmo esquema, entretanto, com uma aglutinação.

O termo está suficientemente banalizado para servir de base à formação de novas palavras, o que é forte indício de lexicalização. Com efeito, é possível encontrar, às vezes, *Grammar Nazi-ish*, *Grammar Nazi-ism*, e *Grammar Nazi-ness*. Em português, apenas *Feminazi* é comum e, em francês, *Grammar Nazi* e *Femininazi* parecem ser usados; uma vez que os outros termos do paradigma não são tomados de empréstimo. Pode-se levantar a hipótese de que o desenvolvimento desses compostos, que se apoiam na não motivação da palavra *nazi*, é mais possível nos Estados Unidos e no Canadá do que na Europa por razões, em parte, históricas, já que os norte-americanos não tiveram a experiência direta do nazismo. Em francês, *nazi de la grammaire* ou *nazi de la santé* parecem improváveis, e ainda mais improváveis são termos como *nazi du fruit*, *nazi de la chaussure*, *nazi du fitness* ou *nazi de l'open source*³.

2. O Grammar Nazi, um estereótipo de enunciador digital.

A figura do Grammar Nazi é muito presente na internet como enunciador produtor de discursos normativos e corretivos. Basta, para tanto, observar qualquer sequência de comentário para encontrar rapidamente uma observação normativa sobre a língua: são abundantes os comentários

3 N. T. Embora no Brasil a experiência seja, neste aspecto, semelhante à da América do Norte, também parecem improváveis termos como *nazi da ginástica* ou *nazi das frutas*.

que destacam erros, os corrigem e ridicularizam às vezes os seus autores. O menor deslize linguístico das celebridades, especialmente das mulheres e homens políticos, é imediatamente identificado, ridicularizado e difundido nas redes sociais. São incontáveis os pequenos acontecimentos discursivos em torno de tuítes com incorreções ou de erros na fala. As pérolas dos alunos são amplamente documentadas nos sites, nos tumblrs ou nas redes sociais, sendo sua forma breve particularmente bem adaptada às “pequenas formas” da enunciação editorial on-line. O sarcasmo pode chegar até a humilhação e o Grammar Nazi se transforma assim em troll.

Há um número incalculável de publicações on-line sobre os erros linguísticos mais frequentes, no modelo quantitativo do top: “O top dos 10 erros de francês”, “Os 12 erros de francês que mais irritam”, “O top dos erros de francês que doem no ouvido”, “Os 19 erros de francês que sangram os olhos de dor”, para citar alguns títulos recolhidos na primeira página de pesquisa do Google “erro de francês”, marcados por expressões como *doer no ouvido* ou *sangrar os olhos*, que fazem parte do socioleto da web. O Grammar Nazi evolui na internet em um contexto especialmente propício à sua atividade, que pode ser nela documentada: o site *Bescherelle ta mère*, aberto em fevereiro de 2014 por Sylvain Szewczyk (especialista em informática de 23 anos, que trabalha em comunicação), com o subtítulo “Um site malvado”, tornou-se rapidamente uma instituição na web, complementado por uma página de Facebook e uma conta no Twitter com muitos seguidores. O autor se define como um “justiceiro da ortografia”, o que pode constituir uma pseudo-tradução de *Grammar Nazi*. No início, era uma simples lista participativa de erros, no modelo das pérolas dos professores (do Enem, do vestibular, por exemplo). Desenvolveu-se, propondo atualmente artigos e cursos (do tipo normativo e prescritivo), e até uma galeria de tatuagens, mas sempre permitindo “enviar um erro”, segundo a expressão do site.

Esse estereótipo de locutor da web, um pouco desvalorizado, é objeto, no entanto, de uma ressignificação positiva: *Grammar Nazi* é, com efeito, para certos internautas, uma orgulhosa autodesignação. Não é raro encontrar enunciados do tipo “eu sou um Grammar Nazi”, em que o locutor se serve do termo para se autoneostrar (nas redes sociais, nos

artigos e nos comentários de imprensa); a forma adversativa “eu não sou um Grammar Nazi, mas” produz igualmente um efeito atenuador sobre o sentido da expressão, indicando implicitamente que o discurso do *Grammar Nazi* tem bons fundamentos. Alguns internautas o utilizam como nome de conta, como indicam estas contas encontradas no Twitter, em 1º de janeiro de 2017: *Grammar Nazi* (às dezenas), *The Grammar Nazi*, *Grammar nazi Italia*, *Grammar Nazi Dalek*, *Grammar Nazi Andy*, etc. Outros a usam como pseudônimo (@GrammarNazi), que pode, aliás, repetir o nome da conta. Encontra-se também Grammar Nazi nas biografias das contas (sendo esse elemento associável com os dois precedentes ou com um dos dois), sob a forma de palavra livre ou de hashtag, como mostram as cinco primeiras biografias que aparecem por meio da busca “Grammar Nazi” no Twitter em 1º de janeiro de 2017:

- “Panda suíço, ama cenovis e binturongs, ocasionalmente um grammar nazi” para @AudeN
- “Apresentador de televisão. Viagem & porcarias de Humor. Grammar nazi. Entusiasta em Culinária. Mergulhador. Ama sari. Apaixonado por máquinas de fermentar chá & adora ir ao cinema. Água...” para @minimathur
- “Eu observo cada um dos seus erros #GrammarNazi” para @TheNaziGrammar
- “Eu sou apenas Madison, de Sirius/XM Alt Nation e Lithium! Grammar Nazi. Adora Howard Stern. Odiadora de Kardashian. Voice Over Lady” para @RadioMadison
- Lionesa por adoção, garota Geek no coração, Princesa em tempo integral, Grammar Nazi nas horas vagas. #GTLyon” para @piranade

Podemos então dizer que os valores pejorativos do termo são neutralizados, os semas da norma, da justeza e da correção são positivamente ativados, sobretudo por alguns elementos valorizantes do contexto.

O Grammar Nazi é uma figura importante da cultura da web e é objeto de numerosas representações gráficas e tecnográficas. Existe uma bandeira do Grammar Nazi que retoma a marca do III Reich transformando a cruz gamada em G para *gramática*, conforme a seguir:



8. A bandeira do Grammar Nazi, nativa da internet, no site Open Clipart, <<https://openclipart.org/detail/169630/grammar-nazi>>.

O Grammar Nazi é também um meme que circula de numerosas formas, como indicam as imagens fixas ou animadas agrupadas no site *Know your meme*: imagens macro (especialmente o gato-nazi, cruzamento entre o lolcat e o Grammar Nazi), vinhetas, cartuns, gifs, vídeos. O tema do nazi de uniforme é onipresente, assim como o símbolo remixado a partir da cruz gamada.

III. O TROLL

O troll é uma figura de locutor on-line cujo objetivo é minar as conversas intervindo nas discussões, seja dos fóruns, das redes sociais, dos blogs ou de outra plataforma conversacional. É uma figura importante da produção discursiva on-line, pois ela está no centro de uma microcultura da discussão conectada e participa da estruturação das interações digitais nativas. Para além de uma simples visão ética (o troll é um “mau” locutor), uma análise ecológica da figura mostra que ela é dotada de funções e participa de uma economia discursiva da internet e da web social.

1. Origens e empregos da palavra

A palavra *troll* tem duas etimologias. De acordo com a primeira, a palavra é um empréstimo do inglês e designa de maneira homônima ao mesmo tempo um enunciador e o discurso que ele produz: um troll produz trolls, isto é, mensagens nefastas para as trocas verbais. Em inglês, existe o verbo *to troll* e o substantivo *trolling*. Em francês, o verbo *trôler* existe, mas o inglês *troll* serve de base lexical para o verbo *troller* e para um nome, *trolage*, tradução de *trolling*⁴. Encontram-se, também, de acordo com Daoud (2016), *trollement* e *trollisme*⁵. *To troll* quer dizer pescar com a colher, isto é, de forma trapaceira, e a extensão do sentido passa por essa ideia: o sentido da trolagem nos contextos digitais nativos é, de fato, o de postar mensagens para confundir ou enganar os participantes de uma conversação de maneira a miná-la ou destruí-la.

Na segunda etimologia, o troll está na origem de uma figura mitológica escandinava. “Com efeito”, escreve Nicolas Daoud, “a literatura nórdica do fim da idade média (por volta de 1350) já faz menção desse termo para designar ‘seres sobrenaturais [...] que não pertencem à raça humana’⁶. É em nórdico antigo (Old Norse), a primeira língua escandinava escrita, ou seja, o equivalente da língua romana para os falares escandinavos, que se pode encontrar o termo *troll*, então escrito *tröll*”. (Daoud, 2016: 8). O troll é fisicamente feio e monstruoso, representado com uma pele cinza ou esverdeada, e, às vezes, com um cheiro repugnante, com frequência usando uma faca ou uma clava; é um ser maldoso, situando-se existencialmente ao lado do mal e contra a humanidade. A figura evolui, em seguida, por extensão e enfraquecimento semântico:

A partir daí, o sentido mitológico de monstro gigante vai declinar pouco a pouco para uma acepção menos rígida que engloba tudo o que se relaciona com o maléfico e a maldade, porém, com um atenuante: diante de sua grande tolice, o troll é facilmente derrotado, ainda que seja um gigante, um espírito

4 N. T. Em português, o verbo “trollar” e o substantivo “trollagem” ou “trolagem” derivam do inglês e só ocorrem a partir da internet.

5 Nicolas Daoud anota também *trollement*, *trollogène* e *trollesque* (2016: 11).

6 N.T. <http://www.etymonline.com/index.php?term=troll>, consultado em 5 de junho de 2016.

maléfico ou um espertalhão na internet. Uma fraqueza que seria importante esclarecer para lutar contra os comportamentos nefastos on-line. Com essa acepção semântica mais ampla, o termo logicamente ganhou uma antropomorfização quando surgiu a questão de nomear um usuário da Internet por seu comportamento digital nefasto (Daoud 2016: 9).

Desse modo, o sentido de *troll* apareceu na internet para designar enunciadores intempestivos e mal-intencionados como atestam esse título e lead da revista de notícias francesa *Nouvel Observateur* de janeiro de 2013 sobre os debates na Assembleia Nacional francesa a propósito do casamento para todos: “Hervé Mariton: um troll na Assembleia. ‘Pode-se ter um intérprete?’ Recordista de recursos ao regimento, o deputado da região de Drôme, orador UMP [Union pour un mouvement populaire] contra o ‘casamento para todos’, metralha, xinga e despreza.”

2. Tipologias do troll e da trolagem

Os raros trabalhos existentes sobre o troll vêm de sociólogos, essencialmente Antonio Casilli e, em menor medida, Denis Colombi.

Antonio Casilli, em um artigo intitulado “Pour une sociologie du #troll” (Casilli 2012), propõe uma tipologia baseada em critérios sociológicos: ele distingue o troll puro, “utilizador tolo e maldoso das listas de difusão ou das mídias sociais que ele ataca com comentários deselegantes e inadequados ao contexto da interação”; o troll híbrido, que, como resume Nicolas Daoud, “acrescenta outra coisa além do caos a cada uma de suas intervenções, tenta, apesar da aparência nefasta de suas palavras, fazer avançar o assunto”; o troll reivindicativo, que se especializa em reclamações contra as organizações ou as instituições (Antonio Casilli menciona os trolls que atacam regularmente a SNCF [Société Nationale des Chemins de fer Français]); o troll recíproco ou involuntário, que intervém numa situação argumentativa particular, ao longo da qual os interlocutores se acusam mutuamente: “Cada um é animado por uma perfeita boa fé, e acusa o interlocutor de estar prestes a poluir a conversação com elementos parasitários e disruptivos.” (Casilli

2012: on-line). Essa categorização, sem ser linguística, inclui, no entanto, critérios linguísticos, como a reivindicação ou a argumentação recíproca.

Não existem trabalhos em ciências da linguagem sobre o troll, com exceção de raros artigos, como o de Claire Hardaker (2010), que se surpreende com a raridade dos trabalhos em linguística sobre a trolagem, dada a importância das comunicações digitais nas sociedades contemporâneas.

Claire Hardaker situa seu trabalho na pragmática e estende a questão do troll aos estudos sobre polidez no contexto da pragmática dos atos de linguagem, seguindo o método frequente de aplicação das reflexões pré-digitais às realidades discursivas digitais. Ela precisa, em seu artigo, que as comunicações mediadas por computadores constituem um terreno fértil para observar as formas de impolidez, citando, porém, os trabalhos de Brown e Levinson ou de Culpeper como pouco adequados às comunicações on-line, e estimando que a definição da trolagem surge das próprias discussões dos usuários. Seu trabalho resulta finalmente em uma interessante definição de trabalho enunciativo e pragmático do troll:

Um trolador é um usuário da CMC que constrói a identidade de querer sinceramente fazer parte do grupo em questão, incluindo professar ou transmitir intenções pseudo-sinceras, mas cuja(s) intenção(ões) real(is) é(são) causar perturbações e/ou desencadear ou exacerbar conflitos buscando sua própria diversão. Assim como a impolidez maliciosa, a trolagem pode (1) ser frustrada se os usuários interpretarem corretamente uma intenção de trolar, mas não forem levados a responder (cf. exemplo 35), (2) ser em vão, se os usuários interpretarem corretamente uma intenção de trolar, mas combaterem-na de forma a reduzir ou neutralizar o sucesso do trolador (cf. exemplos 44, 46), (3) falhar, se os usuários não interpretarem corretamente uma intenção de trolagem e não forem provocados pelo trolador, ou (4) ser bem sucedida, se os usuários forem levados a acreditar na(s) pseudo-intenção(ões) do trolador, e forem levados a responder sinceramente (cf. exemplo 39). Por fim, os usuários podem zombar da trolagem (cf. exemplo 25). Ou seja, eles podem assumir o que parece ser trolagem com

o objetivo de melhorar ou aumentar o afeto ou a coesão do grupo (Hardaker 2010: 237-238).

Nota-se, porém, que sua abordagem é centrada sobre o sujeito, na perspectiva pragmática, e sobre o sucesso ou sobre o fracasso de suas produções. Os trolls como enunciados transgressivos que decorrem de uma tecnologia discursiva não são analisados como tais.

Nicolas Daoud propõe, por sua vez, uma tipologia dos trolls-produções e não dos trolls-locutores, que repousa sob critérios linguísticos. Ele distingue, de início, o “troll-produção nefasto”, com frequência sarcástico, que ele define assim: “essa categoria agrupa especificamente as produções trolescas tolas e maldosas, cujo único objetivo é incomodar, romper o fio do discurso em sua dimensão lúdica e construtiva, assim como possivelmente ferir os atores do dito discurso, no caso de trolls-produções extremamente virulentos” (Daoud 2016: 15). Ele menciona, em seguida, o “troll-produção irônico”, às vezes marcado por uma hashtag #humor, uma vez que a ausência de signos posturo-mimo-gestuais e vocais nem sempre permite identificar as modalidades do discurso on-line⁷. A terceira categoria é constituída pelos “trolls-produções ‘spoilers’, que visam, seja através de um único texto, seja através de um iconotexto, esconder, aos que o veem, certas partes essenciais da intriga” (Daoud, 2016: 16). Enfim, a quarta categoria é o “troll-produção memizado”, cuja circulação tem por objetivo confundir os receptores. Nicolas Daoud desenvolve o exemplo célebre do Trololol:

Entre os trolls-produções memizados, é possível citar, por exemplo, a canção do cantor russo Edouard Khil, conhecido sob o nome de “Trololol” ou “Trololo Sing Along!” no YouTube. A história por detrás dessa canção é das mais fascinantes, pois a canção, no lugar de comportar palavras explícitas, é composta de onomatopeias repetitivas tais como “Yoyoyo” ou “Hehehe”. As fontes divergem sobre esse tema, mas é comum admitir que a canção foi censurada por uma razão ou outra pelo governo soviético da época (a canção data dos anos 1960). Porém, o intérprete, em vez de renunciar a cantar a sua canção, teria decidido

⁷ Essa marcação modal entra na problemática da lei de Poe examinada no verbete *Leis do discurso digital*.

substituir as palavras por essas onomatopeias que contribuíram para a celebridade do vídeo clip “Trololo!”. Publicado em 2009 no YouTube, o vídeo se tornou rapidamente um troll, porque os internautas se enviavam uns aos outros o clipe com intenção de se confundirem, por exemplo, quando uma pessoa pedia uma informação contextualmente séria (Daoud 2016: 17).

As abordagens conjugadas de Claire Hardaker e de Nicolas Daoud permitem obter uma primeira descrição tecnolinguística dos trolls-enunciadores e dos trolls-produções. Resta questionar o lugar do troll como discurso na economia discursiva da internet.

3. Um gênero de discurso troll?

O troll, enunciador ou produção, certamente faz parte da paisagem tecnodiscursiva da internet. Mas de qual discurso se trata? Trata-se de um gênero de discurso nativo, de um tecnogênero? É possível afirmar isso, pois, como ressalta Claire Hardaker, existem especificidades digitais do enunciador troll. Mas também porque o discurso do troll contribui para desenhar a paisagem discursiva da internet, como mostram as antologias ou coleções que são regularmente publicadas, e redocumentam um tipo de enunciado doravante estabilizado (“Os 14 melhores trolls de Marine le Pen em sua falsa conta no Twitter”, mancheta, por exemplo, *Les Inrocks* em 04/09/2015, categorizando os tuítes citados e comentados). Enfim, porque o troll-enunciador e o troll-produção asseguram funções sociodiscursivas nos universos digitais. Sobre esse ponto, há um debate entre os sociólogos. Para Antonio Casilli, “o troll é sobretudo um *processo social*, um agenciamento de atores e de recursos (linguísticos, materiais ou de capital social) que permite definir as modalidades de ação do troll – e de reação de seu ambiente digital” (Casilli 2012: on-line). Isso significa que o troll é necessário à vida comunicacional on-line. Antonio Casilli afirma ainda que o troll anima e enriquece a web. Para Denis Colombi, as coisas se apresentam de outra forma. Ele faz a crítica da “cultura troll”, através de uma crítica da utilização do humor como justificativa para discursos transgressivos e agressivos.

Nessa construção coletiva, a referência ao humor, evidentemente “negro⁸” e “de segundo grau”, ocupa um lugar central. Ela permite, com efeito, uma dupla qualificação: qualificação das vítimas do troll como responsáveis por sua infelicidade – se elas compreendessem o humor, elas não se irritariam, e então não seriam troladas –, e qualificação de si. Esta última é muito importante: ela permite se convencer de que não se pensa realmente o que se diz, e por isso se é inocente, que nada disso é muito grave, e que se é, apesar de tudo, uma pessoa de bem. Dito de outra forma, ela permite “salvar a face”, como diria, uma vez mais, Goffman (Colombi 2012: on-line).

Para Denis Colombi, com efeito, a aceitação da existência de uma cultura troll permite justificar os excessos de violência verbal. É uma posição contrária à de Antonio Casilli, para quem o troll enriquece o ambiente digital, mas que nota, mesmo assim, a extrema desigualdade dos internautas diante da violência do troll. “Descobre-se, então”, precisa ele, “que os membros mais reputados – e aqueles que possuem um capital social mais seguro – têm atitudes menos extremas em relação aos trolls, gozadores e abusadores de identidades. São os membros mais marginais da comunidade que expressam sua condenação de maneira mais firme” (Casilli 2010a: 321).

Os internautas com “capital social mais seguro”, ou seja, os dominantes, possuem, com efeito, mais meios materiais, psicológicos e financeiros para se defenderem eventualmente de uma trolagem violenta. “Ao contrário”, continua o sociólogo, “os usuários que se encontram mais à margem da comunidade estão em uma situação delicada, e são constantemente colocados em situação de risco por qualquer elemento que perturbe o agenciamento de suas relações sociais. Eles procuram, então, limitar a qualquer preço os comportamentos desviantes” (Casilli 2010a: 322). Portanto, os trolls não são apenas fatores de vivacidade e de riqueza da web, mas também fatores de desigualdade, e de estigmatização ou de maltrato dos mais fracos. Anita Sarkeesian, que fez em 2012 a experiência de um dos assédios on-line mais violentos (trolls haviam

8 N.T. O termo *humour noir*/humor negro é usado pelo autor da citação. Porém, em contexto brasileiro, é necessário pontuar que ele reforça o preconceito racial, evidente na cultura colonial brasileira e tão necessário de ser combatido ainda na contemporaneidade.

elaborado um jogo que permitia bater nela e produzia a imagem de seu corpo cheio de hematomas causados pelos golpes), estima, aliás, que a palavra troll é muito infantil (“childish”) para nomear os que ela chama de abusadores (Valenti 2015: on-line). Também Dominique Brossard e seus colaboradores da universidade do Wisconsin mostram, em um estudo sobre os comentários de blogs sobre as nanotecnologias, que os comentários dos trolls não são sem consequência sobre a construção do sentido em leitura, o que corresponde ao princípio da ampliação de toda *escrileitura* on-line (Anderson *et al.*, 2014). Os comentários deselegantes têm, com efeito, tendência a polarizar a leitura e a radicalizar as posições.

A essa transgressão ou violência do troll, responde um adágio bem instalado na cultura da internet: “Don’t feed the troll” (não alimente o troll). A frase tornou-se proverbial e seu alcance vai bem além da trolagem on-line. Sabe-se, no entanto, que vários tipos de resposta são possíveis on-line, explorando as possibilidades tecnodiscursivas do ecossistema da web (a tipologia detalhada dessas respostas consta no verbete *Ciber-violência digital*). Uma delas é o outing, do qual há alguns exemplos célebres. Em janeiro de 2017, uma jovem canadense se viu assediada em suas contas nas redes sociais após proposta agressiva de um troll. As possibilidades de pesquisa na web são importantes, e ela e seus amigos encontram o troll e difundem informações sobre ele no Facebook, no próprio espaço do assédio. Um artigo do jornal *Le Monde* resume esse *outing* que permite um fim feliz à história:

Não foi preciso muito tempo para que Jessica Davey-Quantick e seus amigos encontrassem a pessoa que a assediou anonimamente no Instagram. De uma conta a outra, de um endereço de e-mail a um nome, eles reconstituíram o fio. O homem que havia dito a uma desconhecida para se suicidar porque ele a achava gorda tinha 15 anos e morava com seus pais em Londres. Os detetives digitais canadenses obtiveram o endereço de e-mail do pai do adolescente e de sua escola. Primeiro, ele desmente, não quer saber de nada, depois ele se irrita quando Jessica Davey-Quantick divulga seu endereço de e-mail junto a seus amigos em sua página de Facebook. Ela justifica esse gesto, que poderia também aparentar-se a um assédio, pelo

fato de que esse endereço já era público. [...] A história termina, segundo Jessica Davey-Quantick, por uma mensagem de desculpas de seu assediador, enviada temporariamente da escola e sem o telefone, lhe dizendo que ele tinha “vergonha de si mesmo”, que ele “nunca fazia isso habitualmente” e que ele “tinha aprendido a lição” (Vinogradov 2017: on-line).

Nesse caso, foi o próprio dispositivo da rede social e a investigabilidade dos enunciados digitais nativos que permitiram uma resposta ao troll, cuja vítima obteve reparação. O mesmo ocorre com o outing do mais antigo e célebre troll da internet, Violentacrez, que se tornou uma verdadeira figura constituinte da internet em sua versão 1.0, ocupando um lugar importante e respeitado, se se pode dizer assim, no Reddit, o maior fórum de discussão da internet (o outing de Violentacrez está detalhado no verbete *Ciberviolência digital*).

Mas o troll pode trolar o troll, se podemos assim dizer, e existem igualmente exemplos de trolagem “para o bem”, formas de reviravolta ética de uma prática maldosa em cruzada do bem. É o caso de uma série de contas que trolaram o Estado Islâmico em 2014: usando pseudônimos lúdicos como Abou Jean-René, Abufrancis alisreali ou Abou Dinblanc, alguns tuiteiros “imitam os códigos de linguagem dos terroristas e os ridicularizam com apoio de tuítes repletos de ironia” (Janninet 2014: on-line; todas essas contas desapareceram, suprimidas por seus autores por razões de segurança). Hashtags aparecem igualmente: #ISISmovie convida a parodiar títulos de filmes, #TweetcommeAbouOtman faz piada com um jovem francês tentado pelo djihad (a sequência ainda existe). Essas intervenções são formas de trolagem e contribuem para mostrar que na internet, e na web especialmente, as respostas aos discursos agressivos, estigmatizadores e destrutivos decorrem das próprias possibilidades do dispositivo tecnodiscursivo.

Tradução:
Wander Emediato de Souza

ESCRITA DIGITAL

I. DESCRIÇÃO E DEFINIÇÃO. UMA PRODUÇÃO ESCRITURAL DIGITAL NATIVA

Os textos digitais¹ apresentam marcas específicas em seus modos de produção que não se deixam observar do exterior, mas que exigem um conhecimento dos dispositivos de escrita e das culturas digitais, bem como das competências nos usos e práticas escriturais: os corpus digitais não são uma espécie de corpus entre outros, mas terrenos que exigem a presença do pesquisador como usuário. Para dar conta desses novos observáveis, as produções verbais digitais, é preciso pensar no lugar e nos efeitos do digital nas teorias de linguagem (Paveau 2012b) e munir-se de uma teoria capaz de dar conta de sua dimensão técnica. Dessa perspectiva, consideraremos os processos de escrita digital como derivando de uma tecnologia discursiva que põe em questão processos específicos.

De modo geral, podemos chamar de *escrita digital* uma produção escritural que se vale de aparelhos de informática com um teclado. Da perspectiva de uma análise do discurso digital, chamaremos de *escrita digital* uma produção escritural em um dispositivo de informática, em ambiente conectado ou não, que implica traços gráficos, linguageiros e discursivos específicos devido à conversão digital, e mais geralmente, a uma concepção transformada da cultura da escrita e, ainda mais geralmente, da discursividade. Escrever em ambiente conectado exige, de fato, uma “razão computacional” (Bachimont 2000), que se exerce sobre

1 Este verbete é uma versão reduzida e revisada do artigo *L'écriture numérique. Standardisation, delinéarisation, augmentation*, publicado em 2016 na revista brasileira *Fragmentum* (48), <https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/23296>.

o conjunto das atividades ligadas à escrita e, em última instância, sobre a natureza do conhecimento.

As formas de escrita digital são marcadas por restrições técnicas (formatação e natureza compósita dos elementos linguageiros) que apresentam características discursivas, enunciativas e semióticas (deslinearização, ampliação, hibridação) e que têm propriedades discursivo-comunicacionais particulares (investigabilidade, imprevisibilidade, disseminação).

II. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO E TEÓRICO

O estudo de textos digitais, entendidos como produções escritas em dispositivos de informática, off-line ou nativos da internet, há muito tempo foram deixados à cargo das Ciências da Informação e da Comunicação e pela Literatura por meio de noções de escrito de tela (Souchier 1996), de escrita digital (Bachimont 2000, Bouchardon 2014) e de hipertexto (Vandendorpe 1999, Saemmer 2015). Os textos produzidos no teclado, visto que substituem as normas da textualidade do texto impresso (Paveau 2015c), colocam, entretanto, interessantes problemas linguísticos. As ciências da linguagem, em seu componente TDI (texto, discurso, interação) abandonaram as produções digitais (é o caso da linguística textual) ou trataram-nas, como fez a análise do discurso, a partir de suas próprias ferramentas teóricas e metodológicas, seja em um perspectiva comparativa (comparação de traços de discursos impressos e digitais), seja em uma aplicacionista (aplicação aos discursos digitais de dispositivos de análise dos escritos impressos)². Somente os linguistas que trabalham no quadro da CMC (comunicação mediada por computador) desde o final dos anos 1990 levaram em conta as escrituralidades digitais, mas as perspectivas discursivas e textuais foram pouquíssimo adotadas.

2 Neste verbete dedicado à escrituralidade, usamos *discurso* quando se trata de designar as produções no contexto de universos digitais e *texto* para falar delas em relação a suas formas gráficas e a sua organização interna. Discurso e texto são perspectivas disciplinares sobre um mesmo objeto. É principalmente a perspectiva textual a privilegiada neste verbete.

1. Noções em ciências da informação e da comunicação

As ciências da informação e da comunicação, desde o final da década de 1990, têm levado em conta as novas formas de escrita e feito propostas teóricas e terminológicas ainda fecundas nos trabalhos contemporâneos.

Os escritos de tela

Em 1996, no célebre artigo “L’écrit d’écran, pratiques d’écriture & informatique”, Emmanuël Souchier reconhecia as modificações trazidas pela informática: “Estamos assistindo a diferentes tipos de mudanças que se voltam essencialmente para a materialidade e os suportes, ao ato e às práticas da escrita, para os parceiros da escrita, sobre a divisão do trabalho, sobre o tempo, o espaço e a difusão do escrito” (1996: 106). Ele analisa a passagem do papel à tela, da caneta ao teclado como uma desmaterialização (o traço das letras inscritas sobre um suporte torna-se, na tela, um traço eletrônico imaterial e fugidio), como uma modificação na dimensão corporal da escrita (a mão não tem mais contato direto com o escrito, mas se torna uma ferramenta de digitação no teclado) e como uma dupla abstração (a do texto e do escrito que existe apenas virtualmente na forma de linhas de um código).

Souchier sublinha que a tela é o novo espaço no qual se elaboram todas as práticas de escrita informática, um espaço que se inscreve na história contínua das ferramentas de escrita e que apresenta traços específicos. A noção de escrito de tela foi amplamente retomada, notadamente por Yves Jeanneret, que destacou sua capacidade plástica: a tela permite as metamorfoses do escrito, que se torna manipulável e transformável graças às ferramentas tecnológicas (Jeanneret 2000).

A enunciação editorial

Emmanuël Souchier propõe, igualmente, a noção de enunciação editorial, que designa um modo de elaboração plural do texto, marcado

por uma forma de polifonia enunciativa (muitas instâncias, humanas e não humanas, intervêm), por uma hibridação (texto, imagem fixa ou animada, som) e pelo caráter instável e transformável do texto e suas possibilidades de circulação inéditas (Souchier 1998). A enunciação editorial

designa o conjunto daquilo que contribui para a produção material de formas que conferem ao texto sua consistência, sua “imagem de texto”. É um processo socialmente determinado, que permanece em grande parte invisível ao público, mas que, no entanto, pode ser apreendido através da marca impressa pelas práticas constitutivas da elaboração, da constituição ou da circulação dos textos. [...] De modo mais fundamental, a enunciação editorial é o que faz o texto existir materialmente, socialmente, culturalmente... aos olhos do leitor (Jeanneret, Souchier 2005: 6).

Se a enunciação editorial pôde ser excluída dos trabalhos da linguística TDI sobre os discursos não conectados por razões disciplinares (ligadas à definição do objeto da linguística, que dificilmente absorve os contextos de produção)³, veremos que sua ausência na análise dos tecnodiscursos produz resultados incompletos e até contestáveis.

O computextual

Trata-se de uma noção ainda pouco conhecida e explorada de Emmanuel Souchier. O computextual aponta para uma dimensão essencial das escritas digitais: sua dimensão social, como práticas comunicacionais fortemente ancoradas nos contextos de vida dos escritores, que “textualizam” o social. Souchier precisa, de fato, que “o conjunto dos signos transferidores e dos sites [...] participa da ‘textualização’ das práticas sociais” e define o computextual como uma “realidade complexa situada na encruzilhada do texto, da técnica e da prática; realidade que só tem

3 A exceção notável são os trabalhos de Marc Arabyan sobre a enunciação escrita, que, no entanto, não tiveram continuidade no domínio das escritas digitais (Arabyan 2012); a retomada da noção de enunciação editorial pelo linguista em um trabalho coletivo, abriu recentemente essa perspectiva por meio de artigo de Marc Jahjah (Jahjah 2016a).

sentido e da qual só se pode dar conta em termos situados” (Souchier 2004: 8).

Escrita digital e razão computacional

Sabemos que Jack Goody mostrou, no fenômeno da escrita, o laço intrínseco entre os suportes e as formas do pensamento, que ele chamou de razão gráfica. Da mesma forma, Bruno Bachimont acredita que os suportes digitais implicam em uma nova forma de racionalidade, que ele chama de razão computacional:

Os antropólogos, em particular Jack Goody, evocam uma razão gráfica para explicitar o fato de que a escrita leva a um modo de pensar particular e a uma relação específica com o mundo. Quanto a nós, falaremos de uma razão computacional, para explicitar o fato de que pensamos diferentemente com as ferramentas (Bachimont 2007: 71).

A partir dessa proposta, os pesquisadores do projeto PRECIP (*PRati-ques d'Écriture Interactive en Picardie*), considerando que a escrita digital é uma escrita específica, descrevem-na a partir de três níveis: no nível *teorético-ideal*, o digital permite tornar qualquer conteúdo manipulável, relacionando-o a símbolos vazios de sentido, manipuláveis por regras também vazias de sentido (p. 6); no nível *tecno-aplicativo*, intervêm os formatos, “restrições à universalidade digital para facilitar um certo tipo de manipulação em detrimento de outros: manipular diretamente um caractere gráfico, um pixel ao invés de sua decomposição binária” (Crozat *et al.* 2011: 14); finalmente, no nível *semio-retórico*, observam-se os escritos produzidos, suas formas e seus gêneros, a partir das restrições dos níveis anteriores. Levar em conta esses três níveis é necessário porque a escrita digital se elabora na espessura, e os dispositivos técnicos implicam uma escrita em camadas, como explica Dominique Cotte:

Trata-se de mostrar que aquilo que a escrita perdeu em espessura tangível, em dimensão do volume presente no objeto

impresso, ela o recriou de outra forma em uma organização lógica que se apresenta como uma superposição de camadas. Do nível mais profundo, onde é calculada a representação codificada em caracteres alfabéticos, até o nível mais superficial, onde se manifesta na tela na forma de mídias informatizadas, elabora-se um complexo dispositivo de construção, de acesso e de representação de textos e documentos (Cotte 2004: 111).

2. Abordagens em Ciências da Linguagem

A CMC (comunicação mediada por computador)

A CMC (para detalhes, ver o verbete *Comunicação mediada por computador*) se interessa pela comunicação eletrônica a partir do final dos anos 1990 (notadamente, Anis 1998, Panckhurst 1999, Marcoccia 2000a, Pierozak 2003). O objeto de atenção principal foi, no início, o escrito como produto, principalmente a partir de corpus formados por SMS e e-mail, e não a escrita como processo. Os linguistas trabalharam, na época, com as formas produzidas, a partir das quais, tentaram identificar as marcas linguísticas da comunicação eletrônica. Assim, foram abordadas sobretudo as particularidades gráficas, morfográficas e grafo-fonéticas, depois os fenômenos de variação, de nível da língua e de oralização do escrito, bem como certas realizações de formas ou gêneros discursivos.

Nas evoluções da CMC atual, o destaque recai, sobretudo, nos aparelhos e nos usos. Mas a escrita eletrônica como processo computacional global que sucede ao processo gráfico tematizado por Jack Goody não é tratada ainda como tal. O termo *eletrônico* também é mantido, às vezes contra *digital*, como argumentam Fabien Liénard e Sami Zlitni, que consideram que o termo *digital* designa, de maneira antropológica e englobante, os usos gerais na sociedade, enquanto a palavra *eletrônico* concerne a práticas: “Para resumir, retemos e conservamos o termo *comunicação eletrônica* porque pensamos que ele permite que façamos claramente referência à prática e até mesmo caracterizá-la em parte” (2015, p 10). Poderíamos responder que o *digital* integra etimologicamente a própria natureza da informação produzida, isto é, seu código binário e,

portanto, permite não perder de vista a dimensão técnica das produções escriturais, sejam quais forem os aparelhos ou os gêneros e formas em questão. De qualquer modo, a CMC e suas extensões contemporâneas não parecem levar em consideração, no nível macro, o fenômeno geral de escrita no contexto digital e, nessa esteira, as reconfigurações textuais e discursivas que ele implica.

Disciplinas TDI (texto, discurso, interação)

As abordagens de produções verbais em contexto dificilmente se debruçaram sobre as escritas digitais antes de 2010, com exceção de alguns trabalhos isolados (por exemplo, Mourlhon-Dallies, Colin 1995). Em 2004, por exemplo, um número dos *Carnets du Cediscor* se propôs a abordar os “Discursos da Internet” como os “novos corpus” (Mourlhon-Dallies *et al.*, 2004, org.), a partir de comparações simétricas entre as formas on-line e as formas off-line, com o objetivo de entender as primeiras através do funcionamento das segundas. Na década de 2010, analistas de discurso e interacionistas conduziram pesquisas sobre produções on-line, especialmente em blogs e redes sociais. Trata-se de trabalhos dispersos, nos quais a internet e especialmente a web são novos terrenos para analisar objetos ou categorias preexistentes, o que explica que as abordagens geralmente sejam centradas em questões de gênero ou de enunciação. Citaremos em especial Maingueneau (2013), que explora o conceito de hipergênero a partir de seu trabalho anterior sobre os gêneros dos discursos. Encontramos outros artigos e comunicações que atuam braconando⁴ (no sentido de Michel de Certeau) em diferentes campos disciplinares para dar conta das novas formas do discurso on-line. No caso da linguística textual, por outro lado, não há até hoje nenhuma análise da textualidade digital (Paveau 2015c).

Mas falta ainda considerar a “espessura” tecnodiscursiva desses universos discursivos, sublinhada por Dominique Cotte, assim como muitas

4 N. T. Como já se encontra a tradução “braconagem”, por exemplo, em Harel (2005) para *braconnage* (disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/interfaces/article/viewFile/6511/4593>), decidimos usar também o verbo correspondente.

vezes falta aos pesquisadores conhecimento dos dispositivos de escrita on-line, visto que permanecem em posições externas de observação. Falta ainda um quadro epistemológico e teórico produzido especificamente a partir de uma análise dos discursos nativos da web, nos próprios terrenos nos quais são elaborados. Portanto, não se encontra nenhuma reflexão de conjunto sobre a escrita digital que poderia levar em conta o conjunto dos ambientes sociotécnicos e o letramento digital, bem como as práticas discursivas já estabelecidas na vida social.

III. DESCRIÇÃO TECNOLINGUÍSTICA

A escrita digital, elaborada em contextos tecnodiscursivos específicos, é também específica: não pode ser descrita a partir das ferramentas teóricas e metodológicas comuns da linguística, mas demanda o estabelecimento de um dispositivo que permita pensar suas condições e suas práticas de produção, suas características formais e sua contextualização social.

1. Padronização. Formatos e formas

As restrições que a técnica impõe à escrita digital são de duas ordens: em um nível macro, trata-se de determinismos dos *formatos* próprios aos dispositivos de escrita; em um nível micro, trata-se da natureza dos elementos linguageiros em contexto digital que integram intrinsecamente uma dimensão técnica (a dimensão *compósita* dos elementos tecnolinguageiros).

Os formatos: CMS e API

Qualquer produção escrita em um aparelho eletrônico, on-line ou, em menor grau, off-line, é fortemente restringida por formatos (no segundo nível tecno-aplicativo mencionado anteriormente), que não afetam apenas a disposição ou a apresentação dos elementos numa página, mas as próprias formas da escrita (realizada no terceiro nível, o semio-retórico). Laetitia Bibié-Émerit, trabalhando sobre a formatação de listas de presentes de aniversário no Facebook, discute precisamente este ponto de “pré-construção tecnolinguageira” (Bibié-Émerit 2018). Esses

formatos são prescritos pelos CMS, sistemas de gestão de conteúdo dos sites, e pelos API (*Application Programming Interface*), interfaces de programação que são verdadeiras ferramentas de escrita.

Em um artigo dedicado ao CMS (*Content Manager System*⁵), Valérie Jeanne-Périer descreve, a partir de uma experiência de criação do mesmo site em quatro plataformas diferentes, as restrições que cada uma das ferramentas de escrita impõem aos usuários. Ela explica que o escritor está assujeitado ao arquitexto da plataforma, noção precisada por Yves Jeanneret e Emmanuël Souchier:

Com esse termo, os dois pesquisadores designam as ferramentas de escrita que, em suas formas e estruturas, carregam certo número de modelos de textos, de práticas de elaboração e de monitoramento desses textos. Mas esses elementos deixam um rastro quando os sites estão finalizados, um pouco como escomentamentos em arquitetura. Esses rastros, que perduram e afluam na superfície das telas, contribuem para modelar a enunciação editorial do site. Os CMS, enquanto arquitextos, levariam os administradores do site a propor, sem seu conhecimento, tipos de conteúdo e relações, em última análise, pré-organizados. Os administradores, para não dizer os webmasters, parecem estar jogando papéis compósitos, obscurecendo as fronteiras estabelecidas entre diferentes figuras, a do escritor, a do autor, a do editor, a do publicador e a do difusor (Jeanne-Périer 2006: 100).

Valérie Jeanne-Périer considera igualmente que o escritor, colocado “contra a parede” da “inscrição” pela facilidade e velocidade da criação de espaços de escrita on-line, é empurrado para a produção de certas formas, especialmente as reduzidas: “Sua tarefa de escrita se limita a uma inscrição: o preenchimento de campos que prescrevem formas curtas de textos, emprestados principalmente do universo das revistas” (2006: 111). “Como resultado”, ela acrescenta, “os efeitos não são neutros no estilo produzido e na navegação criada: [...] esta suspensão da reflexão sobre o escrito ou sobre a linha ‘redacional’ redundante inelutavelmente – pelo

5 Os CMS são os sistemas de gestão de conteúdo de sites que permitem tanto a publicação e a organização de conteúdos quanto a gestão de usuários e sua categorização em termos de acesso

menos num primeiro momento – em escrever em formato curto, para que sejam unificadas e coincidam as unidades de texto e de circulação no site” (2006: 111). Pensa-se obviamente nas janelas de escrita das redes sociais (tuítes, posts, pins, perfis e suas diferentes seções, por exemplo, nas redes profissionais LinkedIn ou Viadeo, etc.), mas também nos campos de comentários ou de metadados em sites de compartilhamento de fotos como o Flickr, por exemplo.

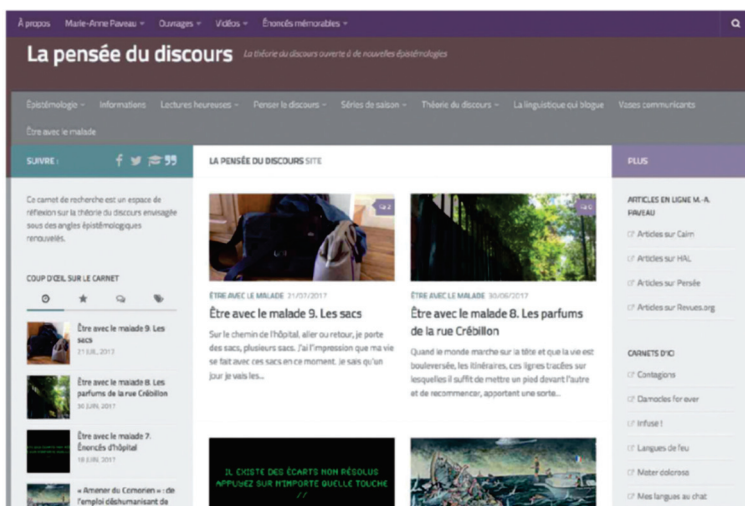
Os arqutextos, que se apresentam mais como “ferramentas de gestão de processos de escrita” do que como ferramentas de escrita propriamente ditas exercem, portanto, verdadeiramente “um controle sobre a escrita”. Um exemplo concreto dessas restrições formais sobre a escrita é dado pelas “pequenas formas” ou “formas textuais reduzidas”, estudadas por Étienne Candel, Valérie Jeanne-Périer e Emmanuël Souchier em um projeto sobre os sites de turismo. Eles explicam que:

o enunciador editorial põe à disposição do usuário “formas” que ele poderá manipular e mobilizar como quiser nas estruturas do site. Estas formas podem ser o resultado de uma criação *ad hoc* do enunciador editorial, assim como podem ser uma criação que responde a uma necessidade específica. Mas elas podem igualmente decorrer da recuperação e da acomodação de formas pré-existentes, que são então postas em situação, “contextualizadas” e readaptadas ao texto em elaboração. Em suma, uma prática oportunista de reemprego. Esse modo de colocar à disposição certas “pequenas formas” pelos criadores de websites decorre da dinâmica de escrita graças à qual as práticas sociais e culturais passam a ter existência na tela (Candel, Jeanne-Périer, Souchier 2012: 188).

Os autores propõem uma tipologia dessas formas que derivam, segundo eles, de três categorias:

- formas derivadas de uma “herança intermediática”, inscritas numa “história dos textos” e preexistentes à escrita digital (por exemplo, mapas ou álbuns).

• formas derivadas da “prática da Web já estabelecida e [que] provém da implementação de lógicas de escrita midiática identificadas” (por exemplo, os campos de pesquisa, as listas, os perfis, as vinhetas). Essas formas se estabilizaram e são agora parte dos processos de escrita digital. A figura a seguir mostra exemplos dessas “pequenas formas” em um contexto diferente daquele do turismo (um blog de pesquisa na plataforma *Hypotheses*, usando o tema “Hueman” no Wordpress):



9. As “pequenas formas” estabilizadas. Extraído da página inicial do blog *La pensée du discours* (início da página), em 26/07/2017.

À esquerda, o *widget* “AlxTabs” permite exibir na coluna os últimos itens de acordo com uma “pequena forma” [imagem + categoria + título + data] ou as postagens mais populares movendo a coluna no tecno-signo I. À direita, a lista de itens clicáveis, formatados graças ao *widget* “Menu personalizado”, é composta por diferentes intervenções do blogueiro no blog (que oferece a um escritor um espaço de escrita por um mês sobre um tema anual).

• as formas resultantes “de uma dinâmica de inovação editorial” e, portanto, decorrentes de um processo de criação recente (por exemplo, as nuvens de tags, os mapas interativos ou os espaços interativos que acolhem as produções dos internautas).

Essas “formas-texto” herdadas, estabilizadas ou em processo de estabilização entram, então, no repertório das formas de escrita on-line e contribuem para uma “normalização das escritas on-line”. Em termos mais linguísticos, poderíamos dizer que se trata de gêneros do discurso que prescrevem sua composição e sua formulação discursiva.

Abordaremos mais brevemente as API (*Application Programming Interface*), interfaces de programação sobre as quais não existe quase nenhum trabalho disponível em linguística, exceto a tese de Samuel Goyet (2017). As API constituem, de acordo com ele, ferramentas de escrita que definem a forma dos escritos on-line (um tuíte, um mapa) em detalhes (seu tamanho, sua cor, a maneira como são manuseados). Em termos linguísticos, e sob a ótica de uma análise do discurso, as API formatam os tecnogêneros do discurso, respondendo a restrições que, de informáticas, tornam-se languageiras e discursivas.

A escrita restritiva não é nova e as escritas que decorrem da razão gráfica também devem integrar os formatos. Todavia, aqui se deve enfatizar que as restrições da razão gráfica são, na maioria das vezes, voluntárias, e que é inteiramente possível excluí-las. Na ordem da razão computacional, a restrição é estrutural e estruturante, inscrita na dimensão técnica dos próprios espaços de escrita. Mais ainda, os quadros de enunciação editorial têm efeito sobre o conjunto dos aspectos do discurso: não são apenas a forma e a disposição que são afetadas, mas igualmente os conteúdos de sentido, sendo o conjunto intrinsecamente articulado. Num trabalho sobre “o caso Goodreads”, rede social de leitores, que surge em 2012 e depois ganha desenvolvimentos e extensões importantes até hoje, Marc Jahjah mostra em detalhes como os formatos prescritos na internet contribuíram para mudar o escopo semântico e político do problema em questão: “Dito de outra forma: a ‘enunciação editorial’ coloca em funcionamento signos em atividades de fabricação de textos que afetam o problema, contribuindo para sua definição e sua transformação em questão pública” (Jahjah 2016: 675).

O compósito

Certos elementos linguageiros produzidos nos universos digitais, conectados ou não, são dotados de uma dimensão técnica intrínseca, isto é, não separável da unidade considerada: eles são tecnolinguageiros. É o caso de quase todos os elementos clicáveis⁶, que possuem tanto as características do signo clássico – são dotados de um significante, de um significado e de um referente – quanto as de um elemento dinâmico e manipulável: hiperlinks lexicalizados (ou seja, transportados por segmentos linguageiros significantes), palavras-consignas integradas aos formatos dos sites, blogs, redes sociais ou plataformas diversas (*ocultar, bloquear, reportar* no Twitter; *comentar, compartilhar* no Facebook; *próxima página, arquivos, Admin. do site* em um blog, etc.), hashtags, pseudônimos e nomes de contas em redes sociais, e milhares de outras tecno-palavras, que têm a propriedade inédita off-line de realizar atos tecnolinguageiros ou de levar aos elementos-alvo, páginas, documentos, listas, dados de todos os tipos. Essa propriedade é obviamente a do hipertexto, sobre a qual se constrói o conjunto da web 2.0, social e conversacional, no seio da qual todos os enunciados são links.

A escrita digital apresenta, portanto, na materialidade de seus significantes escriturais, dois traços fundamentais, que devem se tornar objeto de uma análise: a dimensão compósita ou tecnolinguageira das tecnopalavras, dos hiperlinks ou das URL e a natureza relacional desses segmentos possibilitada pela manipulação do escrito digital, tanto na escrita (elaboração de hiperlinks) quanto na leitura (manipulação hipertextual do texto lido).

2. Tecnodiscursividade. Deslinearização, ampliação e imprevisibilidade

Deslinearização. Nos universos discursivos digitais, o fio do discurso é modificado pelo ambiente tecnodiscursivo. O enunciado digital

6 “Quase”, porque o URL (Uniform Resource Locator), mais comumente chamada de “endereço da web”, tem a característica de não ter um significado, no caso de falta de conhecimentos de informática suficientes para descriptografar a mensagem que contém. Este segmento linguageiro, em consequência, coloca problemas de identificação morfológica e lexical e, de modo mais geral, de categorização linguística.

nativo (assim como o enunciado digital não nativo trazido on-line) não é nem elaborado nem recebido de acordo com a linearidade que define o sintagma, mas contém elementos clicáveis que direcionam o escritor-leitor de um fio-fonte a um fio-alvo, estabelecendo uma relação entre dois discursos. A ação das tecnopalavras é exercida sobre o fluxo sintagmático do enunciado, seu funcionamento enunciativo e sua materialidade semiótica (ver o verbete *Deslinearização*).

Ampliação. Nas escritas digitais nativas, a produção-compreensão de mensagens não depende apenas de uma enunciação primeira, mas integra enunciações segundas que estendem essas enunciações primeiras (comentários, compartilhamentos) e/ou as coletivizam (ferramentas de escrita coletiva, como documentos colaborativos on-line, pads ou a escreitura de discursos hipertextualizados)⁷.

Imprevisibilidade. Enquanto um escritor off-line controla em grande medida o resultado de sua produção escritural, seja manuscrita ou datilografada/digitada, pela adequação entre suas intenções de escrita e os produtos escritos, o mesmo não ocorre nos universos digitais conectados. De fato, os programas de escrita e os algoritmos, como os procedimentos de circulação (compartilhamentos, reblogagens, capturas de tela), tornam os produtos do ato de escreitura altamente imprevisíveis (ver o verbete *Imprevisibilidade*).

IV. QUESTÕES DAS ESCRITAS DIGITAIS

As descrições e análises anteriores trazem à tona, em filigrana, três questões importantes da escrita digital para a pesquisa, mas também para o ensino e, mais amplamente, para a compreensão da vida social.

1. Competências digitais

Antes de tudo, a escrita digital requer habilidades digitais. Esse truísmo aparente recobre de fato questões importantes tanto na pesquisa quanto no

⁷ Consultar o verbete *Ampliação*.

ensino. Uma vez afastada a mitologia de um *nativo digital*, percebemos que o saber e o *savoir-faire* da escrita digital aproximam-se de um nível de competência profissional. Os autores do artigo “Petites formes, grands desseins” mostram que “as padronizações editoriais induzidas pelas pequenas formas contribuem para o surgimento de práticas proto-profissionais de composição, publicização e difusão de textos” (2012: 200). Pesquisadores do PRECIP acreditam, quanto a isso, que “a capacidade de mobilizar em situação os conhecimentos meta-escriturais específicos do digital será um dos componentes da competência escrita contemporânea” (Cailleau *et al.*, 2012: 35). O status do escritor muda, questão para a qual a linguística precisa estar atenta: as noções de escrita, de texto, de discurso, devem ser reexaminadas, por exemplo, em categorias estabilizadas como “discursos ordinários”, “escrita ordinária”, “escritas para si mesmo” etc.

2. Textualização do social

Em seguida, e em parte como consequência dessa profissionalização do escritor comum, deve-se notar que as práticas de escrita digital multiplicam... as práticas de escrita digital. Perret *et al.*, 2013 mostram, com efeito, em suas pesquisas, que as atividades da escrita aumentaram muito desde o advento do digital, especialmente entre os estudantes. Mas podemos dizer que, no conjunto da sociedade, a conversão digital transformou muitas práticas anteriormente não escriturais (compras, reuniões, julgamentos de gosto, manifestações) em atividades escriturais por meio de sites, de redes e de aplicativos: estamos testemunhando uma textualização da sociedade por meio do digital. O exemplo do “mobtexte”, termo proposto por Laurence Allard para nomear o texto escrito com/sobre/no seu telefone celular enquanto caminha é emblemático dessa textualização do social:

O mobtexte mobiliza os signos quando os usuários se movem escrevendo. De fato, a revolução do mobtexte não é apenas uma revolução de “como escrever?” com a tendência de iconização da conversa móvel; é também a de “quem pode escrever?” e a de “quando escrever?”. A noção de mobtexte nos permitirá compreender a atividade de escrita no curso da vida comum.

Em territórios físicos irrigados do digital, escrever/ler em movimento e usando materiais expressivos plurais e multimodais parece ter se tornado uma atividade comum. O campo dessas práticas sociais implica uma abordagem info-comunicacional, a fim de explorar suas modalidades (Allard 2015b: 168).

Essa presença intensa dos escritos digitais na vida social é um objeto ao mesmo tempo necessário e apaixonante para os linguistas do texto, do discurso e da interação.

3. Autoria

Por fim, os processos de ampliação da escrita digital, especialmente no aspecto de sua coletivização, colocam em jogo o problema do autor, já amplamente questionado nas práticas pseudonímicas on-line. Sobre esse ponto, passaremos a palavra a Clarisse Herrenschmidt, em sua resposta magistral, em *Les trois écritures*, a uma questão que assombra o começo do século XXI:

O que é escrever nesses ambientes? É confiar seu texto aos pensadores da atividade, produtores de literatura computacional. Diane pode trabalhar com seu microcomputador porque especialistas escreveram linguagens e programas, reduziram a atividade material da escrita a operações mínimas. Ela aceita que esses escritores, ausentes, intervenham em seu trabalho por meio de sua produção e apesar disso se sente autora do texto que escreve, de acordo com as “categorias que são as nossas para descrever obras, que são descritas desde o século XVIII como um ato criador individual, singular e original, e que fundam o direito em matéria de propriedade literária”, como diz Roger Chartier⁸ (Herrenschmidt 2007: 418).

Tradução:
Atilio Butturi Junior

⁸ Chartier Roger, 1996, *Culture écrite et société. L'ordre des livres (XIVe-XVIIIe siècles)*, Paris, Albin Michel, p. 36.

ÉTICA DO DISCURSO DIGITAL

I. DESCRIÇÃO E DEFINIÇÃO. DISCURSO E AÇÃO

A ética do discurso digital¹ é o conjunto dos critérios de aceitabilidade dos discursos produzidos na internet em relação aos valores reconhecidos pelos usuários em um espaço e tempo dados. Esses valores relativos aos dois grandes polos do bem e do mal constroem numa sociedade os critérios de ações destinadas a uma vida boa ou, ao contrário, dirigidas ao prejuízo do outro (Ogien 2007). Não falaremos aqui de ética como um conjunto de critérios normativos que definem princípios transcendentais e consideram como transgressivos os discursos que não se conformam a eles; preferimos considerar a ética dos discursos como uma ética dos valores intersubjetivamente negociados pelos atores da produção verbal na internet, na perspectiva da corrente da ética das virtudes (Paveau 2013b). A ética do discurso digital é, portanto, sempre construída por um metadiscurso, uma vez que ela é definível somente por aquilo que os usuários dizem dela. Os valores mobilizados pela ética do discurso digital são, em parte, os mesmos que os da ética do discurso off-line, mas a eles se acrescentam valores específicos às comunicações conectadas que têm uma dimensão de ação (Vitali Rosati 2012) em ambientes amplamente formatados por restrições técnicas (Dias, Paveau 2016a org.).

On-line, existe, de fato, um vínculo intrínseco entre o discurso e a ação, como o precisa Marcello Vitali Rosati: “Para que haja a necessidade e a possibilidade de uma ética do digital, é preciso, antes, considerar que

¹ Este verbete é a versão reduzida e modificada do artigo “Éthique du discours numérique”, publicado em 2016 na revista *Linguas e Instrumentos Linguísticos* 37, p. 177-210.

ele produz um espaço de ação particular e específico” (2012: § 2). Esse espaço é, ao mesmo tempo, concreto e relacional:

Mas uma maior familiaridade com as tecnologias digitais nos faz agora compreender que o espaço que elas produzem é um espaço concreto, real e provavelmente também físico. Como qualquer espaço, o espaço digital é o agenciamento de uma série de relações entre coisas. Essas relações são concretas ou não são. Trata-se de relações de proximidade ou de distância, de mais ou menos acessibilidade ou visibilidade alta (Vitali Rosati 2012: § 6).

É preciso insistir nessa dimensão acional da internet e, em particular, da web, para compreender em que ela é um lugar onde se desenvolve uma ética discursiva e relacional. A ação on-line frequentemente configura uma relação: uma conta em uma rede social é um espaço relacional, ou seja, um diretório de links; uma publicação em um blog cria uma relação com os potenciais leitores e comentadores; uma pesquisa ou uma compra on-line cria automaticamente uma relação com outros objetos de pesquisa ou de compras algoritmicamente ligados. Marcello Vitali Rosati avalia que

o digital, e a Web em particular, tornou-se nosso principal espaço de ação, ou pelo menos um dos espaços privilegiados de nossas ações. Uma grande parte de nossos trabalhos se faz com a ajuda da internet, nós nos comunicamos com nossos amigos e nossos familiares na Web, nela nos informamos e divertimos, lemos, organizamos nossas viagens, fazemos nossos cursos, gerenciamos nosso dinheiro. Uma parte importante de nossas ações cotidianas é feita no espaço digital. E a tendência desse espaço é ocupar cada vez mais nossa vida, englobando o espaço não digital (Vitali Rosati 2012: §12).

Mas a ética digital é essencialmente uma ética discursiva, e até escritural. Para agir on-line, de fato, é preciso escrever; inversamente, uma grande parte dos escritos on-line são ações. Essa dimensão acional distingue fortemente os escritos digitais dos pré-digitais, sublinha ainda Marcello Vitali Rosati:

A escrita digital não pode ser interpretada dessa maneira: ela é, antes de tudo, ação. Vemos, fazemos e vivemos no espaço digital escrevendo. Como dissemos, mesmo quando lemos alguma coisa on-line, nós escrevemos. Observando o que se passa numa cidade com ajuda de uma webcam, escrevemos: deixamos vestígios de código em servidores. Quando nos comunicamos com um amigo, escrevemos; quando compramos algo, escrevemos. A escrita é a ação e não a representação da ação (Vitali Rosati 2012: § 53 e 54).

Nesse espaço acional e relacional que quase anula a distância entre ação e representação da ação, os acontecimentos discursivos morais são frequentes: frases assassinas repetidas como zumbidos nas redes sociais, ciberviolência de todas as intensidades, publicação de pequenas e grandes transgressões das personalidades públicas ou dos cidadãos comuns; mas, igualmente, do lado do bem, celebrações de discursos virtuosos e corajosos de todos os tipos, falas generosas, dispositivos solidários, abnegações notáveis. Todos esses acontecimentos discursivos produzem indignação ou emoção compartilhada, pânico morais ou apoios éticos, sempre através de intensas trocas discursivas sobre os critérios morais de aceitabilidade e inaceitabilidade de discursos. No âmago desses discursos, surgem questões recorrentes. Consideraremos aqui as referentes à integridade dos internautas e de seus conteúdos (o problema da proteção da vida privada), à verdade dos discursos (o ajuste discursivo às crenças justificadas) e à decência discursiva (os problemas da ciberviolência e da propriedade intelectual e discursiva).

II. A INTEGRIDADE DISCURSIVA

A publicação de informações de ou sobre um indivíduo sem seu consentimento, sobretudo quando elas podem prejudicá-lo, constitui uma transgressão de ordem ética, na medida em que atinge sua integridade. Essa transgressão pode ser da ordem da indiscrição, da intrusão, da calúnia, da difamação, etc., em uma escala de intensidade variável. O desenvolvimento das mídias de informação e comunicação e, em

particular, da web social, permitindo o acesso de todos às ferramentas de redação e de publicação, aumentou consideravelmente a importância atribuída à proteção da vida privada e à propriedade intelectual. Há inúmeros casos de direitos de uso de imagem, de reclamações por plágios ou por violação de direitos autorais que são resolvidos no tribunal. Se esses fenômenos parecem ser, antes de tudo, de ordem jurídica, eles se inscrevem, no entanto, numa problemática ética no cerne da qual reside a definição do privado em relação ao público.

1. Além da questão da vida privada

A internet e, em especial a web 2.0, tornou complexa essa questão a ponto de modificá-la, como sublinha Josée Côté:

Ninguém contesta que os jornais eletrônicos são de ordem pública, enquanto os sites que dão informações bancárias pessoais são privados. A questão parece mais difícil quando se trata das redes sociais, que se apresentam como sites híbridos, às vezes públicos, às vezes privados [...]. De fato, na era da Web participativa, é comum encontrar um amálgama de funcionalidades interativas em um mesmo site: ele serve tanto como site de informação, de fórum, de bate-papo, como de site colaborativo para criar aplicativos, publicar conteúdos ou trocar arquivos de textos ou áudios, de vídeos ou fotos (2012: § 6).

Consequentemente, as definições rígidas entre público e privado são contrárias à natureza das interações on-line, uma vez que a maioria das comunicações é produzida em um lugar simultaneamente privado e público (2012: § 7). As noções jurídicas de “proteção” e de “direito a” tornam-se insuficientes e mesmo errôneas para pensar a relação entre indivíduos e sua integridade na internet. É, portanto, sem dúvida mais adequado pensar que os internautas veem a internet como um espaço de mediação onde as noções de privado e público são concomitantes, passíveis de revisão e até mesmo cruzadas:

Atualmente, a noção de vida privada está se estendendo e se movendo em direção a uma rede [...]. Para Charles Ess (2010), essa privacidade estendida é semelhante ao conceito dinamarquês de esfera íntima: um espaço de comunicação partilhado, mas privado. Outros veem nesse fenômeno uma revolução antropológica, em que a proteção da vida privada parece não ser mais essencial ao bem-estar dos povos (Bloche et Verchère, 2011). Esses últimos relatam, a título de exemplo, que 69% das fotografias publicadas no Flickr são deixadas acessíveis a todos, embora seus autores tenham a possibilidade de torná-las privadas; do mesmo modo, 61% dos usuários de Facebook se tornam visíveis para todos e digitam nele em média 40 informações de caráter pessoal [...]. Para Cardon (2008), essa exposição de si representa, ao mesmo tempo, um risco e uma oportunidade, uma vez que a identidade digital construída se torna um signo relacional e uma ocasião de cooperação, mais que uma informação divulgada (2012: § 9)².

O tratamento ético da questão privado *versus* público não pode mais ser feito no interior de uma oposição binária e de definições jurídicas fundadas nas noções de proteção e de direito, mas deve adotar outra perspectiva. A proposta por Antonio Casilli permite abordar as publicações on-line em termos de construção de um capital social, hipótese que invalida o discurso sobre o fim da vida privada, que não deixa de acompanhar as críticas de hipervisibilidade on-line. Essa última posição é assumida, por exemplo, por Vinton Cerf (um dos pais fundadores da internet) ou por Mark Zuckerberg (CEO do Facebook) e reafirmada por numerosos responsáveis por empresas e plataformas, bem como por relatórios, notadamente o Pew de 2014, que oferece uma síntese de opiniões de especialistas (Raine, Anderson 2014): a própria noção de vida privada

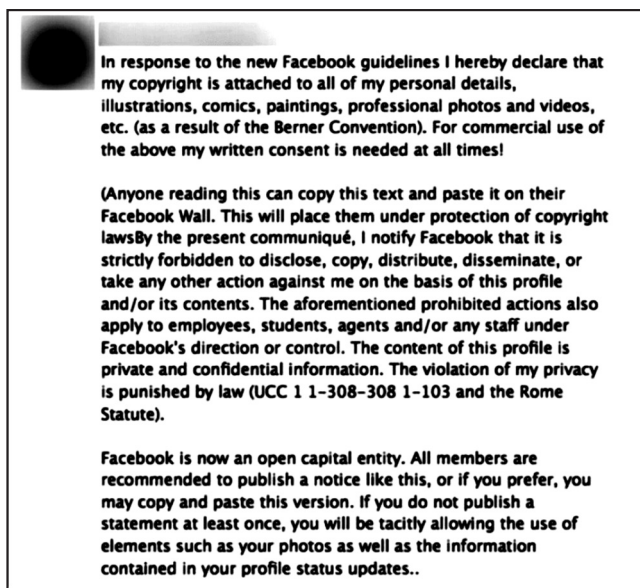
2 Referências da citação: Ess Charles 2010, “Blogs: public, private, and the *Intimsphere* - A Danish example”, Internet research ethics preconference workshop em 20 de outubro, Part of Internet research 11.0, the 11th annual conference of the Association of Internet Researchers (AoIR), *Internet Research Ethics Digital Library, Resource Center, and Commons*, <<http://www.slideshare.net/InResEth/cm-esspreconworkshop#text-version>>; Bloche Patrick e Verchère Patrice, 2011, “Révolution numérique et droits de l’individu: pour un citoyen libre et informé”, *La documentation française*, <<http://www.ladocumentationfrancaise.fr/rapports-publics/114000348/index.shtml>>; Cardon Dominique, 2008, “Pourquoi sommes-nous si impudiques ?”, *Actualités de la recherche en histoire visuelle*, <<http://www.arhv.lhivic.org/index.php/2008/10/12/835-pourquoi-sommes-nous-si-impudiques>>

estaria em vias de desaparecer devido à circulação das informações na internet. Por outro lado, a noção de elaboração de um capital social por meio das atividades discursivas de publicação, revelação ou encenação de si pode se definir como “a aquisição, via relações mediatizadas pelas TIC, de recursos materiais, informacionais ou emocionais” (Casilli 2014: § 18). A compreensão ética da noção de vida privada deveria, portanto, ultrapassar a simplicidade binária do par privado *versus* público e levar em conta essencialmente os comportamentos dos internautas, suas motivações e suas concepções de vida privada.

2. O exemplo do *Facebook Copyright Hoax*

Um bom exemplo dessa abordagem é a maneira como foi recebido o “*Facebook Copyright Hoax*”, mensagem que os usuários do Facebook retransmitem regularmente desde 2012, a fim de proteger seus conteúdos de um eventual uso comercial pela rede social. Apresentamos o texto original em inglês logo a seguir (figura 10).

Em um post intitulado “Pourquoi on devrait prendre au sérieux le *Facebook Copyright Hoax*”, Lionel Maurel (Calimaq) acredita que o desprezo manifestado em relação a essa farsa, especialmente pelos juristas, impede de observar os comportamentos dos internautas. Segundo ele, essa publicação “traduz algo de interessante nas aspirações dos internautas e como eles gostariam que o uso de seus conteúdos e dados na web fosse regulamentado” (2015: on-line). Lionel Maurel avalia que os usuários, publicando esse texto, consentem em uma utilização não comercial de seus conteúdos, abrigados, de alguma forma, sob o que parece ser uma licença Creative Commons CC-BY-NC (quer dizer, com atribuição de crédito, compartilhamento e modificação autorizados, mas sem utilização comercial). Ele inscreve essa prática num movimento atual em direção ao copyleft (o inverso do copyright, quer dizer, a cessão voluntária de direitos) e aos Privacy Commons, “que permitem aos indivíduos determinar minuciosamente os usos autorizados de seus dados por terceiros” (Maurel 2015: on-line).



10. Texto do Facebook Copyright Hoax, retirado de um artigo do Daily News³:
<<http://www.nydailynews.com/news/world/copyright-facebook-message-hoax-article-1.1208028>>.

Os critérios de aceitabilidade moral da publicação dos discursos on-line, seja de produções criativas ou de dados pessoais, não podem, portanto, ser estabelecidos com antecedência nem aplicados de fora, mas devem se apoiar sobre as representações e os conhecimentos dos próprios internautas.

3 N.T. Tradução do trecho: Como resposta às novas orientações do Facebook, eu declaro, através deste meio, que meus direitos autorais estão ligados a todas as minhas informações pessoais, ilustrações, quadrinhos, pinturas, fotos e vídeos profissionais, etc. (como resultado da Convenção de Berna). Para uso comercial dos elementos citados, o meu consentimento por escrito é necessário todas as vezes!
(Qualquer um que esteja lendo isto, pode copiar este texto e colá-lo em sua própria *timeline*¹. Isso irá colocá-los sob a proteção das leis de direitos autorais). Por meio do presente comunicado, eu notifico o Facebook que é estritamente proibido divulgar, copiar, distribuir, disseminar essas informações ou tomar qualquer outra ação contra mim com base neste perfil e/ou em seu conteúdo. As ações proibidas supracitadas também se aplicam aos empregadores, estudantes, agentes e/ou qualquer funcionário sob a direção ou controle do Facebook. O conteúdo deste perfil contém informações privadas e confidenciais. A violação de minha privacidade é passível de punição por lei (UCC - 1 1-308-308 1-103 e o estatuto de Roma).
O Facebook é agora uma entidade de capital aberto. A todos os membros se recomenda a publicação de uma notificação como essa, ou, caso você prefira, pode copiar e colar esta versão. Se você não publicar uma declaração pelo menos uma vez, estará tacitamente permitindo o uso de elementos como suas fotos e também as informações contidas nas atualizações de status em seu perfil.

III. O AJUSTE DISCURSIVO. A QUESTÃO DA VERDADE

O segundo questionamento ético a respeito das discursividades digitais concerne à verdade. Essa questão é uma constante nos debates sobre o valor das comunicações na internet desde seu surgimento, especialmente em razão do problema do pseudônimo e do anonimato, que servirá aqui como fio condutor para a reflexão.

1. Pseudônimo e fetichismo do “nome verdadeiro”

São inúmeras as tentativas jurídicas, na França e em outros lugares, de proibir os pseudônimos (Paveau 2015a) e os discursos críticos sobre a possibilidade de dissimular a identidade na internet. A questão dos “fakes” ou perfis falsos é, segundo Fred Pailler e Antonio Casilli, “um ponto de confluência de um conjunto de expectativas relativas às condutas e às modalidades de subjetivação dos usuários”:

Assim os “fakes” são vistos e, entre outros, designados como impostores desprovidos de integridade moral (os “perfis falsos” nas mídias sociais), como trapaceiros motivados pelas intenções predatórias (os “perversos” dos sites de encontro) ou ainda como a encarnação da exploração capitalista dos comuns (os “avatars” na Wikipédia) (Pailler, Casilli 2015: § 6).

Os pseudônimos ou fakes impõem, com efeito, uma das questões morais mais importantes: a verdade e a mentira. Mentir sobre sua identidade permite outras transgressões e o acesso à violência e à criminalidade on-line. O pseudônimo e até mesmo o heterônimo, no entanto, fazem parte da economia discursiva da internet e apresentam possibilidades morais opostas à vida boa: acesso à palavra por indivíduos silenciados por razões diversas, inclusive políticas, liberdade de expressão e circulação de falas inaudíveis em espaços pré-digitais, formação de grupos, redes e comunidades a partir das identidades digitais de partilha e de reconhecimento, apoio à fabricação e à manutenção de certos laços sociais e afetivos.

Vários acontecimentos tornaram visíveis as questões éticas do pseudônimo, incluindo o caso dos “nomes verdadeiros” no Facebook

em 2012, na origem do que às vezes tem sido chamado de “*nymwars*”, as guerras dos nomes (para uma análise detalhada de *nymwars*, ver o verbete *Pseudonimato*). A utilização do “nome verdadeiro” aparece nas condições de uso do Facebook desde o início, mas a política do grupo se tornou mais radical naquele ano. Em julho, a rede pediu informações aos membros a respeito dos “nomes verdadeiros” de alguns de seus amigos, por meio de uma mensagem exibida em uma caixa de diálogo: “Ajude-nos a compreender como as pessoas utilizam o Facebook. Sua resposta será anônima e não afetará a conta de seu(ua) amigo(a). Esse é o verdadeiro nome de seu(ua) amigo(a)?”. Depois do nome e da foto, consta uma lista de respostas possíveis: “sim”, “não”, “eu não conheço essa pessoa”, “eu não desejo responder”.

Aidez Facebook à s'améliorer

Veillez nous aider à comprendre la façon dont les gens utilisent Facebook. Votre réponse restera anonyme et n'affectera pas le compte de votre ami(e). S'agit-il du véritable nom de votre ami(e) ?

Oui

Non

Je ne connais pas cette personne.

Je ne souhaite pas répondre.

Règles applicables aux noms

Envoyer

11. Janela de informação do Facebook sobre os “nomes verdadeiros”.
(Coletado em Nikopik 2012).

Essa disposição é imediatamente vista como um dispositivo de denúncia e desencadeia numerosos debates em torno da questão moral. O blogueiro Nikopik incomodou-se com o procedimento e contactou o Facebook, que lhe deu a seguinte resposta:

A missão do Facebook é tornar o mundo mais aberto e conectado.
Os internautas utilizam o Facebook para manter contato com seus

amigos e familiares, para saber o que está acontecendo no mundo e compartilhar e expressar o que importa para eles. Eles tirarão o melhor do site usando sua identidade verdadeira. Isso permite uma responsabilidade muito grande e um ambiente mais seguro e digno de confiança para os internautas. Utilizar um nome falso ou uma identidade falsa é uma violação de nossos princípios, por isso encorajamos os usuários a denunciarem qualquer pessoa que esteja fazendo isso, seja através dos links presentes no site, seja entrando em contato conosco por meio do formulário em nossa seção dedicada às perguntas dos usuários. Nós temos uma equipe que se ocupa especificamente dessas questões, que lê todas as observações enviadas, as denúncias de possíveis perfis falsos, e age em conformidade com nossos princípios. Assim, consideramos excluir um perfil se, e somente se, avaliarmos que ele não é autêntico e que contém informações falsas (Nikopik 2012: on-line).

O Facebook, portanto, coloca antes de tudo a verdade (“identidade verdadeira”) na defesa de um valor moral de “responsabilidade” e um valor de ordem psicomoral, a “confiança”. A resposta insiste sobre a noção de “falso”, apresentada em cinco retomadas nesse breve texto: “nome falso”, “identidade falsa”, “perfil falso”, “informações falsas” e “não autêntico”. Desse modo, o Facebook adota o papel, segundo expressão de Antonio Casilli, de um “empreendedor moral” (Casilli 2014), explicitando princípios prévios e abstratos (verdade, autenticidade e responsabilidade) para regular situações práticas e concretas. A plataforma parece realmente tomada por um tipo de fetichismo em torno do “nome verdadeiro”, que lhe serve, ao mesmo tempo, de código jurídico e de ideologia. Alguns meses depois, em setembro de 2012, o Facebook publica em sua página a seguinte mensagem:

19 de setembro de 2012

É importante usar seu nome e data de nascimento verdadeiros para que possamos encontrar seu perfil, caso não consiga mais acessá-lo. Acesse o seguinte link para alterar sua data de nascimento, <<https://www.facebook.com/help/121641674584595/>> e este outro para atualizar seu nome, <<https://www.facebook.com/settings/>>.

Algumas contas de internautas foram bloqueadas pela plataforma, que lhes enviou a seguinte mensagem: “Sua conta foi bloqueada, pois verificamos que seu perfil não apresenta nome verdadeiro. Por favor, forneça as seguintes informações para que possamos confirmar que o nome indicado é realmente o seu. O Facebook é uma comunidade em que as pessoas se comunicam expondo seus nomes verdadeiros. Não podemos ajudá-lo se você não indicar seu nome verdadeiro e completo no campo abaixo”. O usuário é convidado a preencher os campos de nome, nome do meio e sobrenome, além de digitalizar um documento de identidade. Fred Pailler e Antonio Casilli analisam um fenômeno análogo concernente ao Google+ em 2011:

[...] A política iniciada em 2011 consistiu em suprimir sem aviso prévio milhares de contas que não atendiam ao que a empresa considerava sendo como formalmente um “nome verdadeiro”. Essa campanha teve como um de seus principais resultados a supressão de contas de pessoas bem reais, dentre as quais artistas, profissionais conhecidos por seus nomes artísticos ou de pessoas cuja cultura permite que assumam três ou quatro nomes diferentes para sua apropriada identificação (como ocorre com diferentes países asiáticos, por exemplo) (Pailler, Casilli 2015: § 4).

O Facebook reafirma essa política do nome verdadeiro em 2015 ao atualizar as condições de uso, e desenvolve argumentos na página dedicada aos padrões da comunidade⁴. Encontramos este texto, ainda relevante em abril de 2016:

Uso de sua identidade verdadeira: como a exigência do Facebook do uso de um nome verdadeiro cria um ambiente mais seguro. Os usuários do Facebook se comunicam sob sua verdadeira identidade. Quando as pessoas expressam sua opinião e agem usando sua verdadeira identidade e sua reputação, nossa comunidade se torna mais responsável. Se descobirmos que você tem vários perfis pessoais, podemos pedir que você desative os perfis adicionais. Também excluimos qualquer perfil que usurpe a identidade de outrem.

4 Referência da página: <<https://www.facebook.com/communitystandards>>.

O laço entre “identidade verdadeira” e “responsabilidade” permanece como uma arquitetura estável da política do grupo. Encontra-se aí a tradicional desconfiança com nomes e identidades emprestados, em uma concepção ocidental da identidade considerada como estável, única e verificável administrativamente.

2. Pseudônimo e segurança dos vulneráveis

Essa concepção vai ao encontro dos padrões de outras áreas culturais e geográficas (Ásia, África, principalmente, onde o sistema de nomes é bem mais complexo e, sobretudo, desenvolvido segundo as fases da vida e as situações sociais particulares), mas também daqueles de um certo número de indivíduos com identidades líquidas para os quais o pseudônimo é uma questão de sobrevivência.

Em junho de 2015, uma jornalista estadunidense especializada em questões de sexismo viu sua conta bloqueada em razão do pseudônimo que ela utiliza para se proteger de comentários odiosos, de ameaças de estupro e de morte que as feministas militantes recebem correntemente pelas redes e pelas páginas da imprensa on-line. Alguns meses antes, em 2014, desencadeara-se uma “*nymwar*” concernente à comunidade LGBT e às mulheres, primeiros alvos da violência off-line e nas redes sociais. As vítimas de misoginia, sexismo, violência conjugal, homofóbica, lesbofóbica, transfóbica, etc. são mais expostas que os demais nas redes sociais, e as associações de defesa preconizam frequentemente o pseudonimato como medida de proteção. O *Privacy and Safety on Facebook. A Guide for Survivors of Abuse*, redigido pela *National Network to End Domestic Violence* dá uma série de conselhos a esse respeito⁵: “Sobreviventes podem maximizar sua privacidade sendo cuidadosos com aquilo que compartilham, estratégicos na criação de contas (não usando seu nome real no seu e-mail ou nome de usuário) e usando as configurações de segurança nas redes sociais” (citado em Blue 2015: on-line). Uma categoria específica foi particularmente afetada pelo bloqueio das contas: as drag queens. Em setembro de 2014, a célebre drag queen Heklina, fundadora do não menos

5 Referência da página, <<http://nnedv.org/resources/survivor-privacy.html>>.

célebre clube Trannyshack, vê sua conta excluída pelo Facebook e recebe uma mensagem lhe pedindo para voltar a seu nome de registro. Numerosas outras drag queens conhecem a mesma desventura e não conseguem recuperar seus dados. Esse fechamento brutal tem consequências graves para a vida de uma comunidade que só funciona por meio de pseudônimos ou nomes artísticos: Heklina explica, por exemplo, que ela se encontra separada de todas as outras drags, cujo nome de registro ela desconhece. Mas, pior, essa disposição do Facebook obriga a uma *saída do armário* com pesadas consequências, como explica o advogado Scott Wiener⁶:

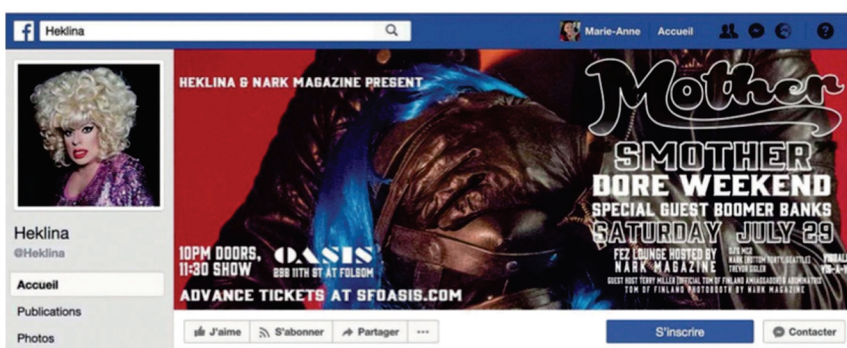
Impedir as drag queens de usarem os nomes que definem, de fato, quem elas são também coloca um número de pessoas na insustentável posição de ter que escolher entre contar ao mundo que elas são drag queens e abandonar o Facebook por suas personas drag. Enquanto muitas drag queens não escondem quem são, nem todas as drags podem se dar a esse luxo. Ainda existe muita discriminação, ódio e violência contra a comunidade LGBT em muitas partes do mundo, e várias pessoas têm uma persona drag que sentem a necessidade de manter separada do resto de suas vidas. Pessoas que revelam sua identidade não-drag – e que, ao contrário, anunciam ao mundo que são drag queens – deveriam fazê-lo porque assim o desejam, não porque o Facebook as está forçando a fazê-lo para que continuem usando seus perfis (citado em Burr 2014: on-line).

Diversas campanhas foram lançadas no Twitter para apoiar as drags: #mynameis, pela restauração dos pseudônimos no Facebook, e #logo-fffpride, em favor da desconexão provisória ou definitiva da rede social.

Podem-se citar outros exemplos em que a política (ou a moral?) de nomes do Facebook entra em conflito com os usos e necessidades sociais dos indivíduos: os nativo-americanos foram igualmente vítimas dessa política, tendo o Facebook fechado as contas dos usuários que usavam seu nome tribal. Shane Creepingbear, Lance Brown Eyes, Lana Lone Hill todos tiveram suas contas fechadas porque seus nomes não foram

6 Scott Wiener é um advogado de membros da comunidade LGBT, membro do “San Francisco’s board of supervisors for district 8”, que cobre o quarteirão Castro/Upper Market, que conta com numerosos moradores gays.

“aprovados” pela plataforma, segundo o termo utilizado (Phillip 2015). A rede Facebook primeiro se defendeu, explicando que não solicitou o nome legal dos usuários, mas os que eles “utilizam na vida real” (*real life*). De fato, os dois se sobrepõem na medida em que um documento de identidade é solicitado para restaurar a conta encerrada. Desde outubro de 2015, o Facebook relaxou sua política e permitiu aos usuários explicar por que eles desejavam conservar o pseudônimo: trata-se de uma modificação na definição do patronímico e de suas representações culturais.



12. Capa da página do Facebook público de Heklina (<<http://www.facebook.com/Heklina/>>).

Esses assuntos trazem à luz uma contradição importante nos debates sobre a verdade das palavras e dos discursos: para o Facebook, o “nome verdadeiro” torna o ambiente da plataforma mais “seguro”; mas para a jornalista feminista e as drag queens, dá-se exatamente o contrário. O Facebook, como outras redes sociais e plataformas (o mesmo tipo de problema se apresentou ao Google+, que em 2011 proibiu os pseudônimos), aplica uma ética de tipo deontológico, quer dizer, que repousa sobre princípios *a priori*, sem levar em conta situações particulares. Na internet, e particularmente nas redes sociais, uma ética profundamente ancorada nas situações locais e particulares é necessária e, conseqüentemente, os paradigmas da epistemologia das virtudes ou do cuidado são muito mais bem adaptados à reflexão: em matéria de discursividade digital, a tomada em consideração da situação do internauta, de seu ambiente e de seus usos é necessária para a compreensão dos comportamentos discursivos.

Para voltar à questão mais ampla do “fake”, podemos ainda citar Fred Pailler e Antonio Casilli, segundo os quais seria necessário nos afastar das abordagens baseadas na personalização ou na identificação e

ler o fenômeno do *fake* à luz de um outro processo: o da *inscrição*, que realça a forma pela qual os indivíduos se posicionam no seio da arquitetura da informação nas plataformas. Nesse último processo, três modalidades essenciais de manifestação do *fake* emergem — num plano individual, a falsificação da apresentação de si; num plano relacional, a traição de uma convenção de interação entre locutores; num plano estrutural, a trapaça face à arquitetura técnica e social das plataformas (Pailler, Casilli 2015: § 11).

O pseudônimo age, com efeito, sobre as estruturas relacionais e as arquiteturas técnicas, e se inscreve numa economia geral do ecossistema da web social:

O fenômeno do *fake* ilustra um entrelaçamento complexo de políticas industriais e de elementos de uma economia moral da Web. Os valores de participação, de autenticidade, de transparência próprios das sociabilidades ordinárias da Web, que o fake é acusado de levar ao fracasso, são como tantos componentes ideológicos de uma economia digital em que os modelos de negócios predominantes são baseados na inscrição, no rastreamento dos usuários e na investigação de seus dados pessoais (Pailler, Casilli: § 45).

No plano discursivo, não há, atualmente, nenhum estudo disponível para dar conta dos funcionamentos do pseudônimo na perspectiva dessa inscrição dos internautas nos dispositivos das plataformas. Por ora, os trabalhos limitam-se a abordagens baseadas na identidade digital ou de responsabilidade enunciativa.

Tradução:

Fernanda Mussalim

Ana Carolina Vilela-Ardenghi

Breno Rafael Martins Parreira Rodrigues Rezende



EXTIMIDADE

I. DESCRIÇÃO E DEFINIÇÃO. UMA VALIDAÇÃO SOCIAL DE SI

A extimidade na internet e, principalmente, nas redes sociais digitais da web participativa, consiste na exteriorização da intimidade dos internautas para fins de validação da imagem de si. Serge Tisseron define-a como “o processo pelo qual os fragmentos do eu íntimo são oferecidos ao olhar dos outros antes de serem validados” (Tisseron 2011: 84). A extimidade, ao contrário do que a morfologia da palavra pode sugerir (pseudoprefixo *ex-* versus *in-*), não é o contrário de intimidade, mas é uma de suas formas, que tem uma função social precisa: o processo de extimidade visa a obter uma validação por parte do outro, solicitando seu reconhecimento (Granjon 2012). Assim, extimidade aparece como uma prática de exposição e de divulgação de si destinada a consolidar e a apropriar-se de sua imagem, bem como a aumentar seu capital social (Casilli 2013).

II. A NOÇÃO DE EXTIMIDADE

1. Extimidade e psicanálise

As ocorrências das formas *êximo* e *extimidade* não estão totalmente ligadas ao sentido de exposição de si para fins de validação social. A página Wikipédia da palavra indica uma ocorrência em 1923 em Albert Thibaudet, em um artigo de *La Nouvelle Revue Française*, e uma utilização em Jean Échenoz em 1979. Michel Tournier publicou, em 2002, um *Journal extime*, que consiste em uma espécie de crônica de acontecimentos exteriores ao

escritor. Nesses três autores, a palavra designa o que concerne ao exterior, fora da esfera do privado e, portanto, trata-se de um simples antônimo de *íntimo*. É com Lacan que a palavra aparece com um sentido mais complexo e aparentemente paradoxal de intimidade exposta, o que a torna, sobretudo, um sinônimo de *íntimo*. No Seminário 7, *L'éthique de la psychanalyse* (1959-1960), a palavra aparece apenas uma vez e não é objeto de exploração teórica nem clínica. Ela reaparece no Seminário 16, de 1968-1969, também fugazmente (sob a forma adjetiva *êxtima*, com duas retomadas para designar o gozo, e depois o objeto). O fio do texto do Seminário 7 mostra que se trata de uma palavra-valise, forjada a partir de *exterioridade* e *intimidade* (Lacan fala das decorações da caverna de Altamira):

No fim das contas, se partirmos do que descrevemos como esse lugar central, essa exterioridade íntima, essa extimidade que é a Coisa, talvez isso esclareça para nós o que ainda permanece uma pergunta, até um mistério, para aqueles que se interessam por esta arte pré-histórica (Lacan, 1959-1960, transcrição Staferla: 285).

Em 1985, Jacques-Alain Miller dedicou seu seminário anual ao Seminário 7 de Lacan, e o intitulou “Extimidade”. Nele, o autor desenvolve a noção em sua aula de 13 de novembro:

Este vocábulo não está no dicionário. É uma invenção de Lacan. Talvez, se eu repetir abundantemente essa palavra neste ano e se os senhores começarem a fazer o mesmo, consigamos fazer com que ela seja incorporada à língua. A palavra *forclusão*, no sentido de Lacan, já tinha uma pequena propensão a deslizar e a se inscrever no dicionário. Este vocábulo, *extimidade*, já me ocorreu destacá-lo, valorizá-lo, porque ocorre uma vez em *L'éthique de la psychanalyse*. Lacan também o mencionou dez anos depois, mas *en passant*. Ele não voltou a ele. [...] O *êxtimo* é o que é o mais próximo, o mais interior, sendo ao mesmo tempo exterior. Nós temos aqui uma formulação paradoxal. Esses paradoxos, nós tentamos, no veio de Lacan, estruturá-los, construí-los, e até, de certa forma, normalizá-los, pelo menos no discurso analítico onde eles têm o seu lugar.

Esse termo *extimidade* é construído a partir do termo *intimidade*. Não é o contrário, porque o êtimo é exatamente o íntimo. É de fato o mais íntimo. *Intimus* já é, em latim, um superlativo. É o mais íntimo. Mas, o que essa palavra diz é que o mais íntimo está no exterior. Ele é do tipo, do modelo de corpo estranho [...].

Esses esclarecimentos de Jacques-Alain Miller, portanto, contribuem para estabilizar o sentido de *êtimo*: é êtimo o que, na minha intimidade, é consubstancialmente exterior a mim porque articulado ao outro considerado como necessário para a elaboração e a manutenção do meu eu.

2. Extimidade e exposição de si nas redes sociais digitais

É a partir desse sentido complexo que Serge Tisseron desenvolve e difunde a noção de extimidade em diversas publicações a partir de 2001, reduzindo ou mesmo apagando a dimensão psicanalítica (o êtimo como o lugar do inconsciente). A célebre definição extraída de *L'intimité surexposée*, retomada na Wikipédia, insiste no movimento de exteriorização, com o objetivo de distinguir a extimidade do exibicionismo (o livro é um ensaio sobre o programa *Loft Story*):

Eu proponho chamar de “extimidade” o movimento que leva cada um a apresentar uma parte de sua vida íntima, tanto física quanto psíquica. [...] Se as pessoas querem exteriorizar certos elementos de sua vida, é para melhor apropriar-se deles, interiorizando-os de outra maneira, graças às trocas que suscitam com seus próximos. A expressão do eu íntimo - que designamos com o nome “extimidade” - entra assim a serviço da criação de uma intimidade mais rica (Tisseron 2001: 52).

Serge Tisseron refinou sua definição em publicações posteriores, em particular em um artigo de síntese de 2011, no qual assinala uma interessante anterioridade da extimidade sobre a intimidade da criança pequena:

EXTIMIDADE

O desejo de se mostrar é fundamental para o ser humano e ele é anterior ao desejo de ter uma intimidade. Ele contribui de fato para o sentimento de existir desde os primeiros meses da vida. Essa particularidade encontra sua origem no fato de a criança se descobrir no rosto de sua mãe. A apresentação de si é permanentemente uma maneira de ver no olhar do outro - e, em sentido amplo, em suas reações - uma confirmação de si (Tisseron 2011: 84).

Serge Tisseron põe igualmente em jogo na extimidade a noção de autoestima, fornecendo ao processo seu dinamismo psíquico: a extimidade é um verdadeiro procedimento de construção de si destinado a obter um benefício social. Por fim, ele insiste na validação esperada do processo, validação que supõe um envio em direção a receptores suscetíveis de realizá-la: o internauta, de fato, expõe sua intimidade a outros internautas “validadores”, mesmo que eles nem sempre sejam precisamente identificados.

A noção, assim definida, é facilmente reapropriada fora do campo psicanalítico, e se encontra, de fato, retomada e instalada na pesquisa por diversos autores que trabalham sobre a apresentação de si, convocando diferentes ferramentas e teorias, em particular em ciências da informação e da comunicação (por exemplo, Rouquette 2008, Klein 2011 ou Denouël 2011).

Para recapitular, pode-se dizer que a noção de extimidade repousa sobre os três elementos seguintes:

- uma exteriorização de fragmentos de intimidade por exposição, nas redes sociais em particular;
- uma demanda de validação pelo outro, que funda um desejo de reconhecimento;
- um benefício ao mesmo tempo pessoal e social: apropriação e reforço do seu eu, ampliação de seu capital social.

III. A EXTIMIDADE ON-LINE

A análise do discurso digital apropria-se do discurso do êtimo on-line como de qualquer discurso nativo da web. Ela propõe uma grade metodológica que permite analisar os discursos do êtimo no plano linguístico (marcadores languageiros), tecnolinguístico (marcas compósitas que misturam tecnológico e languageiro) e tecnogenérico (gêneros de discurso nativos da web). A investigação das formas languageiras e discursivas pode ser feita a partir dos três elementos mencionados acima: formas de exteriorização, de validação, de benefício.

1. Problemas de definição do íntimo

A principal dificuldade é a identificação dos conteúdos íntimos, que dependem estreitamente das normas e dos estereótipos que definem a intimidade em uma dada época e em uma dada sociedade. Parece, portanto, difícil produzir uma descrição eficaz e uma categorização convincente da intimidade, tendo em vista que as concepções e as avaliações diferem sobre esse tipo de dado. Evitaremos fazer apelo a conceitos como pudor *versus* despudor, que repousam em um julgamento social, ou utilizar termos avaliadores que expressariam uma transgressão de uma norma como *exibição* (que Serge Tisseron visa com razão). Faremos, em vez disso, apelo às noções meta(tecno)discursivas, começando pela avaliação dos próprios internautas, para qualificar um conteúdo como íntimo: sendo a contextualização dos conteúdos uma necessidade fundamental para sua compreensão, pode-se mobilizar a noção de integridade contextual de Helen Nissenbaum, que, no que diz respeito à privacidade, preconiza a coleta das percepções de produtores de conteúdo on-line (Nissenbaum 2010).

2. Concepção da privacidade/vida privada

A internet e, em particular, a web 2.0, modificou nossa concepção da vida privada e não parece mais razoável conservar a oposição vida privada *versus* vida pública ou espaço privado *versus* espaço público para

compreender e analisar os discursos nativos da web. Embora dana boyd proponha, desde 2007, falar de redes sociais enquanto espaços públicos com infraestrutura midiática (boyd 2007), seguiremos preferencialmente Josée Côté, que considera que as redes sociais são espaços mistos:

A questão parece mais difícil quando se trata de redes sociais, que se apresentam como sites híbridos, ora públicos, ora privados (Bloche e Verchère, 2011). De fato, na era da Web participativa, é frequente encontrar um amálgama de funcionalidades interativas em um mesmo site: ele serve ao mesmo tempo como site de informação, como fórum, como site de bate-papo, como site colaborativo para criar aplicativos, para publicar conteúdo ou trocar arquivos de texto ou áudio, vídeos ou fotos.

As definições rígidas de público e de privado são contrárias à natureza das interações on-line, pois a maioria das comunicações se produz simultaneamente em um local privado e público (Côté 2012, § 6 e 7).

Mais do que perguntar se as redes sociais constituem um espaço privado ou público, o que manteria a análise do êxtilo em um dualismo pouco apropriado aos universos discursivos digitais, preferiremos compreender a maneira pela qual os internautas reconfiguram as noções de privacidade e de publicidade. Seguindo Casilli 2014, consideraremos a vida privada não mais como um direito que autoriza uma “proteção” contra os “riscos” do desvelamento de si, mas como o objeto de uma negociação no quadro da “construção de um capital social on-line”, definido como um “conjunto de recursos materiais, informacionais ou emocionais” (2014: § 18).

IV. ANÁLISE TECNOLINGUÍSTICA DOS CONTEÚDOS ÊXTIMOS

1. Marcas languageiras relacionais

Para simplificar, o discurso de extimidade mobiliza o sistema pessoal da dêixis (pronomes pessoais, possessivos, desinências verbais de pri-

meira e segunda pessoas), não nativo da web, o que assegura a exteriorização de conteúdos. No entanto, isso só pode ser assegurado pelo uso da ferramenta: o simples fato de postar um status, por exemplo, implica um endereçamento para o outro, por mais implícito ou indistinto (o público) que ele seja, na medida em que esse endereçamento é construído como tal pelo olhar do outro, quem quer que seja. Portanto, estamos diante de uma dêixis integrada a uma ferramenta tecnológica, o que lhe confere uma dimensão tecnolinguageira.

Além disso, qualquer forma interacional explícita (diálogo, direcionamento) ou implícita (dialogismo) pode ser levada em consideração na análise do discurso êxtima, com a condição de que possamos identificar nela formas de chamada e de resposta à validação e ao reconhecimento, explícitos ou implícitos, bem como formulações, diretas ou indiretas, de um benefício da exposição de si. Nas redes sociais e na web relacional em geral, os comentários são espaços privilegiados de construção do discurso de extimidade, pois oferecem espaços pré-estabelecidos de validação possível.

2. Formas tecnolinguageiras/tecnodiscursivas

Denominações

A escolha do nome sob o qual o internauta deseja aparecer nas diferentes redes constitui um processo de exteriorização de si, mesmo se, e sobretudo, poderíamos dizer, através de uma máscara. As formas são múltiplas e disponíveis às invenções, como o mostra abundantemente a denominação de si nas contas pessoais da rede Facebook, que devem respeitar um formato [nome + sobrenome] para entrar nas normas do “verdadeiro nome” na rede: sobrenome oficial integral ou modificado (*Laura G Gdt* contém um patronímico reduzido a suas consoantes; *Jen Gé* é construído a partir das sílabas iniciais do nome e do sobrenome; *Laet Laeti* é uma reduplicação do início do nome Laetitia; *Em Art* é um trabalho sobre as iniciais), pseudônimo mais ou menos ilustrativo e lúdico (*Sogay Solokopain* e *Zora Xulembourg* são anagramas), formas

codificadas (*M.y.Lit*) codificam um enunciado elucidável para os iniciados, jogos de palavras (*Anne Anacronismo, Sav Anne, Sam Oussa, Sam Deghout*). De fato, se o nome patronímico aparentemente nada revela do eu íntimo do internauta, o simples fato de sua publicação constitui uma modalidade de exposição de si. Os nomes de pessoas modificados, nomes e patronímicos, constituem igualmente indicadores. Os pseudônimos, porque são o lugar do encontro entre intenções subjetivas do portador e interpretação subjetiva e contextualizada do receptor, constituem igualmente marcas de extimidade interessantes, tanto mais se são plurais (prática do heteronimato).

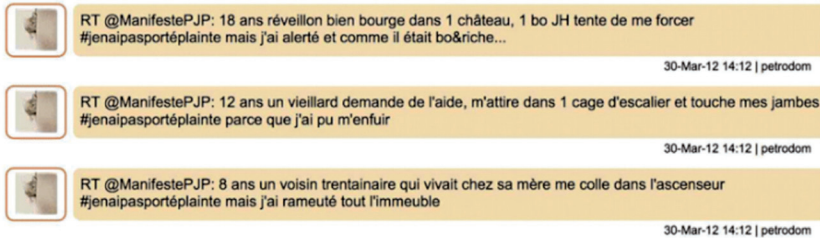
Avatares

A escolha do avatar, no sentido amplo de representação icônica fixa ou móvel (gif) de si, constitui igualmente um marcador de extimidade pelas mesmas razões já expostas. Como o pseudônimo, o avatar exterioriza uma representação de si, que não é necessariamente consciente, e que está ligada tanto à maneira com que o socionauta deseja se apresentar quanto à maneira pela qual ele interioriza as imagens de si que lhe são devolvidas por suas relações. Simultaneamente, ele convoca os universos de interpretação dos receptores em um complexo balé interpretativo. Em todos os casos, são os imaginários que se exprimem explicitamente.

Tags e hashtags

O tagueamento ou o hashtagueamento nas campanhas políticas ou militantes, ou em outros contextos, constitui outra modalidade de exteriorização. Atribuir a seus enunciados uma hashtag militante ou engajante, em especial no Twitter, mas igualmente em outras redes sociais, e também fora das redes, é exteriorizar suas posições subjetivas. No exemplo a seguir, extraído de um tweetdoc (documento em pdf gerado por um aplicativo que coleta tuítes, que não existe mais) criado durante a campanha #jenaipasportéplainte / #eunãodenunciei em 2012, mulheres escolheram revelar um estupro, em seu nome ou anonimamente (é o caso

em questão, no qual a conta dos organizadores da campanha propunha retuitar os tuítes tornando-os anônimos).



13. Extraído do documento gerado pela ferramenta Tweetdoc, a partir da hashtag #jenaipasportéplainte em 2012¹.

Validação e benefício

Os dispositivos sociotécnicos das redes sociais oferecem vários modos tecnodiscursivos de validação, em particular por meio de tecnosignos como as curtidas (na forma prototípica de curtida do Facebook ou de variantes como os “corações” do Pinterest e do Twitter). Os tecnosignos são, de fato, os indícios que permitem ao socionauta identificar uma resposta de seus destinatários ou de seu público, resposta que valida seus conteúdos.

O conjunto desses modos de validação é quantificado, sendo o número de gestos e de discursos de validação sistematicamente contados e publicados: a extimidade é, portanto, indissociável da quantificação de si (por si e por outro pelos algoritmos), possibilitando mensurar objetivamente aquilo que não está off-line, a atenção dos outros, mesmo que o conteúdo dessa atenção não seja sempre descritível em termos de interesse e de validação reais. Como Dominique Cardon (2013) precisa na apresentação de um dossiê na revista *Réseaux* dedicado à política de algoritmos, “a web torna perceptíveis, móveis e quantificáveis os estados

¹ N.T. Primeiro tuíte: 18 anos véspera de ano novo em 1 castelo, 1 bo JH tentou me forçar #eunãofizumadenúncia mas alertei que ele era bo&rico. Segundo tuíte: 12 anos um cara pede ajuda, me atrai para uma escada e toca minhas pernas #eunãofizumadenúncia porque consegui fugir. Terceiro tuíte: 8 anos um vizinho de uns 30 anos que morava na casa da mãe me encurralou no elevador #eunãofizumadenúncia mas eu espalhei para o prédio inteiro.

do mundo até então imperceptíveis” (2013: 13), e é o caso de certas modalidades de atenção ao outro. O estatuto dessas formas de quantificação é em particular linguageiro, uma vez que os tecnosignos e os números constituem formas de dimensão linguageira; a quantificação é, portanto, uma forma de tecnodiscurso.

3. Tecnogêneros

Blogs e redes sociais

Se a extimidade encontra suas formas de expressão nas tecnofor-
mas, ela também se inscreve nos tecnogêneros. O blog constituiu-se há
muito tempo como gênero nativo da web privilegiado para a exteriori-
zação de si, em particular “o blog em primeira pessoa”, que, segundo
Sébastien Rouquette, representa uma forma on-line de diário íntimo,
dotado de uma interatividade e de uma publicidade que faz dele um
dispositivo de extimidade (Rouquette 2008)². O blog não é mais essa
forma privilegiada de extimidade, uma vez que as redes sociais e, em
particular, o Facebook, assumiram o lugar da exposição de si, mesmo
que hoje seja mais um estereótipo do que uma realidade. Os resultados
do projeto Algopol, lançado em 2013 para explorar o comportamento dos
usuários do Facebook (cerca de 12.500 contas analisadas), mostram que
três modos principais se destacam: publicar na própria página, publicar
fora dela, olhar sem publicar. O primeiro corresponde a dois perfis de
usuários, “egovisíveis” e “egocentrados”, que representam apenas 15%
do total, mas que, de alguma forma, prescrevem a representação comum
do usuário do Facebook: “publicação intensiva, foco na construção de
sua personalidade digital, busca de reconhecimento, corrida pelo número
de amigos e construção de uma e-reputação” (Algopol 2017: on-line).

2 Sobre o Blog como tecnogênero e uma discussão sobre seu estatuto de hipergênero, consultar o verbete *Tecnogênero de discurso*.

Compartilhamentos

As formas de tecnodiscurso relatado e de reblogagem também fazem parte desse dispositivo: compartilhamento de um post ou status do Facebook, retuítes, reblogagem de um post completo, são gestos técnicos de validação que também constituem um benefício social e psicológico. O mesmo deve ser dito de todas as formas de respostas discursivas que o internauta pode receber: comentários em um post de blog, na janela reservada ou por meio de um post em outro blog, respostas aos status e tuítes: o compartilhamento dos fragmentos íntimos de si, portanto, reconfirma esse eu, validando-o e valorizando-o.

“Web-intimidade”: Vlogs, webcams, cartazes

Nicolas Thély propôs em 2002 a noção de web-intimidade, que desloca a de extimidade, levando em conta o ambiente, para descrever um conjunto de práticas autoscópicas na internet (blogs, webcams, fotografias) que modificam nossa relação com o mundo sensível: “De fato, sendo registrada, a experiência vivida é potencialmente difundível e sujeita a outros olhares, a outros julgamentos e interpretações”, explica ele a partir do estudo de caso de Corrie Gerritsma que, em 1998, criou um site de internet dedicado à disseminação de imagens filmadas por uma webcam em casa (2012, on-line). Para Nicolas Thély, a web-intimidade modifica ao mesmo tempo o regime de intimidade, do sensível, e igualmente o regime da arte: para ele, o modelo de produções artísticas a partir da web-intimidade não é mais o estético.

Dentre as práticas que decorrem da web-intimidade, a maioria é dotada de dimensões languageiras e/ou tecnolanguageiras. Variante videográfica do blog, o vlog, ou blog de vídeo, constitui, portanto, um tecnogênero particularmente dedicado a práticas êxtimas, compondo de maneira inseparável discurso, imagem e som³.

3 Sobre o funcionamento linguístico multimodal do vlog, da perspectiva do trabalho do grupo IMPEC, ver Combe (2014).

Os dispositivos de webcam dizem respeito ao mesmo tipo de exteriorização de si: o sujeito que se filma se inscreve na relação com o outro possibilitada pela internet, em uma multiplicidade de trocas, dentre as quais trocas verbais; portanto, a web-intimidade é suscetível de participar da tecnodiscursividade. A webcam, como ferramenta tecnológica, gerou um verdadeiro tecnogênero nativo da web, agora fora de moda, como o mostra a existência de muitas plataformas dedicadas a isso nos anos 2000: em <http://camarades.com>, por exemplo, “você pode transmitir seu vídeo ao vivo em todo o mundo, você pode conversar com os visitantes do site e assistir aos outros transmitirem seu vídeo”.

Outro compósito que combina imagem e discurso é o cartaz, dispositivo fotográfico nativo da web, que consiste na fotografia de uma pessoa segurando um cartaz, geralmente manuscrito (para uma análise detalhada, consultar o verbete *Tecnografismos*). Uma forma particular do cartaz, o dedipix, é especificamente dedicado à prática da extimidade adolescente. É uma prática agora bem instalada na web, disseminada fora do universo adolescente, que consiste em escrever diretamente no corpo fotografado, como parte de projetos de cura, como o *Project Unbreakable*, em particular (Paveau 2014).

Tradução:
Renata de Oliveira Carreon
Mariana Morales da Silva

HASHTAG

I. DESCRIÇÃO E DEFINIÇÃO. UMA AFORDÂNCIA COMUNICACIONAL

A hashtag é um segmento linguageiro precedido do signo #, utilizado originalmente na rede de microblogagem Twitter, mas adaptado em outras plataformas, como o Facebook principalmente. Essa associação transforma o segmento numa *tag* clicável, inserida manualmente num tuíte, que permite acessar um fio que agrupa o conjunto dos enunciados que contém a hashtag. A hashtag é uma convenção mobilizada pelos usuários da rede (Kwak *et al.*, 2010). É uma forma tecnolinguageira cuja função é essencialmente social, permitindo a afiliação difusa (*ambient affiliation*, noção proposta por Zappavigna, 2011) dos usuários, a technoconversacionalidade e a investigabilidade (*searchability*) do discurso.

O signo # não surgiu no Twitter: ele é, de um lado, o símbolo para número em inglês americano e, de outro, é muito usado em linguagem de programação onde pode, por exemplo, introduzir um código de cor ou um comentário. O signo em si não é, portanto, nativo da internet, mas a hashtag, que ele contribui para elaborar, certamente é.

A hashtag está entre as principais *afordâncias* técnicas que foram acrescentadas à rede Twitter a partir de 2007. Ela é herdeira tanto dos canais de discussão IRC quanto das folksonomias (práticas pessoais de indexação por tagueamento), tais como as encontramos no início dos anos 2000 nas plataformas Flickr e Delicious, por exemplo (Bruns, Burgess 2011). No Twitter, o uso da hashtag é proposto em 2007 por Chris Messina, que descreve seu uso em uma postagem em seu blog *Factoryjoe.com*, “Groups for Twitter, or a Proposal for Twitter Tag Channels” (2007).

HASHTAG

Dois dias antes, ele tinha lançado a proposta no Twitter, nesse famoso tuíte arquivado no site *Hashtag.org*:



14. Tuíte de Chris Messina na origem da hashtag¹, 23/08/2007.

Os desenvolvedores do Twitter integram a proposta de Chris Messina no dispositivo técnico da rede, de acordo com o princípio da formatação social da tecnologia (*social shaping of technology*), própria das comunidades de usuários das redes, e particularmente o Twitter, o que Axel Bruns chama, por sua vez, de *produto* (Bruns 2007, 2008). Axel Bruns e Jean Burgess sublinham um ponto importante, a saber, que a hashtag permite a criação de um *canal* (ou fio ou fluxo), mais que a criação de um grupo:

A ideia original, como o título do post de Messina indica, estava ligada às propostas na comunidade Twitter para a formação de grupos de usuários do Twitter baseados nos interesses ou relacionamentos; contra o que Messina argumentou, dizendo que ele estava “mais interessado em simplesmente ter uma experiência melhor de investigação no Twitter”. Então, ao invés de “grupos”, as hashtags criariam canais *ad hoc* (correspondendo aos canais IRC) nos quais os grupos de usuários poderiam prestar atenção seletiva (Bruns; Burgess, 2011: 3).

A hashtag propõe, então, uma afordância comunicacional específica na rede Twitter, que implica formas endêmicas de participação discursiva.

¹ N.T. Tradução do segmento verbal da imagem 14: “O que vocês acham de usar # (cerquilha) para grupos. Como em #barcamp [msg]”.

A partir da invenção de Chris Messina, os usos da hashtag se diversificaram no Twitter, e também alcançaram outros ecossistemas. É o caso do Instagram e do Facebook, nos quais a hashtag rapidamente se tornou um elemento familiar na paisagem gráfica e digital contemporânea. Ocorre, de forma cada vez mais frequente, encontrarmos hashtags fora da rede ou em contextos nos quais ela não é clicável, como, por exemplo, numa mensagem eletrônica, numa mensagem de texto, ou em determinados sites, onde elas são integradas linguisticamente aos enunciados, sem sua funcionalidade hipertextual. A hashtag se espalhou na imprensa escrita, na publicidade (nos cartazes urbanos) e mesmo na redação dos alunos. Ela entrou até no discurso oral sob a forma de uma aposição: os empregos como “hashtag indecência” ou “hashtag qualquer coisa”, por exemplo, constituem comentários metadiscursivos sobre aquilo que acaba de ser dito; às vezes o signo cerquilha é imitado com os dedos, como as aspas.

II. DESCRIÇÃO TECNOLINGUÍSTICA

1. Uma tecnopalavra. Uma forma clicável

O símbolo # é usado em contexto anglófono, chamado *number sign* (# é equivalente a *n°* em inglês), *hash*, *hash key* ou *pound key*, sendo # o símbolo da libra (unidade de massa). Desconhecidos dos usos francófonos, o *hash sign* se tornou o signo sustentado pela necessidade tecnológica, já que os teclados franceses só têm essa tecla. Alguns relembram que se trata de uma *cerquilha* (ou *petit carré*, como é chamado no Québec e na Bélgica, ou *jogo da velha*, no Brasil), que não deve ser confundida com o signo musical. Isso não impediu que a comissão geral de terminologia e de neologismos francesa tenha proposto, em janeiro de 2013, o equivalente francês *mot-dièse*, que parece que não foi assumida no dia a dia (para detalhes sobre os outros usos do signo #, em particular em programação informática, consultar o verbete *Cerquilha* na Wikipédia). Como essa terminologia é inexata e também contrária ao movimento de naturalização lexical da palavra *hashtag*, manteremos a forma anglófona.

HASHTAG

A hashtag é uma tecnopalavra (Paveau 2013a) porque ela possui uma natureza *compósita*: o segmento é tanto linguageiro (trata-se de siglas, palavras, expressões ou mesmo frases inteiras) quanto igualmente clicável, uma vez que é um link que permite a criação de um fio. O lugar da hashtag é livre no tuíte: começo, meio ou fim. Seu modo de integração é variado: ele pode preceder ou seguir o texto do tuíte (e então ele é externo), mas pode igualmente ser integrado à sintaxe do enunciado, frequentemente como substantivo ou adjetivo (hashtag interna). O tuíte a seguir mostra os dois usos:



15. Hashtags internas e externas em um mesmo tuíte² (24 de julho de 2017).

2. Dimensão ecológica. A questão da elucidação e do contexto

A questão da relação entre hashtag e contexto é frequentemente colocada no nível do tuíte apenas, mas a abordagem ecológica deve pressionar o analista a considerar o conjunto discursivo ao qual a hashtag pertence.

No seu trabalho sobre a expansão semântica das hashtags, para a detecção de acontecimentos (*event detection*), Ozdíkis *et al.* consideram que a hashtag está ligada aos outros elementos linguageiros do tuíte por uma relação de contextualidade: “Nossa intuição básica é que uma hashtag

² N.T. Tradução do segmento verbal da imagem 15: “#Israel/#Palestina. Os mesmos se comovem e estimulam a calma. Mas a #justiça e a #paz, quem as exige? Quem as promove?”.

deveria ser um resumo de ou ser contextualmente muito relevante para outras palavras não-hashtagueadas no tuíte. Em outros termos, palavras não-hashtagueadas podem ser usadas como um tipo de contexto descritor das hashtags” (2012: 3). O enunciado do tuíte permitiria, por conseguinte, elucidar a hashtag. Mas não parece ser esse o caso no exemplo a seguir, onde as “palavras não-hashtagueadas” não tiram a opacidade da hashtag siglada, na ausência de conhecimentos futebolísticos anteriores:



16. Modo de contextualização da hashtag³ (27/07/2017).

É o clique sobre a hashtag, permitindo redocumentar os tuítes que a contêm, que pode constituir uma contextualização reticular, adequada on-line: clicando sobre #OGNAJAX no dia 27 de julho de 2017, desenrolamos um fio que informa sobre o jogo de futebol entre o clube de Nice (OGCN) e o de Amsterdam (AJAX). Trabalhar sobre o contexto a partir de uma abordagem logocentrada leva a ignorar a tecnodiscursividade dessa forma. Em outros casos, ainda, as hashtags podem ser esclarecidas nos sites ou páginas que compilam suas significações. A revista *Télé Star* alimenta, por exemplo, uma página onde são recenseadas 249 hashtags de transmissões no dia 10 de julho de 2017 (<<http://www.telestar.fr/les-hashtags-twitter-de-la-tele>>). Elas têm por função redocumentar os tuítes envolvidos, mas também permitir aos internautas intervir ou participar dos tuítes ao vivo das transmissões: o contexto da hashtag é então exterior à plataforma Twitter, e a restrição apenas à rede, e, *a fortiori*, a um só tuíte, bloqueia a compreensão desse fenômeno.

3 N.T. Tradução do segmento verbal da imagem 16: “#OGCNAJAX o (jogador) principal fez uma coisa errada e visto que é jovem ele é bom e fez também boas intervenções no seu time”.

A dimensão contextual da hashtag pode chegar à performatividade, como pensam Bruns e Burgess 2011: “incluir uma hashtag no tuíte de alguém é um enunciado performativo: ele dá existência à hashtag no exato momento em que ela é articulada pela primeira vez, dado que o tuíte é instantaneamente disseminado para todos os seguidores do remetente” (2011: 8). Efetivamente, inserir uma hashtag acaba sendo a realização de um ato tecnodiscursivo: criar uma categoria folksonômica (acontecimento, estado mental, avaliação, etc.) e, com isso, fazer funcionar a possibilidade de um fio redocumentável. Produzir uma hashtag, metadado performativo no cerne do processo da conversa rastreável, é, portanto, uma ação tecnodiscursiva que modifica o ambiente.

Mas ela contribui também com a tecnoconversacionalidade própria da rede. A questão “a quem se fala no Twitter?” está longe de ser simples, e é sem dúvida necessário modificar as concepções enunciativas e interacionais dominantes. Ruth Page, trabalhando sobre a construção da micro-celebridade no Twitter, considera que é preciso sair da analogia com as trocas conversacionais fora da rede:

O resultado implica que, mesmo que os modos de falar encontrados no Twitter exibam algumas características da cultura participativa, é enganoso assumir que as características conversacionais do Twitter, e das hashtags em particular, mimetizam as trocas diádicas típicas das interações face a face entre pares. Em vez disso, a fala em torno das hashtags às vezes parecem mais próximas das características típicas da fala da transmissão radiofônica, que simula características conversacionais a serviço da micro-celebridade (Page 2012: 198-199).

De acordo com a autora, trata-se, por conseguinte, de uma fala análoga àquela produzida no rádio ou na televisão; dito de outra forma, uma fala que, embora direcionada, não o é necessariamente para interlocutores identificados, nem mesmo identificáveis. Na realidade, sendo o fio público, é impossível saber quem lê o tuíte; no entanto, é possível saber quem curte o tuíte e quem retuíta, pois essas ações tecnodiscursivas são rastreadas pelo dispositivo técnico. Isso quer dizer que o público de

um tuíte não corresponde à “comunidade” construída pelo sistema de assinatura: os leitores não são necessariamente apenas os seguidores; e, inversamente, lemos apenas os tuítes daqueles que seguimos, sempre de acordo com o princípio de filiação difusa.

III. PRÁTICAS TECNODISCURSIVAS

A variedade morfológica das hashtags é infinita: no limite dos 140 caracteres, de fato 139, se contamos o #, tudo pode ser hashtag. Algumas são lexicalizadas e conhecidas pelos usuários, especialmente aquelas que designam rituais discursivos próprios na rede, outras são semi-lexicalizadas, outras ainda são decididas por uma instância exterior (o taguemento de um evento tuitado ao vivo), outras, enfim, são totalmente individuais, como algumas hashtags lúdicas.

1. Marcação, rastreabilidade, redocumentação

Carter *et al.*, 2011, num trabalho sobre a tradução das hashtags, explicitam que “hashtags são um caminho simples para tornar pesquisável a grande variedade de material publicado no microblog, e elas servem para oferecer estatística precisa e oportuna sobre trending topics de posts na plataforma” (2011: 1). A hashtag torna o discurso rastreável, e a rastreabilidade assume muitas formas: criação de um fio clicando na hashtag; utilização do buscador de Twitter; consulta dos trending topics atualizada em tempo real (caixa “Tendências” na coluna à esquerda da timeline).

Uma prática importante da rede é o live tuíte (LT), que consiste em descrever e/ou comentar um acontecimento (programa de televisão, eleição, colóquio, encontro esportivo, etc.). Tecnicamente, o LT supõe a adoção de uma ou várias hashtags, como foi o caso das eleições presidenciais francesas de 2017: #Présidentielles2017, que permitia acessar o conjunto de tuítes relacionados, ou hashtags mais específicas, como #Macron2017, #Marine2017, ou ainda uma hashtag de abstenção para o segundo turno, #SansMoiLe7Mai, imediatamente seguida pela resposta #AvecMoiLe7Mai.

Os fios podem ser objeto de uma redocumentação, operação tecnodiscursiva articulada à rastreabilidade do discurso. A redocumentação pode ser definida como “a retomada, no seio de um novo documento, do conteúdo dos traços gerados de modo automático em seguida à interação do usuário com o sistema informático” (Yahiaoui *et al.*, 2007: 198). Diversos aplicativos estão disponíveis para realizar esse reagrupamento, que é uma forma de textualização dos tuítes: o aplicativo *Tweetdocs*, que funcionou durante muito tempo e desapareceu em 2013, produzia arquivos pdf; a ferramenta *Storify*, que agrupa os tuítes sob a forma de histórias, que são na verdade listas antecronológicas dos tuítes; as ferramentas *Twitario* e *Twournal*, que produzem livros e diários com os tuítes de um assinante. Vê-se que essas formas são todas *textuais*, e assim o Twitter e os tuítes põem, então, interessantes e importantes problemas de categorização das produções verbais, entre enunciado, discurso, texto e documento (Paveau 2015c).

2. Afiliação difusa

As práticas tecnodiscursivas no Twitter são abertas ao *produto* (Bruns 2008). Contrariamente ao slogan inicial da rede em 2006 (“O que você está fazendo?”) e aos discursos que reduziam a plataforma a uma expressão pobre e dessocializante (Chomsky 2011), o Twitter é o lugar discursivo de uma afiliação difusa, criadora de trocas e de conhecimentos. Essa afiliação se manifesta por certo número de práticas: os tuiteiros inventaram, por exemplo, ritos semanais como o #jeudiconfession (tuitar uma confissão) ou a #FF, isto é, “Follow Friday”, recomendação para seguir contas na sexta-feira (esses rituais praticamente desapareceram). Numerosas hashtags como #noteàmoimême, #lesgens, #done ou #çacesfait assinalam práticas discursivas próprias aos afiliados à rede. Outras são criadas à medida dos fatos, para jogar, para discutir, para fazer uma conexão: são as funções de *grooming* e *gossip* das redes sociais (Casilli 2010b). Pudemos seguir, por exemplo, a hashtag #JeDemandeLaNationalitéRusse, quando o ator Gérard Depardieu partiu para a Rússia em 2013, ou, na mesma época, a interessante #QuandTuHabiteDansUneCité

(*sic*), que, durante muitos dias, acompanhou os tuítes que descreviam de maneira mais ou menos lúdica a vida dos “jovens da periferia”, segundo o estereótipo justamente denunciado pela hashtag em questão.

3. Emoção e modalização

Há também usos da hashtag ligados à expressão das emoções e às modalizações dos enunciados. Exclamações e onomatopéias estão presentes, sejam ou não específicas do Twitter: enquanto #grr, #beurk, #arfff ou #pfff (onomatopéias francesas) pertencem ao estoque comum das formas expressivas nos escritos tanto off-line quanto on-line, sejam eletrônicas ou não, #mouahaha ou #vomi, por exemplo, são mais específicas da rede. A expressão das emoções é igualmente formulada em forma lexical, e não é raro encontrar palavras (#cólera, #felicidade, #escandalizada), que adicionam uma informação num nível diferente que o do conteúdo de sentido do restante do tuíte. A hashtag desempenha, então, o papel de uma informação complementar, entre expressão da emoção e modalização enunciativa, uma vez que é difícil distinguir o que diz respeito à descrição psicológica do tuiteiro ou à de sua subjetividade enunciativa. As hashtags #sarcasmo, #ironia ou #humor são, por outro lado, claramente modalizadoras, pois oferecem uma instrução interpretativa explícita. No entanto, é necessário constatar que as hashtags são cada vez menos apresentadas nos fios da rede Twittter, perdendo espaço para as imagens, que acompanham agora a maioria dos tuítes. A virada visual⁴ da comunicação on-line tem efeitos nas escolhas tecnossemióticas dos internautas.

4. Polêmicas e batalhas de hashtags

Hashtags polêmicas, e até mesmo insultantes, surgem regularmente na rede, compondo comentários sexistas (#PrénomDePute / #NomeDePutá), homofóbicos (#UnGayMort, #simonfilsestgay), antissemiticos (#UnBonJuif / #UmBomJudeu), racistas (#simafillera-meneunnoir / #seminhafilhatazumnegro). Essas hashtags constroem

4 Para uma análise detalhada da *virada visual* na internet, consultar o verbete *Tecnografismo*.

fios, e, portanto, discursos, e essa afiliação deve também ser observada, colocando a questão ética do discurso on-line sob o ângulo das normas e dos valores. Mesmo que o Twitter seja “um mundo muito pequeno” (Pélissier, Gallezot [orgs.], 2013), ainda assim a rede reage, e os contradiscursos se constroem, testemunhando uma regulação discursiva não negligenciável.

A batalha de hashtag ou guerra de hashtag é, de fato, um gênero do discurso nativo do Twitter e da web participativa em geral: a partir do lançamento de uma primeira hashtag, existem vários métodos para iniciar uma “batalha”, especialmente o lançamento de uma contra-hashtag ou o hackeamento da primeira, por exemplo na forma de paródia. Os exemplos abundam em todos os domínios. Em outubro de 2016, os jornalistas da Itélé lançaram a hashtag #JeSoutiensITélé /#EuApoieiTélé para protestar contra a chegada em seu canal do apresentador investigado Jean-Marc Morandini; o grupo Canal+ imediatamente repostou lançando a contrahashtag #JeSoutiensLaPrésomptiondInnocence /#EuApoioAPresunçãoDeInocência. Outro exemplo: durante a campanha presidencial de 2017, os oponentes de Emmanuel Macron lançam #JamaisMacron. Seus partidários alteram o slogan, transformando-o no começo de uma frase. Encontra-se, por exemplo: “# JamaisMacron foi convocado perante a justiça” ou ainda “#JamaisMacron herdou um partido político, ele criou o seu”.

Essas batalhas de hashtags mostram mais uma vez que a suposta violência das redes sociais e seu poder de incomodar podem encontrar respostas nos mesmos dispositivos, a partir das mesmas ferramentas e das mesmas formas tecnolinguageiras.

5. Argumentação

A função da hashtag ultrapassa amplamente a simples polêmica: esse segmento tecnolinguageiro age como um verdadeiro argumento nos discursos digitais militantes. Para Anne-Charlotte Husson, as hashtags militantes são, de fato, palavras-argumento, que possuem um “funcionamento pragmático” e que são definidas “como palavras de

conteúdo metadiscursivo denso, que funcionam como chamadas aos pré-discursos (Paveau 2006) de ordem argumentativa” (Husson 2016: 105). A partir de um estudo sobre as hashtags militantes #Gender / #Gênero e #ThéorieDuGenre / #TeoriadoGênero, ela concluiu que há uma verdadeira função argumentativa da hashtag, para além de sua função de marcação, de afiliação ou de catalogação:

As hashtags militantes do corpus são metadiscursos e palavras-argumento com funcionamentos complexos e múltiplos, funcionamentos que podem ser agrupados em dois grupos. Primeiro, elas desempenham um papel na produção do sentido discursivo das unidades linguísticas *gênero* e *teoria do gênero* e colocam em questão o processo de nomeação, na medida em que constituem etiquetas polêmicas. Depois, elas colocam em jogo processos que tem relação com o próprio dispositivo do Twitter: elas não apenas permitem, no âmbito do tuíte, uma (re)orientação do conteúdo do link, mas têm igualmente um efeito reflexivo sobre a identidade da conta e pedem então para ser analisadas como gestos interpretativos e produtores de posicionamentos enunciativos (Husson 2016: 124).

Em outro trabalho sobre os termos *gordofobia* e *cissexismo* frequentemente hashtagueados nos discursos feministas, a autora estima que se trata de palavras-sentença que “permitem verdadeiramente categorizar indivíduos, atos e discursos em função de critérios axiológicos e ideológicos; elas servem também para construir ou reforçar uma análise da opressão sistêmica vivida pelos grupos minorizados” (Husson 2017: § 48). Segundo ela, a prática da hashtag ultrapassa um simples militantismo com ares de marketing, que algumas críticas apontam com o termo *ativismo de hashtag*. Nessa perspectiva, o ativismo de hashtag, celebrizado pelas grandes campanhas como #BringBackOurGirls ou #BlackLivesMatter estaria confinado on-line e teria pouco impacto na realidade fora da rede (Husson 2015). Contudo, isso só aconteceria se não se considerasse a fluidez das circulações entre os universos digitais e não-digitais (se é que essa distinção ainda é válida), que uma abordagem não dualista permite revelar.

VI. ESTUDO DE CASO: #NOTINMYNAME

Em setembro de 2014, a imprensa, as redes e os discursos sociais acolheram, com o frisson habitual do acontecimento discursivo moral (Paveau 2013b), o slogan de uma campanha de reação ao assassinato, pelo Estado Islâmico, de Hervé Gourdel na Argélia: “Not in my name”, o slogan, e #NotInMyName / #NãoEmMeuNome, sua colocação em hashtag nas redes sociais, em especial no Twitter e no Facebook, mas também sob o formato do tecnôgenero do cartaz.

1. Genealogia de um slogan

Foi possível ler que a campanha e o slogan tinham sido “lançados” pela fundação britânica “Active change”, que detalha em seu site: “Jovens muçulmanos estão somando suas vozes para o revide contra o ISIS. #notinmyname te oferece a oportunidade de denunciar suas ações violentas com suas próprias palavras. Deixe que sua voz seja ouvida, rejeitando a ideologia do ódio”.

Majoritariamente, os jornais que tratam dessa campanha apresentam-na como *provinda* da Active change e, em particular, de seu fundador Hanif Qadir, sem mencionar outros empregos. O slogan parece ter sido atribuído à fundação britânica, e aparece com a data do “lançamento” da campanha por volta de 20 de setembro de 2014. *Métronews* escreve, de fato, que “a primeira hashtag #notinmyname foi publicada na Inglaterra pela Fundação *Active Change*”. *Le Nouvel observateur* oferece a seguinte descrição: “Nas redes sociais, jovens britânicos *lançaram* uma palavra-chave para lutar contra o discurso dos jihadistas e evitar a fusão entre o Islamismo e o extremismo”, e em seguida detalha que “a tendência chegou até os muçulmanos franceses, que traduzem por vezes a hashtag em #PasEnMonNom, publicando tuites e/ou fotos que apresentam as hashtags em cartazes. *Le Parisien*, *La nouvelle République*, *Euronews*, *Libération*, todos retomam verossimilmente mais ou menos o mesmo texto da agência, assinalando o “lançamento” britânico da campanha e da hashtag. No *Le plus* do *Nouvel Observateur*, Benjamin des Gachons,

intervindo como diretor do Change.org da França - a plataforma de todas as petições - considera que a campanha “lembra ‘Jews and Arabs’ e #BringBackOurGirls”, insistindo sobre a eficácia da selfie. Surpreendente memória, que deixa de lado uma história muito longa e, sobretudo, uma memória protestatória imediata. Instalou-se uma polêmica sobre esse slogan, que continua a ser atribuído ao grupo britânico, sem contextualização mais ampla e sem perspectiva, se não histórica, ao menos cronológica.

Podemos nos surpreender com essas apresentações, pois tanto o slogan quanto a hashtag #NotInMyName foram amplamente proferidos e ostentados (como imagens de perfil nas redes sociais, por exemplo) por judeus que se opõem às operações israelenses em Gaza em julho de 2014, algumas semanas antes da mediatização dessa campanha. As reações a esse slogan e a criação de contradiscursos e de contra-slogans tornam esse caso discursivamente apaixonante, e justificam uma pequena pesquisa genealógica. Damo-nos conta, então, de que a expressão, que viaja de contexto em contexto desde 2000, foi o vetor de muito mais do que uma contestação, e se constitui como lugar de interessantes emaranhados ideológicos.

O slogan nasce de fato em 2000, num grupo de judeus de Chicago que se opõem à política de Israel na Palestina, e, na ocasião, àquilo que se chamou de “Segunda Intifada”. “Not In My Name” é definido como “*The Chicago Chapter of Jewish Voice for Peace (JVP) / O Capítulo de Chicago da Voz dos Judeus pela Paz*” e corresponde a um site de mesmo nome, no qual o slogan se tornou a sigla *NIMN* e foi definido como uma posição de protesto político e não religioso contra a política do Estado de Israel em relação aos palestinos. Mais exatamente, como uma oposição à utilização, por parte de Israel, da judeidade dos judeus americanos: “‘Not in my name’ é um poderoso grito de desconexão”. Estamos, portanto, bem no início da década de 2000, e os judeus se “separam” de três instâncias: do governo israelense, porque Israel, em seu próprio nome, “Estado judeu”, não distingue o político do religioso; da comunidade judaica “organizada”, pois ela pretende ou é suscetível a representar qualquer indivíduo judeu; e, enfim, do governo americano, que se apresenta como “o amigo ou o apoio dos judeus”, sustentando a política de Israel. Esse

retorno ao nascimento judeu protestatário do slogan é interessante para a compreensão da sua circulação atual, uma vez que esclarece os sentidos dessa declaração, fundados na ideia de uma separação do indivíduo de um todo que supostamente o representa, o apoia e, sobretudo, fala *em seu nome*, o que, portanto, implicaria seu assentimento.

2. Respostas e polêmicas

O slogan “Not In My Name”, ainda não hashtagueado (o Twitter só aparece em 2006), sai de seu contexto judaico-israelense e circula em outros casos, nos quais a questão do desacordo e da “*desconexão*” é submetida a uma decisão tomada em um contexto no qual o assentimento seria considerado como evidente. Em 2003, alguns australianos a utilizam para fazer campanha contra a intervenção do seu exército no Iraque; em 2010, artistas italianos servem-se dela para protestar contra a ACTA; em 2011, a Anistia Internacional abre uma petição intitulada “Not In my Name Pledge”, para protestar contra a execução de Troy Davis na Geórgia (EUA), apesar de um dossiê de acusação muito fraco. Em 2013, alguns australianos utilizam novamente a fórmula para se opor à eleição de Tony Abbott, que é censurado por ter apoiado as medidas que recusam a acolhida dos *papuas* da Nova Guiné numa situação de angústia. Em maio de 2013, o slogan aparece igualmente na ocasião da morte do soldado da Grã-Bretanha por dois extremistas que se reivindicam islâmicos. No momento de seu surgimento, ligado aos abusos do Estado Islâmico, e de sua transformação em hashtag, o slogan *Not In My Name* já tem, portanto, uma história internacional muito robusta, durante a qual suas significações e seus empregos se formam, constituindo sua memória discursiva. É o motivo pelo qual ela é relativamente plástica, apropriável por qualquer locutor que considere se encontrar nessa posição de utilização abusiva de seu pertencimento religioso, mas igualmente racial, cultural, etc.

Essa hashtag-slogan se encontra facilmente no cerne da batalha de hashtags. Alguns dias depois do aparecimento da hashtag #NotInMyName no centro da campanha da Active change, o CICF (Coletivo contra

a islamofobia na França) publicou um texto intitulado “#NãoEmMeuNome: a CCIF se dissocia do movimento de culpabilização imposto aos muçulmanos”. A ideia de uma dessolidarização é contestada pela colocação entre aspas da palavra: “Esses últimos dias uma nova hashtag causou burburinho: ‘#NotImMyName’. Uma hashtag cuja finalidade seria se ‘dessolidarizar’ dos crimes cometidos pelo grupo Daesh e seus aliados”. A dessolidarização é reformulada em termos de culpabilização e de injunção:

Seria o momento de parar de culpabilizar os muçulmanos pelos atos pelos quais eles NÃO são responsáveis.

Nós refutamos a injunção sistemática que é feita ao povo muçulmano condenando atos que lhes são totalmente estranhos, exatamente quando eles estão esperando um verdadeiro movimento de solidariedade que os apoie em face da islamofobia que mina nossa sociedade.

Uma hashtag alternativa é proposta: #StopCulpabilisation. O texto é ilustrado com dois contra-cartazes, um apresentando em primeiro plano um monge budista com a incrustação “Devo eu me desculpar pelo genocídio dos Rohingya na Birmânia?” e outro representando um casal de judeus idosos declarando “Devemos nos desculpar pelo massacre de civis na Palestina?”. A leitura dessa imagem depende estritamente da memória discursiva do leitor: se pensamos que #NotInMyName foi lançada pelos jovens muçulmanos britânicos da Active change, então essa imagem aparece como um paralelo demasiado rigoroso na sua forma, fundada em uma analogia proporcional: os muçulmanos em geral são para os terroristas do Estado Islâmico o que os judeus em geral são para... mas exatamente para quem? para os “terroristas do governo israelense”? A interpretação fica aberta. Mas se lemos essa imagem numa linhagem discursiva da #NotInMyName do grupo de Chicago, então ela aparece como uma contestação desse movimento, por uma reformulação que não está longe da desmemória discursiva. Essa pergunta, “Devemos nos desculpar...?”, parece, de fato, eliminar os quase quinze anos do protesto de #NEMN / #NEMN e, além disso, reformula o desacordo em “desculpa”,

HASHTAG

sentido que nunca apareceu, pelo menos no conjunto dos documentos e dos testemunhos lidos e recolhidos a propósito da #NotInMyName. Temos aí um exemplo de requalificação argumentativa, que reorienta um enunciado de desacordo e o reformula em termos de desculpa e de culpabilidade. É o jogo da polémica e o lugar da guerra de hashtags.

Tradução:
Julia Lourenço Costa

HIPERTEXTO

I. DESCRIÇÃO E DEFINIÇÃO

A noção de hipertexto está bem estabelecida, descrita e analisada na literatura e nas ciências da informação e da comunicação desde os anos 1990, mas as ciências da linguagem apenas recentemente se interessaram por esse fenômeno (Simon [org.], 2016, Paveau 2016). O hipertexto, na verdade, não é nem um objeto, nem uma noção teórica que tenha retido a atenção dos linguistas, ao passo que os trabalhos dos pesquisadores em literatura e em ciências da informação e da comunicação sempre fizeram perguntas sobre questões linguísticas implícitas: escritos sobre a “literatura informática” (Barbosa 1996, Vuillemin 1999a), pesquisas sobre o texto digital (Bouchardon 2009, 2014, Clément 1995, 2007), sobre o próprio hipertexto (Ertzscheid 2002, Vandendorpe 1999, 2015) ou sobre os escritos de tela (Souchier 1996, Jeanneret, Souchier 2005).

1. Elementos históricos

Em 1945, Vannevar Bush publica, em um artigo célebre, “As we may think” (Bush 1945), um projeto de extensão da memória humana que prefigura o hipertexto informático, que seria inventado vinte anos mais tarde por Ted Nelson, em 1965. Ele o define assim: “Trata-se de um conceito unificado de ideias e de dados interconectados, e da maneira pela qual essas ideias e esses dados podem ser editados em uma tela de computador” (Nelson 1993, citado por Clément 1995: on-line). Em 1968, Doug Engelbart e sua equipe fazem uma apresentação das primeiras realizações que constituirão a burótica e a internet atual, entre as quais o mouse, o correio eletrônico e o hipertexto. E Tim Berners-Lee

inventa finalmente a *web* em 1990. A essa história técnica correspondem as evoluções sociotécnicas e comunicacionais.

Sylvie Leleu-Merviel propõe, por exemplo, distinguir três “famílias” de hipertexto (Leleu-Merviel 2015): nos anos 1960-1970, o hipertexto é uma coleção de fragmentos digitalizados, produzidos fora do computador, mas armazenados por ele e vinculados pelo sistema de links; nos anos 1980-1990, o hipertexto é gerado pela máquina e lido dentro de um processo de escrita como “forma de memória artificial capaz de entrar em interação com a inteligência humana, de formar com ela um sistema que abre ao seu usuário novas perspectivas para se informar, ler, escrever, pensar” (Clément 1995: on-line); desde os anos 2000, o hipertexto é um “companheiro de jogo e de vida”, e seus nós balizam a maior parte das atividades humanas e os rastros que ele produz constituem o próprio humano como documento.

2. Primeiras definições

Para fornecer uma descrição tecnodiscursiva do hipertexto, é necessário adotar uma perspectiva que leve em conta os usos, ou seja, os processos tecnolinguísticos de elaboração, tanto na produção como na recepção, uma vez que os dois se confundem. A descrição do hipertexto se apoia principalmente nas noções de link (a relação dos enunciados em contexto hipertextual), de não linearidade e/ou descontinuidade (a concepção do texto como colocação em relação dinâmica de fragmentos) e de escrita (coconstrução do sentido pelo usuário em um gesto duplo de leitura e de escrita).

A primeira definição de George Landow, em 1996, é centrada no link:

O hipertexto é uma tecnologia da informação na qual um elemento – o link – desempenha um papel crucial. [...] Todas as principais características culturais e educativas desse médium decorrem do fato de que o link cria um novo gênero de conectividade e de escolhas para o leitor. O hipertexto é, portanto, para falar apropriadamente, uma escrita multisequencial ou multilinear mais do que não linear (Landow 1996: 157; citado e traduzido em Ertzscheid 2002: 129).

Bruno Bachimont, quinze anos mais tarde, baseia sua definição de hipertexto em uma diferença com o hiperdocumento:

Concordamos em chamar aqui de “hiperdocumento” todo conjunto de documentos que constituem uma certa unidade, e de “hipertexto” o que resulta da informatização de um hiperdocumento sob a forma de uma rede de nós documentais e de links de navegação que os conectam (Bachimont 2001: 110).

Essas duas definições apontam para o traço fundamental do hipertexto: sua relacionalidade, ou seja, sua aptidão para estabelecer uma ligação entre diferentes elementos, que decorrem, eles mesmos, dos links. Sendo essas ligações estabelecidas por meio dos dispositivos técnicos, é necessário, então, adotar uma abordagem do hipertexto como compósito.

II. ABORDAGEM LINGUÍSTICA DE HIPERTEXTO

Como o hipertexto, o link (ou hiperlink, ou link hipertextual) não é um objeto nem uma preocupação para a linguística, embora ele defina amplamente os enunciados digitais nativos. Ele constitui na verdade uma dimensão fundamental da escrita hipertextual, contribuindo para a forma dos enunciados, para a elaboração de seu sentido e de seu modo de circulação. “O hiperlink é uma particularidade fundamental do texto digital”, segundo Alexandra Saemmer (2015: 23), que o define assim:

[...] utilizarei o termo “hiperlink” no sentido de elemento textual “hiperlinkado” para ler e manipular, que é inserido em um texto (chamado “texto gerador”) e remete a um texto geralmente ainda invisível (chamado “texto linkado”). Minha definição é inspirada na de hiperlink como “sinal de passagem” [Jeanneret, Souchier 1998] que põe em relação as dimensões de “sinal lido”, de “sinal interpretado” e de “ferramenta manipulável”. O hiperlink, nesse sentido amplo, é onipresente no texto digital: nos resultados propostos pelos buscadores, nos jornais online, nos portais de informação e nos sites comerciais, nas redes sociais, na literatura digital e nos jogos digitais (Saemmer 2015: 15).

1. URL, uma tecnopalavra

O link é sempre uma URL, a única que pode permitir a navegação e a passagem de uma tela a outra, de um segmento a outro. Uma URL, sigla de *Uniform Ressource Locator*, é uma cadeia de caracteres elaborada para constituir o endereço de uma fonte na internet associando um conjunto de informações; a URL leva à fonte em questão, o que explica que a chamemos igualmente de endereço de internet. Alguns exemplos:

- endereço de uma postagem no diário de pesquisa *La pensée du discours*: <<http://penseedudiscours.hypotheses.org/10212>>,
- endereço de um artigo da revista *Corela*, <<http://corela.revues.org/1550>>,
- endereço de um artigo de imprensa do jornal *Guardian*: <<http://www.theguardian.com/technology/2015/aug/29/anita-sarkeesian-gamergate-interview-jessica-valenti>>,
- endereço de uma fonte em formato de arquivo pdf: <<http://education.ohio.gov/getattachment/Topics/Other-Resourcers/School-Safety/Safe-and-Supportive-Learning/Anti-Harassment-Intimidation-and-Bullying-Resource/Educator-s-Guide-Cyber-Safety.pdf.aspx>>.

A URL não é ainda tratada pelos linguistas que não a integram na lista das categorias sintáticas correntemente utilizadas na disciplina (nome, verbo, adjetivo, preposição, etc.). Em outros termos, a linguística não sabe descrever, categorizar nem analisar uma URL. Propomos aqui integrá-la à categoria das tecnopalavras, definidas como unidades clicáveis que permitem a circulação pela escrita de uma fonte textual a um alvo textual. A morfologia da URL é dupla.

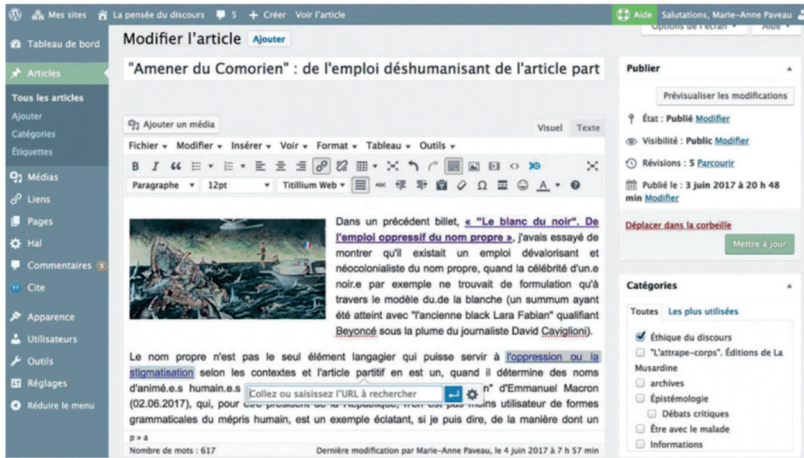
Ora aparece como tal, em sua forma codificada informaticamente, o que é frequente em algumas plataformas de redes sociais, em contex-

tos documentais, ou em artigos de imprensa constituídos pela reunião de links (espécie de tecnogênero jornalístico), ou ainda em artigos de escritores iniciantes não treinados na técnica de inserção. A URL, às vezes muito longa, pode ser reduzida automaticamente por programas específicos, os redutores de links, que permitem uma economia discursiva. As URLs mencionadas acima são assim reduzidas por meio da ferramenta TinyURL:

- <<http://tinyurl.com/yavskxbr>>,
- <<http://tinyurl.com/y7cudmte>>,
- <<http://tinyurl.com/yb977ox5>>,
- <<http://tinyurl.com/lh6rpw6>>.

Ora ela é inserida em uma palavra ou em um segmento mais amplo (grupo nominal, título, frase inteira, eventualmente) ou em uma imagem: ela é então discursivizada, ou seja, desprovida de sua forma informatizada, e revestida, se podemos dizer assim, de uma forma languageira. Essa forma languageira pode por sua vez ser produzida nos ambientes nativos e não decorrer das categorias linguísticas habituais, o que é o caso da hashtag ou do pseudônimo no Twitter, por exemplo (@mapav8, @miladus, @EditionsHermann, @editorapontes). A forma discursivizada aparece, assim, colorida e/ou sublinhada no texto on-line. Ela pode ser automatizada por programas e, portanto, derivar de uma lógica algorítmica (é o caso dos nomes de conta e das palavras consignas das redes sociais ou das hashtags), ou ser fabricada pelo escritor, por meio de procedimentos em várias etapas. Em um blog gerenciado pelos CMS do Wordpress, por exemplo, quatro operações são necessárias para criar um link em um segmento: é preciso 1. sublinhar o segmento, 2. clicar no ícone do link ou digitar ([cmd + k] no Mac), o que abre uma janela (figura 17 a seguir), 3. inserir nela a URL pretendida e 4. aplicar¹.

1 Para a descrição detalhada deste procedimento, consultar Paveau 2016.



17. A 2ª etapa de 4 da fabricação de um hiperlink em um blog.

2. O link na escreteitura

A atividade da escrita on-line não é a mesma que nos contextos não conectados, em particular no que se refere ao hiperlink e, portanto, à hipertextualidade de sua produção: o escritor deve integrar restrições técnicas, especialmente o uso desta forma particular no plano morfológico e técnico, que transforma elementos linguageiros em endereços e, por conseguinte, em ferramentas de navegação para o leitor. Para este último, o hiperlink se identifica graficamente (cor e/ou sublinhado), possibilitando-lhe a escolha de continuar sua leitura linearmente ou de clicar e se deixar “dirigir” a um texto alvo: sua leitura é então uma escreteitura² pois ele escreve, ao lê-lo, um outro texto, diferente do que se apresenta superficialmente a ele; o leitor é um escreteitor. Este outro texto é preparado pelo escritor, mas unicamente como potencialidade: no plano da materialidade textual, ele não existe.

2 O termo foi proposto em 1992 por Pedro Barbosa em sua tese *Metamorfoses do real. Criação literária e computador* (Barbosa 1992) e desenvolvido alguns anos mais tarde em *A Ciberliteratura. Criação Literária e Computador* (Barbosa 1996). A escreteitura designa a fusão das atividades de leitura e de escrita, implicada pelo dispositivo técnico com base no uso do hiperlink. A noção é notadamente explorada na França por Alain Vuillemin e Arnaud Gillot (Lenoble, Vuillemin 1999 [org.], Gillot 1999).

Para Roger Chartier, o leitor torna-se um coautor:

Com o texto eletrônico, [...] não somente o leitor pode submeter o texto a múltiplas operações (ele pode indexá-lo, anotá-lo, copiá-lo, desmembrá-lo, recompô-lo, deslocá-lo, etc.), mas, ainda mais, ele pode se tornar o coautor. A distinção, fortemente visível no livro impresso, entre a escrita e a leitura, entre o autor do texto e o leitor do livro, desaparece em favor de uma realidade outra: aquela em que o leitor se torna um dos autores de uma escrita em várias vozes ou, pelo menos, se encontra em posição de constituir um texto novo a partir de fragmentos livremente cortados e montados (Chartier 1994: on-line).

3. Descrição tecnolinguística do hipertexto

Além das questões relativas à leitura e à escrita de produções hipertextuais, o fenômeno da escreitura coloca problemas propriamente linguísticos: como se constrói o sentido em um dispositivo no qual tanto a produção quanto a recepção são potenciais e móveis, e não inscritas em uma matéria linguística fixa que permite cálculos interpretativos, como nos textos pré-digitais? como dar conta da enunciação em produções nas quais autor/enunciador e leitor/destinatário se confundem em um mesmo ato enunciativo de escreitura ou de coautoria? devemos repensar a noção de situação de enunciação deslocando os parâmetros e os apoios teóricos? como definir o objeto do trabalho da análise linguística: devemos incluir apenas os textos-fonte ou integrar os textos-alvo? como tratar o fato de que um hiperlink pode fazer o escreitor sair definitivamente do texto-fonte? finalmente, o que se tornam as próprias noções de texto e de discurso em uma configuração que separa radicalmente a produção de enunciados de sua recepção?

Para responder a essas perguntas, podemos implementar algumas noções que descrevem os discursos digitais nativos: sua composição, que poderá dar conta das dimensões propriamente técnicas e físicas (gestos) da escreitura; sua deslinearização, que permitirá descrever outras ordens do texto e do discurso, outros agenciamentos de segmentos linguageiros e tecnolinguageiros que constituem os enunciados on-line; e

sua imprevisibilidade, que permitirá descrever como funcionam o cálculo interpretativo e a antecipação necessária para a construção do sentido em discursos digitais nativos³.

III. OBSOLESCÊNCIA DO HIPERTEXTO: EM DIREÇÃO AO DESIGN DE PÁGINA ÚNICA

Embora a fisionomia geral da internet ainda pareça ser dominada pelo hipertexto, segundo alguns pesquisadores ele caiu em desuso, como explica Vivien Lloveria (Lloveria 2015). Mas foram, sobretudo, os web-designers que precipitaram seu fim, destacando as dificuldades para os internautas:

Além disso, os comentários dos web-designers dão conta do obstáculo que o hipertexto pode engendrar entre seu usuário e a informação pesquisada. Essa camada aparece sob a forma de uma lista de ações prévias (assimilável a um programa de uso) que o hipertexto é acusado de prolongar. Assim, o usuário terá que encontrar o link, mirá-lo, clicar nele e aguardar que a página seja carregada (Anthony 2012); ele deverá igualmente ser capaz de percorrer diversas páginas (Burns 2013) para encontrar a informação pesquisada. O dispositivo hipertextual, então, transforma a pesquisa de informação em uma missão cheia de armadilhas, de ações que podem distrair o usuário a ponto de fazê-lo esquecer o porquê de sua vinda (Pivot 2015) - (Lloveria 2015: 69)⁴.

Vivien Lloveria mostra que já existem alternativas ao hipertexto, especialmente os fios cronológicos (ou diários ou linha do tempo) dos blogs e das redes sociais, bem como o agenciamento das informações por mapas, ou seja, blocos de informações. O design de página única baseia-se então na aglomeração de informações mais do que na reticularidade, e a deslinearização dos enunciados é então posta em questão:

3 Para detalhes das noções, consultar os verbetes ou as seções dedicadas a elas.

4 Referências internas da citação: Anthony 2012, “Why Scrolling is the New Click”, *ux movement* [site], <<http://uxmovement.com/navigation/wy-scol-ling-is-the-new-click/>>; Burns Tabitha 2013, “Pageless Web Design is the New Trend”, *kualo* [site], <<http://blog.kualo.com/pageless-web-design/>>; Pivot 2015, “Why one-page website design is in vogue”, <<http://www.pivotcomm.com/insights/one-page-website-design-vogue>>.

De acordo com os modelos prefigurados pela ruptura com o hipertexto, nós encontramos nos sites de página única a noção de aglomeração evocada anteriormente. Por exemplo, Emily Weeks considera a página única como um “encapsulamento” de dados de um site inteiro em uma única página “fluida” (Weeks 2013). [...] para Simon Gombaud (Gombaud 2014), esse tipo de site da internet caracteriza na maioria das vezes uma longa página dividida em seções distintas, correspondendo cada sessão a uma temática precisa e dispondo de seus próprios objetivos: informar, seduzir, convencer ou ainda estimular à ação. A reticularidade se produz então de maneira interna, em uma longa página agora fragmentada por dentro, em seções de temáticas diferentes (Lloveria 2015: 71-72)⁵.

O discurso volta novamente a ser linear, assumindo uma forma narrativa: “De um ponto de vista formal, vemos como o desaparecimento dos menus, das arborescências e da navegação por links configura um discurso linear propício ao desenvolvimento do narrativo” (Lloveria 2015: 74). Essa narratividade implica uma mudança de regime do enunciado de gesto: o clique de link em link abre caminho para a rolagem de cima para baixo da página, agora única, do site. Acrescentemos que algumas formas tecnológicas fazem evoluir essa narratividade em direção à imagem, segundo uma evolução geral qualificada por William Mitchell de “virada visual”⁶: formas tecnológicas como o infografia, o cartão de visitas digital⁷ ou o bingo, todos produzíveis graças a ferramentas disponíveis on-line, combinando a narratividade e a iconicidade no modelo de página única.

Tradução:

Paula Camila Mesti

5 Referências internas da citação: Weeks Emily 2013, “The Future of Web: Pageless Design”, *imedia* [site], <<http://blogs.imediainconnection.com/blog/2013/08/12/the-future-of-web-pageless-design/>>; Gombaud Simon 2014, “les site “one page”, tendance passagère ou véritable orientation du Web en 2014?”, *Votre agence web à Rennes – le blog* [blog], <<http://blog.useweb.fr/2014/04/08/simon-gombaud-les-sites-one-page-tendance-passagere-ou-veritable-orientation-du-web-en-2014-2/>>.

6 Para desenvolvimentos sobre a *virada visual*, consultar o verbete *Tecnografismo*.

7 O site About me, cujo slogan é “create your free, on-page website in just a few minutes”, permite, por exemplo, criar uma página única reunindo todas as informações que um internauta deseja comunicar sobre a sua pessoa, seu status e suas atividades: <<http://about.me/>>.



IMPREVISIBILIDADE

I. DESCRIÇÃO E DEFINIÇÃO

A imprevisibilidade dos tecnodiscursos resulta da impossibilidade de o enunciador-escreitor prever a forma, a circulação ou mesmo o conteúdo de suas produções linguageiras on-line. Em contexto pré-digital, há de fato uma maior ou menor adequação entre as intenções escriturais de um locutor (na escrita de uma assinatura, de uma carta, de um cheque, de uma lista, etc.) e o resultado produzido, seja em uma escrita manuscrita ou com teclado: o escritor de um texto a mão, no teclado ou com a ajuda de qualquer outro instrumento de escrita, controla a disposição, as margens, o número de páginas, a cor da tinta, a profundidade do traço, etc. Assim, ele antecipa o resultado de sua produção. Nos contextos digitais nativos, os algoritmos, os SGC¹, os links de hipertexto e as possibilidades de compartilhamento e de redocumentação da web participativa, que variam da circulação comum à viralização, separam as intenções escriturais iniciais dos formatos escriturais finais. Como o especifica Claire Herrenschmidt, escrever “é confiar seu texto a pensadores de atividade, produtores de literatura computacional” (2007: 418). Esses “pensadores de atividade” são os fatores de imprevisibilidade.

II. MANIFESTAÇÕES DISCURSIVAS DA IMPREVISIBILIDADE

A imprevisibilidade discursiva se manifesta de múltiplas maneiras. Detalharemos aqui a hipertextualidade, o compartilhamento, a viralização e as figuras do leitor inesperado e do *lurker*.

¹ N.T. *Content Management System*; em português, *Sistema de Gerenciamento de Conteúdo* (SGC).

1. Os links hipertextuais

A hipertextualidade dos discursos digitais nativos implica pelo menos sua imprevisibilidade formal: se o locutor-escritor, no painel de administração de seu site ou de seu blog, parece escrever um texto linear, a maneira pela qual ele será ativado e, portanto, escrito pelo escrileitor não lhe é acessível. Ao inserir links, o locutor-escritor antecipa alguns percursos de leitura, mas de uma maneira limitada: o dever da materialidade de seu texto lhe é desconhecido. A maneira como o escrileitor escolherá “fazer texto” (Adam 2015 [org.]) com a produção que ele manipula, deixando-a pra voltar a ela ou, pelo contrário, para nunca mais voltar, está fora das previsões possíveis do escritor. Ela é igualmente pouco antecipável para o próprio escrileitor. A escrita é, então, absolutamente individual e enativa (ou seja, sem representação prévia), e, por consequência, idiodigital, o que deve ser levado em consideração nos dispositivos de coleta de dados, bem como de elaboração e de análise do corpus.

2. O compartilhamento de conteúdo de um ecossistema a outro

A cultura do compartilhamento na web social implica uma circulação importante de documentos (escritos, orais, fotográficos, videográficos, multimidiáticos) de um ecossistema a outro. O compartilhamento pode ser feito de maneira automática, por meio das funções específicas das plataformas, todas equipadas com botões de compartilhamento (compartilhamento de uma postagem ou de um artigo em uma rede social, compartilhamento de um tuíte no Facebook, compartilhamento de um vídeo do Youtube no Twitter, etc.). Ele também pode ser feito manualmente, quando as funções de compartilhamento automatizado não existem, ou quando o compartilhamento automatizado não dá os resultados desejados pelo internauta, justamente por causa da imprevisibilidade. No primeiro caso, podemos tomar como exemplo o compartilhamento pelo copiar-colar de uma mensagem eletrônica ou de um texto em formato word ou pdf com links eletrônicos em uma rede social como o Facebook:

a morfologia do tecnodiscurso produzido na rede social não é previsível pelo internauta, ativando a abertura de algumas páginas e não de outras, etc. No segundo caso, o compartilhamento automático de um artigo de imprensa no Facebook, por exemplo, pode produzir uma ilustração considerada não coerente com o artigo publicado: forjaremos então o compartilhamento de maneira a obter a adequação desejada entre o texto e a ilustração baixando antecipadamente uma imagem, acessada em um segundo momento na URL do artigo a ser compartilhado. Inversamente, no sentido da leitura, o texto-alvo aberto a partir de um link não corresponde necessariamente às promessas do link: nas contas do Twitter das manchetes da imprensa, os artigos aparecem com imagens que às vezes desaparecem quando o link abre; nesse caso, não é mais somente a forma que é modificada, mas também o conteúdo informacional, constituindo a interação texto-imagem ao mesmo tempo uma informação e uma instrução de sentido.

3. Os efeitos da viralização

De maneira mais geral, a viralização da web, ou seja, a circulação extremamente rápida e quantitativamente massiva dos conteúdos, é um poderoso fator de imprevisibilidade no que diz respeito aos lugares de circulação, à natureza dos receptores e aos efeitos de sentido produzidos. Muitas anedotas alimentam a pequena mitologia cotidiana da web, relativas a essas questões de circulação discursiva e de efeitos de sentido. Uma das mais famosas é a que deu seu nome a uma das “leis” da internet, o efeito Streisand: em 2003, Barbra Streisand exige 50 milhões de dólares de um fotógrafo que tinha publicado uma foto aérea de sua casa. Esta demanda produziu um efeito contrário ao esperado pela estrela desejosa de proteger sua vida privada: durante o mês seguinte a esta reação, a foto recebeu mais de 400 mil visualizações e a informação se disseminou de maneira viral. Outro exemplo, interessante por várias razões no plano linguístico: na sexta-feira, 20 de dezembro de 2013, a responsável americana pelas relações públicas de um grande grupo de mídia, Justine Sacco, embarca para a África do Sul partindo de Londres,

e escreve no Twitter: “Partindo para a África. Espero não pegar Aids. Estou brincando. Eu sou branca!”. Dez horas depois, em sua chegada à Cidade do Cabo, ela descobre a extensão do desastre: em alguns minutos, seu tuíte, considerado racista, desencadeou uma onda internacional de indignação e foi disseminado milhares de vezes, uma hashtag foi criada, #HasJustineLandedYet / #JustineJáAterrisou, uma ONG comprou o nome do domínio JustineSacco.com, que leva a um site de doações para a luta contra a AIDS. No dia seguinte, sábado, 21 de dezembro, sua conta no Twitter foi excluída, e, na mesma noite, ela foi demitida pela empresa que a empregava. No domingo, ela pediu desculpas em um comunicado. Esse exemplo é rico de elementos de reflexão para análise do discurso digital: podemos ver desde o início que levar em conta apenas o conteúdo linguístico do tuíte, de uma perspectiva logocentrada, deixaria de lado a maior parte de seu funcionamento linguístico, discursivo e semântico; em seguida, compreendemos a que ponto é importante a imprevisibilidade dos tecnodiscursos, a viralização (especialmente para um tuíte escrito em inglês), os efeitos dos algoritmos, a multiplicação dos compartilhamentos que abrem para a inumerabilidade das ocorrências, tornando impossível prever e até rastrear *a posteriori* o percurso de uma mensagem desse tipo.

4. Leitor inesperado e *lurker*

A imprevisibilidade dos tecnodiscursos também diz respeito ao dispositivo de leitura instalado nos universos digitais nativos, que produz a figura do que Pierre Mounier chama, seguindo Phil Bourne, de “leitor inesperado”. Ele conta em uma postagem intitulada “Impressions d’automne 1: Le cas Meredith”, a anedota da qual emerge essa figura:

Phil Bourne conta que, como editor da revista *Plos Computational Biology*, um dia recebeu o manuscrito de um artigo particularmente inovador sobre questões de modelização das pandemias, submetido por uma certa Meredith. Quando quis discutir o trabalho com a autora, foi com grande surpresa que uma estudante de 15 anos se apresentou. Ela tinha escrito o artigo porque se apaixonou pelo assunto após uma feira de

ciências. Então aprendeu sobre o tema usando a *Wikipédia* e a literatura especializada de acesso livre. Enfim, para estabelecer seu modelo, solicitou e obteve tempo para fazer os cálculos nos computadores do San Diego Supercomputer Center, bem como o acesso a bases de dados (Mounier 2012: on-line).

Essa figura é descrita no contexto da defesa do livre acesso, mas pode ser estendida ao processo de leitura em geral na internet: a importância da acessibilidade dos conteúdos em comparação com os escritos pré-digitais, sobretudo em um quadro transgeracional (*a priori*, a revista *Plos Computational Biology*, como as revistas especializadas neste campo de pesquisa, não cruzam o caminho de adolescentes de 15 anos), modifica o dispositivo de escrita, ou produção-recepção, introduzindo nele mais imprevisibilidade: a acessibilidade digital é um fator da imprevisibilidade discursiva.

Na mesma ordem de ideias, também podemos citar a figura do *lurker*, que Robert Nonnecke, autor de uma tese sobre a questão, supõe ser dominante nos grupos de discussão (Nonnecke 2000). O *lurker*, do verbo *to lurk*, que significa “esconder-se”, é um internauta que lê e visualiza os conteúdos, mas nunca intervém. Ao contrário do que sugere uma visão estereotipada da internet como local de intervenção e ação, o *lurker* tem uma verdadeira ação sobre os conteúdos da internet, cuja forma e duração ele influencia (Nonnecke 2000)² e ajuda a disseminar on-line e off-line, produzindo sua circulação (Falgas 2016). Como a acessibilidade, o *lurking* constitui, então, um fator importante de imprevisibilidade discursiva.

Essas duas figuras, o leitor inesperado e o *lurker*, desempenham um papel na elaboração dos discursos on-line porque eles podem ser sobredestinatários padrão, ou seja, os destinatários não identificados pelo usuário, mas, mesmo assim, atingidos por seu discurso.

Tradução:
Paula Camila Mesti

2 Blair Nonnecke mostra que a duração das cadeias de discussão está correlacionada ao número de *lurkers* em um fórum de discussão.



INTEGRIDADE CONTEXTUAL

I. DESCRIÇÃO E DEFINIÇÃO. AS FRONTEIRAS DA PRIVACIDADE

A integridade contextual é uma noção proposta por Helen Nissenbaum (2004, 2010) para descrever as modalidades da privacidade on-line: “integridade contextual é a referência apropriada de privacidade” (2004: 102). Trata-se de uma resposta à insuficiência da oposição binária privado *versus* público, inadequada às atividades nos universos digitais da web e da internet em geral, pois elas se desenvolvem em numerosos contextos regulados por normas locais e, portanto, específicas.

Mais do que descrever a privacidade a partir de uma oposição rígida com o que é “público”, ou pelas noções de segredo ou de controle, é necessário, segundo Helen Nissenbaum, considerá-la por meio do funcionamento de duas normas informacionais: a pertinência e a distribuição das informações pessoais. A integridade contextual se define, na verdade, em relação a uma transgressão dessas normas: “a integridade contextual é mantida quando ambos os tipos de normas são respeitados e é violada quando uma das normas é violada. [...] em qualquer situação, uma reclamação de que a privacidade foi violada é sólida no caso de um ou outro tipo de normas informacionais ter sido transgredido” (2004: 120).

A integridade contextual define assim de maneira ambiental as fronteiras da privacidade, mantida quando a integridade contextual é respeitada (informações pertinentes são difundidas por um canal adequado, por exemplo, um endereço eletrônico ou depoimentos pessoais em um grupo fechado), transgredida quando a integridade contextual é ameaçada (informações não pertinentes são difundidas por um canal inadequado, por exemplo, números de telefone ou fotos íntimas em um site público).

II. UMA PERSPECTIVA INTEGRADA

A integridade contextual é uma noção que diz respeito ao conjunto de nossas atividades, sejam elas realizadas on-line ou off-line, como mostra o exemplo das informações médicas dadas por Helen Nissenbaum em um artigo de 2011:

Os parâmetros fundamentais das normas informacionais são atores (assunto, remetente, destinatário), atributos (tipos de informação) e princípios de transmissão (restrições sob as quais a informação circula). Geralmente, quando o fluxo de informação adere às normas estabelecidas, tudo está bem; as violações dessas normas, no entanto, muitas vezes resultam em protesto e reclamação. Em um contexto de assistência médica, por exemplo, pacientes esperam que seus médicos mantenham em confidencialidade as informações médicas pessoais, mas aceitam que elas possam ser compartilhadas com especialistas, quando necessário. As expectativas dos pacientes seriam violadas e estes provavelmente ficariam chocados e consternados se soubessem que seus médicos venderam a informação a uma empresa de marketing. Nesse caso, diríamos que normas informacionais do contexto de assistência médica foram violadas (2011: 33).

A questão da privacidade, como outras, aliás, requer uma integração do funcionamento das atividades on-line nos funcionamentos sociais em geral, longe do dualismo digital e da concepção de internet como um mundo à parte:

Proteger a privacidade diz respeito a garantir fluxos apropriados de informações pessoais on-line ou off-line, e as interrupções no fluxo de informações, permitidas pelas tecnologias da informação e pela mídia digital, podem ser igualmente perturbadoras, tanto on-line quanto off-line. Como grande parte do que acontece on-line é amplamente integrado à vida social em geral (e vice-versa), a solução do problema de privacidade on-line requer uma abordagem totalmente integrada (2011: 45).

III. A PERTINÊNCIA DAS INFORMAÇÕES

Helen Nissenbaum fornece mais detalhes sobre as normas de pertinência: “Geralmente, essas normas circunscrevem o tipo (ou a natureza) da informação acerca de vários indivíduos que, em um determinado contexto, é permitido, esperado ou que até exige que seja revelado” (2004: 120). Ela também fornece exemplos de difusão apropriada de informações privadas no domínio médico, de amizade, bancário ou profissional:

Em contextos médicos, é apropriado compartilhar detalhes de nossa condição física ou, mais especificamente, que o paciente compartilhe informações sobre sua condição física com o médico, mas não o contrário; entre amigos, podemos propagar enredos românticos (nossos e dos outros); para o banco ou nossos credores, revelamos informação financeira; com nossos professores, discutimos nossas próprias notas; no trabalho, é apropriado discutir objetivos relacionados ao trabalho e os detalhes e a qualidade do desempenho (2004: 120 - 121).

No entanto, a autora insiste sobretudo sobre a transgressão da pertinência, na medida em que esta é definidora da integridade contextual: “Também é importante o que não é apropriado: não se espera (pelo menos nos Estados Unidos) que compartilhemos nossa filiação religiosa com empregadores, nossa situação financeira com amigos e conhecidos, nosso desempenho no trabalho com médicos, etc.” (2011: 121).

IV. A INTEGRIDADE CONTEXTUAL NA ANÁLISE DOS TECNODISCURSOS

A noção de integridade contextual permite uma abordagem fina das produções discursivas nativas da web:

- Permite ao analista do discurso categorizar os elementos de seus corpus segundo critérios contextuais mais refinados do que privado *versus* público, em particular no que diz respeito ética do discurso (Côté 2012,

Latzko-Toth, Proulx 2013), à abordagem enunciativa, às questões postas pelo tecnodiscurso relatado rapporté/direto, aos critérios de extimidade ou à questão dos gêneros do discurso on-line (Grodzinsky, Tavani 2010 sobre os blogs);

- Fornece igualmente, se não critérios, ao menos um quadro para evocar a dimensão moral dos discursos: a noção é, de fato, próxima da de ajuste, proposta em *Linguagem e Moral* (Paveau 2013b), para caracterizar um enunciado que corresponde às normas morais em vigor em uma sociedade, por intermédio dos metadiscursos dos locutores, que desencadeia um acontecimento discursivo moral. A integridade contextual adiciona à ética do discurso um dispositivo de análise dos enunciados nativos da web, na economia particular dos ambientes digitais;
- Permite também ao pesquisador em análise do discurso (como em outras disciplinas) resolver ao menos parcialmente a questão, insolúvel no estado atual, do direito de propriedade intelectual na internet, da publicação de conteúdos nativos da web em seus trabalhos, estes próprios frequentemente destinados a serem publicados on-line (Paveau 2015a);
- Permite, por fim, uma melhor abordagem dos universos discursivos digitais, baseada na consideração de todo o ecossistema tecnodiscursivo, na integração da contextualização tecnorelacional e na escolha de uma abordagem pós-dualista, recusando tanto a distinção língua/matéria quanto o dualismo digital.

Tradução:
Márcio Antônio Gatti

LEIS DO DISCURSO DIGITAL

I. DESCRIÇÃO E DEFINIÇÃO. UMA PRAGMÁTICA DIGITAL NATIVA

A internet e a web social, em particular, são universos reflexivos: toda produção on-line é acompanhada na maior parte do tempo, e muito rapidamente, de um discurso sobre essa produção. Pode se tratar da netiqueta¹, de um comentário, de um manual de instruções, de uma análise, de uma paródia, de um meme, de um fenômeno do humor, de um jogo participativo, etc. O discurso digital nativo é, na maior parte do tempo, simultaneamente metadiscursivo: enquanto cria a si mesmo, formula sua própria descrição.

Essa é a razão pela qual a internet produziu o que podemos chamar, seguindo Paul Grice, de leis do discurso (Grice 1979). Paul Grice propõe, no quadro da teoria pragmática, considerar que o discurso, no sentido de conversação, segue uma lei geral, o princípio de cooperação, articulado em quatro princípios ou máximas conversacionais, cujo respeito garante uma troca bem sucedida: informatividade, exaustividade, sinceridade e relevância. A essa teoria pragmática científica corresponde na internet uma teoria pragmática nativa e ingênua, isto é, popular, enunciada pelos usuários dos tecnodiscursos. Ela, evidentemente, não tem o caráter de sistematicidade da proposição de Paul Grice, mas comporta pelo menos três leis ou princípios amplamente instalados na teoria da comunicação digital nativa, que são objeto de inúmeras definições, comentários, ocorrências, etc.

1 Sobre a qual não retornaremos aqui, pois diz respeito de maneira restrita à comunicação por e-mail e nos fóruns, no âmbito da web 1.0.

II. AS “LEIS DA INTERNET”. ASPECTOS LINGUAGEIROS E DISCURSIVOS

Encontramos na internet certo número de documentos oriundos da pragmática popular, por exemplo, listagens de diversas leis da internet sob a forma “top” (top 10, top 20, etc.), que constitui um tecnogênero do discurso. A cifra recorrente é 10 e existiriam, portanto, 10 grandes “leis” da internet, todas com nome, frequentemente com sobrenome. As antologias não fornecem sempre as mesmas, mas podemos, entretanto, identificar um núcleo recorrente, que é majoritariamente de ordem linguageira, discursiva ou ao menos comunicacional. Temos, então, uma verdadeira pragmática linguística popular on-line.

Eis a lista dessas leis e sua definição, de acordo com o artigo “Top 10 das Leis da Internet, certamente informais, porém incontornáveis”, do site Topito²:

1. Lei de Godwin

Dispõe que: “*Quanto mais tempo durar uma discussão em um fórum, maior a probabilidade de encontrar uma comparação envolvendo os nazistas ou Adolf Hitler*”.

2. Lei de Poe

Dispõe que: “*Sem um emoticon piscando o olho ou outro modo bem evidente de mostrar que se trata de humor, é impossível fazer uma paródia sem ser atacado diretamente por uma pessoa que confundiria humor com realidade*”.

3. Regra 34

Dispõe que: “*Se algo existe, há pornografia a esse respeito*”.

Ver também a regra 35: “*Se não existe pornografia a esse respeito, ela vai aparecer*”.

4. Lei de Skitt

Dispõe que: “*Todo post que corrige um erro em outro post vai conter ele próprio ao menos um erro*”.

2 <<http://www.topito.com/top-10-des-lois-dinternet>>.

5. Lei de Scopie

Dispõe que: “Qualquer discussão que fale de ciência ou medicina, citando *whale.to* (um tipo de wiki de ciência e medicina) como uma fonte confiável, vai perder imediatamente sua credibilidade e será eliminada do fórum com grandes gargalhadas”.

6. Lei de Danth (também conhecida como “Lei de Parker”)

Dispõe que: “Se você precisa insistir que tem razão sobre um assunto na internet, provavelmente você está errado”.

7. Lei de Pommer

Dispõe que: “Se a posição de uma pessoa pode mudar pela leitura de informações na internet, essa posição pode passar de ‘sem opinião’ a ‘opinião errada’”.

8. Lei de Demyer

Totalizando 4 leis, a segunda delas dispõe que: “Quem posta um argumento na internet entupido de citações pode ser seguramente ignorado, e o autor perde a batalha antes de tê-la começado”.

9. Lei de Cohen

Dispõe que: “Aquele que recorre ao argumento ‘Aquele que recorre ao argumento que...’ ‘...perdeu automaticamente o debate’. ‘...perdeu automaticamente o debate’”.

10. Lei da exclamação

Dispõe que: “Quanto mais pontos de exclamação existirem em um e-mail (ou outro tipo de postagem), maior a probabilidade de ser uma perfeita mentira. Isso também vale para letras maiúsculas”.

Podemos acrescentar a “lei de Shaker”, que consta em outras listas, que postula que “aqueles que anunciam de modo flagrante sua saída iminente de um fórum de discussão na internet, na realidade quase nunca saem”, ou a lei de Haig, de acordo com o design do site *Haig report*, que dispõe que “a atrocidade do design de um site é diretamente proporcional à loucura de seu conteúdo e de seu criador”. Constatamos que, excetuando

a regra 34, todas as leis incidem sobre fenômenos ligados à linguagem ou à comunicação. Como todos os saberes populares, essas leis baseiam-se parcialmente em elementos exatos e às vezes verificáveis empiricamente: a lei de Pommer, por exemplo, evoca os trabalhos mencionados no verbete *Comentário*, sobre a polarização de leituras de postagens em blogs diante de comentários negativos; a lei de Skitt evoca experiências de leitura de absolutamente todos (efetivamente, os “Grammar Nazis” cometem erros ao corrigir os dos outros); a lei da exclamação fará todo mundo rir, de tanto que os pontos de exclamação em série abundam nas comunicações digitais nativas. A lei de Godwin, sendo sem dúvida a lei do discurso mais célebre e antiga da internet, é a que escolhemos para examinar detalhadamente.

III. A LEI DE GODWIN

Em 1991, em um fórum Usenet (o fórum do grupo rec.arts.sf-lovers sobre artes e entretenimento), um internauta chamado Mike Godwin declara: “Lei de Godwin de Analogias Nazistas: enquanto a discussão na Usenet cresce, a probabilidade de uma comparação envolvendo Nazistas ou Hitler se aproxima”. Esse comentário é rapidamente convertido em máxima e se transforma na “lei de Godwin”, inicialmente relacionada sobretudo às conversações em fóruns, e rapidamente acompanhada pelos internautas da expressão *ponto Godwin*, para designar o momento em que, na discussão, um dos protagonistas menciona Hitler ou o nazismo. A primeira definição de da *Lei de Godwin* no *The Urban Dictionary* dá o seguinte exemplo:

“Cara, cala a boca. Ninguém se importa com o que você pensa.”
 “Oh, então agora você está tentando me censurar? Vá para o inferno, seu maldito nazista!” (verbetes “*Godwin Law*”)

A lei de Godwin estende-se rapidamente para fora do universo digital e se generaliza; podemos citar mil exemplos de referência ao ponto Godwin, e em dezembro de 2010, o jornal *Liberation* produz a propósito uma pequena antologia política em um artigo intitulado “2010.

O ano do ponto Godwin” (Equy 2010). A jornalista Laure Equy dá os seguintes exemplos:

- Marine Le Pen, em 10 de dezembro de 2010 em um encontro em Lyon, sobre orações muçulmanas nas ruas: “sinto muito, mas para aqueles que adoram falar muito sobre a Segunda Guerra Mundial, se é para falar de Ocupação, poderíamos falar mais essa vez. Porque isso é uma ocupação do território. [...] Claro, não há tanque, nem soldados, mas é uma ocupação da mesma forma”.
- Christian Estrosi, em 2009, defendendo o debate sobre a identidade nacional: “se, às vésperas do segundo conflito mundial”, disparou Estrosi, “o povo alemão se dispusesse a questionar o que constitui a identidade alemã, herdeira das luzes, pátria de Goethe e do Romantismo, então talvez tivéssemos evitado o atroz e doloroso naufrágio da civilização europeia”.
- A comissária europeia, Viviane Reding, a propósito das expulsões de ciganos pela França: “Fui pessoalmente interpelada por circunstâncias que dão a impressão de que as pessoas são expulsas de um Estado-membro apenas porque pertencem a certa minoria étnica. Pensei que a Europa não testemunharia mais esse tipo de situação após a Segunda guerra mundial”.

Essa extensão da lei a todo discurso, qualquer que ele seja, encontra sem dúvida um de seus fundamentos na analogia da lei de Godwin com a *reductio ad Hitlerum* formulada por Leo Strauss: “Desse modo, teremos que alcançar o limite além do qual a sombra de Hitler começa a obscurecer a cena. E infelizmente não é inútil acrescentar que, durante o nosso estudo, teremos que evitar o erro, tantas vezes cometido nos últimos anos, de substituir a *reductio ad absurdum* pela *reductio ad Hitlerum*. Que Hitler tenha compartilhado uma opinião não é o suficiente para refutá-la” (Strauss 2008 [1953]: 51).

Na pragmática nativa ingênua da internet, atingir o ponto Godwin equivale a fracassar no debate, mas esse fracasso é ironicamente recompensado: sendo a palavra *ponto* polissêmica (*marcar um ponto, ganhar*

pontos), o ponto Godwin designa também a irônica recompensa recebida por essa menção, e existem na internet inúmeros exemplos de pontos Godwin, no modelo do ponto positivo escolar, de que segue uma amostra:



18. Um exemplo de “ponto Godwin” que circula na internet³.

A expressão *cruzar o ponto Godwin* está igualmente popularizada: construída com base na metáfora espacial permitida pela polissemia da palavra *ponto* que, tanto em inglês quanto em português, instala a imagem de uma espécie de linha vermelha que separaria os bons discursos das composições ruins.

A lei de Godwin e o ponto Godwin são eles próprios o objeto de metadiscursos lúdicos ou paródicos que prolongam e enriquecem essa lei do discurso: a lei de Godwin 2.0 consiste em tratar alguém como um fanático da Apple ao primeiro comentário favorável à célebre marca. Como explica o *The Urban Dictionary*:

Chamar alguém de Fã da Apple ao primeiro comentário não negativo sobre qualquer coisa que a Apple faça, diga ou crie.
 Autor: O novo iPhone é tão bom quanto o Sprint EVO
 Comentarista #1: Você é um Fã da Apple do c*ralho!

3 N.T. Tradução do texto verbal que compõe a Figura 18: “[ad hitlerium]. 1 ponto Godwin. Por ter habilidosamente conduzido a discussão até a comparação final. Ministério do preconceito e da falácia. Retórica falaciosa”.

Comentarista #2 sobre o comentarista #1: Invoco a lei de Godwin 2.0. Por que você simplesmente não o chamou de nazista? (verbete “Godwin Law 2.0”).

A segunda lei de Godwin consiste, por sua vez, em alcançar o ponto Godwin mencionando não mais Hitler ou o nazismo, mas o próprio ponto Godwin:

Sua segunda lei é esta; na medida em que aumenta a probabilidade de nazistas e/ou Hitler serem mencionados em um tópico, em referência direta à sua primeira lei, também aumentam as chances da própria lei ser referida. Isso normalmente terá pouco efeito no encadeamento real e resultará apenas em menos lulz⁴.
Newfag: maldito nazista, todo mundo sabe que Fullmetal Alchemist é o anime mais incrível SAMPRE! (*sic*)”111!!!!
4channer1: Lol Lei de Godwin, você perdeu.
4channer2: lol Segunda lei de Godwin.
4channer1: LOL
Newfag: Quê? (verbete “Second Godwin Law”).

Existe também uma terceira lei de Godwin, que simboliza perfeitamente a reflexividade da Web e sua constante prática da meta-discursividade: em uma discussão, um ponto Godwin foi alcançado e mencionado (primeira lei de Godwin), depois fez-se menção à própria lei de Godwin (segunda lei de Godwin), então ocorre a terceira lei de Godwin, que consiste em dizer, a partir de um terceiro ponto de vista, que a lei de Godwin não é pertinente. *The Urban Dictionary* dá o seguinte exemplo:

Um Terceiro: A “lei” de Godwin é de fato apenas uma tendência da internet. NÃO é uma lei real, nem faz parte do debate ou da lógica real.

4 N.T. N.T. “[...] lulz é um derivado de lol [...] e está, antes de mais nada, relacionado ao humor [...] sendo mais obscuro: ele se manifesta frequentemente às custas dos outros, tende a ter resultados imprevistos e se aproxima, às vezes, dos propósitos ofensivos e odiosos [...] o lulz traduz, acima de tudo, a euforia da transgressão” (COLEMAN, Gabriella. **Anonymous**: Hacker, activiste, faussaire, mouchard, lanceur d’alerte. Québec: Lux Éditeur, 2016, p. 42).

Um Quarto: Ha ha! Terceira lei de Godwin - você perdeu.
(verbete “Third Godwin Law”).

Por fim, há críticas sérias à lei de Godwin, baseadas na ideia de que atribuir um ponto Godwin a um oponente pode ser uma forma de censura e de produção de descrédito de seu discurso: o ponto Godwin é, com efeito, frequentemente considerado um exagero infundado e pode, portanto, servir de argumento para arruinar o discurso do adversário.

Tradução:
Márcio Antônio Gatti

MEMÓRIA TECNODISCURSIVA

I. DESCRIÇÃO E DEFINIÇÃO

A memória tecnodiscursiva é uma memória desenvolvida em universos conectados, que amplia as capacidades da memória discursiva não equipada digitalmente, produz arquivos nativos inéditos em formas digitais nativas, ordena parcialmente a massa de dados discursivos on-line e constitui linhagens discursivas e formulações prévias para a elaboração dos discursos. Ela se baseia em certos traços tecnodiscursivos específicos: a investigabilidade do discurso, a plurissemioticidade dos dados e sua imprevisibilidade. A noção de memória tecnodiscursiva foi elaborada na genealogia aberta por Jean-Jacques Courtine que, em 1981, propôs a noção de memória discursiva como uma alternativa à de interdiscurso (Courtine 1981). Para Courtine,

toda formulação apresenta em seu “domínio associado” outras formulações, que ela repete, refuta, transforma, denega..., isto é, formulações em relações às quais ela produz efeitos de memória específicos; mas toda formulação mantém igualmente com outras com as quais coexiste (seu “campo de concomitância”, diria Foucault) ou que lhe sucedem (seu “campo de antecipação”), relações cuja análise inscreve necessariamente a questão da duração e da pluralidade dos tempos históricos no âmago dos problemas postos pela utilização do conceito de Formação Discursiva (Courtine 1981: 52)

Dito de outro modo, todo enunciado é assumido em múltiplas inscrições anteriores, concomitantes e também futuras, e delas tira seu sentido: “toda produção discursiva que se efetua em determinadas condições de

uma conjuntura, movimenta e faz circular formulações anteriores, já enunciadas” (Courtine 1981: 52). Esse trabalho nocional é seguido por Sophie Moirand, que elabora, na esteira de Alain Lecomte, a noção de memória interdiscursiva (Lecomte 1981, Moirand 1999, 2007), prolongada por esta autora, que apresenta, a partir de uma articulação com a cognição situada, o conceito de memória cognitivo-discursiva (Paveau 2006). Mas, nos universos digitais, a noção de memória foi anteriormente trabalhada, com outras etiquetas, por outras disciplinas.

II. NOÇÕES PIONEIRAS EM CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO E EM LITERATURA

Até o momento ainda não existem trabalhos sobre a memória digital em uma perspectiva linguística, discursiva ou textual. Entende-se memória digital no sentido tecnodiscursivo, e não no sentido informático, sem integrar diretamente os aspectos propriamente técnicos do arquivamento dos dados (estes últimos, no entanto, contribuem e devem ser levados em conta para a compreensão da noção). No entanto, a memória é um objeto de reflexão que se desenvolveu bastante nas Ciências da Informação e da Comunicação (CIC), como precisa Oriane Desseilligny em um trabalho sobre o que ela chama de “memória emparelhada”: “Em CIC, os trabalhos sobre as relações que o homem entretém com sua memória em um contexto digital se multiplicaram nos últimos anos em favor, por exemplo, de tecnologias textuais que externalizam a função memorial (Le Deuff 2010), de dispositivos sociodigitais que se tornam suportes de memória modernos” (Desseilligny 2012: 96).

Nessa perspectiva, foram construídas várias noções que o linguista deve levar em conta em uma perspectiva cumulativa, para refletir sobre o funcionamento da memória discursiva digital ou da memória tecnodiscursiva. Tal consideração deve integrar uma revisão de noções, considerando que as duas disciplinas não adotam os mesmos postulados e não definem os termos da mesma maneira. Escolhemos aqui três noções importantes que podem contribuir para a elaboração da noção de memória digital em linguística do discurso.

1. A hipertextualidade

No contexto digital, a hipertextualidade designa o fato, para um texto, de propor informações suplementares a ele mesmo, que o fragmentam e que deslinearizam sua leitura. No plano linguístico, isso quer dizer que o hipertexto é constituído por elementos languageiros não autônomos em seu ambiente enunciativo, mas religados a elementos languageiros exteriores à linearidade do enunciado e ao contexto frástico (ver o verbete *Hipertexto*). Para Pierre Lévy, “[o hipertexto é] uma estrutura indefinidamente recursiva do sentido. Uma conexão de palavras e de frases cujas significações se respondem e se fazem eco para além da linearidade do discurso” (Lévy 1990: 80). Esses elementos constituem uma memória discursiva elaborada em um ecossistema técnico: uma memória tecnodiscursiva.

A hipertextualidade supõe um traço fundamental do texto: sua fragmentação, que ocorre tanto no plano semântico quanto no da forma textual e material. Se a primeira não é própria dos universos digitais (a significação de um texto sempre foi tributária dos seus exteriores e, em particular, de seus anteriores, que constitui sua memória), a segunda lhes é específica. Roger Chartier vê aí uma das grandes evoluções (ele diz *revoluções*) dos mundos digitais em relação ao universo do códex: “Em certo sentido, pode-se dizer que no mundo digital todas as entidades textuais são como bancos de dados que oferecem unidades cuja leitura não supõe de modo algum a percepção global da obra ou do corpus de onde eles provêm” (Chartier 2005: on-line).

2. O rastro ou impressão digital

Nos universos discursivos digitais, as produções verbais se inscrevem literalmente nos ecossistemas de escrita que as registram: como explica Louise Merzeau, o digital nos faz passar do signo à impressão (Merzeau 2009). “O ambiente digital”, escrevem alhures Oliver Ertzscheid *et al.*, “subvertendo sua temporalidade e sua granularidade, convida a revisitar as abordagens dos processos de informação e de comunicação,

quer sejam analisadas sob o ângulo técnico, semiótico, pragmático ou sociológico, para pensá-los em termos ‘de impressões, de assinaturas e de rastros’ (Merzeau 2009)” (Ertzscheid *et al.*, 2013: 54-55). Há rastros explícitos, “escritos de todos os tipos, de postagens de blogs a tuítes, e até mesmo tagueamento por palavras-chave, que o internauta sabe que serão consultáveis por outros e que correspondem a exteriorizações deliberadas, com uma vontade mais ou menos declarada de serem transmitidas no espaço e no tempo” (2013: 55). Mas o internauta também deixa rastros implícitos, “coletados com frequência sem seu conhecimento durante suas interações on-line” (2013: 55).

A passagem do signo ao rastro implica outra transformação: em contexto digital, a memória não se constrói sobre a seleção, portanto sobre o esquecimento, mas sobre o registro da totalidade. “A proliferação de rastros digitais”, assinala Louise Merzeau, “introduz de fato uma inversão antropológica da relação entre memória e esquecimento, quando não é mais o registro, mas o apagamento de dados, que demanda atenção, investimento, vontade” (Merzeau 2011:1). Esta evolução tem consequências importantes para o aparelho teórico da análise do discurso, em particular para as noções de interdiscurso e de memória discursiva (na tradição marxi-freudiana) ou de dialogismo (na tradição bakhtiniana). Tanto mais porque os rastros-impressões discursivos não estão mais diretamente ligados ao sentido, mas à presença, como explica ainda Louise Merzeau:

Rompendo com a cultura textual, para a qual a inscrição procede de uma intenção conservadora e interpretativa, a rastreabilidade digital decorre mais de uma lógica indicial. Marcas de uma passagem, de um contato ou de uma transação, os rastros são contíguos a um uso: eles não resultam da articulação de um sentido, mas de uma causalidade operatória que remete a uma presença. É por isso que não se limitam a ideias, sistemas ou programas, mas dizem respeito a identidades (Merzeau 2011: 2).

Essa noção de rastro-impressão pode perfeitamente receber conteúdos lingüísticos e ser objeto de um novo trabalho e de uma integração no

dispositivo da análise do discurso, apta a levar em conta essa passagem do signo à impressão, mobilizando os trabalhos sobre a memória discursiva. As noções de implícito e de explícito manejadas pelas ciências da informação e da comunicação merecem, no entanto, ser revistas à luz dos trabalhos linguísticos e pragmáticos realizados por Oswald Ducrot e Catherine Kerbrat-Orecchioni, principalmente. Em todo caso, para a análise do discurso, a oposição binária entre os rastros explícitos ou declarativos deixados pelo internauta e aqueles que ele abandona sem mesmo saber, é considerada simplesmente como heterogeneidade: como a linguagem é uma “ferramenta imperfeita” por natureza (Henry 1977), e como o sujeito se vê envolvido em um tecido complexo e denso de determinações, não controlamos nossos discursos, e nossas intenções têm pouco efeito sobre sua produção-recepção. A noção de rastro explícito torna-se, pois, mais complexa, e com ela a relação entre explícito e implícito.

3. A redocumentarização

Segunda noção elaborada no contexto das ciências da informação e da comunicação e que dá conta do funcionamento da memória digital: a redocumentarização¹. O inacabamento-abertura é um traço dos enunciados produzidos nos universos discursivos digitais, notáveis por sua fragmentação, sua forma sintática, grafia e pontuação não padrão. Esses fragmentos, rastros de presença e de impressões discursivas, compõem o objeto on-line deste processo particularmente interessante tanto no plano textual quanto no discursivo: a redocumentarização. “Para definir a re-documentarização”, declara Jean-Michel Salaün, criador da palavra e da noção, “é preciso começar por entender-se sobre o termo ‘documentarização’. Documentarizar é, nem mais nem menos, tratar um documento como fazem, ou faziam, tradicionalmente, os profissionais da documentação (bibliotecários, arquivistas, documentalistas): catalogá-lo, indexá-lo, resumi-lo e recortá-lo; eventualmente, reforçá-lo, etc.” (Salaün 2007: § 8). Documentarizar os rastros digitais

1 Às vezes, encontramos o equivalente simplificado, *redocumentação*, para designar o mesmo processo de elaboração do documento a partir de rastros disseminados. As duas formas serão utilizadas na presente obra.

significa tratá-los de modo a constituí-los em documentos arquiváveis, logo, passíveis de serem inscritos na memória. “Na Web 2.0”, prossegue Jean-Michel Salaün, “na construção da Web semântica ou simplesmente nos sites dinâmicos, a estabilidade do documento clássico se desvanece e a redocumentarização toma uma dimensão totalmente diferente. Trata-se então de trazer todos os metadados indispensáveis para a reconstrução com presteza dos documentos e de toda a rastreabilidade de seu ciclo” (Salaün 2007: § 9).

Pode-se definir a redocumentarização como “a retomada, dentro de um documento novo, do conteúdo dos rastros gerados de modo automático, depois da interação do usuário com o sistema informático” (Yahiaoui *et al.*, 2007: 198), por meio de ferramentas que permitam reunir os enunciados-fragmentos (status na rede Facebook, tuítes na rede de microblogagem) ou rastros digitais semioticamente mais heterogêneos (fotos, vídeos). Esta redocumentarização é uma forma de rememoração, isto é, de elaboração de uma memória a partir de uma dispersão de rastros digitais.

*

* *

Essas três noções continuam inexploradas em linguística. Esta disciplina ainda não levou totalmente em conta a simetria (no sentido latouriano) entre discurso e técnica, isto é, o fato de que os enunciados produzidos on-line são constituídos por um material compósito, não mais somente linguageiro. A hipertextualidade, muito trabalhada em literatura (Saemmer 2015), somente agora começa a ser explorada em linguística e em análise do discurso (Simon [org.] 2016); a passagem do signo ao rastro ainda não foi percebida pelos linguistas, que continuam tentados a aplicar aos tecnodiscursos teorias e metodologias pré-digitais; a redocumentarização está ausente nos trabalhos sobre os discursos nativos da web e parece desconhecida nas ciências da linguagem.

III – CIÊNCIAS DA LINGUAGEM: MEMÓRIA DIGITAL, MEMÓRIA METÁLICA

As ciências da linguagem abordaram, no entanto, a questão da memória digital e podemos citar, em domínios bem diferentes, os trabalhos de Benoît Habert e de Eni Orlandi.

1. Memória digital

Benoît Habert é um especialista em TAL (Tratamento Automático das Línguas) que publicou dois textos sobre a memória digital (Habert 2012a e b). Seu trabalho não contém elementos que nos ajudariam a pensar as formas languageiras e discursivas da memória digital, mas apontam para certos de seus traços que ajudam a organização de uma reflexão linguística.

Benoît Habert retoma, em primeiro lugar, a oposição ou a tensão entre *repetição* e *rememoração* que serve frequentemente para descrever a memória digital: “O digital expõe a memória a essas duas ‘tentações’ antagonistas, das quais examinaremos dois exemplos. Essas tentações remetem a dois modos de construção da identidade individual ou coletiva, a repetição e a rememoração” (2012a: 2). Os dois exemplos são, primeiro, *Total Recall*, um ensaio de Gordon Bell e Jim Gemmel sobre o projeto de e.memória de Gordon Bell, tentativa de digitalizar sua vida inteira, sob todos seus aspectos (Bell, Gemmel 2011). Para eles, este é o exemplo da memória repetitiva, que ele chama de “mumificação” pelo viés do *life logging*, que ele chama igualmente de “compulsão memorial”, unindo-se aqui ao que diz Régine Robin da “memória saturada” (Robin 2003). O segundo é o filme documentário *Un spécialiste*, realizado a partir dos registros do processo Eichmann: “Em 1999, Rony Brauman e o diretor israelense Eyal Sivan produzem um filme chamado *Un spécialiste*, retrato de um criminoso moderno que se inscreve explicitamente na linhagem das teses de H. Arendt. O filme retrabalha, pelo meio digital, os arquivos audiovisuais analógicos do processo” (2012a: 6). Benoît Habert explica que “das 500 horas de filmagem durante o processo, restaram apenas 350

que são, muitas vezes, de má qualidade. As 70 horas de melhor qualidade foram separadas por Brauman e Sivan. Dentre elas, 10 foram conservadas e digitalizadas. Foi com essas que foi finalmente realizado um filme de 123 minutos” (2012a: 6). Sabe-se que esse filme, que desencadeou alguns debates quando foi lançado, é reivindicado pelos seus autores como uma reconstrução do processo mais do que uma descrição realista (Brauman, Sivan 2006): restauração das fitas, estetização das imagens, montagem por vezes infiel ao desenrolar cronológico, efeitos sonoros (música).

É, sobretudo, essa noção de rememoração a partir do retrabalho digital das imagens do processo que interessa à questão da memória tecnodiscursiva. A rememoração, que é recriação de memória, implica, segundo Benoît Habert, um traço específico da memória digital que ele descreve nestes termos: “Insistir sobre o potencial de remanejamento do digital não significa, no entanto, colocar todas as (re)composições em um mesmo plano. O que o digital faz não é apenas acumular rastros ou mesmo remanejá-los; é sobretudo guardar o rastro do que fazemos com esses rastros, individuais ou coletivos, como em *Un spécialiste*” (2012a: 17). Essa propriedade, guardar o rastro do que fazemos com nossos rastros, é uma forma de reflexividade que atravessa a noção de redocumentarização descrita acima. Essas duas noções enfatizam a co-integração das dimensões humana e tecnológica na produção de conteúdos digitais, sejam eles filmicos ou discursivos: o homem e a técnica agem em conjunto em um ambiente como prolongamentos um do outro, o artefato prolonga as propriedades humanas e, reciprocamente, o humano é ampliado pela técnica. Deve-se então reter do trabalho de Benoît Habert essa reflexividade da memória digital, e articulá-la ao procedimento de redocumentarização.

2. Memória metálica

No Brasil, Eni Orlandi propôs há cerca de vinte anos a noção de “memória metálica”, forjada em um texto de 1996, *Interpretação* (Orlandi 1996)². Em um artigo intitulado “L’écriture du fragmentaire quotidien

2 Como os textos de Eni Orlandi sobre a memória metálica não foram traduzidos para o francês, seu conteúdo será citado por meio dos trabalhos de Cristiane Dias.

entre *mémoire discursive* et *mémoire métallique*”, Cristiane Dias explica que a noção foi proposta “a fim de apreender teoricamente o funcionamento das tecnologias da linguagem baseadas no uso do computador e da Internet” (2015: § 9). Ela acrescenta mais adiante: “Compreender a memória metálica e suas expectativas é, pois, fundamental para apreender a narratividade própria do digital, a partir da constituição do que chamamos o fragmentário de uma vida” (2015: § 12). A memória metálica é descrita como horizontal em relação à memória discursiva, que se inscreveria na verticalidade de uma filiação do sujeito:

Em entrevista concedida em 2004 (2004b), Orlandi afirma que a memória metálica é aquela que é produzida pelos autômatos, pelas máquinas, enfim, ela é um simulacro da memória. Ao contrário do funcionamento vertical da memória discursiva, onde existe uma filiação do sujeito com uma rede de memória, por ele atualizada com o objetivo de significar, o funcionamento horizontal da memória metálica produz apenas a soma de seus enunciados, sem filiação, em uma atualização automática (Dias 2015, § 10)

De fato, a memória metálica é uma pseudo-memória, pois sua existência é definida de maneira tautológica pela sua circulação, e não pela historicização de uma experiência:

A memória metálica funciona “como se ela fosse memória” (Orlandi 2004: 26-27). É uma ilusão de memória, que só acumula o sentido sem historicizá-lo. O aspecto mais corrente da viralidade é a circulação. Ora, quando um dizer circula na materialidade digital, ele significa pelo simples fato de que circula. Eis porque a memória metálica implica uma evidência do sentido e uma transparência do sujeito, pois o processo de significação é controlado pela existência técnica do enunciado e de todas as possibilidades de links que esta última pode engendrar, como os *posts* mais compartilhados ou os *trending topics*, por exemplo (Dias 2015: 11).

Esta característica é próxima, veremos, da capacidade autorreflexiva do ecossistema digital, que, por meio de algoritmos, redocumentariza automaticamente os rastros deixados pelos internautas.

No entanto, Eni Orlandi situa também a memória metálica em relação a um terceiro termo, a memória do arquivo. A memória metálica é, efetivamente, ao mesmo tempo, distinta da memória humana, que supõe o esquecimento (a memória discursiva), e da memória arquivística, que constitui um registro institucionalizado e normalizado que evita o esquecimento. Cristiane Dias descreve estas três instâncias:

Se a memória discursiva se constitui pelo esquecimento e a memória arquivística pelo não-esquecimento, sendo ambas controladas por uma normalização do processo de significação, como ensina Orlandi (2006), a memória metálica se constitui pelo excesso, pela quantidade. Ela não é uma memória que esquece, nem mesmo uma memória que institucionaliza e normaliza para não esquecer, mas uma memória que soma, acumula, e é por esta razão que a compreendemos como uma memória digital (Dias 2015, § 16).

A memória metálica baseia-se, pois, no princípio de quantidade e expulsa a historicidade, segundo Eni Orlandi. É preciso lembrar que esta noção foi pensada em meados dos anos 1990 pela linguista brasileira, a partir do computador, e não da Internet; a partir do aparelho, e não da conectividade. Entretanto sua abordagem é fecunda para pensar a memória tecnodiscursiva nos ambientes conectados. Pode-se pensar que, on-line, a memória metálica seria re-subjetivada pelos procedimentos de redocumentarização que introduzem, ao mesmo tempo, a reflexividade e a historicidade.

IV. UMA MEMÓRIA TECNODISCURSIVA

Nos universos discursivos digitais, a memória discursiva é reconfigurada essencialmente para que a circulação dos discursos tome formas particulares implicadas pela dimensão técnica. É preciso, então, fazer

evoluir a noção e, depois da memória discursiva, da memória interdiscursiva e da memória cognitivo-discursiva, falar da noção da memória tecnodiscursiva. Ela ativa três grandes processos: a deslinearização, a memorialização e a contextualização reflexiva. Ela se encarna em certo número de formas linguageiras privilegiadas.

1. Deslinearização: hipertextualidade e disseminação

Os universos discursivos digitais questionam a verticalidade da construção do sentido e da validação dos discursos que Alain Lecomte apresentava em seu artigo pioneiro de 1981. O pesquisador sublinhava a existência de “morfismos do tipo vertical, pelos quais uma sequência é posta em relação com outra (efeito de desnivelamento, pelo qual se introduz o saber: ambiente desses “golpes de força”, no qual a “autoridade” – isto é, a memória – é convocada para garantir o caráter válido da argumentação ou o caráter do discurso assumido)” (Lecomte 1981: 72).

Em contexto não digital, a relação de duas sequências por meio da autoridade da memória é realizada por um gesto de interpretação: efetivamente, se marcadores no fio do discurso podem indicar um apelo à memória (Paveau 2006), a decodificação do apelo memorial é feita na cultura do receptor. O exemplo do topônimo, frequentemente abordado, é emblemático nessa visão: a gama de sentido presente, por exemplo, em termos como Auschwitz ou Chernobil não é evidentemente a mesma para todos os receptores, porque ele está profundamente situado no tempo e no espaço da cultura e da memória de cada um (Lecolle *et al.*, [org.] 2009). Em contexto digital, ao contrário, essa camada de sentido pode receber uma explicação por meio de um gesto tecnodiscursivo: um clique sobre um link hipertextual ou uma pesquisa a partir da palavra. A memória tecnodiscursiva é, assim, realmente ampliada: ao gesto interpretativo do receptor que mobiliza sua cultura e sua memória em contexto pré-digital, se acrescentam os “enunciados de gesto” (Bouchardon 2011) dos universos discursivos digitais.

Alain Lecomte tratou igualmente da questão da homogeneização da superfície discursiva:

A questão que se põe é a seguinte: como a heterogeneidade de níveis que existe entre os morfismos verticais pode ser abolida e dar lugar à homogeneização de uma superfície discursiva? Trataremos da ação de tais operações – que se efetuam tão somente pelos meios da língua – sobre os objetos do discurso, sobre seu espaço, como intervenção de fatores de homogeneização. Eles têm por função delimitar os contornos das classes discursivamente estáveis. Tal afirmação é admissível se o problema for considerado sob o ângulo do reconhecimento (da leitura), mas se for examinado de outro ângulo, o da realização do discurso, nesse caso tal afirmação se transforma na seguinte: é a existência de classes discursivamente estáveis (objetos, temas, paráfrases, séries de formulações) que obriga o discurso a usar fatores de homogeneização (Lecomte 1981: 80).

Essa questão da homogeneidade da superfície discursiva é, sem dúvida, crucial nos universos discursivos digitais, que se definem pelo contrário: a superfície discursiva, isto é, o fio do discurso proposto para a recepção-leitura é deslinearizado pelas possibilidades hipertextuais da escrita digital e pela estrutura reticular dos discursos on-line.

Hipertextualidade

A deslinearização do fio do discurso se efetua por meio de um certo número de formas languageiras on-line, começando pelos links hipertextuais: a profundidade trazida pelo link como forma clicável, que abre outro texto, deslineariza o enunciado. O fio do discurso apresenta duas formas de deslinearização, na escrita e na leitura, sendo as duas intrinsecamente ligadas em contexto digital (a escrita). No momento da escrita, o escritor realiza uma operação de inserção de link; essa possibilidade não existe em contexto não digital: se na escrita off-line, o escritor pode rasurar, voltar para trás, mudar os segmentos de lugar, etc., em compensação, ele não tem acesso à profundidade memorial material de seu texto e não pode integrar a ele outros textos, acessíveis por todos os leitores.

No que diz respeito ao leitor, a operação simétrica, a da navegação por clique, pode ser realizada, e é por isso que o leitor é também escritor: o texto é o que o escreitor faz dele no plano, ao mesmo tempo, semântico e técnico. Ele o lê-escreve; é o ecossistema do *ReadWriteWeb* (chamado de escreitura no contexto europeu)³. Roger Chartier materializa esse *read-write*, esse ler-escrever, pela metáfora da dobra:

Não se deve considerar a tela como uma página, mas como um espaço tridimensional, dotado de largura, altura e profundidade, como se os textos atingissem a superfície da tela vindo do fundo do aparelho. Por consequência, no espaço digital, não é o objeto que é dobrado, como no caso da folha de papel, mas o próprio texto. A leitura consiste então em “desdobrar” essa textualidade móvel e infinita. Tal leitura constitui, na tela, unidades textuais efêmeras, múltiplas e singulares, compostas à vontade do leitor, que não são absolutamente páginas definidas de uma vez por todas (Chartier 2005: on-line).

A metáfora da dobra, habitual para designar a memória (Paveau 2006), permite designar verbalmente o funcionamento da memória tecnodiscursiva: o gesto tecnodiscursivo do clique explicita, no sentido etimológico, a superfície discursiva, que, perdendo sua homogeneidade, ganha uma materialidade interpretativa disponível, que se acrescenta à interpretação cultural do sujeito escritor-leitor.

Disseminação

A estrutura reticular dos discursos on-line implica outro tipo de deslinearização que forja uma versão tecnodiscursiva da memória. As possibilidades importantes de difusão dos discursos, que são oferecidas pelos numerosos instrumentos disponíveis (publicação, compartilhamento, transferência, reblogagem, etc.), estão na origem de uma

³ *ReadWriteWeb* é um blog aberto por Richard MacManus em 2003 e que teve uma repercussão mundial até 2011. O título tornou-se uma expressão corrente em inglês para designar essa propriedade do texto on-line para o qual escrita e leitura constituem um único gesto semiótico, sendo o leitor, graças ao gesto de enunciado, igualmente o escritor do texto que lê. Sobre a escreitura, consultar o verbete *Escrita digital*.

disseminação dos rastros digitais que, de fato, fragmenta a memória discursiva.

“Com as ferramentas que permitem aos internautas se inscreverem numa quantidade de serviços transferindo automaticamente as informações de seu perfil”, explica Louise Merzeau, “os dados pessoais são disseminados e re-injetados em contextos estranhos à sua publicação inicial” (2011: 2). Ela insiste, em seguida, na dimensão comercial dessa disseminação, que implica uma fuga de nossos rastros fora de nossos “círculos de visibilidade controlada”: “Comentários, fotos, opiniões, amizades, consumos saem assim dos círculos controlados de visibilidade, para serem disseminados em redes tecidas pelos acordos comerciais entre os sites parceiros” (2011: 2). Para Merzeau, a memória está em vias de passar do modelo da árvore (outra metáfora antiga e corrente, tal como a dobra) para o do nenúfar: “Recortada, disseminada, paratática, a memória digital se afasta do modelo da árvore para tornar-se uma teia ou um ‘nenúfar’⁴. Fundindo os diferentes estágios do arquivo (corrente, intermediário, definitivo) em um mesmo movimento de antecipação de suas reciclagens, o fluxo gera cada vez mais estoques, mas em escalas de tempo cada vez mais curtas” (Merzeau 2012: on-line). Ela destaca então uma perda de consistência memorial: “Basta ler um feed de notícias atrasado para medir o quanto a memória que aí se inscreve é parcelar, descontínua e desindividualizada. Saído do tempo real, o único que lhe confere homogeneidade, o depósito dos rastros proveniente de um conjunto disparatado de sociabilidades não tem consistência memorial” (Merzeau 2011: 2-3). Ela chega mesmo a falar de uma anti-memória para qualificar a memória tecnodiscursiva, que é responsável, segundo ela, por uma forma de alienação: “Mais que os procedimentos de identificação, é essa desvinculação que é alienante para o indivíduo. Gramatizados, seus dados são entregues à mineração de dados e às captações de uma retenção cega, descontextualizada e não negociada. O Facebook é sintomático do funcionamento desta anti-memória.” (2011: 2).

Essa deslimerização da memória discursiva on-line não é assim tão nova: quando os trabalhos pré-digitais, vindos da análise do discurso fran-

4 Imagem retomada de Marie-Anne Chabin, <<http://mariannechabin.fr/tag/nenuphar/>>.

cesa (Michel Pêcheux, Jean-Jacques Courtine, Alain Lecomte, Jacqueline Authier), insistiam na heterogeneidade, nas rupturas e no não-um dessa ferramenta imperfeita que é o discurso, tanto quanto a língua, os que se desenvolviam vindos da teoria bakhtiniana e da noção de dialogismo sublinhavam também que todo discurso é atravessado pela memória de outros discursos com os quais ele entretém uma conversação sem fim. A lamentação da perda da “consistência memorial” não parece totalmente pertinente a não ser para apoiar o mito de uma memória unificada e ideal. Mas o que é novo com o digital é a materialização da disseminação, que se junta à disseminação cultural e cognitiva em contexto não digital, e a possível captação automática dos rastros por algoritmos. Finalmente, como o destaca André Gunthert em um artigo sobre os dados efêmeros, a memória tecnodiscursiva se inscreve mais em uma geografia do que em uma temporalidade: “A fábula da descoberta por um colecionador de rastros de um passado pouco brilhante, sobre a qual se elaborou a reivindicação de um direito ao esquecimento, padece singularmente de realismo face à atração do presente que governa os algoritmos de busca. A web perde muito rapidamente a memória, e seu arquivo tem uma forma de uma geografia, mais que de uma história” (2014b: on-line).

2. Memorialização: investigabilidade e redocumentarização

A essa disseminação da memória correspondem ferramentas e procedimentos de memorialização. A web forjou uma forma tecnológica de memória discursiva propondo ferramentas de coleta e de redocumentarização como as tecnopalavras (tags, hashatgs, pseudônimos e todo elemento clicável que permite reunir enunciados). Esta *searchability* da web, que se pode traduzir por *investigabilidade* (Paveau 2013a) ou rastreabilidade (Merzeau 2012), implica pensar a memória de maneira dinâmica e falar, sobretudo, em memorialização: a memória discursiva torna-se, de fato, construível on-line e não é mais depositada previamente nos discursos, detectável pelas competências culturais dos receptores e pela competência interpretativa do pesquisador. Para Milad Doueïhi, a memória, como o social, torna-se “calculável” sob o efeito da conversão

digital (Doueiri 2015). Louise Merzeau vê nisso uma importante transformação da comunicação:

Inteiramente automatizada, esta rastreabilidade não é uma camada documental que viria a se enxertar posteriormente em uma prática. Ela é a própria condição da performatividade digital. Só se pode navegar, buscar, acessar, trocar registrando certa quantidade de dados nos terminais, nos computadores ou nos servidores que realizam essas operações. Do mesmo modo que não é possível não comunicar - já que não existe não-comportamento -, doravante não é possível não deixar rastros. Este arquivamento automático, que dissocia a memória e a intenção, constitui um grande salto qualitativo, cujo alcance ainda não se pode medir (Merzeau 2012: on-line).

A análise do discurso tem todo o interesse em integrar a noção de investigabilidade e dela fazer um conceito linguístico. Pode-se definir a investigabilidade discursiva como um conjunto de discursos procedurais sustentados por programas informáticos que visam a recolher dados discursivos e organizar sua coerência. Esses discursos procedurais são da ordem da extração, da anotação e do rearranjo (Merzeau 2009: 25). Os discursos de investigabilidade produzem assim outros discursos a partir de uma coleta de dados. Uma questão importante é a natureza desses dados coletados: trata-se de discurso? Se considerarmos que o discurso não existe em si, mas que ele é co-elaborado por seu leitor-receptor, e que sua apreensão é da ordem de um “fazer-discurso”, então os dados investigados e redocumentarizados constituem certamente discursos de uma natureza totalmente endógena aos ecossistemas digitais. Acrescenta-se a isso outra dimensão nativa da internet e ausente nos discursos off-line: a investigabilidade “só se auto (re)produz pelas propriedades das redes” (Merzeau 2009: 27), que efetua, algoritmicamente, uma memorialização dos rastros. A lista de amigos ou de seguidores, por exemplo, que existe no Facebook e no Twitter, é um exemplo dessa auto (re)produção: trata-se de um pacote de dados gerado automaticamente pelo sistema, que pode tornar-se um documento por simples consulta.

Para além da memorialização por redocumentarização simples, é possível falar, com Louise Merzeau, de “patrimonialização dos rastros” quando os internautas elaboram arquivos postos à disposição do coletivo: “Nessas formas mais ou menos elaboradas de redocumentarização, a memória não procede por meio de um empilhamento de rastros individuais, mas sim por meio de uma visada memorial que os reinjeta nos circuitos informacionais dirigidos à coletividade. A presença digital pode desde então se desdobrar, não como produto de um algoritmo, mas como *saber incorporado*” (Merzeau 2011: 5).

Esses discursos de investigabilidade constituem objetos de análise necessária para a análise do discurso digital: os rastros redocumentarizados, constituídos como discurso-documento, não podem ser analisados como simples discurso no seio do esquema enunciativo habitual, mas devem ser o objeto de uma reflexão que integra uma dimensão tecno-memorial particular.

3. Contextualização reflexiva: memória embutida e individualizada

A redocumentarização dos discursos só pode ser feita porque os discursos nativos da web contêm seus próprios metadados. Essa dimensão tecnológica do discurso é parte integrante do compósito que é o tecnodiscurso e constitui uma razão suplementar para evitar que se apliquem aos discursos digitais os tratamentos teóricos e metodológicos elaborados a partir dos discursos off-line. Ainda que os metadados não sejam aparentes na superfície tecnodiscursiva, mas residam na camada algorítmica do código, eles não deixam de ter impacto sobre o funcionamento dos tecnodiscursos, que é principalmente sua investigabilidade.

Louise Merzeau fala de metadados embutidos para designar o fenômeno dos “metadados comuns” que documentam os tecnodiscursos:

Os metadados doravante associados a qualquer mensagem não somente descrevem os enunciados: permitem sua segmentação, sua distribuição e sua recomposição, cada fragmento do fluxo tornando-se assim uma memória ativável livremente,

apontando para outros fragmentos. Assim, a publicação de um tuíte ou de uma foto não libera apenas um enunciado: ela embarca em seus metadados toda uma legibilidade genética, que permite reconstituir o histórico de seu percurso ou de sua fabricação (2012: on-line).

Os tecnodiscursos são mais que eles mesmos, poderíamos dizer, o que é uma indicação a mais contra sua análise por extração e de que devem ser considerados em um conjunto tecnodiscursivo reflexivo: eles próprios se documentam e essa documentação é uma espécie de auto-contextualização. Dominique Cotte fala de envelope e até de “chakra” para designar este fenômeno:

Ele constrói desse modo um ambiente que é ao mesmo tempo, técnico e lógico, que constitui uma espécie de envelope, uma espécie de *chakra* dos objetos da cultura digital; feitos de descrições, de modelos, de instruções, tais envelopes adquirem uma existência própria, ao mesmo tempo distinta e inserida por programa nos próprios objetos. Isso poder levar a um temível problema de regressão sem fim, pois este próprio “envelope” deve ser conservado, e ter sua própria vida rastreada. (Cotte 2016: 4).

O tecnodiscurso comporta, pois, em si, os dados de sua contextualização, o que é um traço original comparado ao dos discursos pré-digitais. A contextualização dos discursos é uma das tarefas da análise do discurso, justamente porque as próprias formas languageiras geralmente não os marcam. Eis a razão pela qual as abordagens ambientais (pela sociologia, pela antropologia, pela ciência política ou pela história) têm, desde seus inícios, acompanhado a análise do discurso numa perspectiva interdisciplinar. Os discursos digitais são também objeto de uma investigação desse tipo, mas apresentam uma contextualização interna, inscrita no código: eles contêm, pois, os metadados de seu contexto que constituem a condição de sua redocumentarização e, portanto, de sua memorialização. Dito de outro modo, uma parte dos “exteriores do discurso”, noção cara à análise do discurso, está inscrita nos próprios discursos, no próprio

interior de sua forma morfo- e grafotecnológica. É por isso que se pode falar de contextualização reflexiva, que é uma propriedade específica dos ecossistemas digitais.

Eis a razão pela qual a memória tecnodiscursiva é eminentemente individual, como o conjunto dos discursos da web 2.0: como os metadados são específicos para cada enunciado, toda redocumentarização “embute” elementos especificamente ligados a um internauta, uma data e um lugar de produção, um endereço IP, enfim, o conjunto de elementos que fazem uma identidade digital.

4. Formas e gêneros da memória tecnodiscursiva

Os traços linguageiros e discursivos da memória discursiva, tais como são pensados atualmente a partir dos enunciados não digitais nativos, devem ser repensados no quadro da tecnodiscursividade. Até agora, a teoria do discurso isolou formas de manifestação da memória em discurso, que derivam da repetição (com todas suas variantes, como a reformulação ou a paráfrase, por exemplo), da lembrança (interdiscursividade, dialogismo) ou da sedimentação semântica (significância dos nomes próprios, memória das palavras). Estes traços discursivos permanecem, evidentemente, nos enunciados digitais nativos e continuam a ser objeto de investigação dos analistas do discurso, mas são ampliados pelas formas nativas.

As listas

Entre elas estão tipos e listas nativas da web, vindas do discurso de redocumentarização: listas de tuítes na ferramenta *Storify*, por exemplo, listas de hiperlinks tematizados em dossiês e enriquecidos pelos metadados (nos agregadores de links *Diigo* ou *Delicious*, por exemplo), listas de enunciados obtidos a partir dos buscadores, lista de amigos, listas de seguidores, listas de links, quadros plurissemióticos em plataformas como *Pinterest*. Estas listas podem assumir formas genéricas como os top (top 5, top 10, top 20), que constituem o conteúdo principal de sites

como *Topito* (<<http://topito.com/>>), que contava com 16 760 listas em 16 de julho de 2017, ou *Topibuzz* (<<http://topibuzz.com/>>), ou numerosos outros sites deste tipo, que propõem artigos com títulos atrativos e mesmo sensacionalistas:

- Top 10 das coisas mais estranhas e espantosas encontradas sob uma cama!
- 30 imagens que provam que vivemos em um mundo cheio de surpresas! O 13 é muito f*da!
- Top 10 dos hotéis flutuantes mais belos do mundo, para se deixar embalar pela água.
- Top 12 dos tuítes mais engraçados sobre o kebab, o aliado número 1 das ressacas.

As coletâneas de testemunhos

Em 2010, a associação *Osez le féminisme* (Ousar o feminismo) abre a primeira plataforma de testemunhos sobre o sexismo no trabalho, *Vie de meuf*⁵ (Vida de mulher), calcado no modelo *Vie de merde* (Vida de merda), site aberto em 2008. Os internautas são convidados a nele deixar testemunhos escritos que aparecem em um fio antecronológico, sob a forma de uma coleção de pequenas narrativas. Esta iniciativa foi seguida por muitas outras nos meios feministas, como *Paye ta shnek* (Pague sua buceta), aberto em 2012 no *Tumblr* para recolher testemunhos de assédio de rua. O modelo foi muito usado, quase sempre acompanhado da hashtag correspondente: *Paye ton utérus* (Pague seu útero / testemunhos de maus tratos ginecológicos), *Paye ta robe* (Pague seu vestido / testemunhos sobre o sexismo no meio jurídico), *Paye ta fac* (Pague sua faculdade), *Paye ta blouse* (Pague sua blusa), etc.

5 N.T. *Meuf* é uma gíria francesa que se refere à *mulher*, em português (*femme*).

Os projetos originais

A Internet permite um tipo de memorialização nativa e específica da web, como o mostra o *Madeleine Project*: em 2013, Clara Beaudoux, jornalista digital da *France-Info*, se instala em um apartamento cujo porão não podia ser aberto sem a chave. O porão continha ainda todos os objetos da antiga locatária do apartamento, chamada Madeleine, que a jornalista se põe a explorar. Tira disso quatro “temporadas” de um web-documentário original, publicado no Twitter e redocumentarizado graças à ferramenta *Storify*. Em seguida, o projeto encontra seu lugar em outras plataformas como Facebook, Tumblr e Wordpress. As duas primeiras temporadas aparecem em livro pelas *Éditions de sous-sol* em 2016 (Beaudoux 2016). Este tipo de memorialização constitui um discurso situado fora dos caminhos habituais do trabalho profissional sobre os arquivos, com a ajuda de ferramentas disponíveis por acesso direto na web. Os conjuntos discursivos produzidos não derivam de gêneros canônicos de discurso, mas, ao contrário, constituem propostas de gêneros novos, que podemos qualificar como tecnogêneros do discurso.

Tradução:
Ida Lucia Machado
Letícia Santana Gomes

PRODUSO

PRODUSO

I. DESCRIÇÃO E DEFINIÇÃO

Produso é uma palavra-valise que traduz *podusage*, um neologismo inglês proposto pelo pesquisador australiano Axel Bruns, que reúne em uma só palavra *produção/production* e *uso/usage* (Bruns 2008). O *produso* descreve o fato de que, em uma comunidade colaborativa on-line, a fronteira entre o produtor e o usuário de conteúdos se apaga: o internauta acumula as duas funções e se torna um agente híbrido, um “*produsuário*”. O *produso* permite a invenção de novos usos, e, ao mesmo tempo, uma melhora contínua dos conteúdos existentes, a partir das afordâncias técnicas da web:

Em comunidades colaborativas, a criação de conteúdo compartilhado ocorre em uma rede, ambiente participativo que rompe as fronteiras entre produtores e consumidores e ainda habilita todos os participantes a serem tanto usuários quanto produtores de informação e conhecimento – frequentemente em um papel híbrido de *produsuário*, onde o uso é necessariamente também produtivo. Os *produsuários* não se envolvem em uma forma tradicional de produção de conteúdo, mas, em vez disso, são envolvidos em *produso* – a construção colaborativa e contínua de extensão do conteúdo existente, em busca de melhoria adicional [...]. O próprio processo de *produso* é fundamentalmente construído sobre as afordâncias da estrutura tecnossocial do ambiente de rede, portanto, e aqui especialmente, sobre o aproveitamento das comunidades de usuário, que se tornou possível por sua rede através dos meios da comunicação muitos-para-muitos (Bruns 2007: on-line).

PRODUSO

Nos universos discursivos digitais, os locutores elaboram formas discursivas e prolongam outras a partir das possibilidades técnicas dos espaços de escrita on-line (sites, blogs, plataformas de redes sociais). São, pois, ao mesmo tempo, *utilizadores* de formatos técnicos prescritos pelos programas informáticos e *criadores* de formas discursivas a partir desses mesmos formatos, integrados a seus gestos de escrita on-line.

II. CONTEXTO EPISTEMOLÓGICO

A noção de *produto* implica pensar a relação entre discurso e ambiente de maneira não-dualista. Efetivamente, no *produto*, a distinção entre locutor e lugar de escrita e locutor e ferramenta de escrita desaparecem, para dar lugar a um *continuum*: as afordâncias técnicas (Paveau 2012a) dos universos discursivos digitais constituem prolongamentos das competências linguageiras e escriturais dos locutores, e não lhes são exteriores. Há realmente acoplamento, um acoplamento (no sentido de Simondon 1989) entre a linguagem e a técnica, entre o locutor e seu ambiente, o que significa que a distinção binária linguístico *versus* extralinguístico não é mais funcional e que os escritos nativos da internet devem ser pensados no seio de uma linguística simétrica (Paveau 2009).

A noção de *produto* tem pontos de convergência com a corrente da configuração social da tecnologia (*social shaping of technology*, ver Williams, Edge 1996) e com a teoria do ator-rede (Latour 2006). A tecnologia não é pensada como um suporte, mas como um dado negociável e flexível de que os usuários podem se apropriar, investido de um sentido social. Há uma relação mútua entre a tecnologia e seus usuários, o que torna as evoluções da tecnologia codependentes e até constitutivas da vida social, ao contrário de uma concepção que veria a evolução tecnológica de modo linear e, sobretudo, autônomo.

III. TECNODISCURSOS DERIVADOS DO PRODUSO

A noção de *produto* é particularmente fecunda para analisar discursos nativos da internet, em particular os discursos produzidos nas redes

sociodigitais. Apresentamos uma amostra não exaustiva, lista aberta no tempo e no espaço digital.

1. A hashtag: uma tecnopalavra

O exemplo mais representativo do produto é a hashtag, proposta por um usuário da plataforma de microblogagem Twitter, Chris Messina, em 2007, acolhida pelos outros usuários e, finalmente, integrada às possibilidades tecnodiscursivas da rede por seus desenvolvedores (para detalhes, ver o verbete *Hashtag*).

2. O ponto inicial do tuíte: uma marca pessoal?

Outro exemplo interessante no Twitter é o ponto inicial de cada tuíte: até março de 2017 (data da última modificação da função “responder” no Twitter, que joga os destinatários da janela do texto para fazê-los passar ao estado de metadados), dado que um tuíte de uma conta A respondendo a uma conta B só pode ser lido pelo seguidor B e pelos seguidores comuns de A e B (começa pelo pseudônimo do destinatário B), certos usuários adquiriram o hábito de começar seu tuíte de resposta por um ponto, signo não clicável. Essa prática, tornada habitual, anula a seleção dos destinatários, e torna o tuíte tão público quanto um tuíte comum: o ponto anula a modalidade de endereçamento em segunda pessoa, e torna o nome do utilizador uma terceira pessoa. Ele conserva essa função quando o tuíte começa pela menção de um tuiteiro e não por um endereçamento a esse usuário.

3. A thread: uma ferramenta de relinearização

Os tuiteiros há muito tempo já hackearam os limites dos 140 caracteres, compondo longos enunciados que ultrapassam os limites da janela com a ajuda de diversos meios: numeração dos tuítes, uso dos pontos de suspensão ou escrita linear sobre várias janelas sem marca particular, tudo em uma ordem antecronológica. Em 2014, o Twitter propôs uma nova

funcionalidade, a *thread* (o fio), que consiste em escrever um enunciado longo em vários tuítes, ligando-os pela função de resposta a si mesmo, link que aparece materialmente por um traço vertical de tuíte a tuíte. A leitura da *thread*, iniciada por uma consigna do tipo “segue o fio” ou por uma seta, torna-se então cronológica. É possível ver aí uma forma de relinearização do discurso na plataforma do Twitter.

4. O memorial digital, modalidade de presença digital

As contas do Facebook podem ser transformadas em “páginas memoriais” (Pène 2011) mediante um certo número de arranjos com os dispositivos propostos pela plataforma. Oficialmente, o Facebook propõe, desde 2015, aos seus usuários que, quando morrerem, sua conta seja desativada ou transformada em “contas memoriais” com a designação do contato de um herdeiro. Realmente, as pessoas próximas dos usuários mortos escolhem frequentemente reavivar suas contas, como o mostram Fanny Georges e Virginie Juillard, que falam a esse respeito de “profilopraxia” (Georges, Juillard 2016).

Desse modo, ainda que em teoria tal utilização não seja autorizada pelo *Facebook*, os usuários preferem, às vezes, reavivar a página de um morto da qual têm login e senha, ou escolhem criar uma página/grupo para fins memoriais, não sendo os dois procedimentos excludentes (Georges e Juillard 2014; Georges, 2013b) - (Georges, Juillard 2016: 235).

Os vivos aplicam então à conta o que as autoras chamam “os estigmas da morte”, que consistem essencialmente em “práticas de escrita” (anúncio da morte sob diferentes formas), mas igualmente práticas tecnográficas (modificação da foto do perfil). A profilopraxia é uma manifestação de identidade ou de presença digital.

5. O jogo participativo ou a relacionalidade duplicada

Regularmente, aparece no Facebook o que se pode chamar de jogos participativos, que se baseiam em um encadeamento das contas e dos discursos. Um assinante publica um jogo na conta de um seguidor, que deve, por sua vez, propor o jogo a outra conta, etc. A afordância explorada aqui concerne à possibilidade de publicação nas contas amigas, bem como às possibilidades plurissemióticas das publicações (imagem fixa ou animada, som) baseando-se os jogos frequentemente na partilha de conteúdos gráficos, pictóricos, musicais, etc. O jogo participativo duplica a injunção à troca estrutural da rede, intensificando sua conversacionalidade e relacionalidade.

*

* *

Outras realizações que decorrem do produto poderiam ser assinadas, como o *Madeleine Project*, multisite descrito no verbete *Memória tecnodiscursiva*.

Tradução:
Ida Lucia Machado
Letícia Santana Gomes



PSEUDONIMATO

I. DEFINIÇÃO. UM FUNDAMENTO DA CULTURA DIGITAL

O pseudonimato, prática tão antiga quanto ter um nome, é a escolha, por um indivíduo, de um nome diferente do seu, quase sempre escolhido por razões variadas que têm em comum o desejo de esconder sua identidade oficial. Na internet, a prática do pseudônimo (*pseudo*, no uso comum) é constitutiva de uma cultura do anonimato contemporâneo e da democratização dos usos no início dos anos 1990, como mostra o lendário cartum “On the internet, nobody knows you’re a dog”, publicada em 1993 na revista *The New Yorker*. O anonimato (o fato de não revelar o nome) não existe como tal na internet, já que toda conexão requer uma identificação; o pseudônimo, como o endereço de IP, ou o nome oficial, constitui, conseqüentemente, um identificador possível. É, contudo, possível na dark web, a partir de sistemas de criptografia; mas na web de superfície, onde navega a maioria dos internautas, o anonimato *stricto sensu* não existe. O anonimato na internet é, então, uma noção geral que corresponde à possibilidade de esconder sua identidade oficial, e não de utilizar os serviços sem identificação. O pseudônimo decorre da identidade digital e assegura duas funções importantes da sociabilidade em contexto digital: a identidade e a identificação.

As análises que seguem foram feitas a partir da situação francesa e francófona.

II. DESCRIÇÃO TECNOLINGÜÍSTICA

O pseudônimo on-line é dotado de certo número de traços específicos, que decorrem de vários níveis da análise linguística.

1. Traços gráficos e morfológicos

Restrições técnicas

Desde 2001, Jacques Anis menciona as restrições técnicas que pesam sobre as escolhas gráficas dos pseudônimos, e em primeiro lugar a restrição da homografia em uma mesma plataforma ou um mesmo servidor (adição de underline (_), de números, etc.): tecnicamente, dois pseudônimos não podem ser graficamente idênticos (Anis 2001). Isso quer dizer que um pseudônimo é único, que representa, de fato, bem mais especificamente seu portador do que o seu próprio registro civil, o que reduz paradoxalmente o anonimato: é mais anônimo ter um nome muito comum (*Isabelle Dupont* ou *Pierre Durand*; ou em contexto brasileiro *João Silva* ou *Maria dos Santos*). do que um pseudônimo que identifica exatamente um único detentor.

Descrição morfográfica

O pseudônimo decorre, no plano da categorização linguística, do nome próprio, definido geralmente pela singularidade e pela circularidade de sua referência (um nome próprio designa o indivíduo detentor desse nome). Suas características grafomorfológicas o distanciam, todavia, dos padrões habituais dos nomes próprios, e mesmo dos nomes comuns, e mais ainda das próprias palavras, o que faz dele um lexema inédito, lugar de importantes combinações gráficas, morfológicas e mesmo sintáticas, às vezes interlinguísticas. Os traços grafomorfológicos dos pseudônimos se inscrevem na história da grafia on-line, das primeiras trocas da web 1.0 à web relacional contemporânea, e se devem, por conseguinte, às práticas gráficas e neográficas nas redes IRC (*Internet Relay Chat*), à linguagem e à arte ASCII, à linguagem SMS (Fairon *et al.*, 2006). Pode-se esboçar deles uma tipologia construída a partir dos modos de elaboração linguística. Os exemplos que se seguem foram tirados dos corpus de fóruns de discussão de Cislaru 2009 e Martin 2006 e 2012, do corpus do Facebook, de Bibié-Émerit 2015, de registros nas contas de Twitter

(nomes de conta e de usuário) e Facebook da autora, bem como de *microrcorp*s produzidos pela autora por meio de geradores de pseudônimos. Não se fará distinção entre pseudônimos de fóruns, nomes de usuário e nomes de conta nas redes sociais ou em qualquer outro lugar (apesar das diferenças temporais), pois a hipótese é que a prática contemporânea do pseudônimo, seja ela qual for, herda as práticas situadas dos contextos e das épocas anteriores: a memória tecnodiscursiva da criação de pseudônimos na internet sedimenta camadas temporais de práticas, da internet dos fóruns à web das redes.

Tipologia morfográfica dos pseudônimos digitais

- Variantes do modelo do Registro Civil¹

- [nome]: *Raytarra, Gaeeya, Ellar, Glaehild, Tenavia, Maenavia, Laneth, Relen, Gaena, Eninmay* (lista gerada por <<http://www.generateur-pseudo.com>>, no dia 29/07/2015, na categoria “Pseudônimo de mulher”);

- [sobrenome ou apelido célebre, tal qual ou modificado]: *Peau d’âne* (Pele de Asno [como no livro de Charles Perrault]), *evita* (como no filme argentino) *Gavroche* (como o personagem da obra *Os Miseráveis* de Victor Hugo), *Darth Manu* (como o personagem Darth Vader de *Star Wars*);

- [nome + sobrenome] com modificações tipográficas, lúdicas, etc.: *Étienne Platão, Lili Gancho, Guerreiro Aaron, Mariemot Translation, sileno óide, Passarinho Farlouz, Clairon Patada, Alexandre Dasdeusas, @alex__terieur* (nome de usuário do pseudônimo anterior no Twitter), *Falso cético, Ian Nônimo, @mariedarksigny* (para Marie Darsigny);

- [nome + sobrenome + apelido], eventualmente com jogos de palavras: *Frédérique Delaire, New joRk Labeyrie Du Caisson, Fabiana Negrão, Ana-Linguiça Bibie*;

- [nome + sobrenome + forma de tratamento]: *Seu Ge Odison, Senhorita Jeanne, Senhorluta Guillaume, Marion Landais Ladyrosa*;

1 N.T. A lista a seguir sofreu algumas adaptações visando a melhor adequação ao português.

PSEUDONIMATO

- [nome + abreviação do sobrenome], mais raramente [nome abreviado + sobrenome]: *Christophe Mts*, *Emmanuelle Pqp* (puta que pariu), *Guilherme Esq.* (esqueci)., *Zoe Mc Dcr* (doença cardíaca reumática), *Eva Cla*, *Roxana V*, *Reda Bnd* (*Buy nothing day*²), *Arnaud LM*, *@romain_thmz* (*thirty-mile zone*³), *Claudia M. W.*, *Érica Vag.* (“vagabunda”), *@GbrlGirard*.

• Nomes comuns com sentido lexical (essencialmente substantivos e adjetivos)

- palavras existentes: *CaféMoka*, *docecharmoso*, *bela flor_sz*, *tigresa*, *AÉ-REANE*;

- neografias (grafias alternativas para palavras existentes): *canharie*, *doce-flor*, *Màryem*, *@modimaginaire*, *Faraaaat*, *um Gritho na noite*, *A fãda das palavras*, *Políptico*, *Filhas Deva*, *apokrif*;

- Palavras construídas sob o princípio da fonetização (silabogramas): *T. Citron*, *alaise cCil*, *K par K*, *@_omr*.

• Pseudopalavras⁴

- geradas automaticamente (desprovidas de sentido lexical registrado): *géovoquette*, *celnaret*, *prétorson*, *nipercou*, *asdin*, *promartier*, *idéobos*, *duofrudelle*, *rongie*, *pibladur* (lista gerada pelo “motbot” de Omer Pesquer, <<http://www.omerpesquer.info/motbot/>>);

- provenientes de construções do tipo palavra-valise: *Oxihra* (que contém *Oxi* de *Oxigênio*, *Hra* de *hora*, *Hora do oxigênio*) (Cislaru 2009: § 31), *@Branc_peru*, *@fabstrakto*, *petroleosa*, *arstúcia*, *VulVcânia*;

- construídos com um sinal semântico: *babarlinux*, *Propagar Firefox 2*, *Cocoubuntu*, *antix*, *Niconix* (pseudônimos de fóruns de informática, que retomam parcialmente o nome de um programa).

2 N.T. Dia de não comprar nada. Nos Estados Unidos é o dia depois do Dia de Ação de Graças.

3 N.T. A zona de estúdio, também conhecida como zona de trinta milhas, é uma área definida por um raio de 30 milhas (48 km) de Hollywood uasa para produzir filmes.

4 Uma pseudopalavra é uma palavra cuja formação morfológica está de acordo com as regras da língua e que, por esta razão, poderia possivelmente existir.

PSEUDONIMATO

- Compósitos de caracteres alfabéticos e não alfabéticos

- caracteres alfabéticos e números: *kooky64, sol94, maba12323, PetiteFleur12, salssa30, lépidoptère666, Hell Mozer11, Anso Strange12;*

- caracteres alfabéticos e sinais tipográficos (em especial *underline* e colchetes): *malmo[FR], [M-W_2], homemgostoso10_sz, tão_livre, m_arbogast;*

- caracteres alfabéticos e caracteres ASCII ou símbolos: *LaéRhatépay _(
ツ)_/ , JEREMIE |-|ΛLΛiS, ★ mc ★;*

- logotipização (Jacques Anis propõe esse termo em 2001 para descrever as utilizações alfabéticas de caracteres não alfabéticos): *p@trik, @mstramgram* (o @ substitui o a), *(A)L3X* (o 3 substitui o E), *x s|s* (a barra vertical substitui o i), *@|3ibi* (barra vertical + 3 = letra B), *Yann Œ_Œ* (*Solo* está escrito em caracteres ASCII);

- iniciais e esqueletos consonânticos: *stfk, MV, ksz, opbls, @fksc_, ntch, FRD;*

- caracteres e símbolos isolados: *#, s, G ★, .., R, ♥.*

- Grupos, frases, segmentos longos

- grupos nominais: *questãodequímica, minha dor de viver* (e em outra forma: *mal 2 viver*), *O-coração-de-uma-garota-quebrado, tomatesdaparreira, a estrela da concessão, Abonirrecida de premeira, Patriota_Da_França, Os Olhos pretos, um grtho na noite;*

- frases: *ajude-me-porfavor99, Hubert investidor..., muffin 2 sait, Aproveite-mos!* (nome da conta) *@eBebemos* (nome de usuário do pseudônimo anterior), *AdoteUmaJornalista, uma criança me disse, Eu Procuo.*

- Compósitos interlinguísticos: *lekingdu16, The_Virtuose, le howaway, ana verissimo, Coyote Fluffiyosa, muffin 2 sait.*

Parece, então, que os locutores internautas dispõem de uma grande liberdade em suas escolhas de autonomação pseudônima, contrariamente

aos sobrenomes oficiais restringidos pela hereditariedade e à escolha dos nomes próprios controlados pelo registro civil. Mas a multiplicidade on-line dos guias para encontrar um bom pseudônimo (observada por Cislaru 2009) e o grande número de geradores automáticos (o do linguista Jean Véronis, por exemplo, baseia-se no método do anagrama^{5a}) mostra também que existem restrições, regras e um *savoir-faire*. A maior parte dos guias ou listas de orientações on-line explica que o pseudônimo deve (os exemplos foram tirados de Admin Smoosee 2015):

- dar informações (*Messi 78* “pode querer dizer que a pessoa é fã de futebol, mora no número 78 e é potencialmente um garoto”) ou, ao contrário, não dá-las, para preservar a “vida privada”, sobretudo nos sites de encontros;
- ser facilmente memorizável (não mais que quatro sílabas, sem acentos, um nome suficientemente conhecido para se falar com todos);
- facilitar o reconhecimento ou o conhecimento. “A importância de um bom pseudônimo é a de ser reconhecido imediatamente por aqueles que nos conhecem ou então queiram nos conhecer”, pode-se ler no site *Smoosee*: compreende-se que, contrariamente a uma imagem corrente, um pseudônimo on-line tem por função mais conhecer do que ocultar, permitir a troca e o encontro do que dissimular a identidade.

Sendo a web um lugar estruturalmente reflexivo, encontramos igualmente numerosos guias paródicos destinados a produzir os piores pseudônimos possíveis: em “Quelques conseils pour se faire un bon pseudonyme bien pourri / Algumas dicas para fazer um pseudônimo bem ruim” no site *Niou Taiknologie*, encontra-se uma lista interessante de antipseudônimos que apresentam o lado negativo dos traços do “bom” pseudônimo, entre os quais certos traços morfográficos mencionados acima: a banalidade (*Naruto*), a autocentralização (*jekifle-curling*), o menor esforço (*escolha seu nome*), a “técnica do medo” (*o_monstro_em-abixo_da_cama*), o “pseudônimo para meninas” (*Meu iogurte 0% de*

5 “Recreação: gerem seus codinomes”, <<http://blog.veronis.fr/2005/08/rcr-gnrez-vos-noms-de-plume.html>>

canela), o l33t (*Bet* - equivalente à logotipização de Anis 2001): “*gr0s-s3c0ch0nn3*” *grosse cochonne* (gíria francesa para “grande puta”), o uso de maiúsculas ou de fontes de caracteres originais, a adição do número do distrito ou outra coisa (“*legolas_do_63*”, “*SatânicoAragoua666*”), o “afresco” ASCII (“*O[pseudo]O°*”), o “sufixo” de jogador profissional de jogos eletrônicos (“*LeetRoxorZX*”).

A elaboração do pseudônimo constitui **uma verdadeira prática tecnolinguageira** que decorre da cultura digital.

2. Traços enunciativos e semânticos

Uma autoneomeação

Todos os trabalhos que abordam o pseudônimo insistem em sua dimensão de autoneomeação: o pseudônimo é um nome escolhido pelo seu detentor, ao contrário dos outros nomes que os indivíduos detêm na existência (sobrenome, nome, apelido ou alcunha, diminutivo), e em particular o nome do registro civil: “É o ‘eu’ quem se nomeia e não o outro quem nomeia o ‘eu’”, assinala Marcienne Martin (2012: 57). No entanto, existem algumas exceções a essa autoneomeação, certos nomes artísticos (atores, cantores), ou certos pseudônimos ligados a serviços de segurança (identidades falsas, nomes de guerra) que são dados ao detentor e não escolhidos por ele. Mas essa característica é pertinente on-line e há aqui um traço semântico-enunciativo forte, pois a designação de si como sujeito social e sujeito falante é crucial na comunicação.

Origens na esfera privada

As conclusões dos trabalhos de Marcienne Martin (2006, 2012) mostram sem ambiguidade que, no plano semântico, a escolha do pseudônimo se faz majoritariamente a partir da experiência privada dos internautas: enquanto esconde uma identidade do registro civil em vigor na vida social off-line, o pseudônimo é o lugar de uma rica elaboração semântica de si on-line. O estudo de seus corpus mostra, de fato, que a proporção de pseudônimos provenientes da esfera privada é sempre superior àquela dos

pseudônimos criptografados (criptônimo), com porcentagens elevadas no corpus relativo à imprensa on-line (bloco de notas do jornal *Le Monde* e comentários da revista *Le Point*).

Foi também a constatação feita por François Perea em seu estudo da representação de si no espaço digital, em que apresenta discussões on-line sobre a elucidação dos pseudônimos, que se revelam quase sempre ligados à vida privada dos internautas: “Se é verdade que eles permitem escamotear a identidade civil na internet”, conclui ele, “eles constituem, no entanto, um lugar de identificação forte” (Perea 2010).

Contrariamente à versão pessimista que insiste nos delitos da clandestinidade, o estudo da semântica dos pseudônimos mostra antes sua função comunicacional e até mesmo socializante, pois os sujeitos desvelam suas identidades mais do que as dissimulam. O aspecto “falso” ou “fictício” do pseudônimo deve ser, então, relativizado on-line, onde os binarismos lógicos não têm nenhuma pertinência; pode-se sustentar que o pseudônimo é, de certa maneira, um nome verdadeiro.

O pseudônimo no dispositivo enunciativo

Mas, no senso comum, incluído o dos pesquisadores em linguística, o pseudônimo continua ainda sendo uma “máscara” enunciativa que torna problemática a questão da origem das falas. Malika Temmar, a partir do estudo do blog de Pierre Assouline, menciona, por exemplo, “o apagamento da fonte enunciativa, ou, para ser mais precisa, o mascaramento dessa fonte pelo pseudônimo” e se questiona “qual estatuto atribuir às declarações que são assumidas por internautas mascarados?” (2012: 69). Ela parece assim assinalar uma disfunção na enunciação, e precisamente na identificação da fonte da declaração, qualificando os locutores por detrás de pseudônimos de “enunciadores fictícios”. Ela se refere, de fato, a um problema relativo “à ética da troca nos blogs”, devido à formulação de “declarações não relacionadas à sua enunciação-fonte real” (2012: 79), assinala uma “desresponsabilização”, e se pergunta, para concluir, se “tudo é permitido” nos blogs (2012: 80).

Esse tipo de análise, realizada a partir da observação de um único blog, segundo um método próximo daquele dos discursos impressos (não se encontram informações relativas ao ecossistema digital, à conversacionalidade da web social ou à noção de identidade ou de presença digital) parece desconectada do letramento digital, no seio do qual o pseudônimo aparece mais como uma identidade enunciativa plena e não problemática. A questão da identificação da fonte “real” atesta um dualismo digital que parece mais incidir sobre o direito do que sobre a análise linguística em contexto digital, e a qualificação do pseudonimato como apagamento enunciativo descreve mal os dispositivos tecnodiscursivos.

O pseudônimo possui, de fato, traços enunciativos que o distinguem claramente da ausência de nome, o que confirma bem a distinção a se fazer entre anonimato e pseudonimato, e mostra, além disso, que, no plano enunciativo, a comunicação conserva seus traços estruturais e que existem, na verdade, um sujeito falante e interações autênticas. O pseudônimo permite, de fato, a assinatura enunciativa: pode-se saber que diferentes mensagens, em um fórum ou em uma rede social, por exemplo, são de um mesmo autor, o que não é possível no caso do anonimato; é igualmente possível dialogar com um pseudônimo, por meio de todas as formas possíveis propostas pela escrita digital, como bem o mostra o gênero comentário on-line. Se o pseudônimo modifica o funcionamento da autoria, ele não a suprime: on-line, o internauta possui uma identidade digital multifacetada, podendo seus diferentes “eus” se desvelarem em diferentes ecossistemas. Essas identidades múltiplas não são da ordem da ficção, mas de uma construção de si on-line; o que acontece, aliás, é que o “eu” digital desliza para o off-line e que o pseudônimo substitui o nome próprio e/ou o patronímico. É o que explica uma jornalista em uma entrevista à revista francesa *L’Observateur*:

Pipomantis, jornalista de videogames.

“Meu pseudônimo tem agora uns bons doze anos. Eu o criei para meu primeiro endereço de e-mail. Não fui realmente eu que o escolhi, pois a primeira parte (Pipo) me foi dada pelos amigos que me achavam semelhante a uma personagem do mangá “One Piece”. Eu acrescentei o resto me inspirando em

Psycho Mantis, uma figura do jogo “Metal Gear Solid”. Meu pseudônimo começou na vida real de repente, eu realmente não me incomodei de as pessoas o utilizarem em IRL [*In Real Life, na vida real, (nota da redação)*], ele faz parte de mim, é tanto um pseudônimo quanto um apelido. Na verdade, não há ninguém que não o conheça. Do meu chefe (que me chama pelo meu pseudônimo) à minha mãe, todo mundo o conhece. Está fora de questão **mudá-lo. Eu utilizo meu pseudônimo** em todo o canto da internet, tanto nos sites e redes sociais ou quando assino artigos como jornalista especializado em videogames” (Schmitt 2013).

Além disso, **o pseudônimo possui certa perenidade, como constatou Marcienne Martin**: um pouco mais da metade de seus investigados conservou seu pseudônimo. Sendo a modificação obviamente possível e mesmo fácil on-line, pode-se concluir que essa conservação está ligada aos traços biográficos do pseudônimo, detentor de uma identidade sentida como verdadeira (Paveau 2015a).

Estamos, então, longe, enunciativamente, da simples “máscara”, cuja denúncia constitui antes os fundamentos de um discurso político sobre a identidade on-line em particular e nos universos digitais em geral. O pseudônimo e as elaborações discursivas, narrativas e identitárias que ele permite na web constituem uma ampliação denominativa e enunciativa de si. É um nome fluido, que se funde nas formas de diversos universos e que se multiplica ao bel-prazer. Meu pseudônimo sou eu e um outro eu ao mesmo tempo; é o eu que eu digo e vejo, tanto quanto aquele que os outros veem e dizem. Nesse sentido, é uma forma de outro verdadeiro nome: dito de outra maneira, um heterônimo. O pseudônimo entra em uma prática social, de fato bastante comum, de identidades múltiplas (Pierre 2011).

III. ÉTICA E POLÍTICA DO DISCURSO

As questões do pseudônimo são igualmente de natureza ética e política, sendo os próprios ambientes digitais nativos portadores de dimensões desse tipo.

1. Os dois valores do pseudônimo

Como toda produção de discurso, o pseudônimo recebe certo número de conotações, por vezes axiológicas. Dois grandes valores são atrelados ao seu uso, um valor negativo ligado à mentira, à facticidade e mesmo à artificialidade; um valor positivo ligado à filosofia do compartilhamento na internet, à facilitação da livre expressão e às possibilidades de existência do eu digital.

Natureza suspeita do pseudônimo

Há um importante metadiscurso que desvaloriza o pseudônimo, a partir da ideia de uma transgressão das normas sociais legais da identidade oficial: “Se a nomeação do sujeito social é correlata do reconhecimento e da legalização do mesmo pelo outro em um grupo dado”, esclarece Marcienne Martin, “há um tipo de nomeação que derroga esse uso: trata-se das classes de antropônimos que referem uma identidade apagada, a saber: os pseudônimos, os criptônimos e os heterônimos, entre outros designativos” (2006: 18). Poderíamos dar milhares de exemplos da crítica ou mesmo da condenação do pseudônimo na internet, nos discursos populares, mas também entre os pesquisadores.

Em “Note introductive aux identités numériques”, artigo publicado em um número da revista *Cités* intitulado “Internet et la société de contrôle: le piège?” (2009), Paul Mathias escreve:

Nossa existência atravessa instantaneamente espaços culturais imensos e coexiste em seus diferentes estados em locais informacionais implícitos, transparentes, desconhecidos por nós e por muitos, pelas próprias autoridades das quais dependemos. Daí a importância, nesses contextos — e, neste caso, toda a nossa existência digital é uma existência contextual — não somente da identidade e do nome, mas da identidade e do anonimato, da identidade e do pseudonimato. É preciso poder se esconder, é preciso poder se dissimular. Do que se proteger? Precisamente daquilo que não se sabe de que se deveria

se proteger! Onde a mentira, a dissimulação, a comédia se tornam os instrumentos mais eficazes não da ilicitude ou do crime, mas sim do “gozo pacífico da independência privada” (Mathias 2009: 65-66).

A despeito das precauções oratórias do autor, o léxico moral da dissimulação e da mentira assinala uma concepção normativa do pseudonimato, considerado como uma prática transgressora.

Funções protetoras e habilitadoras do pseudônimo

Outra maneira de considerar o pseudonimato, mais valorizante, é aquela que o torna uma ferramenta de proteção de dados e de atores vulneráveis e que inscreve seu funcionamento em uma cultura e especificamente em um letramento digital.

O pseudônimo pode participar de uma estratégia de proteção da vida privada, permitindo uma “divisão de identidades”: o nome de registro civil é, por exemplo, reservado aos lugares digitais privados e os pseudônimos aos espaços públicos e comerciais (Rallet, Rochelandet 2009). A eficácia dessa estratégia é estreitamente dependente dos contextos e pode revelar-se contraproducente em outras condições: manter um blog sob pseudônimo constitui, sobretudo, um perigo em países com forte controle de segurança onde as restrições de liberdade estão muito presentes (Jansen, Biddle 2015). Essa concepção valorizada do pseudônimo levou à abertura de servidores de anonimato, que se encarregam de anonimizar, no sentido próprio do termo (ausência de informação sobre a identidade) ou através do pseudonimato, as mensagens enviadas pelos locutores internautas. Ela justifica também uma prática tecnodsicursiva vinda dos desenvolvedores de certos fóruns, como *Slashdot* ou *Techdirt*, que tacham de “covarde anônimo” o internauta que não assina suas postagens, com o objetivo de encorajar a prática do pseudônimo.

2. As *nymwars*

Essa dupla representação do pseudônimo on-line funda as argumentações que se desdobram por ocasião do que se tem chamado as “nymwars” (uma cronologia rica pode ser encontrada no site NYMWARS da Télécom Paris Tech). As *nymwars*, ou guerras do nome, opõem os partidários da política do “nome verdadeiro” (*real name*) aos defensores do pseudonimato. Elas se iniciaram em 2011, no momento em que a rede Google+ solicitou os nomes reais de seus membros e ameaçou fechar as contas com pseudônimos. Alguns meses antes, em junho de 2010, na França, o senador francês Jean-Louis Masson havia protocolado um projeto de lei para levantar o anonimato dos blogueiros (pedido reiterado em 2013). Com efeito, as *nymwars* são bastante antigas, pois uma primeira tentativa de supressão das contas sob pseudônimos foi ensaiado pela rede Friendster em 2003. Após a ameaça do Google+, finalmente descartada em 2011, a nova política do Facebook começa a se instalar no outono de 2014, provocando novos debates (o Facebook já havia feito uma primeira tentativa em 2007).

3. A argumentação nas *nymwars*

Os argumentos apresentados tanto para contestar essa proposição quanto a posição do Google+ misturam estreitamente considerações políticas, sociais, tecnológicas e discursivas ou argumentativas.

Argumentos a favor do pseudonimato

O pseudonimato pertence a uma cultura do nome on-line. É o que explica danah boyd:

A cultura da utilização de seu “verdadeiro nome” no Facebook não se disseminou devido aos termos de uso. Ela se desenvolveu porque as normas foram fixadas pelos primeiros usuários do serviço, que as pessoas viram e a elas se adaptaram. Também a cultura dos pseudônimos se desenvolveu porque as pessoas

PSEUDONIMATO

viram que isso era o que os outros faziam e reproduziram essa norma. Quando as dinâmicas sociais são autorizadas a se desenvolver de maneira orgânica, as normas sociais têm um poder de regulação mais potente que quaisquer regras formais de utilização (boyd 2011).

O pseudonimato é uma necessidade democrática. Essa é, por exemplo, a posição de Maître Eolas:

Uma democracia digna desse nome não apenas tolera o anonimato, mas o protege. Nós podemos sair de nós mesmos sem ter de justificar a nossa identidade a quem quer que seja. Os únicos momentos em que temos de fazer isso é quando um contrato (que nós celebramos livremente) ou a lei exige (controle de identidade, que são enquadrados pela lei, art. 78-2 do código de processo penal). A maior parte de nossas interações limita-se a um “senhor”, “senhora” ou “doutor” e ninguém sonha em reclamar (Maître Eolas 2010).

O pseudonimato protege os indivíduos ameaçados e oprimidos, quer se trate de militantes da liberdade, de pessoas marginalizadas por razões de identidades de gênero ou de sexualidade, ou ainda de sobreviventes de abusos. A jornalista e blogueira Violet Blue menciona em particular as pessoas LGBT e sobreviventes de violências:

A guerra aos pseudônimos em curso do Facebook tornou-se bem documentada em 2011, quando uma blogueira, arriscando sua vida para denunciar um crime em Honduras, foi suspensa pela empresa, com base em sua regra que exige que todos utilizem o nome real na rede social. O problema reemergiu em setembro de 2014, quando a política do Facebook bloqueou um número espantoso de contas LGBT que violavam a regra do “nome real”. O Facebook se reuniu com representantes da comunidade LGBT da Bay Area, pediu desculpas e então deu a entender que uma mudança nessa política estava em andamento. Surpresa: ela nunca veio. [...] O *Survivor's Guide* da NNEDV [National Network to End Domestic Violence] instrui sobreviventes de abuso a nunca usarem seus nomes reais nas

contas de mídias sociais. “Sobreviventes podem aumentar sua privacidade sendo cuidadosos com aquilo que compartilham, estratégicos na criação de contas (não usando seu nome real no seu e-mail ou nome de usuário) e usando as configurações de segurança nas redes sociais” (Blue 2015).

Na mesma perspectiva, danah boyd desenvolve em 2011 argumentos políticos: em uma publicação célebre, “Google+, la dictature des vrais noms” / “Google+, a ditadura dos nomes verdadeiros”, publicado em *Owni* (boyd 2011), ela explica que o pseudônimo constitui uma autorização de fala aos locutores que estariam privados ou impedidos de falar e, ao mesmo tempo, uma proteção em relação a essa fala. Em termos mais linguísticos, poderíamos dizer que o pseudônimo permite uma entrada na discursividade e constitui mesmo uma condição de possibilidade do discurso: “Você não garante a segurança ao impedir as pessoas de usarem pseudônimos, você mina a segurança delas”, declara ao final de sua publicação.

Argumentos contra o pseudonimato

A política do nome real garante a segurança, em particular no que concerne ao assédio em todas as suas formas. É a linha imutável de diretores das grandes redes sociais, e em particular do Facebook:

O Facebook sustenta que sua política de “nomes reais” (também conhecida como “nomes autênticos”) é essencial para a segurança dos usuários. Acredita que sua política de “nomes autênticos” protege os usuários de abuso na rede social, “como quando um ex-namorado abusivo se passa por um amigo para assediar sua ex-namorada” porque “ninguém pode se esconder atrás do anonimato para fazer bullying, provocar ou dizer coisas insensíveis ou inapropriadas”. Mas rumores sobre as reais motivações do Facebook - de priorizar o valor financeiro de sua base de dados - são o coro inevitável que recebe da mídia; as ações do Facebook caíram em 2012 quando revelamos que 8,7% das contas eram falsas (Blue 2015).

O pseudonimato favorece a difamação, a mentira, a injúria. É um dos argumentos apresentados por Jean-Louis Masson em seu projeto de lei, em que propõe “meios de proteger eventuais vítimas de comentários mentirosos, enganadores ou difamações que são, infelizmente, cada vez mais frequentemente propagados na tela” (Exposição de motivos).

O pseudonimato impede ou torna difíceis as ações judiciais. O levantamento do pseudonimato (Jean-Louis Masson fala de anonimato) permitiria a identificação necessária para as ações penais e cíveis, aplicando aos blogueiros, com estatuto de editores não profissionais, a mesma legislação que é aplicada aos editores profissionais de conteúdos.

O “nome real” está se tornando o novo pseudônimo. Este é um argumento que se afasta do debate das nymwars, mas que reflete um discurso emergente. É a posição de um dos entrevistados de Amandine Schmitt, que considera que a “divisão das identidades” ocorre igualmente on-line com seu nome real: “O Sylvain Paley da vida real é mais tímido, não fala tão bem quanto escreve, não responde com tanto atrevimento quando tem alguém diante de si. Mas todo mundo se beneficia disso, é isso que faz da internet um ambiente maravilhoso” (Schmitt 2013).

Tradução:

Ana Carolina Vilela-Ardenghi

Manuel José Veronez de Sousa Júnior

RELACIONALIDADE

I. DESCRIÇÃO E DEFINIÇÃO. O ENUNCIADO COMO RELAÇÃO

A relacionalidade é um dos traços estruturais dos discursos digitais nativos, em particular na web. Qualquer discurso produzido em um ambiente digital conectado inscreve-se de fato em uma relação material que se manifesta em muitos níveis:

- relação com outros tecnodiscursos em decorrência da estrutura hipertextual da web;
- relação com os aparelhos em decorrência da natureza compósita dos tecnodiscursos, literalmente coproduzidos na máquina;
- relação com os escritores e os escreitores, que passa pela subjetividade da configuração das interfaces de escrita e de leitura, e que torna os tecnodiscursos ideodigitais, isto é, dependentes do ponto de vista único do internauta.

II. ANALISAR DISCURSOS RELACIONAIS

Qualquer enunciado on-line é materialmente relacional, o que constitui uma propriedade nova em relação aos enunciados pré-digitais.

1. Relacionalidade, investigabilidade, imprevisibilidade

À relacionalidade estão ligadas a investigabilidade e a imprevisibilidade dos tecnodiscursos. A investigabilidade repousa no caráter relacional dos tecnodiscursos: se eles são ligados, então podem ser buscados, encontrados e redocumentarizados a partir da exploração dos links. Um buscador funciona a partir da coleta de dados das páginas visitadas a partir dos links que elas propõem; uma ferramenta de redocumentarização como o *Storify* reúne tuítes a partir da hashtag que os relaciona; uma rede social como o Facebook está inteiramente fundada nos links estabelecidos entre os amigos e os seguidores, que permitem todas as funcionalidades. A relacionalidade implica igualmente a imprevisibilidade dos tecnodiscursos: o locutor-escritor ignora a maior parte dos links que existem entre os enunciados que ele produz ou lê, porque a dimensão tecnológica da escrita digital (enunciação editorial pelas interfaces de programação e as CMS) não é visível na tela; então, ele não pode prever nem controlar a forma e a circulação dos tecnodiscursos.

2. Relacionalidade e metodologia da pesquisa

A relacionalidade dos tecnodiscursos tem muitas consequências sobre a prática da pesquisa em análise do discurso.

Relacionalidade material

A constatação da relacionalidade dos enunciados não é nova, e funda, aliás, uma parte das abordagens em análise do discurso, pelo viés de noções como a intertextualidade, o dialogismo, a memória discursiva; sabe-se, de fato, notadamente desde Bakhtin, que os enunciados são assumidos ao mesmo tempo em seus anteriores, em seus contextos contemporâneos e mesmo em seus enunciados sucessores. Mas trata-se então de uma relacionalidade construída e reconstruída pelas competências interpretativas do analista, de modo que os fenômenos de intertextualidade ou de memória discursiva só existem se forem estabelecidos ou reconhecidos

pelo analista do discurso, mesmo se estes produzem provas linguageiras e textuais de tais fenômenos. Na internet, em particular na web, e no quadro dos discursos elaborados em dispositivos, a relação é material, de natureza informática. Como o sublinha Claire Herrenschmidt, a escrita on-line ou em uma máquina não é inteiramente feita por escritores, em outras palavras, por sujeitos, mas passa por programas (Herrenschmidt 2007), o que faz Samuel Goyet e Cléo Colomb dizer que a concepção de escrita digital sofre na pesquisa de um antropomorfismo que enfraquece sem dúvida a validade de certos resultados (Goyet, Colomb 2016). A relacionalidade material dos enunciados digitais nativos constitui de fato uma mudança importante, que deve impelir o pesquisador a retrabalhar as noções operatórias em análise do discurso para lhes permitir melhor operacionalidade e validade. As noções de memória tecnodiscursiva ou de tecnodiscurso relatado são, por exemplo, proposições que vão nesse sentido.

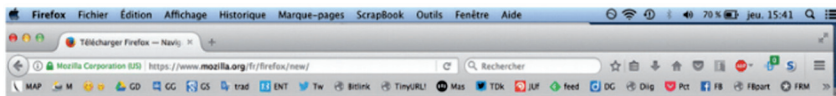
Metodologia ecológica

A relacionalidade dos tecnodiscursos implica igualmente escolhas metodológicas para a coleta de dados e a construção dos observáveis. A relacionalidade dos tecnodiscursos implica de fato sua abordagem ecológica, isto é, sua análise em seus ambientes nativos; nessa perspectiva, o método por extração, por exemplo, no caso da análise automática de grandes ou médios corpus de tuítes afasta numerosos parâmetros de funcionamento dos tecnodiscursos. Numerosos trabalhos, atualmente, amiúde concentrados no Twitter, cuja forma facilita grandemente a coleta de enunciados, se baseiam na extração. As ferramentas propostas no quadro do projeto *Polittweets*, por exemplo¹, permitem extrair e normalizar tuítes para analisar sua dimensão política; fazendo isso, o tuíte é, por um lado, recortado das timelines nas quais aparece, e, por outro, reduzido a uma forma logocentrada. Ele perde suas dimensões relacionais e compósita (Longhi 2013, Longhi *et al.* 2014 e 2016).

1 Apresentação no blog #Ideo2017. *Analyses de tweets politiques en campagnes électorales*, <<http://ideo2017.ensea.fr>>

Dimensão idiodigital

A relacionalidade tem um efeito direto sobre a coleta dos dados, a elaboração dos observáveis e a construção dos corpus. Na web, de fato, é a presença do internauta que determina em grande medida quais enunciados aparecem, em qual forma e em qual formato, e em qual contexto. Essa presença se manifesta, por exemplo, na configuração da barra de ferramentas de seu navegador e de seu computador (a figura 19 mostra as da autora), porque os favoritos e os botões instalados enviam os procedimentos de leitura e de escrita: por exemplo, a divisão de um conteúdo não produzirá o mesmo enunciado e o mesmo formato conforme passe pela ferramenta *Bitly* (botão “Bitlink”), a ferramenta *Diigo* (botão “Diig”) e o botão de compartilhamento do Facebook (botão “FBpart”). A idiodigitalidade dos conteúdos depende igualmente da fisionomia das contas de redes sociais do internauta, construídas pelos links com os amigos e os seguidores, e do conjunto dos rastros que ele deixa ao navegar na internet, rastros recolhidos pelos programas, que os utilizam na produção de recomendações.



19. Barra de navegação do navegador Firefox e do computador da autora em julho de 2017.

Os dados languageiros de internet são, nesse sentido, subjetivos e diferem, portanto, dos dados discursivos pré-digitais cujas formas e formatos são fixados em suportes de papel ou em registros estabilizados. Os corpus devem, então, ser elaborados a partir de sua natureza idiodigital, como o propõe Letitia Bibié-Émerit com a noção de “lugar de corpus” (Bibié-Émerit 2016).

Tradução:
SÍRIO POSSENTI

TECNODISCURSO RELATADO

I. DESCRIÇÃO E DEFINIÇÃO. QUANDO RELATAR É COMPATILHAR

O tecnodiscurso relatado consiste em transferir um discurso de um espaço digital nativo fonte para um espaço digital nativo alvo, por meio de um procedimento automatizado de compartilhamento; é esse traço de automatização que justifica o acréscimo do elemento tecnolinguístico *discurso relatado*; poderíamos ter proposto uma nova categoria tecnolinguística, o compartilhamento, mas a palavra tem um sentido muito geral e polissêmico. Compartilha-se, por exemplo, uma postagem de blog em uma conta do Facebook, um artigo da imprensa em uma conta do Twitter, um post do Instagram ou um vídeo do YouTube nas mesmas plataformas. Os compartilhamentos de conteúdo são comuns e numerosos na web porque eles são uma de suas características principais: a web 2.0 é de fato uma web social, participativa, que se define por sua relacionalidade. A “cultura do compartilhamento” (Gunthert 2013) é pregnante na web 2.0, quer se trate da imagem, sobre a qual se pode formular a hipótese de que já é uma forma dominante da construção do sentido na internet¹, quer se trate de qualquer outro conteúdo discursivo, ou, mais geralmente, multimidiático e, portanto, plurissemiótico. Essa cultura é pregnante essencialmente porque é acessível ao maior número de pessoas, sendo que o tratamento dos conteúdos, o domínio das ferramentas e os saberes práticos relevantes decorrem mais da aprendizagem informal e do autodidatismo do que de saberes institucionalmente enquadrados: é, como diz Patrice Flichy, a “consagração do amador” (Flichy 2010).

¹ Sobre este ponto, consultar o verbete *Tecnografismo*, e, em particular, o destaque para a “virada visual”.

O tecnodiscurso relatado é, então, uma forma digital nativa de discurso relatado, sendo este último definido como “operação metadiscursiva de representação de um ato de enunciação por outro ato de enunciação” (Authier-Revuz 2001: 192). Na operação digital nativa de tecnodiscurso relatado, o dispositivo do discurso citante / discurso citado, fundador das descrições tradicionais do discurso relatado off-line (Authier 1992-1993, 2001, Rosier 2008), e mantido a propósito do corpus on-line (von Münchow 2004), é em parte ou totalmente manejado por meio de uma ferramenta tecnológica (Paveau 2015a). As palavras do outro, produzidas em um tempo t e em um espaço $e1$ da web 2.0, são citadas em um tempo $t + 1$ em um espaço $e2$, por meio de ferramentas de compartilhamento de conteúdo, ativadas na maior parte das vezes por tecnosignos (botões de compartilhamento disponíveis nos espaços em questão, marcadores nas barras de navegação dos internautas) que asseguram a função de representação do ato de enunciação. A distinção enunciativa prototípica do discurso relatado off-line (entre o locutor 1 citante e o locutor 2 citado, ambos se confundindo nas formas indiretas), é assegurada em parte pelo dispositivo tecnológico. O tecnodiscurso relatado tem então uma característica totalmente específica nos universos conectados: sua dimensão tecnológica intrínseca, é uma novidade que a linguística deve identificar, nomear e analisar.

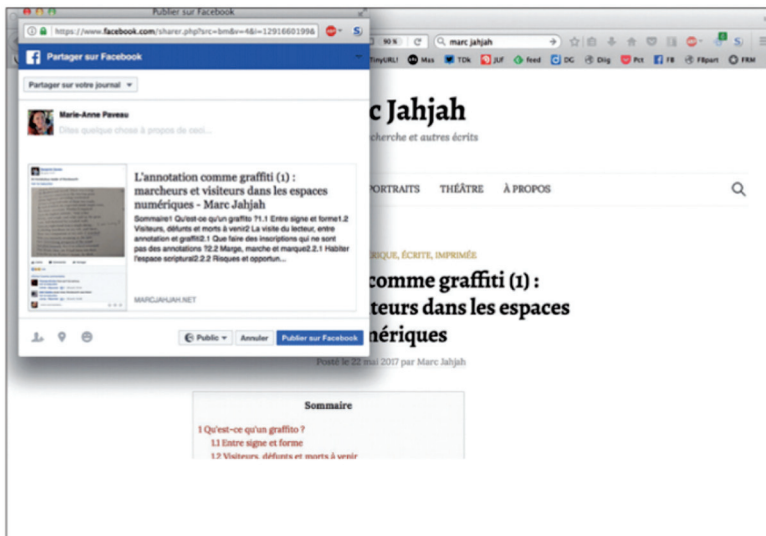
II. ANÁLISE TECNOLINGUÍSTICA

O tecnodiscurso relatado se realiza on-line por meio de ferramentas específicas; ele é, então, o produto compósito de um procedimento tecnolinguageiro.

1. Procedimento: os enunciados de gesto

O tecnodiscurso relatado se efetua em várias etapas (pelo menos duas), que requerem gestos físicos e técnicos; ele resulta, então, de um enunciado de gesto (Bouchardon 2011). No caso de um compartilhamento de uma postagem de blog em uma conta do Facebook, as etapas são as seguintes:

- *Etapa 1, produção do quadro do discurso citante.* O botão de compartilhamento do Facebook (um tecnosigno) permite abrir uma janela (forma de discurso citante) que transfere o discurso destinado a ser relatado (discurso citado) em **t + 1** e **e2**. Deve-se notar que a escolha do botão é também a escolha do espaço 2, sendo que os botões são específicos do espaço da web particular (um botão único não permite um compartilhamento geral em várias redes sociais).



20. Etapa 1 do procedimento de tecnodiscurso relatado pela abertura de uma janela de compartilhamento.

- *Etapa 2 (facultativa), ampliação do discurso citante por um comentário.* A janela de compartilhamento permite ampliar o discurso citante por um comentário.

- *Etapa 3, realização do compartilhamento.* O clique no botão “compartilhar um link” completa o compartilhamento do discurso citado, que se encontra então integrado a outro ambiente, o espaço 2.

Em outras configurações que concernem a outros conteúdos e a outras plataformas, o procedimento é o mesmo: para resumir, o tecnodiscurso relatado é um procedimento que consiste em ativar uma ferramenta de compartilhamento que abre um espaço tecnolinguageiro que compõe um quadro de discurso citante, e realiza em seguida a transferência do conteúdo, acompanhado ou não de um comentário, que constitui o discurso citado.

2. O caso da captura de tela de texto

Outra modalidade de tecnodiscurso relatado passa pela fotografia: a prática da captura de tela de texto, que se instalou progressivamente nas redes até tornar-se de fato habitual entre os internautas com práticas mais eruditas de letramento, é uma forma de discurso relatado, na medida em que é a técnica da fotografia que ocupa o lugar de discurso citante. A fotografia pode ser relativa a um livro, a um jornal ou a uma revista impressa, a um texto de imprensa on-line, a uma tela, a uma mensagem de uma plataforma 1 postada em uma plataforma 2 (ver o verbete *Tecnografismo*). O compartilhamento acontece então sem passar por um tecnosigno e nem pela funcionalidade de compartilhamento proposta pelos desenvolvedores, mas pela simples publicação da fotografia de texto.

3. O embutimento dos metadados

Uma especificidade do tecnodiscurso relatado que ainda o distingue das formas pré-digitais tratadas pela linguística é o embutimento de metadados: quando um conteúdo é compartilhado, por exemplo, um artigo de imprensa, vem tudo junto, se podemos dizer assim, ou seja, o texto, mas também os links, as imagens, os comentários, sem modificação possível. Em outras palavras, uma parte do contexto do enunciado está inscrito no enunciado de forma interna, o que modifica parcialmente a concepção do contexto em análise do discurso. Esse embutimento é devido, seguramente, à camada de código que “escreve” os enunciados

on-line (Herrenschmidt 2007) e que faz de qualquer produção on-line uma forma compósita. O tecnodiscurso relatado é, então, assumido na imprevisibilidade discursiva, escapando em grande medida ao controle do enunciador, sendo que o discurso citado não é inteiramente conhecível por ele bem como pelos receptores.

III. TIPOLOGIA DAS FORMAS

Reanalizando, na perspectiva da tecnologia discursiva, os cinco protótipos do discurso relatado estabelecidos na gramática da língua (direto, direto livre, indireto, indireto livre e narrativizado), pode-se distinguir diversos tipos de tecnodiscursos relatados.

1. Tecnodiscurso relatado direto integral

Trata-se de um compartilhamento com ou sem ampliação por um comentário, que constitui, por exemplo, o compartilhamento de uma postagem de blog em uma conta do Facebook, por meio de uma janela de compartilhamento, com ou sem comentário do internauta. O tecnodiscurso citado é então compartilhado-relatado integralmente, com o conjunto de seus metadados, e, portanto, parte de seus contextos, sendo que a totalidade permanece verificável por um simples clique no espaço de produção inicial. Esses dois fenômenos, conservação do contexto e verificabilidade da integridade ou “fidelidade” (Plane *et al.*, 2013) o distinguem fortemente do discurso relatado direto prototípico off-line.

A esse tipo também pertencem, por exemplo, o compartilhamento de conteúdos interno a uma rede (compartilhamento de status no Facebook, Retuíte (RT) no Twitter), a re-pinagem de um pin² de um seguidor no Pinterest, a integração de um conteúdo em uma plataforma de curadoria (Pearltree, Scoopit), a apropriação de conteúdos nessas plataformas

2 N.T. Uma publicação na rede social *Pinterest* é chamada de *pin* (*alfinete*, em inglês); e é pregada num mural digital. Flexionado em português *pin* forma o verbo *pinar* e o substantivo *pinagem*, por exemplo. O *Pinterest* é uma rede de compartilhamento de fotos, como um quadro de inspiração: <br.pinterest.com>.

(apropriação de uma pérola de um seguidor no Pearltree, de um conteúdo de um seguidor no Scoopit)³.

2. O tecnodiscurso relatado resumidor

Trata-se de um compartilhamento com ou sem ampliação por um comentário, não mais de um conteúdo, mas de seu endereço na internet, em outras palavras, de sua URL, que faz o papel de resumo. Essa URL-resumo pode ser integral ou reduzida; este último caso é frequente no Twitter, por razões econômicas. Este procedimento é diferente da inscrição de um link hipertextual no fio de um discurso: o link hipertextual aponta para um conteúdo-alvo e convida o escreiteiro a possivelmente ampliar o conteúdo-fonte, abandonando assim o fio do discurso, dado que o tecnodiscurso relatado resumidor compartilha explicitamente um conteúdo para si mesmo, e não como um segmento ampliador no fio de um discurso. Se o tecnodiscurso relatado passa, no caso de um resumo por URL, por um link hipertextual, ele não leva para esse espaço: o tecnodiscurso relatado não é a hipertextualidade, e as ferramentas do tecnodiscurso relatado não são exclusivamente links hipertextuais.

3. O tecnodiscurso relatado repetidor

Trata-se de um compartilhamento do idêntico que tem a ver com a cópia, com ou sem marcas explícitas de discurso citante e de discurso citado: é, por exemplo, o caso da reblogagem, mencionada como tal, prevista em certas plataformas (Tumblr se baseia neste princípio e na particularidade de não permitir o comentário⁴) e antecipada pelos blogueiros por meio da licença *Creative Commons*, por exemplo, que permite o compartilhamento livre com certas condições. No caso contrário, a reblogagem não pode ser qualificada como tecnodiscurso relatado, a não ser em comparação com a versão anterior, e o discurso assim tecnorrelatado desliza na direção de categorias afins, como o plágio.

3 O modelo do *Modified Tweet* (MT) no Twitter, mais anglófono e pouco presente na plataforma francófona, constitui um tecnodiscurso relatado direto não integral.

4 Para detalhes, consultar o verbete *Comentário*, e, em particular, o caso do *fork*

Outro exemplo, que decorre do hackeamento de uso: no Facebook, um internauta copia-e-cola o post de um seguidor em sua própria página, tornando-o assim visível a seus amigos não seguidores do autor. A prática da captura de tela de texto corresponde frequentemente à do tecnodiscurso relatado repetidor, dado que a fotografia permite produzir o idêntico, ao menos no plano do conteúdo (os contextos são evidentemente modificados).

Tradução:
Sírio Possenti



TECNOGÊNERO DE DISCURSO

I. DESCRIÇÃO E DEFINIÇÃO. UM GÊNERO DE DISCURSO COMPÓSITO

Para definir o tecnogênero de discurso, é preciso voltar à definição do gênero de discurso, que é uma das noções centrais em análise do discurso.

1. A noção de gênero de discurso

Partiremos da definição de Sophie Moirand, que repousa em dois critérios, social e cognitivo:

De onde [decorre] uma definição sempre provisória, mas um pouco mais precisa do gênero, considerado como *uma representação sociocognitiva interiorizada que temos da composição e do desenvolvimento de uma classe de unidades discursivas, às quais temos sido expostos na vida cotidiana, na vida profissional e nos diferentes mundos que atravessamos, uma espécie de padrão que permite a cada um construir, planejar e interpretar as atividades verbais ou não verbais no interior de uma situação de comunicação, de um lugar, de uma comunidade linguageira, de um mundo social, de uma sociedade...* (Moirand 2003: 19-20; itálicos da autora).

A partir desta definição, diremos que um gênero de discurso é uma forma textual derivada de um conjunto de normas coletivas pré- e extra-discursivas, que permitem uma mediação que fornece aos sujeitos produtor e receptor instruções para a elaboração e a interpretação dos discursos: designação (o gênero de discurso tem um nome: a carta, o debate, o comunicado), composição (o gênero de discurso segue certo

número de regras de composição que mobilizam elementos obrigatórios, como local e data, expressões de tratamento ou a assinatura, no caso da carta), desenvolvimento sintagmático (um gênero de discurso corresponde a um programa de encadeamento de sequências) e seleções paradigmáticas (um gênero de discurso propõe variantes unidas pelos mesmos quadros: cartas de amor, de ameaça, de demissão, etc.). Resumindo, se nos referirmos a um trabalho de Jean-Michel Adam (2011), os gêneros são definíveis como categorias:

- práticas-empíricas indispensáveis tanto para a produção quanto para a recepção- interpretação;
- reguladoras dos enunciados em discurso e das práticas sociodiscursivas dos sujeitos (desde os lugares que eles ocupam até os textos que eles produzem);
- prototípicas-estereotípicas, isto é, definíveis por tendências ou gradiências de tipicidade, por feixes de regularidades e de dominantes mais do que por critérios muito estritos (Adam 2011: 93-94).

2. O gênero de discurso nos universos digitais

Dominique Maingueneau fez propostas relativas à noção de gênero e o digital em “Genres de discours et web: existe-t-il des genres web?” (Maingueneau 2013). Sua abordagem permanece tributária dos quadros de análise pré-digital. Ele avalia, especialmente, que, como nas produções fora da internet, certas formas estão mais relacionadas ao hipergênero do que ao gênero, como o blog, por exemplo, que apresenta um conjunto de restrições pobres no seio das quais cenografias variadas podem se elaborar; a noção de hipergênero é transferida dos corpus pré-digitais para os digitais. Ele distingue igualmente “dois níveis de cenografia: *verbal* e *digital*”, sendo que a cenografia “verbal” implica uma “enunciação propriamente linguística” e que a cenografia digital implica três dimensões: “iconotextual, arquitetural e procedimental” (2013: 80-81). Essa distinção parece pouco adaptada aos universos digitais nativos, onde as produções são compostas e multimidiáticas, e onde o “próprio” verbal é mais uma ilusão do leitor do que uma realidade semiótica (o autor,

aliás, restringe sua análise às páginas que republicam textos da imprensa e aos blogs). Não faz apelo aos dispositivos técnicos em suas análises (algoritmos, CMC) nem à especificidade idiodigital dos corpus digitais nativos (as capturas de tela propostas no artigo, significativamente, dispensam as barras das ferramentas de navegação). Enfim, os “gêneros web” e a “textualidade navegante” são descritos em comparação com as definições do texto pré-digital, que eles parecem degradar: Dominique Maingueneau julga, de fato, que on-line “é a própria textualidade que é subvertida” (2013: 80), que nela se assiste a uma “subversão generalizada da lógica do texto” (2013: 81); conclui que “com a web, é então todo o dispositivo tradicional que vacila” (2013: 91). Esta perspectiva está muito próxima, em termos de avaliação, da de Rafaela Simone, que considera que, na internet, os textos não são “verdadeiros” textos (Simone 2012)¹. A tentação é a de concluir mais pela crise do dispositivo de pesquisa em análise do discurso, já que os discursos digitais nativos demandam análises ecológicas em seus contextos endógenos mais do que comparações com formas canônicas não digitais.

Outros trabalhos apoiam igualmente o estudo dos “gêneros digitais” segundo as abordagens pré-digitais do gênero: em um artigo intitulado “Similitudes et différences textuelles dans les genres numériques: blog et site web”, Mathilde Gonçalves vê o “gênero digital” a partir do texto digital que ela caracteriza por sua não-linearidade, sua volatilidade, sua plurissemiose, sua utilizabilidade e pela interação física ou corporal que implica (2014: 80). Apoia, portanto, a noção de gênero digital na noção de texto digital; entretanto, analisa o “gênero do blog” a partir de critérios pré-digitais do texto, referindo-se ao corpus da linguística textual (trabalhos de Jean-Michel Adam, François Rastier, Joan-Pierre Bronckart).

Marc Bonhomme aborda igualmente os gêneros na internet ou na web (os dois parecem equivalentes em seu trabalho); o conteúdo e a data de suas referências indicam que ele encara especialmente dois serviços de internet: o correio eletrônico e a web 1.0, e o dos sites e dos fóruns (Bonhomme 2015). Após uma revisão da literatura sobre

1 Sobre a abordagem deploradora de Rafaela Simone, consultar o verbete *Dualismo digital*; sobre a textualidade digital, consultar Paveau 2015b, 2015c.

gêneros na internet e sua classificação, ele analisa três páginas iniciais de sites políticos suíços, a partir das ferramentas pré-digitais correntes em análise do discurso (as noções de cena genérica e cenografia propostas por Dominique Maingueneau). A descrição que faz fica fora da perspectiva do usuário, e seus exemplos têm o estatuto de dados de tela analisados por um observador exterior (Androutsopoulos 2014); os aspectos técnicos da escrita digital e da enunciação editorial não são de fato abordados (CMC, interfaces de programação, formatos tecnicamente prescritos, etc.). Assim, o autor arrisca interpretações de fato inexatas. A página inicial reciclaria, segundo ele, o gênero do cartaz “com sua dominância iconotextual, sua estrutura condensada, sua esquematização de informação e sua leitura rápida” (2015: 40) e, igualmente, o da primeira página do jornal; segundo ele, “a página inicial parece de fato constituir um gênero reproduzido, adaptado à mídia de Internet (com a passagem do escrito no papel ao escrito de tela), que se caracteriza por certo número de transformações” (2015: 40). Ele menciona igualmente a “fragmentação” da informação, que lhe parece dever ser “compensada” pela coerência genérica. Mas esses traços, mais que “adaptações” de gêneros pré-digitais, são, de fato, típicos da enunciação editorial on-line, resultado das necessidades da estrutura informacional na internet, na qual uma página inicial deve, por exemplo, fornecer uma espécie de cartografia resumida do conjunto do site e de seus conteúdos. O autor de fato menciona o que ele chama de “maquinaria informática” (2015: 42) para se perguntar qual é seu papel genérico em relação à “temática política”, mas não aprofunda a questão. A questão da restrição tecnológica no funcionamento dos gêneros on-line, é, no entanto, primordial.

Ela é plenamente levada em conta por Valérie Beaudoin, que se interroga sobre a maneira pela qual se constituem os gêneros na era do texto digital a partir dos ambientes digitais nativos (Beaudoin 2014). Ela escolhe de saída debruçar-se sobre os “gêneros próprios da web”, distinguindo dois grandes conjuntos:

- Os gêneros da apresentação de si:

No espaço digital, vimos aparecer e evoluir numerosos formatos ligados à apresentação de si: o perfil, onde o indivíduo segue um plano pré-formatado em campos para se apresentar, a expressão de si por meio de um formato curto (status no facebook, frase no Twitter – na primeira versão do aplicativo), que pode assumir formas muito variadas, que vão do político ao íntimo, e a apresentação mais pessoal por meio de uma escrita multimídia (homepage, blog, diário...) – (Beaudoin 2014: 7)².

- Os gêneros da produção coletiva à distância:

Nesse contexto de cooperação nos grupos e em um ambiente de democratização da tomada da palavra (tomada da escrita, para ser mais precisa), assumiram uma grande importância dois outros gêneros que redefinem as fronteiras entre o mundo dos especialistas e o dos amadores: os artigos enciclopédicos redigidos a muitas mãos e os comentários ou avaliações (Beaudoin 2014: 8)³.

Ela observa muito acertadamente que os gêneros digitais têm uma dimensão sociológica ou sociodiscursiva não negligenciável, tendo a apropriabilidade da internet (ou o que Patrice Flichy chama de consagração do amador) efeitos diretos sobre as formas textuais: “Este meio ocupa um lugar deixado vazio entre as mídias de massa e a comunicação interpessoal; disso resulta a emergência de gêneros próprios a este posicionamento” (Beaudoin 2014: 7).

Ela propõe, enfim, os seis traços seguintes para os gêneros digitais: restrições de quadros sociotécnicos, existência de socioletos ligados a ecossistemas particulares, linhagens genéricas reconhecíveis para além das inovações tecnológicas, explicitação das normas (onipresença dos guias de uso), proximidade entre a prática e a norma, interação leitura-escrita e ritmos de escrita. Esses traços poderiam também descrever adequadamente a escrita digital ou a textualidade digital, porém escolhemos uma entrada mais restrita para definir o tecnogênero do discurso.

2 A paginação dos excertos corresponde ao arquivo da autora.

3 Pode-se juntar a isso dois outros grandes conjuntos: os gêneros do humor e da paródia (meme, dicionários participativos como *The Urban Dictionary*, enciclopédias paródicas como *Dramapedia* e *Désencyclopédie*, vlogs etc.) e os de militância (cartaz digital, antologias participativas, saída do armário, relatos etc.).

3. Definição do tecnogênero de discurso

A perspectiva ecológica privilegiada implica partir dos ecossistemas nativos para tentar apreender os gêneros de discurso digitais tais como eles se desenvolvem em seus ambientes discursivos e textuais.

Definiremos o tecnogênero de discurso como um gênero de discurso dotado de uma dimensão compósita, derivada de uma coconstituição do linguageiro e do tecnológico⁴. O tecnogênero pode derivar de um gênero pertencente ao repertório pré-digital, mas que os ambientes digitais nativos dotam de características específicas (como o comentário on-line), ou constituir um gênero digital nativo, portanto, novo (como a tuitatura ou o artigo de imprensa na forma de antologia de links ou de tuítes). O tecnogênero de discurso é, portanto, marcado por ou derivado da dimensão tecnológica do discurso, o que implica um funcionamento e propriedades particulares.

II. TIPOLOGIA TECNODISCURSIVA

Não se tratará mais aqui de tipologia com pretensão de exaustividade, dada a falta de trabalhos suficientes sobre os discursos digitais nativos, e porque a categoria do (tecno)-gênero está em constante evolução e invenção. Apresentam-se apenas alguns exemplos a partir do critério de composição, integrando, pois, prioritariamente, a restrição tecnológica. A observação e o conhecimento empírico da internet e, mais particularmente, da web 2.0, permitem de fato pôr em relevo formas textuais recorrentes e instaladas na cultura discursiva digital, boas candidatas ao estatuto de tecnogênero de discurso.

Adotam-se as restrições tecnológicas (algoritmos, CMC, IPA interface de programação de aplicativos) como critério para classificar os tecnogêneros de discurso em três categorias.

4 Abandonaremos a distinção entre gênero e hipergênero, que aparece mais como uma distinção definidora secundária, que poderia servir para estabelecer subcategorias.

1. Tecnogêneros prescritos

Falaremos de tecnogênero prescrito para designar gêneros de discurso propostos nos sistemas de escrita on-line e fortemente restringidos pelos dispositivos tecnológicos. O tecnogênero prescrito não existe off-line (mesmo que ele herde um passado genérico pré-digital como o comentário, por exemplo), depende inteiramente das ferramentas digitais e circula quase exclusivamente on-line.

O blog e o vlog, que qualificamos como gênero ou hipergênero, preservem em todo o caso formatos de produção de tecnodiscurso escrito, oral ou multimidiático fortemente restringidos, notadamente no que concerne à ordem antecronológica das postagens ou dos vídeos. O tuíte, bem conhecido pela limitação de caracteres de seu texto interno, mas constituído de fato por um conjunto de elementos tecnolinguageiros dentre os quais os metadados (ver o verbete *Tuíte*), ou o comentário on-line, dotado também de metadados (ver o verbete *Comentário*), constituem tecnogêneros prescritos: o internauta tem pouca liberdade de uso, mesmo que o hackeamento e o produto sejam sempre possíveis, mas, sobretudo, trata-se de formas cuja relacionalidade, específica do ambiente digital nativo, orienta o modo de leitura e de produção de sentido. A denúncia digital, examinada no verbete *Ciberviolência discursiva*, decorre da mesma categoria: as plataformas que propõem funcionalidades de denúncia balizam precisamente o percurso do escritor, conduzido segundo um procedimento tecnológico. Pode-se citar igualmente as diferentes formas de autobiografia propostas pelas plataformas (espaços e normas de biografia no Twitter, no Facebook, no LinkedIn, nas páginas “Sobre” das plataformas de blogs), as listas de links e outras listas (últimos artigos publicados), restrições que figuram nos sites e nos blogs segundo os dispositivos postos a funcionar pelos programadores; o conjunto decorre dessas “pequenas formas” analisadas por Étienne Candel, Valérie Jeanne-Périr e Emanuël Souchier (Candel *et al.*, 2012). Pode-se acrescentar as “imagens conversacionais” (Gunthert 2014a) que constituem os snaps no Snapchat, eles próprios redefinidos em “stories” segundo os parâmetros tecnológicos: uma foto acessível só aos destinatários, visível uma só vez e efêmera é um snap, mas um snap público que permanece

on-line por 24 horas torna-se uma “story”. É interessante notar que a definição do gênero passa, neste caso, já de início, unicamente por parâmetros tecnológicos, o que implica configurações de forma e de conteúdo que tocam em seguida outros critérios de genericidade.

Os tecnogêneros prescritos podem abandonar os ecossistemas digitais para serem retomados off-line: é o caso do tuíte, por exemplo, que migrou da web para a mídia impressa ou televisiva, onde é utilizado como citação ou pequena frase, perdendo assim todas as suas características digitais.

2. Tecnogêneros negociados

O tecnogênero negociado é um gênero de discurso preexistente e estabilizado ou não nas produções pré-digitais, mas que adquire on-line traços propriamente tecnolinguageiros e tecnodiscursivos. Não é inteiramente dependente das ferramentas digitais e circula nos universos on-line e off-line.

É o caso da produção de trolls, por exemplo, que não esperou, evidentemente, a internet para se desenvolver nos discursos sociais, mas que possui especificidades digitais, um lugar na economia discursiva e genérica da internet e da web em particular, e um reconhecimento genérico manifestado pelas antologias das quais é objeto (para uma análise detalhada do troll, ver o verbete *Enunciador digital*).

É também o caso do “top” ou da lista ordenada do melhor ou do pior, que encontraram on-line um ambiente e os dispositivos técnicos favoráveis, a tal ponto que esse gênero alimenta sites inteiros e lucrativos. Os tops podem decorrer de uma geração automática: os sites e os blogs listam os artigos mais lidos, os mais consultados e os mais comentados a partir de algoritmos. O tecnogênero de discurso é igualmente um gênero integrante dos procedimentos de cálculo.

Pode-se citar igualmente “a saída do armário”, inicialmente uma forma de revelação da homossexualidade de uma personagem pública nos discursos militantes pelos direitos dos homossexuais nos anos 1970-1990, termo construído a partir da imagem do armário, do qual se trata então

de “sair”, por vontade própria ou forçado. O sentido do termo “sair do armário” ampliou-se para qualquer revelação de uma característica ou de uma identidade escondida, e “sair do armário” on-line consiste em utilizar os dispositivos tecnodiscursivos para produzir essa revelação (para detalhes sobre “sair do armário”, ver o verbete *Ciberviolência discursiva*).

3. Tecnogêneros produzados

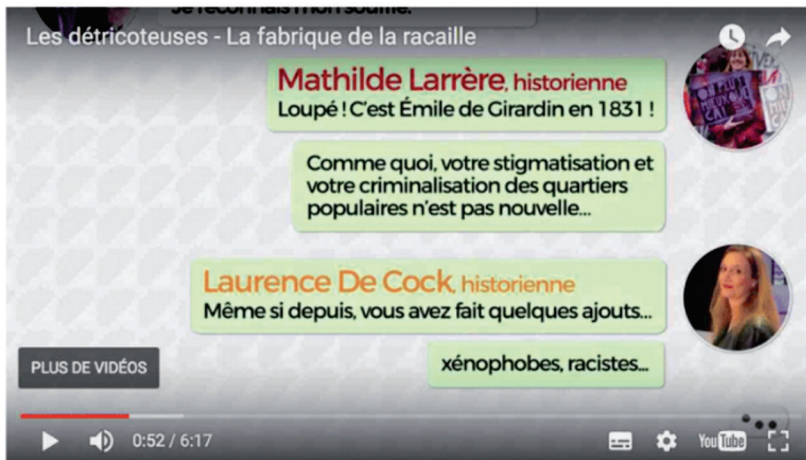
Chamaremos de tecnogênero produzado, a partir da expansão do termo *produzo* para qualquer elaboração a partir das possibilidades técnicas do ecossistema, a um gênero de discurso nativo da internet produzido pelos internautas fora das restrições dos tecnogêneros prescritos e das rotinas dos tecnogêneros negociados.

Pode-se citar, por exemplo, o cartaz digital, tecnografismo que se inventa e se estabiliza na web, constituindo desde então uma das combinações imagem-texto das mais correntes, em particular nos discurso militantes: um internauta é fotografado ou se fotografa segurando um cartaz, geralmente manuscrito, exibindo um slogan e/ou uma hashtag, e/ou um enunciado reivindicatório. O produzdo do gênero está igualmente em ação em um artigo de imprensa constituído de uma soma de links ou de tuítes, novo gênero jornalístico inventado a partir das possibilidades técnicas e dos tecnogêneros prescritos. Decorre igualmente do tecnogênero produzado a tuitatura, que tem como base o hackeamento da própria tecnodiscursividade: a tuitatura, ou literatura no Twitter, de fato, assume como regra evitar qualquer dimensão relacional por meio de links hipertextuais ou de tecnopalavras. Ela retoma nos ecossistemas digitais a linearidade da escrita pré-digital (Paveau 2013c).

A esses tecnogêneros já estabilizados e inscritos no repertório genérico da web se juntam propostas individuais que se estabilizarão ou não como tecnogêneros. Citamos, no verbete “Memória tecnodiscursiva”, o *Madeleine Project* de Clara Beaudoux, web-documentário constituído de quatro temporadas de tuítes redocumentarizados por meio da ferramenta *Storify*. Várias iniciativas recentes utilizam a mensagem SMS como ferramenta de comunicação e, portanto, como segmento de informação

nos vídeos. No Arte Creative, a série *Ploup*, “ficção curta humorística e paródica, inteiramente constituída de conversações por chat”, propõe reflexões sobre temas variados por meio de diálogos por mensagens instantâneas. Os vídeos das “détricoteuses/desvendadoras”, duas historiadoras militantes, Mathilde Larrère e Laurence de Cock, publicados no site do jornal *Médiapart*, também se organizam em forma de chat, pois se trata de conversações por Whatsapp, fabricadas de maneira a produzir um minicurso de história dialogado, rotuladas como gênero “crônica”. Às mensagens instantâneas se misturam extratos de vídeos, de fotos e de tuítes, fazendo desse tipo de crônica um gênero híbrido que explora ainda outros tecnogêneros⁵.

Esse tecnogênero de discurso está em via de desenvolver-se e de se estabilizar na web, antes de dar lugar a outras invenções, baseadas em outros produtos.



21. Extrato da “La fabrique de la racaille”, crônica das “Détricoteuses”, publicado em Mediapart em 01/03/2017.

Tradução:
Sírio Possenti

5 <<https://www.mediapart.fr/studio/videos/emissions/les-detricoteuses>>.

TECNOGRAFISMO

I. E DEFINIÇÃO. UM COMPÓSITO MULTIMIDIÁTICO

Chamaremos *tecnografismo* a uma produção semiótica que associa texto e imagem num compósito nativo de internet. O elemento *grafismo*, de acordo com sua etimologia (o verbo grego *graphein* tem sentido de “traçar” e “escrever”) significa nesse caso ao mesmo tempo o gesto de traçar, remetendo ao desenho ou à imagem, e o de escrever, remetendo ao texto. Sabemos que as fronteiras entre os códigos se atenuam ou se reconfiguram nos ecossistemas conectados e que os dispositivos técnicos permitem formas compósitas: a internet é o lugar da multimídia. Nicolas Auray, examinando os avatares nos jogos on-line, insiste, por exemplo, na “integração das escritas e das imagens” e fala de uma “nova economia dos signos no espaço da tela, [...] caracterizada pela integração de sistemas expressivos que pertencem a vários formatos, imagem, texto e som, na mesma mídia” (2004: 97). O tecnografismo, compósito de imagem fixa ou animada e de texto, é, de fato, uma produção nativamente digital multimidiática¹: certas formas de avatar ou banner, memes, botões de compartilhamento, cartazes digitais são tecnografismos. O detalhe “na mesma mídia”, especificado por Nicolas Auray, é importante e significa que as duas ordens semióticas do texto e da imagem são uma só, sendo simultâneas, indistinguíveis e indissociáveis. Num meme, por exemplo, constituído de uma fotografia com um texto embutido, separar a ordem icônica da ordem textual significaria destruir o conjunto: o sentido só

¹ A multimídia pode ser definida como o produto de uma “manipulação conjunta de textos, imagens e sons num mesmo suporte” (Bouchardon et al., 2011: 12). Uma das grandes evoluções trazidas pela internet ao letramento, aos sistemas de escrita e às produções semióticas é essa dimensão multimidiática, reunindo códigos diferentes, antes distintos nas produções pré-digitais, em realizações intrinsecamente e simultaneamente plurisemióticas.

se produz no compósito formado por uma única ordem verbo-icônica (o tecnografismo), e não na articulação de duas ordens que dialogariam a partir de suas autonomias respectivas (como é o caso da fotografia e sua legenda, ou da pintura e seu título).

Essa característica funda a diferença entre as produções plurissemióticas ou multimidiáticas pré-digitais, *associando* várias mídias; e as que são elaboradas on-line, *integrando* várias mídias. Outra diferença reside no modo de fabricação dos tecnografismos: geralmente de natureza artesanal e artística off-line, mas sempre fruto de ferramentas digitais nos universos conectados. O tecnografismo já faz parte da expressão digital corrente e aparece em um grande número de publicações de internautas nos espaços de escrita da web 2.0. Se a plurissemioticidade é uma forma de transgressão notável da autonomia dos códigos nos espaços off-line, frequentemente de natureza artística, on-line, ela é uma norma semiótica que se tornou comum, como mostrarão os exemplos escolhidos aqui a título de breve tipologia indicativa.

II. A RELAÇÃO IMAGEM-TEXTO: ENUNCIÇÃO MATERIAL VISUAL E VIRADA VISUAL

Há questões a propósito do uso massivo da imagem on-line: trata-se de uma vitória da imagem sobre a escrita, ou da criação de compósitos nos quais a imagem e o texto formam um só? Assistimos a uma textualização da imagem ou a uma iconização do texto? Como o sentido é produzido nesse tipo de dispositivo tecnográfico? As respostas apresentadas pela pesquisa on-line mostram que a imagem predomina, seja através de uma imagem textualizada ou de uma iconização do texto. A imagem trabalha o texto, no quadro de uma enunciação material visual nativamente digital, e podemos falar de um “tornar-se-imagem” do texto, na esteira dos trabalhos sobre o “tornar-se-imagem na literatura” (Nachtergaele 2017). A relação texto-imagem é tema de muitas teorizações desde os anos 1990, que retomaremos antes de desenvolver as noções de enunciação material visual e de iconização do texto.

1. O iconotexto

A primeira noção posta em pesquisa para abarcar a relação imagem-texto é o iconotexto de Michel Nerlich, definido a partir da combinação e da copresença do texto e da imagem na história em quadrinhos, no álbum, ou no cinema principalmente. O iconotexto, que permanece na ordem do livro, é definido como “uma unidade indissolúvel de texto(s) e imagem(ns) na qual nem o texto nem a imagem tem função ilustrativa e que - normalmente, mas não necessariamente - tem a forma de um ‘livro’” (Nerlich 1990). Para Michel Vouilloux, a relação entre a imagem e o texto implica a hibridização de dois códigos semióticos que seguem todavia distintos; ele fala de “coimplicação” dos códigos (Vouilloux 2013). Para esses dois autores, a relação texto-imagem permanece num quadro dualista, as duas categorias semióticas do icônico e do textual persistindo enquanto tais.

2. A conversacionalização da imagem

No outro sentido, isto é, a partir da imagem, é preciso mencionar a “conversacionalização da imagem” realizada, segundo André Gunthert, pela web social há uma década. A web 2.0 produziu o que ele chama de “a imagem conversacional, produto inesperado do encontro entre a digitalização dos conteúdos visuais e a interação documentada” (2014: §4). As distinções claras de ordem pré-digital entre ícone e texto, foram substituídas por uma porosidade dos dois códigos, possível graças às facilidades da tecnologia: “A digitalização, reduzindo a materialidade das imagens, confere-lhes uma plasticidade e uma mobilidade novas. Sob a forma de arquivos fáceis de copiar ou de manipular, o objeto icônico torna-se imagem fluida” (2014: 6). André Gunthert fala apenas da fotografia, e não trabalha com os compósitos texto-imagem, mas sua análise esclarece os fenômenos de textualização da imagem que se produzem na internet. Para ele, essa evolução está ligada a uma “revolução da desespecialização” (2014: §18), entendida ao mesmo tempo como a adesão de muitas pessoas (os amadores) às possibilidades de criação e de difusão

de fotografias, e à uma transformação do gesto fotográfico, que perde sua dimensão estética para adquirir funções ordinárias (documentar sua vida, compartilhar suas experiências e suas emoções, difundir informações, trocar). A fotografia “tornou-se um componente entre outros do universo da comunicação” e se encontra atualmente “embutida em cada objeto conectado” (2014: 20).

As imagens conversacionais, das quais fala André Gunthert, o são somente por sua circulação: elas não integram elementos linguageiros propriamente ditos. Encontram-se, no entanto, inúmeras imagens dotadas de incrustações textuais, das quais o melhor exemplo é o meme (o emblemático *lolcat* por exemplo), mas que assumem formas variadas, fixas (vinhetas constituídas de fotos acrescidas de uma citação, por exemplo) ou animadas (incrustações de segmentos textuais em vídeos). Fala-se, então, de textualização da imagem.

3. Uma percepção visual do texto

William Mitchell possibilita ir além de uma concepção da relação texto-imagem que permanece dualista, propondo a ideia de uma “*virada visual*” no campo dos *estudos visuais* (Mitchell 2009 [1986], 1994). Ele define a cultura visual como uma abordagem perceptiva e avalia que a imagem organiza nossa percepção semiótica ou até mesmo domina a linguagem articulada:

Em 1994, William J. T. Mitchell anuncia uma das grandes teorias do pensamento contemporâneo propondo, após a *virada linguística e narrativa*, uma *virada visual*, que dominaria a produção intelectual e artística da contemporaneidade. Essa *virada visual* marcaria igualmente a passagem da pós-modernidade, caracterizada pelo desaparecimento das grandes narrativas, para o regime do tudo-imagem, ou, ao menos, da dominação da imagem sobre a linguagem articulada (Nachtergaele 2017: 292).

Magali Nachtergaele precisa, ainda, que “A *virada visual* não exclui, no entanto, uma parte linguística e narrativa, bem ao contrário, ela as

articula simplesmente segundo outra perspectiva, prioritariamente visual” (Nachtergaele 2017: 293). Que a imagem venha antes da linguagem articulada sem a apagar, ao contrário, a reconfigurando, de forma icônica (por uma iconização do texto) constitui uma hipótese congruente com as observações feitas on-line. A imagem apareceria, então, como uma forma legítima do texto e poderíamos dizer sobre o texto, o que Magali Nachtergaele diz sobre o tornar-se-imagem da literatura:

Se nos situarmos no centro da *virada visual* para observar as formas literárias que nela evoluem, é então possível, desse ponto de vista, reconsiderar as margens do literário e designar esses espaços intermediários e visuais como uma forma contemporânea legítima do literário a partir da imagem (Nachtergaele 2017: 294).

Na internet, numerosos elementos visuais testemunham de fato essa dominação da imagem sobre a linguagem, e podemos falar de uma enunciação material visual: material porque ela passa pela elaboração programável dos tecnografismos, e visual porque a imagem é predominante em relação ao texto, ao menos pelo formato de circulação (.jpg, .tiff ou qualquer outro formato de imagem). Existe, de fato, numerosas ferramentas de fabricação de tecnografismo on-line, que são ferramentas de enunciação visual: geradores de memes, de vinhetas, ferramentas de incrustação de texto, geradores de fotos de perfil, de avatares, de banners, de filtros. Uma funcionalidade recente do Facebook (2017) permite escolher um fundo colorido e um tema de fundo antes de nele inscrever seu texto; o resultado é um texto tornado imagem.

Produz-se então na internet uma verdadeira iconização do texto, que toma formas variadas, dentre elas a captura de tela de texto, que se tornou uma prática corrente nos últimos anos.

II. A ICONIZAÇÃO DO TEXTO. O EXEMPLO DA FOTOGRAFIA DE TEXTO

Desenvolve-se cada vez mais, especialmente nas redes sociais, a prática de captura de tela de texto ou de fotografia de texto: num tuíte

ou num status de Facebook, o internauta integra uma captura de tela ou uma fotografia de um excerto de texto, frequentemente com trechos sublinhados, para ilustrar ou apoiar seu discurso, ou transmitir uma informação. Programas e aplicativos especificamente dedicados à captura de tela facilitam essa operação, como explica, por exemplo, essa descrição da ferramenta *Screenshot Captor*: “Ele se encarrega da apresentação em várias telas, permite renomear facilmente as imagens, dispõe de vários modos de captura (multi-monitor, área de trabalho, janela ativa, objeto, etc., que podem ser rapidamente ativados por meio de atalhos)”². Tais ferramentas propõem igualmente sistemas para sublinhar e para anotar, especificamente adaptadas para o uso comunicacional e informativo da captura de tela.

1. Questões tecnodiscursivas

Laurence Allard reforça com razão que essa produção segue ignorada pelos especialistas do digital, embora constitua um verdadeiro “escrito de tela” no sentido em que Emmanuël Souchier entende essa noção (Allard 2015a). A prática da captura de tela de texto apresenta de fato vários traços tecnodiscursivos que interessam diretamente à própria definição do texto e da textualidade.

Um tecnodiscurso relatado

Postar uma fotografia de texto é citar um discurso no modo direto num gesto no qual os marcadores enunciativos pré-digitais do discurso relatado desaparecem e são substituídos por índices tecnológicos: nome do perfil de origem para identificar o discurso citante, contornos da fotografia para identificar o discurso citado, dispositivo da captura de tela para identificar a modalidade direta.

2 Apresentação do programa no site 01net.com, <https://www.01net.com/telecharger/windows/Multimedia/capture_ecran/fiches/34342.html>



22. A captura de tela de texto, exemplo de um artigo do *Monde.fr* difundido no Twitter.

Uma prática da citação

A captura de tela ou a fotografia de texto constitui uma nova prática da citação, sendo tanto a extração quanto a inserção em outro contexto asseguradas por procedimentos tecnológicos. A forma pré-digital da citação, que apresenta uma homogeneidade do código entre o texto-fonte e o excerto (o texto-fonte, como a citação extraída, estão na ordem escritural), é modificada pelo compósito: a citação não pertence mais à mesma ordem semiótica do texto-fonte, mas à imagem fotográfica.

Um embutimento do contexto

A captura de tela ou a fotografia de livro integra a materialidade do suporte. Esse é o caso particularmente dos livros fotografados, que podem estar acompanhados de elementos de contexto (uma mão, um

canto de mesa, um objeto, um fundo). Os adeptos dessa prática explicam às vezes que eles desejam captar/capturar e compartilhar momentos de leitura particularmente intensos. É, então, o contexto ao mesmo tempo espacial e temporal que é embutido na imagem de texto.



23. Fotografia de texto com contexto embutido, Facebook, 27/06/2016.

Uma digitalização nativa

A imagem fotográfica de texto borra as fronteiras entre pré-digital e digital, papel e tela, e a expressão *digitalização nativa* parece, à primeira vista, incoerente. Mas com a fotografia de texto, o impresso é digitalizado diretamente on-line, sem passar pelas etapas programáveis habituais e amiúde profissionais da digitalização de documentos. Produz-se então uma digitalização nativa da internet, por amadores que curto-circuitam as distinções entre o impresso e o digital nativo. Com a fotografia de texto, estamos em alguma coisa que se assemelha ao hackeamento do texto.

2. Funções tecnodiscursivas

A iconização do texto assegura ainda várias funções não excludentes.

Contornar as limitações de formato

No Twitter, especialmente, a captura de tela permite fazer aparecer longos textos num único tuíte. Essa prática constitui o que Laurence Allard chama de “hackeamento de uso” em seu trabalho sobre o mob-texto (Allard 2015b).

Contornar a restrição de inscrição

De maneira análoga, essa prática permite compartilhar conteúdos de uma rede em outra, contornando a restrição de inscrição. O Twitter é público e acessível aos não-inscritos, enquanto o Facebook, por exemplo, não é acessível sem a criação de uma conta. Capturas de tela de artigos de jornais pagos permitem igualmente colocar à disposição um maior número de conteúdos protegidos, o que constitui um hackeamento não somente de uso, mas também jurídico.

Transmitir informações a distância

A iconização do texto permite também obter rapidamente informações impossíveis de receber off-line, porque elas não estariam disponíveis ou seriam muito longas para receber. A transmissão de referências de pesquisa é recorrente nas redes sociais entre os coletivos de pesquisadores: a página de uma citação, a data de publicação de uma obra, a versão de um excerto numa outra língua, são elementos que transitam pelas fotografias de textos, livres das restrições das pesquisas em bibliotecas e das cópias fastidiosas.

*

* *

A prática da captura de tela de texto ou da fotografia de texto impresso constitui uma verdadeira transformação da textualidade, tanto no

nível da leitura quanto no nível da recepção. De modo geral, a captura de tela de qualquer objeto, e não somente de textos, e as trocas recorrentes de fotografias se inscrevem, segundo Laurence Allard, numa nova maneira de viver, uma sociabilidade que ela não hesita em chamar de *registro de existência*: “a ‘vida capturada’, ou seja, fotografada, videografada, feita texto constitui agora um registro de existência que se realiza a partir de agora não diante de uma tela, mas **com** telas escritoras” (Allard 2015a, on-line; grifos da autora). A conversão digital atinge de fato os produtos da atividade de linguagem em todos os seus níveis, até o cerne da textualidade.

IV. TIPOLOGIA DOS TECNOGRAFISMOS

Escolhemos examinar aqui algumas das formas mais frequentes de tecnografismos on-line: o avatar, o banner, o contador, o botão, o meme, o cartaz, a incrustação textual e o filtro.

1. Representação de si: avatares, banners, contadores

Certas formas têm em comum contribuir para a descrição de si on-line e participar de uma tecnologia de si.

Avatares

O termo *avatar* tornou-se polissêmico: designando a princípio uma forma visual que encarnava um internauta num jogo on-line, ele nomeia atualmente qualquer representação visual que identifica um usuário on-line, em especial nas redes sociais. Em todos os seus sentidos, o avatar pode integrar uma dimensão textual, o que justifica fazê-lo em forma de tecnografismo.

A evolução do sentido da palavra avatar é bem traçada nos trabalhos de Fanny Georges (2012, 2013a) e de Étienne Armand Amato e Étienne Perény (2013). O termo designa primeiramente, conforme sua etimolo-

gia (do sânscrito *avatara*, que significa a descida à terra), a encarnação do deus Vishnu numa forma terrestre, o que leva ao sentido corrente de metamorfose ou transformação. No contexto dos jogos digitais no começo dos anos 1990, “o avatar interativo corresponde a forma visual que um dispositivo interativo coloca à disposição de seus usuários para que interajam entre si”; trata-se então da “inscrição visual do usuário na tela” (Amato, Perény 2013: 92). O termo *inscrição* deve ser entendido no seu sentido gráfico: Fanny Georges especifica que se trata de fato “de conjuntos de informações ou personagens digitais que representam os habitantes dos mundos virtuais. O avatar, enquanto identidade projetiva, é o produto da interpretação do jogador e, enquanto sistema tecnossemiótico, é condicionado pela interface” (2012: 33). O avatar é inicialmente um produto semiótico, mesmo não contendo explicitamente signos gráficos. Ele é, como indica Jacques Anis desde 2001, no texto “*Approche sémiolinguistique des représentations de l’ego dans la Communication Médiée par Ordinateur*”, uma forma “de expressão da pessoa” (Anis 2001: 21 *et. ss.*), como os pseudônimos e as personalizações gráficas.

No fim dos anos 1990, o sentido do termo engloba qualquer representação visual de um internauta, seu ícone de substituição, e não somente sua duplicação animada:

Por extensão, falamos de avatar a partir do momento em que um programa fornece ao usuário uma representação visual através da qual as trocas acontecem. Mesmo a imagem fixa (ou animada em looping no formato gif), que o internauta escolhe para tornar-se visível num fórum ou numa conversa, foi rapidamente qualificada genericamente de avatar. Essa vinheta figurativa, com valor de retrato, constitui para nós um “avatar fotogênico” (Amato, Perény 2013: 95).

Os avatares são particularmente utilizados nos fóruns, onde eles propõem uma representação do usuário que pode ser ao mesmo tempo icônica e textual. Se certos avatares são apenas icônicos, outros são tecnográficos, de acordo com os formatos propostos pelos sites e pelos geradores automáticos: existem de fato inúmeras ferramentas automáticas

on-line para fabricar um avatar, e, mais amplamente, tecnografismos de todo tipo (pode-se também utilizar um programa de edição visual, o que personaliza ainda mais o produto e o aproxima da arte ou do artesanato). No fórum “Chats” do site Doctissimo (<<http://forums.cnetfrance.fr>>), os internautas podem elaborar seus avatares a partir dos seguintes elementos, que integram informações textuais e representação visual: pseudônimo, imagem de perfil, sexo, data de nascimento, número de visitas, fotos, vídeos e mensagens. O participante do fórum Morpheus2711 é representado pelo seguinte avatar (<<http://club.doctissimo.fr/morpheus2711/>>):

Morpheus2711
Fidèle

Envoyer un message
Ajouter à mes amis

Ses Infos

Homme
Né le 27 novembre 1981

Statistiques

28 visites
36 Photos
6 Vidéos
161 messages sur le forum
[Tous les commentaires](#)

Alerter les modérateurs

24. Avatar de um participante do fórum “Chats” do site Doctissimo.

Ao final da evolução da palavra, *avatar* veio a designar simplesmente a identidade digital ou a presença digital, abandonando então a categoria do tecnografismo, mas não a da textualização da pessoa:

Ao final, nas redes tecno-sociais como MySpace ou Facebook, é possível recorrer ao termo avatar tanto num sentido técnico, agora clássico, para designar seu retrato figurativo (o avatar fotogênico), quanto num sentido metafórico para qualificar sua ficha de identidade completa. Essa generalização se justifica por um raciocínio que abstrai a ideia de avatar para além da representação apenas gráfica, a fim de designar qualquer formalização semiótica coerente que vale para si. Ela insiste também sobre a distância entre a pessoa real e a pessoa posta à disposição on-line, a única que o outro pode consultar (Amato, Perény 2013: 97).

Esse sentido é precisamente o que é utilizado nesta manchete do jornal francês *Le Figaro*, no dia 03/02/2012, “@fhollande, avatar digital de François Hollande”, para designar a conta de Twitter do candidato à presidência.

Banners

Num fórum, o avatar aparece em posição inicial para identificar o enunciador; em posição final aparecem às vezes banners destinados a fornecer uma segunda identificação. Anne-Sophie Béliard, num trabalho sobre a encenação dos fãs num fórum dedicado à série televisiva *Prison Break*, define o banner como uma “faixa composta de montagens fotográficas ou visuais e de textos, que aparece sob a mensagem” (Béliard 2009: 193). Como os avatares, os banners são facultativos; eles têm, portanto, uma função mais decorativa e estética do que verdadeiramente identificadora, e aumentam os descritores de si. Como no caso dos avatares, os geradores automáticos on-line são numerosos e permitem resultados frequentemente sofisticados, que valorizam o perfil dos participantes de fóruns. Os banners tecnográficos associam, tal qual os avatares, imagens e texto, que constituem um verdadeiro discurso. Anne-Sophie Béliard considera, a partir do estudo de 850 mensagens e dos avatares e banners que os acompanham no fórum *Prison Break Fan*, que esses tecnografismos “contribuem [...] para categorizar o fã no espaço do fórum” (Béliard 2009: 204). De fato, os membros adquirem lugares mais ou menos institucionalizados por denominações nos fóruns, lugares

conquistados pela qualidade e pelo número de suas participações, mas igualmente graças à qualidade dos tecnografismos produzidos em seus perfis. As habilidades técnicas são objeto de discussões e de trocas e os banners circulam de fã em fã, por empréstimo ou encomenda: não é raro que um participante “encomende” um banner de um usuário experiente, que adquire no fórum, então, uma posição “de artista”.

Contadores

Uma forma menos corrente de representação visual de si análoga ao banner de fórum é o contador, literalmente “régua” ou “tira”, elemento tecnográfico dinâmico personalizável. Catherine Ruchon, no seu trabalho sobre “L’expression de la douleur et de l’attachement dans les discours sur la maternité”, estuda sua forma nos fóruns consagrados ao luto por crianças e os define como “elementos grafo-discursivos que podemos qualificar de escala temporal” (Ruchon 2015: 251). O fórum *Doctissimo* propõe, em uma página reservada - “Seu contador no Doctissimo” -, elaborar sua assinatura por meio desse tecnografismo, assim definido: “Os contadores são imagens personalizadas dinâmicas. Eles permitem exibir calendários ou contagens regressivas”. As instruções distinguem os outros elementos constitutivos do contador: “Nada mais simples, escolha um fundo, um cursor, um tipo de evento e uma data, valide e está pronto”. São propostas seis categorias, “nascimento”, “casamento”, “aniversário”, “personalizados”, “férias”, “festas” (Natal, Ano novo, Halloween, Dia dos namorados). A figura 25 mostra os dois contadores que aparecem abaixo do post de uma internauta no fórum Chats, apresentando os aniversários de dois de seus gatos. Na prática, é possível acrescentar gifs animados (no exemplo, os dois gatos acima dos contadores são animados). Num outro fórum, MagicMaman.com, as opções são mais numerosas; são propostas 17 categorias: concepção, nascimento-gravidez, adoção, licença maternidade/paternidade, amamentação, dietas, batizado, aniversário, volta às aulas, casamento, amor, parar de fumar, festa, mudança, férias, lançamento de filmes, livros ou álbuns, contadores personalizados. O contador funciona, portanto, como

uma contagem regressiva ligada a um evento que representa parcialmente o internauta no contexto da discussão. Catherine Ruchon aponta que “a atualização se faz no carregamento ou a cada atualização da página”, o que permite uma reatualização permanente dos votos de aniversário para os mortos, por exemplo (Ruchon 2015: 251): nesse sentido, o contador é um elemento dêitico, como inúmeros conteúdos digitais conectados que somente podem existir com a presença on-line do internauta. Ele constitui igualmente uma formatação discursiva dos acontecimentos da vida, prescrevendo categorias socialmente e culturalmente definidas.



25. Mensagem com contador retirada do fórum “Chats” de Doctissimo.

1. Os botões da relacionalidade

As páginas de internet estão cheias de pequenos tecnografismos que contêm programas destinados a executar certas ações. O tecnografismo é, portanto, clicável e pede um enunciado de gesto que leva a uma manipulação (Bouchardon 2011). Os botões de compartilhamento ou botões sociais disponíveis nas grandes redes e os botões individuais integrados aos blogs e sites são *widgets*, isto é, elementos de base de uma interface gráfica (como os menus ou caixas de diálogo) que servem para compartilhar conteúdos, para curti-los ou para efetuar outras operações (entrar

num blog, obter uma citação, enviar um e-mail). São tecnografismos produtores de discurso, ou seja, tecnosignos.

Os botões sociais se apresentam sob duas formas: uma forma explicitamente tecnográfica, com texto aparente, quer se trate do nome da rede (Facebook, Twitter, Google+, Pinterest, etc.), da sua inicial (F para Facebook, G+ para Google+, I para Instapaper, W para Wordpress, etc.), do gesto efetuado (curtir, compartilhar, tuitar, pinar, etc.); ou uma forma não explicitamente textual, que retoma o logo icônico da rede (pássaro azul para o Twitter, círculo duplo azul e vermelho para Flickr, elefante para Evernote, coruja para Hootsuite, etc.). Nos dois casos, os botões permitem efetuar uma operação discursiva explícita (compartilhar um conteúdo efetuando uma operação de tecnodiscurso relatado, por exemplo) ou implícita (o gesto de curtir um conteúdo é polissêmico e recobre vários enunciados implícitos: eu curto o que você está publicando, eu estou aqui, eu li, eu estou te enviando um olá, eu estou te dizendo bom dia, eu apoio a sua inscrição nessa rede, etc.). Os botões individuais são quase sempre explicitamente textuais, pois eles devem indicar ao internauta o tipo de ação a ser efetuada. Os botões, sociais ou individuais, são tecnografismos discursivos, que produzem enunciados e/ou asseguram a relacionalidade dos conteúdos da web: sua função essencial é permitir a navegação de uma página, de uma plataforma ou de uma rede a outra e, conseqüentemente, de *ligar* os discursos e os enunciadores uns aos outros.

3. O meme de internet. O caso da imagem macro

Os memes são, em sentido geral, elementos culturais transmitidos por replicação e transformação, como os genes que se transmitem biologicamente. Há pouquíssimos trabalhos em ciências da linguagem e, mais amplamente, em ciências humanas e sociais, sobre os memes, que são sobretudo quantitativos, mas encontramos alguns estudos nos quais as abordagens estão alinhadas à análise do discurso digital. Um número recente da revista *Travaux de linguistique*, intitulado “Les mèmes langagiers: propagation, figement et déformation” (Gautier, Siouffi 2016 orgs.) aborda a questão do meme em geral e trata do meme de internet

em três artigos, dos quais dois são relativos ao tuíte. Os ângulos adotados são morfolexicológico e discursivo, uma vez que o número da revista almeja “combinar o estudo da fixação/desfixação com o da difusão” (Gautier, Siouffi 2016: 9).

Definição do meme

Maud Bonenfant lembra a definição geral do meme num dos raros estudos existentes sobre seus aspectos comunicacionais:

O conceito de meme é, alhures, definido como um elemento de código cultural que é reconhecível e reprodutível. Ele provém do *meme* de Richard Dawkins (1976), conceito criado pela contração das palavras *gene* e *mimésis*. Dawkins estabelece um paralelo entre a biologia (natureza) e a informação (cultura) a fim de compreender como uma informação pode circular e mudar como um gene. Ele propõe, assim, uma equivalência estrutural entre o código genético e o código cultural: tal como os genes que se replicam e mudam, haveria disseminação das informações culturais por imitação e transformação (Bonenfant 2014: §11).

Os memes de internet ou memes digitais são elementos culturais nativos da internet que se propagam na esfera pública por replicação e transformação nas redes e comunidades digitais. Podem ser vídeos, de celebridades ou personagens famosas, imagens macro, ou segmentos linguageiros (palavra, hashtag, expressão, fórmula, frase). Clément Renaud os define como “mensagens curtas cômicas feitas de texto, imagem, vídeo ou sons que ganham rapidamente forte popularidade na Internet, sendo nela partilhados, comentados e, em seguida, transformados durante sua difusão” (Renaud 2014: 49, citado por Gautier, Siouffi 2016: 12-13). Nem todos os memes de internet são, portanto, tecnografismos.

O conjunto forma uma cultura específica da internet, geralmente designada como subcultura, cultura popular ou cultura pop (Konstantineas, Vlachos 2012). Os pesquisadores que se debruçaram sob este objeto

frequentemente sublinharam sua ilegitimidade na pesquisa acadêmica: Maud Bonenfant observa repetidamente em seu artigo que os memes são considerados produções “banais” ou “ordinárias” e, portanto, de pouco interesse para os pesquisadores em informação e comunicação (Bonenfant 2014); Limor Shifman começa sua obra, *Memes in Digital Culture*, com uma declaração de legitimação de seu objeto: “Este livro é o primeiro passo para superar a enorme lacuna entre o discurso acadêmico (cético) e o popular (entusiástico) sobre memes” (Shifman 2014: 3).

As imagens macro. Formas e funções

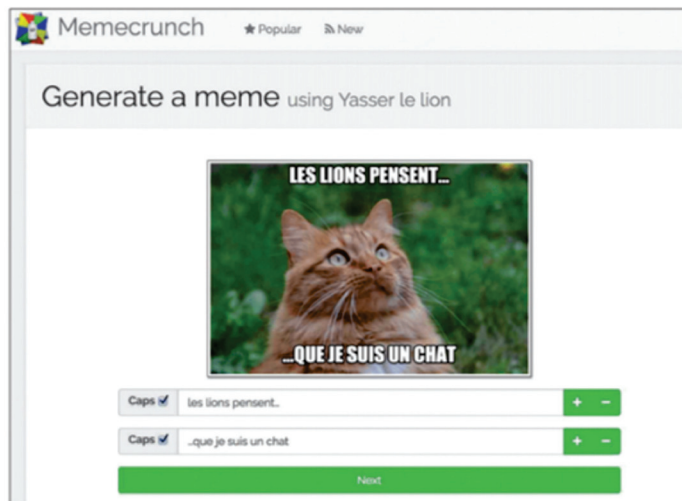
Dentre os memes de internet, as imagens macro constituem tecnografismos. Trata-se de compósitos tecno-verbo-icônicos (mistura de imagem e de texto produzida por gerador ou outra ferramenta técnica) que são objeto de operações de repetição e de reformulação, no quadro de uma difusão viral, isto é, ao mesmo tempo, rápida e numerosa. Os exemplos mais conhecidos são os *lolcats*, analisados num artigo pioneiro e inovador de Laura-Gabrielle Goudet: “Anthropomorphisme et sociolecte des mèmes internet: lolcats et ctlebrities” (Goudet 2016a). Não há até o momento um estudo em ciências da linguagem sobre o meme tecnográfico. Ela o definiu da seguinte maneira:

O termo *lolcat* designa o conjunto [fotografia de gato] e [legenda na imagem, fazendo o animal falar], redigida ou não num idioleto particular [...]. Além da presença indispensável de gatos, o texto é comumente disposto acima e abaixo da ilustração, numa política empregada frequentemente para os memes da internet (impactante, escrita em branco com contorno preto, para ser legível em qualquer tipo de imagem). Essas ilustrações usam imagens escolhidas pelos internautas (e não uma fonte oficial), e misturam expressões fixas características dos *lolcats* [...] com elementos da cultura popular [...]. Essa intertextualidade, e a origem folclórica dessas ilustrações, são propriedades típicas dos memes. Os *lolcats*, então, são memes que utilizam imagens macro de gatos (Goudet 2016a, on-line).

Pode-se caracterizar as imagens macro pelos seguintes traços tecnodiscursivos:

- Produções nativas. As imagens macro são nativas da internet, fabricadas, difundidas e compartilhadas on-line. Elas provêm, em geral, de geradores automáticos e circulam nas redes e comunidades da internet.

- Produções compósitas. A montagem imagem-texto é integradora, isto é, os dois elementos não têm autonomia. Por essa razão, o texto não é verdadeiramente uma legenda ou um comentário, mas um componente intrínseco do meme, perfeitamente inscrito na *virada visual* descrita por William Mitchell. Da mesma maneira, o meme tirado de seu contexto digital e das circulações virais nas quais ele ocorre perde sua natureza de tecnografismo digital e sua dinâmica semântica: é o contexto que faz o meme. Não detalharemos aqui os mecanismos de produção do sentido das imagens macro, o que nos afastaria da perspectiva propriamente tecnodiscursiva adotada nessa obra (os mecanismos são descritos no que diz respeito aos *lolcats* no artigo de Laura-Gabrielle Goudet, mas são absolutamente transponíveis para o conjunto de imagens macro).



26. Criação de um *lolcat* no gerador Memecrunch no dia 28/07/2017.

- Formatos pouco numerosos. São relativamente pouco variados e correspondem a três modelos: mesma imagem e variação do texto (por exemplo, uma mesma fotografia de gato, de outro animal ou personagem, é replicada com ajuda de vários textos); variação da imagem e do texto (imagens e textos são replicados de diferentes formas, mas mantendo o enquadramento de base); variação da imagem e texto idêntico (apenas a imagem varia e o texto permanece idêntico nas diferentes replicações). As formas gráficas são igualmente bem estáveis: o texto está em maiúscula branca com contorno preto para impactar.

- Produções anônimas. A imagem macro, como o meme em geral, é anônima, não tendo assinatura, e sendo destinada, por natureza, a ser usada, difundida, copiada, transformada. Alguns sites de redocumentação de dados on-line, como o *Know Your Meme*³ se esforçam em retrair a história de cada meme e em voltar ao meme original. Mas essa genealogia é comumente questionada, já que o meme é definido por sua viralidade e não por sua identidade.

- Produções virais. A viralidade é estrutural no meme, que deve seu estatuto de meme à sua circulação. Uma imagem macro que não circulasse não seria um meme, mas uma simples imagem-texto. De modo geral, a viralidade define aquilo que se chama de os “fenômenos de internet”, como precisa Maud Bonenfant:

De fato, os memes digitais são considerados como parte daquilo que os anglófonos chamam de “fenômenos da Web”, que se alinham ao lado de todos os fenômenos virais na internet. O fenômeno viral é compreendido como sendo um elemento que se destaca do fluxo contínuo da produção de informações postas on-line a cada minuto. Ele é apresentado em diferentes suportes (imagens fixas, imagens animadas, texto, etc.) e tem diferentes objetivos: principalmente um objetivo humorístico, mas também objetivos comerciais, políticos, estéticos ou outros (Bonenfant 2014: §4).

3 *Know Your Meme* é o banco de dados mais famoso e o mais completo sobre memes, <<http://knowyourmeme.com/>>.

A difusão é fundamental na definição do meme de internet “tanto de um ponto de vista tecnológico (alavancando todas as novas formas de compartilhamento do conhecimento geradas graças a Internet), quanto de um ponto de vista social”, explica ainda Maud Bonenfant (Bonenfant 2014: §5). Os memes se disseminam de acordo com dois grandes modos de difusão: a replicação e a variação. A replicação é a difusão de uma mesma imagem macro idêntica; a variação é sua difusão com uma reformulação do texto, da imagem ou de ambos. A operação de reformulação se faz dentro das restrições tecnodiscursivas (em particular brevidade e binaridade), a partir da imagem de origem, raramente identificada por causa do anonimato da produção e do grande número e rapidez das difusões.

No plano discursivo, as imagens macro participam de várias dinâmicas:

- A estereotipação. Replicação e variação operam uma estereotipação do conteúdo original e contribuem, portanto, para a elaboração de um discurso da doxa e de uma cultura digital, como esclarece Laura Goudet num artigo sobre “Le dispositif iconotextuel des mèmes”:

As criações iconotextuais, nas quais imagem e texto confluem, se assentam em um arquétipo comportamental, conceitual, associado a um gênero discursivo (conselho ou paródia) pelas múltiplas reiteraões da mesma ilustração, chamada imagem macro. As centenas, de fato, milhares de exemplos de cada meme convergem para corroborar o estereótipo original (Goudet 2016b: 2).

Ela explica igualmente que “a condensação semiótica e discursiva evoca um arquétipo, que contribui para a inteligibilidade rápida desses discursos formatados” e propõe a “noção de ‘clichê variável’ para falar desses memes, que se renovam invertendo seu valor, ou contestando os arquétipos sociais” (Goudet 2016b: 2).

Essa noção de clichê variável dá conta da difusão por variação do meme, a partir de um quadro inicial fixo, que torna a imagem reconhecível e interpretável.

- Categorização, nomeação, ideologização. A imagem macro é reconhecível e interpretável também porque ela categoriza os objetos culturais da internet, os nomeia, produzindo e organizando as opiniões. A imagem macro é uma produção ao mesmo tempo cognitiva, discursiva e tecnográfica, que organiza o universo semiótico conectado:

Os memes aparecem, se reproduzem e se diversificam onde encontram a oportunidade de adquirir novos espaços de vida e novas fontes de energia. Sua ação é determinante na formação das opiniões humanas e, conseqüentemente, dos comportamentos individuais e coletivos, traduzindo-se, finalmente, em estruturas sociais mais ou menos pesadas, que geram, por sua vez, novos memes (Basquiat, Jacquemin 2001: on-line, citado por Bonenfant 2014: §12).

Laura Gabrielle Goudet descreve o sistema de denominação dos memes, propondo a noção de memônimo, para falar dos nomes de categorias de memes, isto é, dos conjuntos produzidos pela replicação e pela variação. Ela cita, por exemplo, *Courage Wolf*, *Depression Dog*, *Confession Bear*, *First Day on the Internet Kid*, *Bad Luck Brian* ou *Sudden Clarity Clarence*, que nomeiam conjuntos de replicações de um meme original. “Esses batismos”, ela explica, “ancoram esses memes na cultura da internet: ter um nome é ter uma identidade. É igualmente ter um lugar no ambiente imediato dos internautas” (Goudet 2016b: 9).

- Memória tecnodiscursiva e enciclopédica conivente. O meme está assentado na memória tecnodiscursiva ao mesmo tempo que a constitui: a replicação e a variação pode apenas, de fato, operar a partir de uma forma-fonte depositada na memória tecnodiscursiva, investigável graças às ferramentas de pesquisa, contrariamente aos universos não conectados. Ainda que as imagens macro sejam anônimas, seu circuito digital é documentável graças aos rastros deixados por sua circulação. Além disso, a compreensão do meme e, portanto, a possibilidade de sua reformulação estão assentadas numa cultura de convivência e das referên-

cias comunitárias ou reticulares que constituem uma memória digital. É essa memória que amalgama os grupos e as comunidades, como mostra Maud Bonenfant:

Os memes se tornam relevantes para definir os referentes de um grupo (e, portanto, sua identidade). Há o compartilhamento de um universo comum de sentido e os memes podem ser compreendidos enquanto “objetos” **semânticos compartilháveis**, compartilhados e “sintomáticos” de uma cultura. Nesse contexto, os memes digitais, vistos como fenômenos culturais próprios das redes sociodigitais, podem ser considerados enquanto sinais de relações entre os indivíduos de determinadas comunidades on-line (Bonenfant 2014: §13).

O meme sob a forma de imagem macro é uma categoria importante de tecnografismo que circula nos universos digitais, tanto pela quantidade de imagens produzidas, quanto pelo lugar que ele ocupa na elaboração dos discursos on-line.

4. Cartazes digitais

O cartaz digital é a fotografia ou autofotografia de uma pessoa apresentando um cartaz escrito a uma lente, postada num espaço on-line.

Funcionamento tecnolinguístico

Trata-se de um dispositivo fotográfico nativo composto de três elementos: 1. uma mensagem textual escrita num cartaz, misturada de maneira compósita com 2. o corpo daquele que segura o cartaz, interpretável como enunciador (de fato, não é sempre o caso, e o cartaz pode relatar o discurso de um terceiro, como ocorre em determinadas campanhas feministas mencionadas a seguir) e 3. a publicação do conjunto on-line. Trata-se, portanto, de um tecno-foto-grafismo.

A mensagem é quase sempre manuscrita - o que não é uma das características menos importantes desse tecnografismo -, e inscrita no

papel ou papelão mais ou menos preparado e cortado para tal finalidade; às vezes o próprio cartaz já é digital e o portador mostra a tela de um tablet ou de um smartphone. As mensagens são frequentemente hashtags ou slogans, muitas vezes breves e redigidas para produzir um impacto no leitor; mas alguns cartazes apresentam mensagens mais longas, que são por vezes difíceis de ler, como as mencionadas por André Gunthert no artigo “Image conversationnelle. Les nouveaux usages de la photographie numérique”, pertencente ao movimento “We are the 99%”. Às vezes com mais de vinte linhas, eles constituem verdadeiros textos cujos suportes são profundamente renovados pelo ecossistema digital: a textualidade só existe na fotografia, e o texto assume, portanto, uma forma de dimensão meta, pois se desdobra em dois níveis simultaneamente, o texto fotografado e a fotografia do texto.

Ao contrário do meme, o cartaz pode constituir um gesto semiótico solitário e permanecer no estado de *hapax*. É o caso desse cartaz militante postado em 2013 por um iraquiano visitando o museu de Pérgamo em Berlim, posando diante de uma porta colossal com uma placa com a frase: “This belongs to Iraq / Isso pertence ao Iraque”:



27. Cartaz digital isolado, realizado em 2013 e publicado em 15/02/2015 no Facebook.

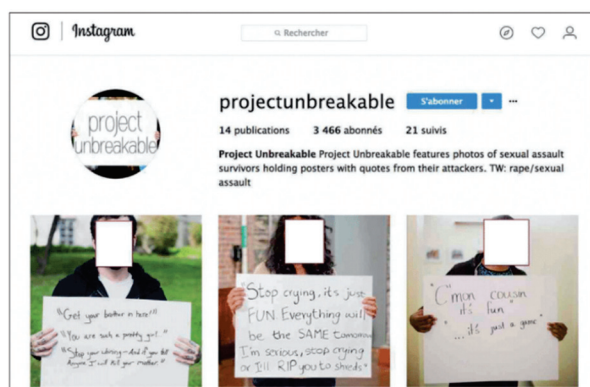
Contudo, o cartaz é frequentemente a ferramenta semiótica central de inúmeras campanhas digitais de dimensão humanitária, social ou política

na internet. Nesse caso, constituem-se séries, o quadro fotográfico e o texto permanecem os mesmos, mas os locutores e os contextos variam. Os exemplares são, na maior parte das vezes, redocumentarizados, recolhidos e reunidos em sites, tumblrs, ou contas e páginas de redes sociais (Facebook, Pinterest, Instagram).

O exemplo dos cartazes do projeto *Unbreakable* permite compreender o funcionamento enunciativo desse tecnografismo.

O exemplo do projeto Unbreakable

O *Project Unbreakable* é um projeto nativo da web, sem existência IRL (*in real life* / na vida real), constituído de uma série de fotos reunidas num tumblr e redifundidas numa página de Facebook⁴, a maioria feitas pela criadora do site, Grace Brown, ou enviadas por pessoas violadas⁵. Nesse projeto, os sujeitos fotografados carregam um cartaz que apresenta não as palavras que poderíamos lhes atribuir, mas as de seu violador durante a agressão. O site tem um objetivo terapêutico, e a publicação das falas insanas e inconcebíveis tem como finalidade suspender o tabu com finalidade de cura (o subtítulo do site é “The Art of Healing”, que significa “a arte da cura”).



28. Início da página inicial no tumblr do projeto *Unbreakable* no Instagram.

4 O tumblr, <http://projectunbreakable.tumblr.com>; a página de Facebook, <http://www.facebook.com/projectunbreakable>.

5 Para uma análise detalhada desse projeto, consultar Paveau 2014.

O site permite observar um fenômeno interessante a respeito da colocação em tecnodiscurso das falas dessas pessoas: se saímos da lógica do “suporte” e se consideramos que o formato é contínuo ao discurso e participa de sua elaboração, então compreendemos que esse tumblr tanto cria as falas quanto as autoriza.

A imposição da fala relatada é significativa e o dispositivo compósito [corpo da pessoa + cartaz + difusão da fotografia] é muito consistente, como vimos, mas o formato do cartaz se desdobra em diversas variantes. A forma canônica adotada pela fotógrafa Grace Brown é, de fato, transformada pelos internautas em diversos formatos, que aparecem de modo recorrente no site: o cartaz pode se decompor em díptico ou tríptico (o texto se desdobrando em duas ou três fotografias); o rosto do locutor pode estar encoberto (pelo cartaz, especialmente); o cartaz pode aparecer sozinho, com uma mão ou dedos que o seguram, como metonímia do corpo; um díptico aparece às vezes associando um cartaz digital e a fotografia de uma tatuagem de cura; os cartazes de grupo são por vezes enviados (vários cartazes digitais numa única foto, com uma unidade estilística garantida pelo material escolhido, do papelão ondulado comum, por exemplo, ou a cor do que está escrito). Essas variantes garantem finalmente a adequação ao gênero cartaz digital, e então se pode falar de verdadeiro tecnogênero do discurso: uma forma estabilizada, com traços fixos, disponíveis na memória textual e cognitiva dos escritores, reproduzível, transmissível, e que regula uma prática sociodiscursiva. Algumas variantes permanecem únicas: uma mulher posa nua cercada pelos corpos igualmente nus de seus colegas modelos de pintura; outra apresenta um cartaz que é reduplicado numa lousa de sala de aula atrás dela; uma pessoa surda sinaliza seu texto em vez de inscrevê-lo num cartaz.

É preciso perguntar como se justifica a escolha do cartaz digital para dizer a palavra do violador, já que todos esses cartazes são voluntários. Primeiro, o dispositivo do cartaz permite a difusão da fala sem a tomada de palavra física: o escrito, por sua forma silenciosa, protege o sujeito do afrontamento direto do outro, implicado pelo oral, e essa proteção é reduplicada pela distância fotográfica (o escrito é uma fotografia do escrito). Ao mesmo tempo, sendo o escrito quase sempre manuscrito,

mantem-se nesse dispositivo uma corporeidade escolhida e mostrada, que parece assegurar o engajamento dos locutores. De qualquer forma, o cartaz prova que, com o digital, estamos longe do mito da desmaterialização e da ausência de presença física na web.

Compreende-se, observando essas práticas, que as teorias e as análises enunciativas disponíveis no campo das linguísticas do texto e do discurso devem ser ampliadas para serem capazes de capturar os discursos nativos on-line. Uma pessoa diante de uma lente segurando um cartaz no qual há um discurso que ela parece assumir corresponde com ao discurso relatado, no caso, com o discurso relatado direto, em auto-citação: isso quer dizer que o locutor relata seu próprio discurso. Se quisermos definitivamente fazer uma analogia com os discursos impressos nos quais os especialistas têm o hábito de trabalhar o discurso relatado, então as marcas enunciativas do discurso direto (verbo de elocução, dois pontos, aspas) desaparecem, substituídas pelo ato de segurar o cartaz. É, de fato, esse cartaz que o sujeito expõe a uma câmera que diz àquele que vai ler: qualquer um pode falar e dizer “[texto do cartaz]”. O cartaz ocupa, portanto, o lugar das marcas do discurso direto, e esta é a especificidade desse discurso relatado on-line, que passa por materialidades e imagens. O cartaz digital nos diz, deveras, que uma palavra, destacada de seu ponto de enunciação correntemente admitido, isto é, a boca e o espírito, se origina de outra materialidade: o papel no contexto de uma fotografia. Mas a enunciação está lá, e o cartaz é certamente um enunciado, um “tecnosenunciado”, um enunciado ampliado de materialidade tecnológica.

O cartaz digital de pessoas violadas, no entanto, faz falar um outro, o violador, e tem-se então o caso do discurso relatado com dois locutores: a pessoa que relata (aqui, a portadora do cartaz, que é o sujeito da foto), e a pessoa que fala, o enunciador atribuído ao texto que é apresentado no cartaz. Em praticamente todos os cartazes consultados no site aparecem aspas, que são a marca tipográfica canônica do discurso direto. As aspas às vezes são trabalhadas, quase caligrafadas, frequentemente de bom tamanho em relação à escritura: são os sinais mais importantes, aqueles que dizem que foi um outro que disse, e que separam absolutamente a fala violadora da fala violada. O cartaz digital, portanto, desloca as ca-

tegorias ordinárias do discurso relatado, dos usos da grafia e das formas da fonte enunciativa.

O cartaz digital, dispositivo discursivo nativo, propõe um novo funcionamento semiótico para o discurso proferido e impõe uma nova definição de textualidade.

5. Incrustações textuais e reconfiguração por filtros

Muitos outros tecnografismos apresentam um compósito texto-imagem, especialmente graças às ferramentas e aplicativos que permitem incrustar ou sobrepor texto às imagens, fixas ou animadas. Mencionamos anteriormente os numerosos geradores de memes e os programas de montagem visual, mas alguns aplicativos, como o Périscope, funcionam a partir do compósito: os vídeos divulgados ao vivo no Périscope apresentam incrustados os comentários dos internautas, chegando às vezes a ocultar uma boa parte da imagem. Périscope é uma rede social que apresenta a função conversacional dos comentários, como toda rede. O programa os coloca *sobre* a imagem e não de modo periférico, como acontece em outras redes de imagens fixas ou animadas como o Pinterest, Instagram ou Youtube, onde os comentários desempenham a função de “acompanhamento conversacional” (Gunthert 2014). Os comentários sobre a imagem do Périscope têm um estatuto intermediário: como comentários, podem ser considerados acompanhamento conversacional, mas sua disposição os orienta na direção do compósito estrutural.

Os filtros constituem outro modo de textualização da imagem. Um filtro de foto é uma imagem que pode ser superposta à foto de perfil de um usuário de modo a lhe permitir exibir um apoio a uma causa, a uma equipe, a um candidato, etc., ou uma emoção compartilhada, depois de um atentado, por exemplo. Trata-se então de uma reconfiguração que constitui uma forma de discurso. A plataforma Facebook propõe, por exemplo, a função “Mude sua foto de perfil”, ilustrada pelo slogan “Demonstre seu apoio a uma causa, apoie sua equipe favorita ou comemore um momento de sua vida” e propõe superpor à sua foto de perfil centenas de filtros: principalmente equipes esportivas, mas também causas (50

proposições no dia 18/08/2016), bandeiras, em apoio às equipes esportivas durante as competições ou a países que vivenciaram atentados ou catástrofes naturais, filmes, séries de televisão, uma pomba da paz, etc. Os filtros são tanto verbo-icônicos quanto apenas icônicos, mas, nos dois casos, constituem um discurso social, ético ou político, explícito ou implícito. Os filtros propostos variam com as atualidades: arco-íris na época das *Paradas* (#OrgulhoLGBT), sabre de luz de *Star Wars* na estreia do filme. Os editores de foto on-line e as ferramentas de retoque visual, às vezes especializadas, nas redes sociais (como a *Social Media Image Maker*, por exemplo) podem igualmente permitir a elaboração de seu próprio filtro. As campanhas de opinião propõem igualmente suas próprias ferramentas para customizar o perfil de modo a propagar uma mensagem política. É, por exemplo, o caso da campanha feminista “*Not there / Não está lá*”, lançada em março de 2015 pela fundação Clinton para lutar contra a invisibilidade das mulheres nos espaços profissionais e públicos. A campanha consiste em elaborar dispositivos semióticos que permitem destacar a ausência de mulheres: pôsteres urbanos duplos mostram, um deles, uma mulher (fotografada ou desenhada) ligada a uma marca, a uma empresa, a um slogan e, o outro, o mesmo pôster sem a figura feminina; vídeos indicando a sobreposição do nome de uma mulher que fala em off, sem ser vista na tela. On-line, o site <<http://notthere.noceilings.org>> propõe uma customização para a foto de perfil nas redes sociais, que consiste em colocar uma simples silhueta, no modo dos formatos padrão das redes.

Esse tipo de tecnografismo funciona no compósito imagem-texto, que funda os novos modos de semiotização nos universos digitais.

Tradução:

Julia Lourenço Costa
Luciana Lima Alcântara



TECNOLOGIA DISCURSIVA

I. DESCRIÇÃO E DEFINIÇÃO. A LINGUAGEM NA TECNOLOGIA

Chamaremos de tecnologia discursiva ao conjunto dos processos de uso discursivo da língua em um ambiente digital, com base em dispositivos de produção linguageira constituídos de ferramentas informáticas on-line ou off-line (softwares, API, CMC) e propostos em aparelhos (computador, telefone, tablet). A tecnologia discursiva produz tecnodiscursos dotados de traços específicos: on-line, eles são compósitos (coconstituídos de linguageiro e de tecnológico), deslinearizáveis (pelos links hipertextuais), relacionais (todo enunciado on-line está ligado a outro enunciado, a um aparelho e a um internauta), investigáveis (consequência da relacionalidade e da estrutura algorítmica da web), imprevisíveis (consequência da composição e da relacionalidade) e ampliáveis (devido à natureza participativa da web e a ferramentas específicas para a escrita coletiva).

II. DA TECNOLOGIA INTELLECTUAL À TECNOLOGIA DISCURSIVA

A noção de tecnologia discursiva é proposta na continuidade da de tecnologia cognitiva, para dar conta, na perspectiva de uma cognição externa, da contribuição de instrumentos materiais para a elaboração dos pré-discursos (quadros prévios à construção dos discursos):

[...] falarei de ferramentas da tecnologia discursiva (brevemente: ferramentas discursivas) para designar instrumentos, materiais ou não, que permitem “trabalhar” e “fabricar” os pré-

discursos, tendo em vista a elaboração dos discursos. Podem ser ferramentas linguísticas (gramáticas, dicionários, manuais, listas, guias de conversação, ensaios puristas, etc.), escritos e inscrições de todos os tipos (das etiquetas de escritório às inscrições de monumentos aos mortos, passando pelas embalagens de alimentos, convites e grafites), e numerosos outros artefatos como os blocos de notas, as listas, os cadernos de endereços, as agendas, os calendários, etc. Podem ser também, como assinala B. Conein, “dados públicos, métodos instrumentais, como todos os artefatos que permitem adquirir, estocar, visualizar uma quantidade de informações de que um único indivíduo não pode tratar” (2005: 176) – (Paveau 2006: 132).

A noção retoma igualmente a de tecnologia intelectual sob a forma de “técnicas materiais e intelectuais do trabalho intelectual” de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron, em uma nota do capítulo II de *La reproduction*, intitulado “Tradition lettrée et conservation social”, da seção “Langage et rapport au langage”:

Não é de surpreender que os estudantes cuja origem social predisponha à desenvoltura distinta traíam em muitas de suas condutas o desprezo aristocrático pelas necessidades subalternas (reflexo da oposição universitária entre o ato intelectual perfeitamente realizado e as iniciativas laboriosas do trabalho pedagógico), já que a instituição escolar relega objetivamente ao último posto de sua hierarquia a inculcação metódica das técnicas materiais e intelectuais do trabalho intelectual e da relação técnica com essas técnicas (Bourdieu, Passeron 1970 : 153, nota 21).

Ela se situa igualmente, e, sobretudo, em relação à noção de tecnologia intelectual implementada nos anos 1970, em um contexto diferente daquele de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron: surgido em Bell 1973, o termo *tecnologia intelectual* é difundido mais amplamente a partir de Goody 1977, e conhece sua fortuna em ciências da informação e da comunicação, em particular em pesquisadores que se ocupam da internet e dos dispositivos digitais. Encontramos igualmente *tecnologia*

relacional (a partir do fim dos anos 2000, em Bernard Stiegler e no conjunto de pesquisadores em torno do grupo *Ars industrialis*) e *tecnologia da linguagem* em Jean Véronis (nome do blog que manteve de 2004 até sua morte em 2013).

Falar de tecnologia discursiva para dar conta dos discursos nativos da web é operar uma modificação epistemológica e teórica em ciências da linguagem: o objeto da análise linguística não é mais a matéria linguageira homogênea, linear, produto de uma enunciação humana, divisível em unidades discretas e formalmente objetivas (ou seja, análoga para todos), mas é marcado pela composição, pela deslinearização, pela ampliação, pela relacionalidade, pela imprevisibilidade e pela investigabilidade, traços que mudam sua própria natureza e os dispositivos teóricos e metodológicos que devem servir para sua análise.

III. O TECNODISCURSO E SEUS COMPONENTES

Para refinar a descrição dos tecnodiscursos, propomos várias categorias destinadas a dar conta de seu funcionamento tecnolinguageiro nos planos morfolexicológico, enunciativo, discursivo e semiodiscursivo.

1. Dimensão morfolexicológica: tecnopalavra e tecnosigno

Chamaremos de *tecnopalavra* a um elemento lexical simples ou composto clicável, ou seja, que direciona o escrileitor de um texto-fonte para um texto-alvo que decorre de outra situação enunciativa. A tecnopalavra pode ser uma URL, mas pode ser fabricada *ad hoc* pela inserção de um link sob uma unidade lexical ou sintagmática mais ou menos longa (ver o verbete *Hipertexto*). Pode tratar-se de uma hashtag ou de um pseudônimo (no Twitter), sendo a dimensão tecnológica clicável manifestada pela cerquilha ou pela arroba.

O tecnosigno tem a ver com o ícone, mas, como a tecnopalavra, é clicável e pode realizar algumas ações discursivas: trata-se, por exemplo, de botões sociais (botões de compartilhamento ou de acesso às redes

sociais), botões de curtir em todas as suas formas (joia do Facebook, coração do Twitter, etc.) e mesmo de botões que permitem transações financeiras (o sistema de micropagamento Flattr permite instalar um botão em seu site de maneira a receber uma quantidade de dinheiro predeterminada a cada like).

2. Dimensão enunciativa: tecnodiscurso relatado

O tecnodiscurso relatado (ver o verbete que lhe é dedicado) é uma operação de compartilhamento de um conteúdo de um ecossistema digital a outro (de um blog a uma rede social, de uma rede social a outra, de um site a uma rede social, etc.) por meio de uma ferramenta de compartilhamento geralmente proposta pelas plataformas. Os conteúdos são transportados de um ambiente a outro, segundo diferentes modalidades. Uma propriedade notável do tecnodiscurso relatado é sua automatização, que implica o embutimento de metadados aferentes ao conteúdo relatado e a fidelidade tecnologicamente prescrita dos conteúdos relatados.

3. Dimensão discursiva: tecnogênero de discurso

Um tecnogênero é um gênero de discurso específico dos universos digitais nativos, seja porque é nativo deles (a thread no Twitter ou a lista de links nos blogs), seja porque sua forma foi negociada ou produzada de maneira a se tornar específica da web (o comentário ou a denúncia). O tecnogênero de discurso pode ser apreendido por diferentes abordagens, mas a análise do discurso digital privilegia a dimensão da restrição sociotécnica (ver verbete *Tecnodiscurso relatado*).

4. Dimensão semi-discursiva: tecnografismo

O tecnografismo é uma produção discursiva baseada em uma integração da imagem e do texto, que utiliza as possibilidades multimidiáticas da internet. Podemos citar a imagem macro (uma forma de meme), o cartaz digital, a fotografia de texto ou o contador. No tecnografismo, as

dimensões icônica e textual não são isoláveis e não têm funcionamento autônomo; a ordem do texto e a ordem da imagem se fundem, assumindo a imagem uma posição dominante em relação ao texto, em virtude da *virada visual* que parece se realizar atualmente na internet, bem como nos espaços de publicação off-line (consultar o verbete *Tecnografismo*).

Tradução:

Tamires Cristina Bonani Conti

Leticia Moreira Clares



TUÍTE

I. DESCRIÇÃO E DEFINIÇÃO

Um tuíte é um enunciado plurissemiótico complexo, limitado a 140 caracteres com espaço, fortemente contextualizado e não modificável, produzido nativamente on-line na plataforma de microblogagem Twitter¹. O tuíte aparece no feed do tuiteiro e na linha do tempo de seus seguidores. Desde o nascimento da plataforma, em 2006, suas formas evoluíram consideravelmente, passando de um formato simples (um enunciado inscrito em uma janela) a formatos e combinações variados (tuíte com foto, vídeo ou gif, com compartilhamento, autorretuitagem, thread, etc.). Além dessa variedade, o tuíte apresenta um problema de circunscrição que atesta a natureza idiodigital dos enunciados on-line: seus formatos são, de fato, dependentes dos modos de consulta da plataforma pelos usuários. Essa questão tem implicações diretas na metodologia escolhida para sua análise, segundo a perspectiva de pesquisa adotada, logocentrada ou ecológica (Paveau 2013a, 2013c).

1. Forma estereotipada

A forma estereotipada do tuíte, que se encontra mais frequentemente, em especial quando o tuíte é exportado para fora do Twitter e mesmo off-line (na imprensa, por exemplo, ou na televisão), é a mesma, horizontal, que aparece nas linhas do tempo. O formato evoluiu desde a criação do Twitter em 2006; em julho de 2017, o tuíte simples, ou seja, que não contém nem ilustração nem compartilhamento (as diferentes

1 A plataforma propõe dois outros tipos de enunciados: o texto do perfil, que figura na página do usuário, em 160 caracteres, e a DM (direct message), mensagem privada, agora de tamanho ilimitado.

TUÍTE

configurações do tuíte são apresentadas mais abaixo), apresenta-se da seguinte forma:



29. O tuíte simples, forma estereotípica, conta da autora, 28/06/2017.

O tuíte simples é constituído dos seguintes elementos:

- foto de perfil do usuário;
- nome do usuário;
- pseudônimo do usuário;
- data do tuíte, relativa ou absoluta;
- texto do tuíte inscrito na janela específica (140 caracteres com espaços);
- lista de operações possíveis indicadas por ícones abaixo do texto (antigamente acompanhadas de palavras-consignas): responder, retuitar, curtir, atividade dos tuítes²;
- botão de seta para baixo indicando um menu que rola, com as seguintes funções: copiar o link do tuíte, incorporar tuíte, mascarar, bloquear, sinalizar tuíte, não curto esse tuíte, adicionar em outro momento (se não houver momento na conta do usuário) e acrescentar o momento sem título, acrescentar a um outro moment, acrescentar a um novo moment (se existir um moment ou um moment sem título)³; portanto, o link do tuíte em si constitui um elemento definidor;
- se for o caso, se o tuíte estiver em uma língua diferente da da plataforma consultada, a menção “originalmente em [língua]”, que abre com um clique uma tradução automática.

2 Todos os tuítes são agora dotados de metadados quantitativos: impressões (número de visualizações do tuíte no Twitter), engajamentos totais (número de interações), cliques nas hashtags, abertura de detalhes, curtidas, cliques no perfil.

3 Os “moments” surgem no Twitter em 2015 permitem reagrupar os tuítes em torno de um acontecimento ou de uma atualização; eles fazem parte das numerosas ferramentas de documentarização da web.

TUÍTE

Todos esses elementos são clicáveis, exceto o texto do tuíte fora das tecnopalavras. Vemos que este último está acompanhado de um conjunto considerável de metadados e funcionalidades, que ancora o tuíte no contexto de sua linha do tempo e de sua rede de hipertexto.

A forma estereotípica é resumida no caso da incorporação do tuíte a outro ecossistema digital, por exemplo, um blog ou uma declaração de imprensa, por meio da funcionalidade “incorporar tuíte” proposta no Twitter. Só aparecem, então, o texto do tuíte, o nome e o pseudônimo da conta do autor e a data, sendo mantida a clicabilidade das tecnopalavras.

2. Forma ecológica

Mas essa primeira forma pode ser considerada um resumo: clicando no tuíte⁴, abre-se uma janela vertical que inclui outras indicações e outros elementos de contexto, especialmente as repostas e os retuítos:



30. O tuíte simples, forma ecológica, conta da autora, 28/06/2017.

4 Em um formato anterior, o tuíte incluía a função *Detalhe*, acessível a partir da palavra-consigna *Abrir*.

São então acrescentados:

- o botão de inscrição no alto à direita (se o tuíte aparece em outra linha do tempo, diferente da do autor);
- a hora da publicação (a posição das informações de datação muda);
- o número de retuítos na íntegra;
- o número de “curtidas”⁵ na íntegra;
- os avatares dos tuíteiros que atuaram no tuíte;
- a janela “tuitar sua resposta” com o avatar do proprietário da conta a partir da qual o tuíte é visualizado, sendo os conteúdos da web 2.0 idiodigitais;
- os tuítos que constituem a conversação, se o tuíte ocorre em uma troca (não é o caso do tuíte da figura 30).

3. Forma logocentrada

Chamamos de forma logocentrada à apresentação do tuíte que retém somente os elementos de conteúdo linguageiro, em detrimento do conjunto dos elementos discursivos e tecnodiscursivos mencionados acima.

É uma forma frequentemente adotada pelos pesquisadores em ciências da linguagem que se debruçam sobre as produções digitais, especialmente em uma perspectiva quantitativa, mas igualmente em alguns trabalhos qualitativos. O tuíte aparece, então, por exemplo, com esta forma:

[1] #bourdindirect Uma família homo vive fora das normas da reprodução humana, portanto no sentido biológico não é uma família.

[2] Desvendar completamente a filiação de ordem natural sob o pretexto de sua injustiça significa escancarar a porta para a eugenia em massa.

[3] A #GPA é um entrave à natureza. #ManifDeLaHonte.

[4] “Venho defender a família natural. Todas as civilizações se afundaram na homossexualidade, a Grécia.

5 Em uma versão anterior, tratava-se de um favorito.

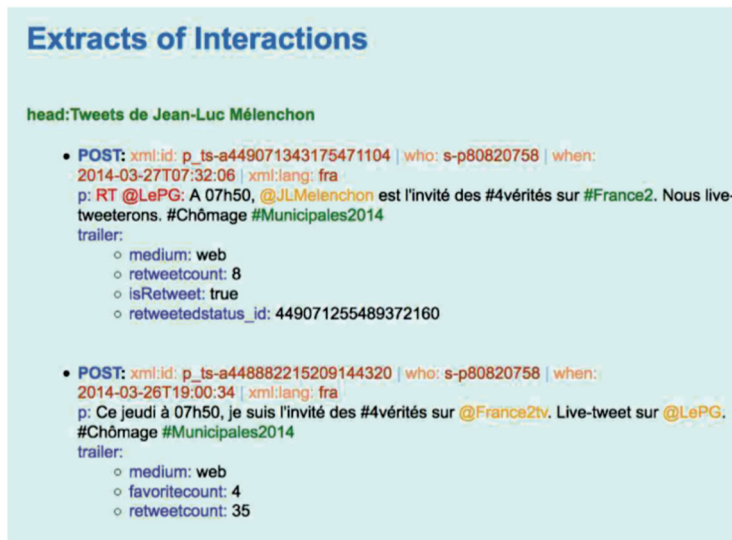
TUÍTE

[5] Há desvios que fazem com que homens acreditem amar homens, o mesmo para as mulheres, mas seu amor não pode formar uma família.

(Jackiewicz 2016 : 89-90)

Essa opção é uma forma de extração e envolve certo número de princípios de análise que não fazem parte de uma análise do discurso digital: os traços dos discursos digitais nativos, composição, ampliação, deslinearização, investigabilidade, imprevisibilidade e plurissemiotividade são de fato apagados, e os analistas se situam, portanto, em uma episteme pré-digital (Paveau 2017). É interessante notar que, no artigo dessa pesquisadora, as ilustrações que aparecem nos tuítes são apresentadas separadamente, elas também extraídas de seu contexto, sendo os conteúdos logocentrados dos tuítes reproduzidos numa lista que vem em seguida (Jackiewicz 2016: 93).

Outra forma de processamento logocentrado do tuíte aparece no projeto Polititweets, que oferece versões padronizadas dos tuítes, permitindo pesquisas lexicométricas. Após a coleta, os pesquisadores dispõem deste tipo de resultado:



Extracts of Interactions

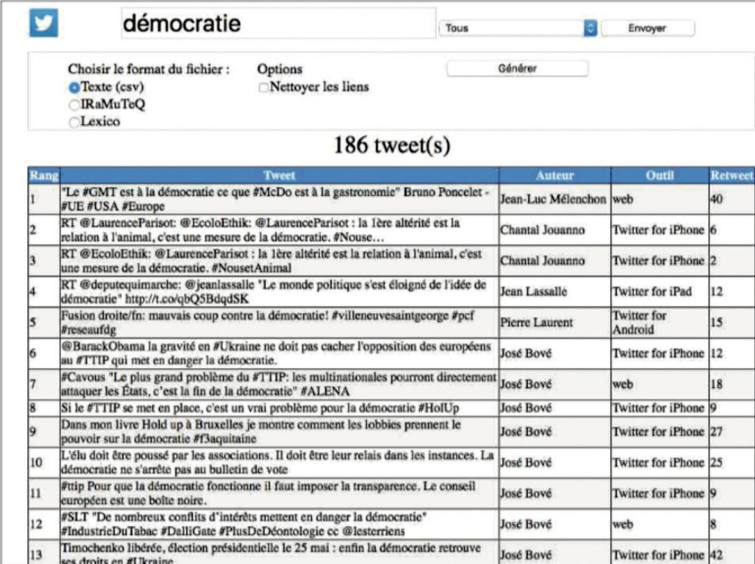
head:Tweets de Jean-Luc Mélenchon

- **POST:** xml:id: p_ts-a449071343175471104 | who: s-p80820758 | when: 2014-03-27T07:32:06 | xml:lang: fra
p: RT @LePG: A 07h50, @JLMelenchon est l'invité des #4vérités sur #France2. Nous live-tweeterons. #Chômage #Municipales2014
trailer:
 - medium: web
 - retweetcount: 8
 - isRetweet: true
 - retweetedstatus_id: 449071255489372160
- **POST:** xml:id: p_ts-a448882215209144320 | who: s-p80820758 | when: 2014-03-26T19:00:34 | xml:lang: fra
p: Ce jeudi à 07h50, je suis l'invité des #4vérités sur @France2tv. Live-tweet sur @LePG. #Chômage #Municipales2014
trailer:
 - medium: web
 - favoritecount: 4
 - retweetcount: 35

31. O formato dos tuítes no projeto Polititweets
(Longhi *et al.*, 2014 : on-line).

TUÍTE

Se o código de cores permite distinguir os elementos clicáveis dos lineares, o tuíte assim formatado não permitirá o acesso às conversas, ao contexto da linha do tempo, às fotografias que o coconstituem e aos conteúdos-alvo acessíveis pelas tecnopalavras. O link específico para cada tuíte também não é mais documentado. O projeto se inscreve no quadro da lexicometria e permite constituir corpus, que se materializam sob essa forma, na qual os traços tecnolinguageiros não aparecem mais:



Rang	Tweet	Auteur	Outil	Retweet
1	"Le #GMT est à la démocratie ce que #McDo est à la gastronomie" Bruno Poncelet - #UE #USA #Europe	Jean-Luc Mélenchon	web	40
2	RT @LaurenceParisot: @EcoloEthik: @LaurenceParisot: la 1ère altérité est la relation à l'animal, c'est une mesure de la démocratie. #Nouse...	Chantal Jouanno	Twitter for iPhone	6
3	RT @EcoloEthik: @LaurenceParisot: la 1ère altérité est la relation à l'animal, c'est une mesure de la démocratie. #Nouse!Animal	Chantal Jouanno	Twitter for iPhone	2
4	RT @deputequimarche: @jeanlassel "Le monde politique s'est éloigné de l'idée de démocratie" http://t.co/sbQ5BdqdSK	Jean Lassalle	Twitter for iPad	12
5	Fusion droite/in: mauvais coup contre la démocratie! #villeneuveaingeorge #pcf #reseaufdg	Pierre Laurent	Twitter for Android	15
6	@BarackObama la gravité en #Ukraine ne doit pas cacher l'opposition des européens au #TTIP qui met en danger la démocratie.	José Bové	Twitter for iPhone	12
7	#Cavous "Le plus grand problème du #TTIP: les multinationales pourront directement attaquer les Etats, c'est là fin de la démocratie" #ALENA	José Bové	web	18
8	Si le #TTIP se met en place, c'est un vrai problème pour la démocratie #HoUp	José Bové	Twitter for iPhone	9
9	Dans mon livre Hold up à Bruxelles je montre comment les lobbies prennent le pouvoir sur la démocratie #3aquitaine	José Bové	Twitter for iPhone	27
10	L'Eu doit être poussé par les associations. Il doit être leur relais dans les instances. La démocratie ne s'arrête pas au bulletin de vote	José Bové	Twitter for iPhone	25
11	#tip Pour que la démocratie fonctionne il faut imposer la transparence. Le conseil européen est une boîte noire.	José Bové	Twitter for iPhone	9
12	#SLT "De nombreux conflits d'intérêts mettent en danger la démocratie" #IndustrieDuTabac #DallGate #PlusDeDéontologie cc @lesterriens	José Bové	web	8
13	Timochenko libérée, élection présidentielle le 25 mai : enfin la démocratie retrouve ses droits en #Ukraine	José Bové	Twitter for iPhone	42

32. Um extrato de corpus constituído a partir das ferramentas propostas pelo projeto Polititweetes, apresentado no blog do projeto (<<http://ideo2017.ensea.fr/outil-danalyse-de-tweets/>>).

Vemos que esse tipo de trabalho é diferente da abordagem construída pela análise do discurso digital. Do ponto de vista ecológico, podemos criticar seu método de extração e de normalização, que não permite dar conta do funcionamento contextual dos enunciados no Twitter. Pode-se dizer que, da perspectiva dos trabalhos sobre as formas logocentradas para fins lexicométricos ou outros, elabora-se uma gramática do tuíte comparável à gramática da frase; o tuíte realmente parece servir como unidade de trabalho, como a frase nas linguísticas frásticas.

O exame desses três formatos mostra que a questão da definição do tuíte é complexa e dependente das concepções do pesquisador (logocentrada *versus* ecológica) e de suas ferramentas de leitura e de captura. De uma perspectiva tecnodiscursiva ecológica que leva em conta a natureza contextual do tuíte em seu ambiente, trataremos do tuíte em sua forma ecológica.

II. FORMAS LINGUAGEIRAS E TECNOLINGUAGEIRAS

O tuíte explora várias categorias de formas languageiras, tecnolinguageiras, icônicas, tecnográficas. A lista a seguir não é exaustiva, mas almeja indicar as principais categorias de elementos presentes no Twitter:

- formas languageiras lineares sem outras características tecnolinguageiras além da inscrição em um ambiente digital;
- símbolos, formas icônicas, emoticons, emojis ou formas providas da Art ASCII não clicáveis;
- tecnopalavras clicáveis, como a hashtag marcada com a cerquilha #, que permite a redocumentarização de um tema ou acontecimento, e o pseudônimo marcado pela arroba @, que permite reenviar à conta do tuiteiro;
- palavras-consignas clicáveis (sugestões do menu de rolagem);
- hiperlinks (URL) clicáveis, geralmente reduzidos por meio de ferramentas específicas, que permitem o acesso a outros ecossistemas e que, no caso da imprensa, em particular, embutem uma ilustração no corpo do tuíte;
- fotografias, incluindo capturas de tela;
- gifs;
- vídeos.

Os três últimos elementos são parte integrante do tuíte, na medida em que são contabilizados no número de caracteres permitidos até setembro de 2016. Essas formas podem ser combinadas de maneira mais ou menos complexa: alguns tuiteiros têm uma escrita puramente linear

(caso de tuitertura), outros combinam as palavras, as tecnopalavras, os links e os diversos símbolos de maneira às vezes complexa.

III. TIPOLOGIA DOS TUÍTES

A plataforma do Twitter, que propunha, quando nasceu, em 2006, uma forma única de tuíte, oferece, mais de dez anos depois, possibilidades muito numerosas, designadas por um léxico específico da plataforma, incluindo termos frequentemente neológicos e sinais. Essas possibilidades formam uma espécie de gramática tecnolinguageira do Twitter, de natureza evolutiva, uma vez que novas possibilidades escriturais aparecem regularmente, enquanto outras desaparecem. De acordo com seu caráter reflexivo e metadiscursivo, e com a informalidade das aprendizagens que ele contribuiu amplamente para instalar, a internet propõe muitos guias e tutoriais on-line que definem as formas de publicação, os termos e as siglas, e que formam um corpus de regulação das práticas tecnodiscursivas na plataforma (o mesmo pode ser dito de outras grandes redes ou locais de comunicação on-line, sempre acompanhados de inúmeros guias de utilização). A tipologia a seguir identifica as principais formas tecnodiscursivas do tuíte.

1. O tuíte

O usuário tuíta uma mensagem, em uma ou mais vezes (os tuítes podem ser simplesmente encadeados, numerados, pontuados pelas reticências), possivelmente mencionando seu tuíte anterior com a sigla #TP. A postagem de tuítes pode ser automatizada a partir de um blog ou de uma ferramenta de monitoramento. Pode-se distinguir o tuíte simples, sem ilustração nem compartilhamento, cada vez mais raro, do tuíte composto, com foto ou gif ou vídeo, ou com compartilhamento por meio de uma URL, que se materializa, geralmente, conforme os programas dos ecossistemas compartilhados, por uma janela interna ao tuíte, não contabilizada no número de caracteres autorizados.

Também se pode distinguir o tuíte único do encadeado, o primeiro formando uma unidade linguageira e informacional, o segundo constituindo apenas uma parte da unidade linguageira (uma frase, por exemplo) e da informação (ver a descrição da thread a seguir). Essa distinção é importante para a análise: um tuíte não se resume a uma janela de 140 caracteres, longe disso; é, sem dúvida, um mal-entendido e mesmo um erro assimilar um tuíte a uma fórmula ou a uma pequena frase.

2. A resposta ao tuíte

O usuário responde a um tuíte, no quadro de um diálogo ou polílogo, sendo a resposta marcada pelo pseudônimo do interlocutor no início do tuíte, contabilizada no número de caracteres do tuíte até março de 2017. Nesta data, o marcador de resposta torna-se um metadado, e a menção “em resposta a” encabeça o tuíte sem ser contada.

O sistema do Twitter requer que apenas os seguidores do tuiteiro e os destinatários da resposta possam ler o tuíte na linha do tempo. Uma maneira de neutralizar essa restrição é colocar um ponto no início do tuíte, que então se torna legível para todos os assinantes em sua linha do tempo (uma forma de produto que apareceu por volta de 2012). Mas, de fato, como apontam Marwick e boyd 2011, as respostas são legíveis a todos por meio de ferramentas como search.twitter.com, a linha do tempo pública ou a página do Twitter do destinatário. A partir de 2014, as respostas são materializadas por um fio que liga verticalmente o tuíte e a resposta.

As evoluções na gestão tecnodiscursiva da comunicação no Twitter mostram que a declaração editorial feita pelos programadores assume a explicitação do funcionamento conversacional; a declaração editorial assume ares de linguística popular.

3. O retuíte

O usuário difunde um tuíte, atividade marcada pela sigla RT (retuíte) ou MT (*modified tweet*), com ou sem comentário pessoal. Essa funcio-

nalidade apareceu em 2009 e, em 2016, o Twitter instala o autoretuíte, que consiste em poder retuitar seus próprios tuítes, o que aumenta as possibilidades de compartilhamento e, portanto, a difusão e disseminação dos conteúdos. A função de retuíte evoluiu na história da plataforma: inicialmente, o retuíte era restrito ao limite de 140 caracteres, e a plataforma não permitia distinguir os limites do tuíte retransmitido do comentário do retransmissor. Tratava-se de uma forma de discurso relatado com limites fluidos entre o discurso citante e o discurso citado, permitindo modificações e confusões enunciativas. Os usuários, então, estabeleceram procedimentos de marcação enunciativa: um usuário comentava antes ou depois de uma barra dupla (//); outro marcava seu comentário com uma seta; em suma, os usuários produziram a forma do retuíte. O retuíte tornou-se em seguida uma forma editorialmente otimizada, pois a partir de então uma janela específica se abre para o comentário eventual do retransmissor, sendo o conteúdo retuitado totalmente preservado em sua janela original; os limites entre discurso citante e discurso citado são, portanto, assumidos e garantidos pelo programa de computador, e não pelo locutor on-line.

4. A thread

Os tuiteiros sempre hackearam os limites dos 140 caracteres, compondo suas mensagens além da janela reservada. A tuitatura é um dos primeiros tecnôgenos de discurso a ter sistematizado essa prática. Para indicar essa ultrapassagem e, portanto, sinalizar aos usuários que uma mensagem longa aparecerá, os usuários também implementaram técnicas de produto: numeração, pontuação, marcador de início (“Começo uma série de tuítes”) e de fim (“Fim da série”). Em 2014, a plataforma propõe a função thread (fio), que permite escrever mensagens longas a partir da função resposta e do fio que a materializa na tela.

Desde então, os usuários produzem anúncios de threads que se inscrevem em formas languageiras fixas, como “segue o fio” ou, mais explicitamente, “[assunto x]: a thread”, ou icônicas, como inserir setas. A thread torna-se um tecnôgeno de discurso: a historiadora

Mathilde Larrère se tornou conhecida, por exemplo, publicando regularmente atualizações históricas, entre pedagogia e polêmica, sobre tópicos atuais, que ela redocumentariza em seguida com a ferramenta Storify. Ela explica que as prepara com antecedência em um arquivo word, que sua publicação é completamente composta, documentada e enquadrada e que sua redocumentarização é, conseqüentemente, antecipada (Servat 2016).

IV. PRÁTICAS TECNODISCURSIVAS

As práticas tecnodiscursivas no Twitter são abertas e, desde o início da plataforma, os usuários inventaram constantemente novas maneiras de comunicar e de se expressar, que correspondem a formas tecnodiscursivas e a tecnogêneros. Edward Mischaud considera, com razão, que a rede Twitter testemunha uma configuração social da tecnologia (*social shaping of technology*, conceito proposto por Robin Williams e David Edge), e os usuários coconstróem esse universo ao mesmo tempo que os programadores (Mischaud 2007). Ao contrário do slogan inicial quando do nascimento da rede em 2006 (“O que você está fazendo?”) e de certo número de discursos que reduzem a plataforma a um simples site de compartilhamento de informação ou a um espaço de expressão pobre e narcisista⁶, o Twitter é o lugar discursivo de uma comunidade definida pelo que Zappavigna 2012 chama de *ambient affiliation*, isto é, uma afiliação ampla e frágil baseada na *encontrabilidade*, pelo fato de poder encontrar, graças ao dispositivo tecnodiscursivo (e às hashtags, em particular) certos discursos com os quais o usuário se identifica, no plano de suas opiniões e valores.

Numerosas práticas tecnodiscursivas nativas dessa rede surgiram nos últimos dez anos, algumas das quais, como o tuíte ao vivo, se estabilizaram e se tornaram práticas sociodiscursivas mais gerais. Apresentaremos

6 Noam Chomsky qualifica as trocas no Twitter de “comunicação superficial [que] corrói as relações humanas normais” (Chomsky 2011), o que ele já havia expressado anteriormente: “Requer uma forma de pensamento concisa e muito breve, que tende à superficialidade e afasta as pessoas da comunicação realmente séria [...]. Não é um meio de intercâmbio sério” (Chomsky 2010).

alguns exemplos delas, aos quais acrescentaremos práticas discursivas que usam os tuítes fora da rede.

1. O tuíte ao vivo

O tuíte ao vivo / *live tweet* é uma prática que consiste em descrever e/ou comentar um acontecimento, como um programa de televisão, um acontecimento político (as campanhas presidenciais criam tuítes ao vivo de longa duração, marcados pelas hashtags respectivas dos candidatos e dos partidos), uma manifestação científica ou um encontro esportivo. O tuíte é, então, um lugar de avaliação discursiva, de construção de opinião e até de elaboração da ação política. Como Nathan Jurgenson aponta a propósito das revoluções árabes, o Twitter, como mídia social, “possibilitou a *fabricação do dissenso*” em massa (Jurgenson 2011). Tecnicamente, o tuíte ao vivo supõe a adoção de uma hashtag que permite o acesso ao conjunto dos tuítes relacionados. Ferramentas on-line permitem redocumentar tais tuítes on-line (o mais conhecido é o Storify, mas também podemos citar o Paper.li, que permite criar sua manchete pessoal a partir dos tuítes de seus seguidores) ou off-line (a ferramenta Tweetdoc, já extinta, permitia a produção de arquivos PDF que coletavam os tuítes marcados com uma hashtag).

2. Práticas comunitárias semanais

Os tuiteiros inventaram ritos semanais como #jeudiconfession (às quintas, tuitar uma confissão ou, mais precisamente, apresentar o conteúdo de um tuíte do tipo), a #FF, ou seja, “Follow Friday”, recomendação para seguir as contas publicadas às sextas-feiras, prática agora obsoleta.

3. O subtuíte

Subtuíte é uma palavra-valise composta por *subliminar* e *tuíte*. Trata-se de uma prática mais semântica do que tecnodiscursiva, que consiste em atacar um tuiteiro de forma alusiva, marcando ou não seu tuíte com

a hashtag #subtuíte. Como sempre, o *Urban Dictionary* oferece uma excelente definição: “Um tuíte (mensagem postada no site Twitter) que menciona um membro do Twitter sem usar seu nome de usuário real. Geralmente empregado para tuítes negativos ou insultuosos; a pessoa que você mencionou não verá o subtuíte na linha do tempo do Twitter, pois não contém o símbolo @ que todo nome de usuário do Twitter tem”.

4. Práticas criativas: o exemplo da *tuitatura*

A tuitatura é assim descrita no site do Instituto de Tuitatura Comparada (<<http://www.twittexte.com>>):

O Instituto de Tuitatura Comparada (ITC) existe porque o Twitter existe. Porque a literatura existe. Porque é possível escrever textos com menos de 140 caracteres (espaços incluídos). Porque podemos ser engraçados e inteligentes ao mesmo tempo e vice-versa. Porque também podemos ser simultaneamente densos e leves, brutos e sutis, lentos e rápidos, cerebrais e viscerais, poéticos e discursivos. Finalmente, a tuitatura existe porque uma nanorretórica de antíteses, incluindo oxímoro, estimula o desenvolvimento e o brilho; ela encontra aí sua pista de decolagem e seu campo de exploração (página “Sobre” do ITC).

O conteúdo verbal dos tuítes na tuitatura é linear, o que faz sua especificidade no Twitter: sem lugar, sem hashtag, sem pseudônimos, sem hiperlinks. Os tuitatos explicam isso da seguinte maneira:

Como regra geral, ela [a tuitatura] não se disfarça como um encadeamento corrompido pela discussão bilateral, pelo retuíte (RT), pela citação (@), pela hashtag (#) ou pela referência (<<http://www>>). Embora o Twitter seja uma ferramenta exemplar para encaminhar dados breves aos seguidores de sua conta, o tuitato muito raramente retuíta. Se ele o faz, muitas vezes se divertirá contornando a regra do Twitter, fazendo com que seu gorjeio esteja contido em 140 caracteres empilhados. Ao contrário, ele só escreve palavras, ele só faz fraidealmente,

TUÍTE

o encadeamento de discussão do tuitero é puro, é monocromático. Ele contém apenas as 26 letras do alfabeto e os sinais de pontuação. Os números, a rigor (especialmente essa alusão ao número cento e quarenta, que permite tanto piscadelas como autoderrisão), às vezes podem pontuar a sequência; mas, aos números, preferirá as letras. Tanto melhor, dizem alguns, se o pensamento proposto cabe em 140 caracteres, mas isso não é necessariamente obrigatório (site do ITC).

Essa “pureza” é, portanto, uma regra do gênero, que encontramos em alguns tuiteiros, que nem sempre exploram as possibilidades tecnodiscursivas da rede. Este é, por exemplo, o caso de Bernard Pivot (@bernardpivot1), que publicou em maio de 2013 uma coleção de seus tuítes, *Les tuítes sont des chats* (Albin Michel), sendo que todos os tuítes selecionados são lineares. O tuíte literário, portanto, apresenta o paradoxo de ser uma produção nativa on-line que não se distingue em nada das produções off-line: ele não integra a tecnodiscursividade.

5. Exportação de tuítes

O tuíte se tornou uma unidade de informação reconhecida; isso explica por que possa constituir a matéria-prima de artigos de imprensa, por exemplo. Na verdade, não é incomum encontrar em sites da imprensa artigos que decorrem explicitamente do tecnogênero “revista de tuítes” (categoria presente no agregador de blogs americanos *Huffington Post*, nas revistas francesas *Le Point* e *Grazia*, nos jornais franceses *L’Express* e *Le Figaro*, etc., e em muitos sites e blogs). Também não é incomum encontrar tuítes mais ou menos completos na imprensa, especialmente nas revistas. O tuíte se tornou uma forma muito comum, conhecida e reconhecida, que entrou no repertório discursivo geral das nossas sociedades.

Tradução:
Tamires Cristina Bonani Conti
Leticia Moreira Clares

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAM Jean-Michel, 2011. *La Linguistique textuelle. Introduction à l'analyse textuelle des discours*. Paris: Armand Colin. Tradução brasileira: *Linguística textual: introdução à análise textual dos discursos*. São Paulo: Cortez, 2008.

ADAM Jean-Michel (org.), 2015. *Faire texte. Unité(s) et (dis)continuité*. Besançon: Presses universitaires de Franche-Comté.

ADMIN Smosee, 25 mai 2015. Comment trouver un pseudo facilement? Nos conseils, *Smosee* [site], <<http://www.smosee.com/fr/articles/psychologie-coaching/comment-trouver-pseudo-generateur-snapchat-skype>>.

ALGOPOL, 2017. Six profils de pratiques sur Facebook. *Algopol* [site], <<http://algopol.huma-num.fr/appresultats/six-profils-de-pratiques-sur-facebook/>>.

ALLARD Laurence, 01/06/2015a. L'art de la capture d'écran, de Richard Prince à l'auto-screen. *MOBACTU* [blog], <<http://www.mobactu.org/lart-de-la-capture-decran-de-richard-prince-a-lauto-screen/>>.

_____. 2015b. De l'hypertexte au "mobtexte": les signes métissés de la culture mobile. Écrire quand on agit. IN: C. Angé (org.). *Les objets hypertextuels. Pratiques et usages hypermédiatiques*. Londres: Iste Éditions, p. 167-186.

ALVAREZ MARTINEZ Sara, 2007. L'analyse du discours médié par ordinateur (ADMO): Quel intérêt pour l'étude des interactions synchrones à distance dans un environnement pédagogique en ligne? IN: M.-N. Lamy, F. Mangelot, e E. Nissen (org.). *Actes du colloque EPAL 2007*, <<http://epal.u-grenoble3.fr/actes2007.htm>>.

AMADORI Sara, 2012. Le débat d'idées en ligne: formes de la violence polémique sur Youtube. *Signes, Discours et Sociétés* 9, <<http://www.revuesignes.info/document.php?id=2853>>.

AMATO Armand Étienne e PERENY Étienne, 2013. *Les avatars jouables des mondes numériques: théories, terrains et témoignages de pratiques interactives*. Paris: Hermès Science Publications.

AMOSSY Ruth, 2011. La coexistence dans le dissensus. La polémique dans le forum de discussion. *Semen* 31, <<http://semen.revues.org/9051>>.

ANDERSON Ashley A., BROSSARD Dominique, SCHEUFELE Dietram A., XENOS Michael A., LADWIG Peter, 2014. The “Nasty Effect”: Online Incivility and Risk Perceptions of Emerging Technologies. *Journal of Computer-Mediated Communication* 19, p. 37-387.

ANDROUTSOPOULOS Jannis 2014. Computer-mediated Communication and Linguistic Landscapes. IN: J. Holmes e K. Hazen (org.). *Research Methods in Sociolinguistics*. Hoboken (New Jersey): John Wiley & Sons, p. 7-90.

ANIS Jacques, 1998. *Texte et ordinateur. L'écriture réinventée?* Paris- Bruxelles: De Boeck Université.

_____ (org.), 1999. *Internet, communication et langue française*. Paris, Hermès.

_____ 2001. Approche sémiolinguistique des représentations de l'ego dans la Communication Médiée par Ordinateur. *Langages* 144, p. 20-38.

_____ 2006. Communication électronique scripturale et formes langagières: chats et SMS. *Actes des Quatrièmes Rencontres Réseaux Humains / Réseaux technologiques*. Université de Poitiers, Poitiers, <<http://rhrt.edel.univ-poitiers.fr/document.php?id=547>>.

ARABYAN Marc, 2012. *Des lettres de l'alphabet à l'image du texte. Recherches sur l'énonciation écrite*. Limoges: Lambert-Lucas.

_____ (org.), 2016. L'énonciation éditoriale. *Semen* 41.

ATIFI Hassan, GAUDUCHEAU Nadia e MARCOCCIA Michel, 2006. L'expression des émotions dans les forums de discussion sur l'internet. Communication au 2e Congrès de l'Association française de sociologie – Réseau thématique n° 37 Sociologie des médias. Bordeaux, 5-9 septembre (document de travail).

ATIFI Hassan, 2014. Inégalité et conflit dans les relations en ligne: le cas des forums d'adolescents. IN: *Actes du Premier Colloque IMPEC. Interactions Multimodales Par Écran*, <<http://impec.ens-lyon.fr>>.

AURAY Nicolas, 2004. Sosies et avatars dans les jeux : entre écriture et image. *L'image Socie. L'original et son double*. 1er colloque international ICONE-IMAGE, Sens, Musées de Sens, p. 95-108.

AUTHIER-REVUZ Jacqueline, 1992-1993. Repères dans le champ du discours rapporté. (I) e (II). *L'information grammaticale* 55 e 56, p. 38-42 et p. 10-15

_____ 2001. Le discours rapporté. IN: R. Tomassone (org.). *Une langue: le français*. Paris: Hachette, p. 192-201.

BACHIMONT Bruno, 2000. L'intelligence artificielle comme écriture dynamique: de la raison graphique à la raison computationnelle. IN: J. Petitot e P. Fabbri (org.). *Au nom du sens*. Paris: Grasset, p. 290-319.

_____. 2007. *Ingénierie des connaissances et des contenus: le numérique entre ontologies et documents*. Paris: Hermès-Lavoisier.

_____. 2001. Dossier patient et lecture hypertextuelle. Problématique et discussion. *Les Cahiers du numérique* 2, p. 105-123.

BARBOSA Pedro, 1992. *Metamorfoses do real. Criação literária e computador*. Lisboa: Universidade nova de Lisboa.

_____. 1996. *A Ciberliteratura. Criação Literária e Computador*. Lisboa: Cosmos.

BARON Naomi, 1998. Letters by phone or speech by other means: The linguistics of email. *Language & Communication* 18 (2), p. 133-170.

BAYZICK Jennifer, KONTOSTATHIS April e EDWARDS Lynne, 2011. Detecting the Presence of Cyberbullying Using Computer Software. IN: *Proceedings of the ACM WebSci'11*, June 14-17, Koblenz, Germany, p. 1-2.

BEAUDOUIN Valérie, 2014. Comment se constituent les genres à l'ère du texte numérique?. IN: D. Ablali, S. Badir e D. Ducard (org.). *Documents, textes, œuvres. Perspectives sémiotiques*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, p. 153-166.

BEAUDOUX Clara, 2016. *Madeleine Project*. Paris: Éditions du sous-sol.

BELIARD Anne-Sophie, 2009. Pseudos, avatars et bannières: la mise en scène des fans. Étude d'un forum de fans de la série télévisée Prison Break (enquête). *Terrains & travaux* 15, p. 191-212.

BELL Daniel, 1976 [1973]. *Vers la société post-industrielle*. trad. P. Andler. Paris: Robert Laffont.

BELL Gordon e GEMMEL Jim, 2011 [2009]. *Total Recall*. trad. C. Rosson. Paris: Flammarion.

BELLACHHAB Abdelhadi e LE GAL Sophie, 2012. La violence verbale dans la communication médiée par ordinateur. Le cas des téléconseillers. *Signes, Discours et Sociétés* 8, <<http://www.revue-signes.info/document.php?id=2691>>.

BELSEY Bill, 2006. Cyberbullying: An Emerging Threat to the "Always-On" Generation. presentation, <http://www.cyberbullying.ca/pdf/Cyberbullying_Article_by_Bill_Belsey.pdf>.

BIBIE-ÉMERIT Laetitia, 2015. *Description du discours numérique: étude des bouleversements linguistiques du web 2.0 au travers de l'exemple des souhaits d'anniversaire sur Facebook*. Tese de doutorado, Université Bordeaux Montaigne.

_____. 2016. La notion de lieu de corpus: un nouvel outil pour l'étude des terrains numériques en linguistique. *Corela* 14-1, <<http://corela.revues.org/4594>>.

_____. 2017. La publication multisite sur les réseaux sociaux numériques: un objet linguistique qui remet en cause la notion de contexte dans les environnements

numériques. IN: M.-C. Manes-Gallo (org.). *Essais, Texte/Contexte: entre autonomie et dépendance*. Université Bordeaux Montaigne.

_____. 2018. La préconstruction technolangagière dans les souhaits d'anniversaire sur Facebook. IN: Mezzadri A. et al. (org). *Le préconstruit, approche pluridisciplinaire*. Paris: Garnier.

BLAYA Catherine, 2011. Cyberviolence et cyberharcèlement : approches sociologiques. *La Nouvelle Revue de l'Adaptation et de la Scolarisation* 53, p. 47-65.

_____. 2013. *Les ados dans le cyberspace. Prises de risque et cyberviolence*. Bruxelles: De Boeck. Tradução brasileira: *Adolescentes no ciberespaço: Assumir riscos e ciberviolência*. Lisboa: Instituto Piaget, 2015.

BLOCHE Patrick e VERCHERE Patrice, 2011. Révolution numérique et droits de l'individu: pour un citoyen libre et informé. *La documentation française*, <<http://www.ladocumentationfrancaise.fr/rapports-publics/114000348/index.shtml>>.

BLUE Violet, 25/06/2015. Women, LGBT least safe on Facebook, despite "real name" Policy. *Engadget* [site], <<http://www.engadget.com/2015/06/25/women-lgbt-safety-facebook-policy/>>.

BONENFANT Maude, 2014. Le même numérique : étude sémiotique des réseaux à partir des concepts de trace et d'indice. *RISCP* 12, <<http://communiquer.revues.org/1295>>.

BONHOMME Marc, 2015. La problématique des genres de discours dans la communication sur Internet. *TRANEL Travaux neuchâtelois de linguistique* 63, p. 31-47.

BOOTZ Philippe, 2006. Qu'est-ce que la génération automatique de texte littéraire?. *La littérature numérique*. OLATS Observatoire Leonardo des Arts et des Techno-Sciences, <https://www.olats.org/livresetudes/basiques/litteraturenumerique/11_basiquesLN.php>.

BOUCHARDON Serge, 2009. *Littérature numérique: le récit interactif*. Paris: Lavoisier.

_____. 2011. Des figures de manipulation dans la création numérique. *Protée* 39, p. 37-46.

_____. 2014. *La valeur heuristique de la littérature numérique*. Paris: Hermann.

_____. 2014. L'écriture numérique: objet de recherche et d'enseignement. *Les Cahiers de la SFSIC* 10, p. 225-235.

BOULLIER Dominique, 03/09/2015. Les sciences sociales ne jouent plus leur rôle de contre-pouvoir. *Le Monde Festival*, Propos recueillis par Laure Belot, <http://abonnes.lemonde.fr/festival/article/2015/09/03/les-sciences-sociales-ne-jouent-plus-leur-role-de-contre-pouvoir_4745227_4415198.html?xtmc=boullier&xtcr=2>.

BOURDIEU Pierre e PASSERON Jean-Claude, 1970. *La reproduction. Éléments pour une théorie du système d'enseignement*. Paris: Les Éditions de Minuit. Tradução brasileira: *Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. 7. Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

boyd dana, 08/08/2011. Google Plus, la dictature des vrais noms. trad. M. Telling e G. Ledit, *OWNI* [site], <<http://owni.fr/2011/08/08/google-plus-dictature-vrais-noms-anonymat-identite/>>.

BRASSAC Christian, 2004. Action située et distribuée et analyse du discours: quelques interrogations. *Cahiers de linguistique française* 26, p. 251-268.

BRAUMAN Rony e SIVAN Eyal, 2006. *Éloge de la désobéissance. À propos d' "Un spécialiste" Adolf Eichmann*. Paris: Éditions Le Pommier.

BRUNS Axel, 31/12/2007. Prodosage: A Working Definition. *Prodosage.org. From Production to Prodosage: Research into User-Led Content Creation* [site], <<http://produsage.org/prodosage/>>.

_____. 2008. *Blogs, Wikipedia, Second Life, and Beyond. From Production to Prodosage*. Bern, Peter Lang.

BRUNS Axel e BURGESS Jean, 2011. The use of Twitter hashtags in the formation of ad hoc publics. IN: *6th European Consortium for Political Research General Conference*, University of Iceland, Reykjavik, <<http://eprints.qut.edu.au/46515/>>.

BUHR Sarah, 15/09/2014. Why Facebook Is Deleting Drag Queen Profile Pages. *Techcrunch* [site], <<http://techcrunch.com/2014/09/15/why-facebook-is-deleting-drag-queen-profile-pages/>>.

BUSH Vannevar, julho 1945. "As We May Think", *Atlantic Monthly*. <<https://www.theatlantic.com/magazine/archive/1945/07/as-we-may-think/303881/>>. Tradução livre para o português de Fábio Mascarenhas e Silva. Disponível em: <<http://www.uff.br/ppgci/editais/bushmaythink.pdf>>

BUTLER Judith, 2004 [1997]. *Le Pouvoir des mots. Politique du performatif*. trad. C. Nordmann e J. Vidal. Paris: Éditions Amsterdam.

CAILLEAU Isabelle, 2015. *Récit d'une enquête sur l'écriture numérique collaborative synchrone*. Tese de doutorado, Université technologique de Compiègne.

CALABRESE Laura, 2014. Paroles de lecteurs : un objet de recherche hybride en sciences du langage. *Studii de lingvistică* 4, 2014, p. 13-27.

CANDEL Étienne, JEANNE-PERRIER Valérie e SOUCHIER Emmanuël, 2012. Petites formes, grands desseins. D'une grammaire des énoncés éditoriaux à la standardisation des écritures. IN: J. Davallon (org.), *L'économie des écritures sur le web, volume 1: traces d'usage dans un corpus de sites de tourisme*. Paris: Hermès-Lavoisier, p. 165-201.

CAPLAN Josh, 24 mai 2015. Yesterday I Sent Seth Godin an Email. His Response Was Brilliant. *The Good Trade* [blog], <<http://www.thegoodtrade.com/features/seth-godin-social-entrepreneurship>>.

CARDON Dominique, 2013. Présentation. *Réseaux* 177, p. 9-21.

_____. 2015. *À quoi rêvent les algorithmes. Nos vies à l'heure des big data*. Paris: Seuil. Tradução para o português. *Com que sonham os algoritimos?* Lisboa: Instituto de Higiene e Medicina Tropical, 2019. Disponível em: <<https://anaisihmt.com/index.php/ihmt/article/view/134>>. Acesso: 13 ago. 2020.

CARR Nicholas, 2011. *Internet rend-il bête?* trad. M.-F. Desjeux. Paris: Robert Laffont.

CARTER Simon, TSAGKIAS Manos e WEERKAMP Wouter, 2011. Twitter Hashtags: Joint Translation And Clustering. *Web Science 2011*, Koblenz, ACM, Ilps, <<http://ilps.science.uva.nl/biblio/twitter-hashtags-joint-translation-and-clustering>>.

CASILLI Antonio, 2010a. *Les liaisons numériques. Vers une nouvelle sociabilité?* Paris: Seuil.

_____. 2010b. “Petites boîtes” et individualisme en réseau. Les usages sociaux du Web en débat. *Annales des Mines* 216, p. 54-59.

_____. 2013. Le lien social à l'ère du web 2.0. IN: *Place des apprenants et repositionnement des enseignants à l'ère des réseaux sociaux de formation*. Colloque ESEN, p. 11-13.

_____. 24/03/2012. Pour une sociologie du #troll. Antonio A. Casilli [blog], <<http://www.casilli.fr/2012/03/24/pour-une-sociologie-du-troll/>>.

_____. 2014. Contre l'hypothèse de la “fin de la vie privée”. *Revue française des sciences de l'information et de la communication*, <<http://rfsic.revues.org/630>>.

CHARTIER Roger, 1994. Du codex à l'écran: les trajectoires de l'écrit. *Solaris* 1, p. 65-77. Do códice ao monitor: a trajetória do escrito. *Estudos avançados*. São Paulo, v. 8, n. 21, p. 185-199, 1994. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141994000200012>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340141994000200012&lng=en&nrm=iso. Acesso: 3 ago. 2020.

_____. 2005. De l'écrit sur l'écran. Écriture électronique et ordre du discours. Communication au colloque *Les écritures d'écran: histoire, pratiques et espaces sur le Web*. *Image-Son* [carnet de recherche], <<http://imageson.hypotheses.org/658>>.

CHOMSKY Noam, 17/12/2010. Interview with Noam Chomsky. *Figure/ Ground* [site], <<http://figureground.org/interview-with-noam-chomsky/>>

_____. 09/03/2011. The secret of Noam: A Chomsky Interview. *Brightest Young Things* [site], <<http://brightestyoungthings.com/articles/the-secret-of-noam-a-chomsky-interview.htm>>.

CISLARU Georgeta, 2009. Le pseudonyme, nom ou discours? *Les Carnets du Cediscor* 11, <<http://cediscor.revues.org/746>>.

CLARK Alan e CHALMERS David, 1998. The Extended Mind. *Analysis* 58-1, p. 10-23.

CLEMENT Jean, 2007. L'hypertexte, une technologie intellectuelle à l'ère de la complexité. IN: C. Brossaud e B. Reber. *Humanités numériques 1. Nouvelles technologies cognitives et épistémologie*. Paris: Hermès Lavoisier, versão on-line: <http://www.hypertexte.org/blog/wp-content/uploads/2009/01/techn_intellcomplexitejcllement.pdf>.

_____. 1995. Du texte à l'hypertexte: vers une épistémologie de la discursivité hypertextuelle. IN: J.-P. Balpe, A. Lelu, e I. Saleh (coords.). *Hypertextes et hypermédias: réalisations, outils, méthodes*. Paris: Hermès, consulta on-line sem paginação: <<http://hypermedia.univ-paris8.fr/jean/articles/discursivite.htm>>.

COLLINOT André, 2005. Le “signallement d'enfant en danger”. Une problématique de l'événement. *Linx* 52, <<http://linx.revues.org/190>>.

COLLOMB Cléo, 2017. Faire compter les machines. *Communication* 34/2. <<http://communication.revues.org/7327>>.

_____. Goyet Samuel, 2015. *Meeting the machine halfway: vers une sémio-politique de l'agir computationnel*. document de travail <<https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-01253444/document>>.

_____. e GOYET Samuel, 2016. Do Computers Write on Electric Screens?. *Communication +1*, Vol. 5, Article 2., <<http://scholarworks.umass.edu/cpo/vol5/iss1/2>>.

COLOMBI Denis, 02/09/2012. Critique de la culture troll (1). *Une heure de peine* [blog], <<http://uneheuredepeine.blogspot.fr/2012/09/critique-de-la-culture-troll-1.html>>.

COMBE Christelle, 2014. Vlogues sur YouTube: un nouveau genre d'inter-actions multimodales. IN: I. Colon de Carjaval e M. Ollagnier- Beldame (org.). *Actes du colloque Interactions Multimodales Par ECrans 2014*, Lyon 2 em 4 julho 2014.

_____. 2016. Questions méthodologiques autour de l'étude de deux plateformes interactives multimodales: de la communauté de contenu à l'application intimiste. *Linguas e Instrumentos Lingüísticos* 37, <<http://www.revistalinguas.com/edicao37/artigo9.pdf>>.

CONEIN Bernard, 2005. *Les sens sociaux. Trois essais de sociologie cognitive*. Paris: Economica.

CÔTÉ Josée, 2012. Les enjeux éthiques de l'utilisation d'internet en recherche: principales questions et pistes de solutions. *Éthique publique* 14 - 2, <<http://ethiquepublique.revues.org/997>>.

COTTE Dominique, 2004. Écrits de réseaux, écrits en strates. Sens, technique, logique. *Hermès* 39, 109-115.

_____. 2016. La culture numérique entre l'appréhension de l'oubli et la fabrication de la mémoire. *Kairos* 2, <<http://kairos.univ-bpclermont.fr/l-oubl/dossier/la-culture-numerique-entre-l-apprehension-de-l-oubli-et-la-fabrication-de-la-memoire>>.

COUGNON Louise-Amélie, 2015. *Langage et sms*. Louvain: Presses universitaires de Louvain.

CROZAT Stéphane, BACHIMONT Bruno, CAILLEAU Isabelle, BOUCHARDON Serge e GAILLARD Ludovic, 2011. Éléments pour une théorie opératoire de l'écriture numérique. *Document numérique* 14/3. Paris: Hermès-Lavoisier, p. 9-33.

CRYSTAL David, 2001. *Language and the Internet*. Cambridge: CUP.

CUNHA Doris, 2014. Le fonctionnement des commentaires des lecteurs sur les sites du web. IN: Sullet-Nylander F. et al. (org.). *Discours rapporté, genre(s) et médias*. Romania: Stockholmiensia Stockholm University, p. 59-74.

DAOUD Nicolas, 2016. *La Linguistique du trolling en ligne*. Dissertação de Mestrado 2 em ciências da linguagem, Université Paris 13.

DEHUE Francine, BOLMAN Catherine e VÖLLINK Trijntje, 2008. Cyberbullying: Youngsters' Experiences and Parental Perception. *Cyberpsychology & Behavior*, 11-2, p. 217-223.

DENOÛËL Julie. Identité. *Communications* 88, p. 75-82.

DESSEILIGNY Oriane, 2012. La mémoire appareillée : dispositifs numériques et écriture de soi ", ESSACHESS. *Journal for Communication Studies*, 5-2(10), p. 95-105.

DEVELOTTE Christine, 2009. From face to face to distance learning: the online learner's emerging identity. IN: R. Goodfellow and M.-N. Lamy (org.). *Learning Cultures in Online Education*. London: Continuum Books, p. 71-92.

_____. KERN Richard e LAMY Marie-Noëlle (org.), 2011. *Décrire la conversation en ligne. Le face-à-face distanciel*. Lyon: ENS Éditions.

_____. e PAVEAU Marie-Anne, 2017. Pratiques discursives et interactionnelles en contexte numérique. Questionnements linguistiques. *Langage et société* 159-160, p. 199-215.

DIAS Cristiane, 2015. L'écriture du fragmentaire quotidien entre mémoire discursive et mémoire métallique. *Itinéraires ltc*, <<https://itineraires.revues.org/2289>>.

_____. e PAVEAU Marie-Anne, 2016a (org.). Técnica e ética dos discursos on-line. *Línguas e Instrumentos Linguísticos* 37, <<http://www.revis-talinguas.com/edicao37/edicao37.html>>.

____ PAVEAU Marie-Anne, 2016b (org.). Análise do discurso digital: que conceitos e que dispositivos? *Fragmentum* 48, <<https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/pages/view/chamadas>>

DOUEIHI Milad, 2008. *La grande conversion numérique*. Paris, Seuil.

____ 2010. Vers une culture anthologique. IN: L. Barbe *et al.* Un enjeu de société. *Documentaliste-Sciences de l'Information* 47, p. 56-67.

____ 2015. La mémoire invisible. *Revue de la BNF* 51, p. 51-59.

DUBOIS François-Ronan, 29/04/2014. Qui suis-je? Où cours-je? *Contagions. Histoire et théorie de la culture* [carnet de recherche], <<https://contagions.hypotheses.org/591>>.

DUCROT Oswald, 1984. *Le dire et le dit*. Paris: Les Éditions de Minuit. Tradução brasileira: *O dizer e o dito*. Campinas, Pontes, 1987, p. 161-218.

DUHEM-VERDIERE Romy, 23/07/2013. Signalétique des hyperliens, le train de 13h37. *Magazine francophone dédié à la conception Web* [site], <<https://letrainde13h37.fr/43/signaletique-hyperliens/>>.

EQUY Laure, 23/12/2010. L'année du point Godwin. *Libération* [site], <http://www.liberation.fr/france/2010/12/23/2010-1-annee-du-point-godwin_702648>.

ERTZSCHEID Olivier, 2002. *Le lieu, le lien, le livre : les enjeux cognitifs et stylistiques de l'organisation hypertextuelle*. Tese de doutorado, Université de Toulouse 2.

____ e GALLEZOT Gabriel e SIMONNOT Brigitte, 2013. À la recherche de la "mémoire" du web: sédiments, traces et temporalités des documents en ligne. IN: C. Barats (org.). *Manuel d'analyse du web*. Paris: Armand Colin, p. 53-68.

FAIRON Cédric, KLEIN Jean-René e PAUMIER Sébastien, 2006. Le langage SMS. Louvain-la-Neuve: P.U.Louvain, *Cahiers du Cental*, 3.1.

FALGAS Julien, 2016. Et si tous les fans ne laissaient pas de trace. Le cas d'un feuilleton de bande dessinée numérique inspiré par les séries télévisées. *Études de communication* 47, <<http://edc.revues.org/6674>>.

FLEISHMAN Cooper e SMITH Anthony, 01/06/2016. (((Echoes))), Exposed: The Secret Symbol Neo-Nazis Use to Target Jews Online. *Mic* [site], <<https://mic.com/articles/144228/echoes-exposed-the-secret-symbol-neo-nazis-use-to-target-jews-online>>.

FLICHY Patrice, 2010. *Le sacre de l'amateur. Sociologie des passions ordinaires à l'ère numérique*. Paris: Seuil.

FOUCAULT Michel, 1969. *L'archéologie du savoir*. Paris: Gallimard. Tradução brasileira. *A arqueologia do saber*. 8. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

GEORGES Fanny, 2009. Représentation de soi et identité numérique. Une approche sémiotique et quantitative de l’emprise culturelle du web 2.0. *Réseaux 154*, 165-193.

_____ 2012. À l’image de l’Homme: de l’avatar aux identités numériques. *Le temps des médias 18*, p. 136-147.

_____ 2013a. “L’avatar comme métaphore conceptuelle et interactive de l’image de soi”, un Coutant Alexandre et Stenger Thomas (org.). *Identités Numériques*. Paris: L’Harmattan.

_____ 2013b. Post mortem digital identities and new memorial uses of Facebook. The identity of the producer of a memorial page. *Thanatos*, vol. 3, no 1, *Death, mourning and the internet*, p. 82-93.

_____ e JULLIARD Virginie, 2014. Aux frontières de l’identité numérique. Éléments pour une typologie des identités numériques post mortem. IN: N. Bouhaï, H. Hachour et I. Saleh (org.). *Les frontières du numérique*. Paris: L’Harmattan, chapitre II.

_____ e JULLIARD Virginie, 2016. Profilopraxie et apposition des stigmates de la mort: comment les proches transforment-ils la page Facebook d’un défunt pour la postérité? *Linguas e Instrumentos Lingüísticos* 37, p. 231-255.

GERBAULT Jeannine, 2006 (org.). *La langue du cyberspace: de la diversité aux normes*. Paris: L’Harmattan.

GIBSON James J., 1979. *The Ecological Approach to Visual Perception*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum.

GONÇALVES Mathilde, 2014. Similitudes et différences textuelles dans les genres numériques : blog et site web. *Studii de lingvistică* 4, p. 75-91.

GONZALEZ-IBAÑEZ Roberto, MURESAN Smaranda e WACHOLDER Nina, 2011. Identifying Sarcasm in Twitter: A Closer Look. IN: *Proceedings of the 49th Annual Meeting of the Association for Computational Linguistics: shortpapers*, Association for Computational Linguistics, p. 581-586.

GOODY Jack, 1979 [1977]. *La raison graphique. La domestication de la pensée sauvage*. trad. J. Bazin e A. Bensa. Paris: Minuit. Tradução brasileira. *Domesticação da Mente Selvagem*. 1. Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

GOUDET Laura-Gabrielle, 2016. Anthropomorphisme et sociolecte des mèmes internet : lolcats et ctlebrities. *Babel civilisation XI*, p. 59-83.

_____ 2017. Le dispositif iconotextuel des mèmes : clichés variables et subversion des genres. *Fragmentum* 48, <<https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/23294>>.

GOULET-CAZE Marie-Odile (org.), 2000. *Le commentaire: entre tradition et innovation*. Paris: Librairie philosophique Vrin.

GOYET Samuel, 2017. *De briques et de blocs. La fonction éditoriale des interfaces de programmation (API) web: entre science combinatoire et industrie du texte*. Tee de doutorado. Université Laval, Université Paris-Sorbonne.

GRANJON Fabien, 2012. *Reconnaissance et usages d'internet. Une sociologie critique des pratiques de l'informatique connectée*. Paris: Presses des Mines.

GRICE Paul, 1979. Logique et conversation. *Communications* 30, p. 57-72.

GRODZINSKY Frances S. e TAVANI Herman T., 2010. Applying the "Contextual Integrity" Model of Privacy to Personal Blogs in the Blogosphere. *IJIRE. International Journal of Internet Research Ethics* 3.

GUILLAUD Hubert, 09/02/2016. L'injonction à la déconnexion est-elle autre chose qu'une critique morale? *Internetactu.net* [blog], <<http://www.internetactu.net/2016/02/09/linjonction-a-la-deconnexion-est-elle-autre-chose-quune-critique-morale/>>.

GUNTHERT André, 2009. L'image partagée. *Études photographiques* 24, <<http://etudesphotographiques.revues.org/2832>>. Tradução brasileira: A imagem compartilhada: como a internet mudou a economia das imagens. *Revista Eco Pós*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 36-56, 2012.

_____. 2013. La culture du partage ou la revanche des foules. IN: H. Le Crosnier (org.), *Culturenum. Jeunesse, culture et éducation dans la vague numérique*. Caen: C & F Éditions, p. 163-175.

_____. 2014a. L'image conversationnelle. *Études photographiques* 31, <<http://etudesphotographiques.revues.org/3387>>.

_____. 19/10/2014 (2014b). Données éphémères, un trou de mémoire? *L'image sociale* [carnet de recherche], <<http://imagesociale.fr/382>>.

HABERT Benoît, 2012a. La mémoire numérique entre répétition et remémoration. *Texte!* XVII-3, <<http://www.revue-texte.net/index.php?id=3050>>.

_____. 2012b. L'archivage numérique entre us et abus de la mémoire numérique. IN: Dister Anne, Longrée Dominique et Purnelle Gérald (org.). *11e Journées internationales d'analyse statistique des données textuelles (JADT)*. Belgique: Liège, p. 23-43.

HARDAKER Claire, 2010. Trolling in asynchronous computermediated communication: From user discussions to academic definitions. *Journal of Politeness Research*, 6 (2), p. 215-242.

HENRY Paul, 1977. *Le mauvais outil. Langue, sujet et discours*. Paris: Klincksieck.

HERRENSCHMIDT Claire, 2007. *Les trois écritures. Langue, nombre, code*. Paris: Gallimard.

HERRING Susan, 1996. *Computer-Mediated Communication: Linguistic, Social and Cross-Cultural Perspectives*. Amsterdam: Benjamins.

_____. 2013. Computer-Mediated Discourse. IN: D. Tannen, D. Schiffirin and H. Hamilton (org). *Handbook of Discourse Analysis*. Oxford: Blackwell, (versão on-line sem paginação).

_____. STEIN Dieter e VIRTANEN Tuija (org), 2013. *Pragmatics of Computer-Mediated Communication*. Berlin: De Gruyter Mouton.

HUSSON Anne-Charlotte, 22/06/2015. Hashtag et militantisme, entre existence en ligne et hors-ligne. *(Dis)cursives* [carnet de recherche], <<https://cursives.hypotheses.org/143>>.

_____. 2016. Les hashtags militants, des mots-arguments. *Fragmentum* 48, p. 105-127.

_____. 2017. Les mots agonistiques des nouveaux discours féministes: l'exemple de grossophobie et cissexisme. *Argumentation et Analyse du Discours* 18, <<http://aad.revues.org/2317>>.

HUTCHINS Edwin (1994 [1991]). Comment le cockpit se souvient de ses vitesses. *Sociologie du travail* 4 : 461-473.

_____. 1995. *Cognition in the Wild*. Bradford Books-MIT Press, Cambridge MA.

JACKIEWICZ Agata, 2016. Reprises et détournements polémiques sur Twitter. *Travaux de linguistique* 73, p. 85-105.

JAHJAH Marc, 2014. *Les marginalia de lecture dans les "réseaux sociaux" du livre (2008-2014): mutations, formes, imaginaires*. Tese de doutorado. EHESS.

_____. 2016. Des énoncés sans énonciateur? Du surlignement à la citation dans le dispositif Kindle d'Amazon. *Semen* 41, p. 107-129.

_____. 2016. "Stop the goodreads bullies": une arène littéraire sur Internet. *Revue d'histoire littéraire de la France* 116, p. 653-676.

JANSEN Nani e BIDDLE Roberts Ellery, 24 mai 2015. Bloguer anonymement ou sous son vrai nom? Quelle est la meilleure solution? trad. A. Bah, *Global Voices* [site], <<http://fr.globalvoicesonline.org/2015/05/24/186227/>>, acesso em 6 agosto 2015.

JEANNE-PERRIER Valérie, 2006. Des outils d'écriture aux pouvoirs exorbitants? *Réseaux* 137, p. 97-131.

JEANNERET Yves, 2000. *Y a-t-il (vraiment) des technologies de l'information?* Lille: Presses Universitaires du Septentrion.

_____. Souchier Emmanuël, 2005. L'énonciation éditoriale dans les écrits d'écran. *Communication et langages* 145, p. 3-15.

JOSHI Aditya, BHATTACHARYYA Pushpak e CARMAN Mark James, 2016. Automatic Sarcasm Detection: A Survey. ACM Comput. Surv. draft: <<https://arxiv.org/pdf/1602.03426.pdf>>.

JURGENSON Nathan, 24/02/2011. Digital Dualism versus Augmented Reality. *Cyborgology*, [blog], <<http://thesocietypages.org/cyborgology/2011/02/24/digital-dualism-versus-augmented-reality/>>.

KLEIN Annabelle, 2010. Entre médiation et médiatisation, dynamiques identitaires en jeu dans les dispositifs d'autopublication sur Internet. *ESSACHESS – Journal for Communication Studies*, 3-2(6), p. 147-161.

KRAMER Adam, GUILLORIE Jamie e HANCOCK Jeffrey, 2014. Experimental evidence of massive-scale emotional contagion through social networks. *PNAS*, 111-24, p. 8788-8790.

KWAK Haewoon, LEE Changhyun, PARK Hosung e Moon Sue, 2010. What is twitter, a social network or a news media? IN: *Proceedings of the 19th international conference on World wide web, WWW '10*. New York, ACM, p. 591-600.

LA PORTE Xavier (de), 25/09/2015. Encore un site d'information qui ferme ses commentaires. *Rue89* <<http://rue89.nouvelobs.com/2015/09/25/encore-site-dinformation-ferme-commentaires-261371>>.

_____. 1986 [1950-1960]. *Séminaire 7, L'éthique de la psychanalyse*. Paris: Éditions du Seuil (version consultada: nouvelle transcription sur le site de Patrick Valas, <<http://www.valas.fr/Jacques-Lacan-L-Ethique-de-la-psychanalyse-1959-1960,272>>). Tradução brasileira. LACAN, Jacques. *O seminário, livro 7: A ética da psicanálise*. 1. Ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1988.

LANDOW George P., 1996. *Hypertext 2.0. The Convergence of Contemporary Critical Theory and Technology*, Baltimore. The John Hopkins University Press.

LAROUSSI Fouad e LIENARD Fabien, 2012. Des écrans à la rue : l'émergence de communautés sociolinguistiques virtuelles pendant la révolution tunisienne. *Actes du Colloque Usages et pratiques des publics dans les pays du Sud – Des médias classiques aux TIC*, Université Ibn Zohr, Agadir, p. 289-297.

LATOUR Bruno, 1991. *Nous n'avons jamais été modernes. Essai d'anthropologie symétrique*. Paris: La Découverte. Tradução brasileira. *Jamais fomos modernos: Ensaio de antropologia simétrica*. 1. Ed. São Paulo: Editora 34, 2019.

_____. 2006. *Changer de société. Refaire de la sociologie*. trad. N. Guilhot. Paris: La Découverte.

LATZKO-TOTH Guillaume e PROULX Serge, 2013. Enjeux éthiques de la recherche sur le Web. IN C. Barats (org.). *Manuel d'analyse du web*. Paris: Armand Colin, p. 32-52.

- LE DEUFF Olivier, 2010. Quelles mnémotechniques pour Internet? *MEI* 32, p. 41-51.
- LECOLLE Michelle, PAVEAU Marie-Anne e REBOUL Sandrine (org.), 2009. Le nom propre en discours. *Les Carnets du Cediscor* 11, <<http://cediscor.revues.org/729>>.
- LECOMTE Alain, 1981. Comment Einstein raconte comment Newton expliquait la lumière, ou le rôle de la mémoire interdiscursive dans le processus explicatif. *Revue européenne des sciences sociales et Cahiers Vilfredo Pareto* XIX-56, p. 69-93.
- LEE Robert, 10/05/2015. Origin of the name “grammar nazi”. *Learn English or Starve* [blog], <<https://learnenglishorstarve.wordpress.com/2015/05/10/grammar-nazi-origin/>>.
- LELEU-MERVIEL Sylvie, 2015. Cinquante ans d’hypertexte, du livre fragmenté à l’humain traçant-tracé hyperdocumenté. IN: C. Angé (org.). *Les objets hypertextuels. Pratiques et usages hypermédiatiques*. Londres: ISTE Éditions, p. 53-76.
- LÉVY Pierre, 1990. *Les Technologies de l’intelligence*. Paris: La Découverte. Tradução brasileira: *As Tecnologias da Inteligência – o futuro do pensamento na era da informática*, Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.
- LIBERMAN Mark, 10/02/2007. Birth of a Sentence. *Language Log* [blog], <http://itre.cis.upenn.edu/~myl/languageelog/archives/2007_02.html>.
- LIENARD Fabien, 2012. TIC, Communication électronique écrite, communautés virtuelles et école. *ELA. Études de linguistique appliquée* 166, p. 143-155.
- _____ 2013, (org.). Culture, identity and digital writing. *Épistémè 9, Revue internationale de sciences humaines et sociales appliquées*. Séoul: Université Korea – Center for Applied Cultural Studies.
- _____ e ZLITNI Sami (org.), 2011. *La communication électronique: enjeux de langues*. Limoges: Lambert-Lucas.
- _____ e ZLITNI Sami (org.), 2015. *La communication électronique: enjeux, stratégies, opportunités*. Limoges: Lambert-Lucas.
- _____ e ZLITNI Sami, 2015. Communication numérique ou communication électronique?. IN: *La communication électronique: enjeux, stratégies, opportunités*. Limoges: Lambert-Lucas, p. 8-19.
- LINCOLN Sian, 2013. Media and Bedroom Culture. IN: D. Lemish (org.). *The Routledge International Handbook of Children, Adolescents and Media*. London & New York: Routledge, p. 315-321.
- LLOVERIA Vivien, 2015. De l’hypertexte au design monopage : une transition sémiotique. *CASA: Cadernos de Semiótica Aplicada*, 13-2, p. 57-87.

LONGHI Julien, 2013. Essai de caractérisation du tweet politique. *L'Information grammaticale* 136, 25-32.

_____ 2014. MARINICA Claudia, BORZIC Boris e ALKHOULi Abdulhafiz. Polititweets, corpus de tweets provenant de comptes politiques influents. IN: T. Chanier (org.). *Banque de corpus CoMeRe*. Nancy: Ortolang.fr.

_____ 2016. MARINICA Claudia e HADDIOUï Naoual. Extraction automatique de phénomènes linguistiques dans un corpus de tweets politiques: quelques éléments méthodologiques et applicatifs à propos de la négation. *Res per nomen* 5. Négation et référence. Reims: ÉPURE.

MAINGUENEAU Dominique, 2012. Que cherchent les analystes du discours. *Argumentation et Analyse du Discours* 9, <<http://aad.revues.org/1354>>.

_____ 2013. Genres de discours et web: existe-t-il des genres web. IN: Barats Christine (org.). *Manuel d'analyse du web*. Paris: Armand Colin, p. 74-93. Tradução brasileira: Gêneros do discurso e web: existem os gêneros web? *Revista da Abralin*, v.15 n.3, 2017. <<https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1274/1197>>.

MAITRE EOLAS, 2010. Haut les masques. *Journal d'un avocat* [blog], 30 mai 2010, <<http://www.maitre-eolas.fr/post/2010/05/24/Haut-les-masques>>.

MAK Anaïs, 21/08/2014. Le Fork, un nouveau genre conversationnel? Commentaire et partage sur Tumblr. Cf. [carnet de recherche], <<http://culturevisuelle.org/confer/2014/08/21/le-fork-un-nouveau-genre-conversationnel-commentaire-et-partage-sur-tumblr/>>.

MARATHE Shivraj Sunil e SHIRSAT Kavita, 2015. Approaches for Mining YouTube Videos Metadata in Cyber bullying Detection. IN: *International Journal of Engineering Research & Technology (IJERT)*, v.4 i.05, p. 680-684.

MARCOCCIA Michel, 2000a. La représentation du non-verbal dans la communication écrite médiatisée par ordinateur. *Communication & Organisation* 18, <<https://communicationorganisation.revues.org/2431>>.

_____ 2000b. Les smileys: une représentation iconique des émotions dans la communication médiatisée par ordinateur. IN C. Plantin, M. Doury, V. Traverso, (org.). *Les émotions dans les interactions*. Lyon, ARCI-PUL, p. 249-263.

_____ 2003. Parler politique dans un forum de discussion. *Langage et société* 104, 9-55.

_____ 2013. Les paradoxes de la communication en forum de discussion. *Épistémè* 9, p. 49-78.

_____ 2016, Analyser la communication numérique écrite. Paris: Armand Colin.

MARIGNIER Noémie, 28/04/2014. Je suis une femme, blanche, valide, athée... *Espaces réflexifs* [carnet de recherche], <<https://reflexivites.hypotheses.org/5967>>.

MARTIN Marcienne, 2006. *Le pseudonyme sur internet; une nomination située au carrefour de l'anonymat et de la sphère privée*. Paris: L'Harmattan.

_____. 2012. *Se nommer pour exister. L'exemple du pseudonyme sur l'internet*. Paris: L'Harmattan.

MARWICK Alice e boyd danah, 2011. I tweet honestly, I tweet passionately: Twitter users, context collapse, and the imagined audience. *New Media & Society*, p. 114-133.

MATHIAS Paul, 2009. Note introductive aux identités numériques. *Cités* 39, p. 59-66.

MAUREL Lionel (Calimaq), 2015. Pourquoi on devrait prendre au sérieux le "Facebook Copyright Hoax". *S.I.Lex – Carnet de veille et de réflexion d'un juriste et bibliothécaire* [blog], <<https://scinfolex.com/2015/01/10/pourquoi-on-devrait-prendre-au-serieux-le-facebook-copyright-hoax/>>.

MAYAFFRE Damon, 2005. Rôle et place des corpus en linguistique: réflexions introductives. *Texto!* <http://www.revue-texto.net/Reperes/Themes/Mayaffre_Corpus.html>.

McROBBIE Angela, 1978. "*Jackie*": *an ideology of adolescent femininity*. Birmingham, Centre for Contemporary Cultural Studies.

_____. e GARBER Jenny, 2000 [1978]. Girls and subcultures. IN: A. McRobbie (org.), *Feminism and youth culture* (2nd ed.). Houndmills, Basingstoke, Hampshire: Macmillan Press, p. 12-25.

MERZEAU Louise, 2009. Présence numérique: les médiations de l'identité. *Les Enjeux de l'information et de la communication* 1, p. 79-91.

_____. 2009. Du signe à la trace, ou l'information sur mesure. *Hermès* 53, p. 23-31.

_____. 2012. La médiation identitaire. *Revue française des sciences de l'information et de la communication*, <<http://rfsic.revues.org/193>>.

_____. (org.), 2010. Présence numérique. *Documentaliste, sciences de l'information*, 47-1.

_____. 2011. Embedded memories : patrimonialisation des traces numériques. IN: *Traces, mémoires et Communication*, 18e Colloque bilatéral franco-roumain en sciences de la communication (versão do autor no HAL).

MESSINA Chris, 25/08/2007. Groups for Twitter; or A Proposal for Twitter Tag Channels. *FactoryCity* [blog], <<http://factoryjoe.com/blog/2007/08/25/groups-for-twitter-or-a-proposal-for-twitter-tag-channels/>>.

MILLER Paul, 01/05/2013. I'm still here: back online after a year without the internet. *The Verge* [site], <<http://www.theverge.com/2013/5/1/4279674/im-still-here-back-online-after-a-year-without-the-internet>>.

MISCHAUD Edward, 2007. *Twitter: Expressions of the Whole Self*. London, Media@lse, London School of Economics and Political Science.

MITCHELL William J. Thomas, 2009 [1986]. *Iconologie. Image, texte, idéologie*. trad. M. Boidy e S. Roth. Paris: Les Prairies ordinaires.

_____. 1994. *Picture Theory: Essays on Verbal and Visual Representation*. Chicago: The University of Chicago Press.

MOIRAND Sophie, 1999. Les indices dialogiques de contextualisation dans la presse ordinaire. *Cahiers de praxématique* 33. p. 145-184.

_____. 2003. Quelles catégories descriptives pour la mise au jour des genres de discours? IN: *Actes de la journée d'étude "Les genres de l'oral"*, Université Lumière Lyon 2, <http://gric.univ-lyon2.fr/Equipe1/actes/journees_genre.htm>.

_____. 2004. L'impossible clôture des corpus médiatiques. La mise au jour des observables entre contextualisation et catégorisation. *Tranel* 40, p. 71-92.

_____. 2007. Discours, mémoires et contextes : à propos du fonctionnement de l'allusion dans la presse. *Corela* HS-6, <<http://corela.revues.org/1567>>. Tradução brasileira. Discurso, memórias e contextos: a propósito do funcionamento da alusão na imprensa. *Estudos da Língua(gem)*, v. 6, n. 1, p. 7-46, jun. 2008. DOI: <https://doi.org/10.22481/el.v6i1.1055>. Disponível em: <<http://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/1055>>. Acesso: 16 ago. 2020.

MOUNIER Pierre, 28/01/2012. Impressions d'automne 1: Le cas Meredith. *Blogo-numericus* [carnet de recherche], <<https://bn.hypotheses.org/11010>>.

MOURLHON-DALLIES Florence e COLIN Jean-Yves, 1995. Les rituels énonciatifs des réseaux informatiques entre scientifiques. *Les Carnets du Cediscor* 3, p. 161-172.

_____. REBOUL-TOURE Sandrine e RAKOTONOELINA Florimond (org.), 2004. Les discours de l'internet : nouveaux corpus, nouveaux modèles? *Les Carnets du Cediscor* 8.

NACHTERGAEL Magali, 2017. Le devenir-image de la littérature : peut-on parler de "néo-littérature"? IN: P. Mougín (org.). *La tentation littéraire de l'art contemporain*. Presses du réel, p. 291-304. Tradução brasileira. Devir-imagem da literatura é possível falar de "neo-literatura"? Tradução de Mayana Leitão e Paula Augusto. Bahia: *Revista Invetário*, 2019.

NELSON Ted, 1993. *Literary Machines*. Sausalito: Mindful Press.

NERLICH Michael, 1990. Qu'est-ce qu'un iconotexte? Réflexions sur le rapport texte-image photographique dans *La Femme se découvre* d'Evelyne Sinnassamy. IN: A. Montandon (org.). *Iconotextes*. Paris: Ophrys, p. 255-302.

NIKOPIK, 06/07/2012. Facebook vous demande de dénoncer vos amis à pseudonyme... {niKo[piK]} [blog], <<https://www.nikopik.com/2012/07/facebook-vous-demande-de-denoncer-vos-amis-a-pseudonyme.html>>.

NISSENBAUM Helen, 2010. *Privacy in Context: Technology, Policy, and the Integrity of Social Life*. Stanford: Stanford University Press.

_____. 2011. A Contextual Approach to Privacy Online. *Dædalus, the Journal of the American Academy of Arts & Sciences*, p. 32-48.

_____. 2004. Privacy as contextual integrity. *Washington Law Review*, 79(1), p. 119-157.

NONNECKE Blair, 2000. *Lurking in email-based discussion lists*. London: South Bank University.

NORMAN Donald A., 1988. *The Design of Everyday Things*. New York, Doubleday. Tradução brasileira. *O design do dia a dia*. 1. Ed. Rio de Janeiro: Editora Anfitheatro, 2006.

_____. 1993. Les artefacts cognitifs. IN: B. Conein *et al.* (org.). *Les objets dans l'action. De la maison au laboratoire*. Paris: Éditions de l'EHESS, p. 15-34.

OBSERVATOIRE DES DROITS DE L'INTERNET, 2009, *Cyberharcèlement: risque du virtuel, impact dans le réel*. Gouvernement fédéral belge, <http://economie.fgov.be/fr/binaries/Boek_cyberpesten_fr_tcm326-271185.pdf>.

OGIEN Ruwen, 2007. *L'éthique aujourd'hui*. Paris: Gallimard.

ORLANDI Eni, 1996. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Rio de Janeiro: Vozes. Tradução brasileira.

_____. 2004. *Les formes du silence*. Paris: Éditions des Cendres. Tradução brasileira. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Unicamp, 1992.

_____. 2006. Análise de discurso: conversa com Eni Orlandi. *Revista Teias*, ano 7, nº 13-14.

OZDIKIS Ozer, SENKUL Pinar e OGUZTUZUN Halit, 2012. Semantic Expansion of Hashtags for Enhanced Event Detection in Twitter. *VLDB 2012 WOSS*, Istanbul, Turkey, <www.cs.ubc.ca/~welu/woss2012/papers/1-ozdikis.pdf>.

PAGE Ruth, 2012. The Linguistics of Self Branding and Micro-celebrity in Twitter: The Role of Hashtags. *Discourse and Communication* 6 (2), p. 181-201.

PAILLER Fred e CASILLI Antonio, 2015. S'inscrire en faux. *Communication* 33/2, <<http://communication.revues.org/5986>>

PANCKHURST Rachel, 1999. Analyse linguistique assistée par ordinateur du courriel. IN: J. Anis (org.), *Internet, communication et langue française*. Paris, Hermès Science Publications, p. 55-70.

_____. 2006. Le discours électronique médié: bilan et perspectives. IN: A. Piolat (org.), *Lire, écrire, communiquer et apprendre avec internet*. Marseille: Solal, p. 345-366.

_____. 2007. Discours électronique médié: quelle évolution depuis une décennie? IN: J. Gerbault (org.). *La langue du cyberspace : de la diversité aux normes*. Paris: L'Harmattan, p. 121-136.

_____. 2016. A digital corpus resource of authentic anonymized French text messages: 88miSMS – What about transcoding and linguistic annotation? *Digital Scholarship in the Humanities*. Published by Oxford University Press on behalf of EADH. <<http://dx.doi.org/10.1093/llc/fqw049>>.

_____. ROCHE Mathieu, LOPEZ Cédric, VERINE Bertrand, DETRIE Catherine e MOÏSE Claudine, 2016. De la collecte à l'analyse d'un corpus de SMS authentiques: une démarche pluridisciplinaire. *Histoire Épistémologie Langage*, 38-2, p. 63-82.

PAVEAU Marie-Anne, 2006. *Les prédiscours. Sens, mémoire, cognition*. Paris: Presses Sorbonne nouvelle. Tradução brasileira. *Os pré-discursos: sentido, memória, cognição*. Tradução Graciely Costa e Débora Massmann. Campinas: Pontes Editores, 2013.

_____. 2007. Discours et cognition. Les prédiscours entre cadres internes et environnement extérieur. *Corela HS-6*, <<https://corela.revues.org/1550>>.

_____. 2009. Mais où est donc le sens? Pour une linguistique symétrique. IN: *Actes du deuxième colloque international Res per nomen*. Reims: CIRLEP, p. 21-31.

_____. 2012a. Ce que disent les objets. Sens, affordance, cognition. *Synergies pays de la Baltique 9*, <<http://ressources-cla.univ-fcomte.fr/gerflint/Baltique9/baltique9.html>>.

_____. 2012b. Réalité et discoursivité. D'autres dimensions pour la théorie du discours. *Semen 34*, p. 95-115.

_____. 2013a. Technodiscursivités natives sur Twitter. Une écologie du discours numérique. *Épistémé 9*, p. 139-176.

_____. 2013b. *Langage et morale. Une éthique des vertus discursives*. Limoges: Lambert-Lucas. Tradução brasileira: *Linguagem e moral. Uma ética das virtudes discursivas*. Trad. Ivone Benedetti. Campinas: Unicamp, 2015.

_____. 2013c. Genre de discours et technologie discursive. Tweet, twittécriture et twittérature. *Pratiques 157-158*, p. 7-30.

_____. 2014. Quand les corps s'écrivent. Discours de femmes à l'ère du numérique. IN: É. Bidaud (org.). *Recherches de visages. Une approche psychanalytique*. Paris: Hermann, p. 207-241.

_____. 2015a. L'intégrité des corpus natifs en ligne. Une écologie postdualiste pour la théorie du discours. *Cahiers de praxématique 59*, p. 65-90.

_____ 2015b. Ce qui s'écrit dans les univers numériques. Matières technolangagières et formes technodiscursives. *Itinéraires ltc*, <<http://itineraires.revues.org/2313>>

_____ 2015c. En naviguant en écrivant. Réflexions sur les textualités numériques. IN: J.-M. Adam (org.). *Faire texte. Unité(s) et (dis)continuité*. Besançon: PUFC, p. 339-355.

_____ 2016. Des discours et des liens. Les parcours technodiscursifs de l'écriture. *Semen* 42, p. 23-48.

_____ 2017. Du microscope à la caméra subjective. Les observables natifs de l'internet. *Le discours et la langue*.

PÊCHEUX Michel, HAROCHE Claudine e HENRY Paul, 1971. La sémantique et la coupure saussurienne. *Langages* 24, p. 93-106. Tradução brasileira: *A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso*. Trad. Roberto Leiser Baronas e Fábio César Montanheiro. <http://www.ufscar.br/linguasagem/edicao03/traducao_hph.php>

PELISSIER Nicolas e GALLEZOT Gabriel (org.), 2013. *Twitter, un monde en tout petit?* Paris: L'Harmattan.

PENE Sophie, 2011. Facebook mort ou vif. Deuils intimes et causes communes. *Questions de communication* 19, p. 91-112.

PEREA François, 2010. L'identité numérique : de la cité à l'écran. Quelques aspects de la représentation de soi dans l'espace numérique. *Les Enjeux de l'information et de la communication*, p. 144-159.

_____ 2016. Nature et technologie langagière dans les dialogues oraux homme-machine. *Communication* 34/1, <<http://communication.revues.org/6763>>.

PERRET Cécile e MASSART-LALUC Vincent, 2013. Prendre en compte les pratiques personnelles d'écriture numérique des élèves en lycée professionnel. *Le français aujourd'hui* 183, p. 105-118.

PHILLIP Abby, 2015. Online "authenticity" and how Facebook's "real name" policy hurts Native Americans. *The Washington Post* [site], <<https://www.washingtonpost.com/news/morning-mix/wp/2015/02/10/online-authenticity-and-how-facebooks-real-name-policy-hurts-native-americans/>>.

PIEROZAK Isabelle, 2003. *Le français tchaté. Une étude en trois dimensions – sociolinguistique, syntaxique et graphique – d'usages IRC*. Tese de doutorado, Université d'Aix-Marseille I.

_____ 2014. Corpus numériques et sens : enjeux épistémologiques et politiques. IN: M. Debono (org.). *Corpus numériques, langues et sens*. Berne, Peter Lang, p. 95-118.

PIERRE Julien, 2011. Génétique de l'identité numérique. Sources et enjeux des processus associés à l'identité numérique. *Les cahiers du numérique* 7, p. 15-29.

- PLANE Sylvie, RONDELLI Fabienne e VENERIN Christine, 2013. Variations, fidélité, infidélité: l'écriture et la réécriture de discours rapportés par de jeunes scripteurs. IN: C. Desoutter e C. Mellet (org.). *Le discours rapporté: approches linguistiques et perspectives didactiques*. Berne, Peter Lang, p. 219-238.
- RAINIE Lee e ANDERSON Janna, 2014. The Future of Privacy. *Pew Research Center. Internet and technology* [site], <<http://www.pewinternet.org/2014/12/18/future-of-privacy/>>.
- RALLET Alain e ROCHELANDET Fabrice, 2011. La régulation des données personnelles face au web relationnel : une voie sans issue? *Réseaux* 167, p. 17-47.
- RENAUD Clément, 2014. *Conception d'un outil d'analyse et de visualisation des mêmes Internet*. Tese de doutorado. ParisTech télécom.
- RICE Ronald e FULLER Ryan, 2013. Theoretical Perspectives in the Study of Communication and the Internet. IN: W. Dutton (org.). *The Oxford Handbook of Internet Studies*. Oxford: OUP, p. 353-377.
- ROSIER Laurence, 2008. *Le discours rapporté en français*. Paris: Ophrys.
- ROBIN Régine, 2003. La mémoire saturée. Paris: Stock. Tradução brasileira: *A memória saturada*. Tradução de Cristiane Dias e Greciely Costa. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2016.
- ROUQUETTE Sébastien, 2008. Les blogs "extimes": analyse sociologique de l'interactivité des blogs. *tic&société* 2-1, <<http://ticetsociete.revues.org/412>>.
- RUIZ Émilien, 2015. À propos d'une conférence de "très très haut niveau" sur les humanités numériques. *La boîte à outils des historiens* [carnet de recherche] <<http://www.boiteoutils.info/2015/06/latour-humanites-numeriques/>>.
- SAEMMER Alexandra, 2015. *Rhétorique du texte numérique. Figures de la lecture, anticipations de pratiques*. Villeurbanne: Presses de l'Enssib.
- SALAÛN Jean-Michel, 2007. La redocumentarisation, un défi pour les sciences de l'information. *Études de communication* 30, <<http://edc.revues.org/428>>.
- SCHAEFFER Jean-Marie, 2007. *La fin de l'exception humaine*. Paris, Gallimard.
- SCHMITT Amandine, 08/08/2013. Avoir un pseudo sur internet sert-il encore à quelque chose? *L'Obs* [site], <<http://tempsreel.nouvelobs.com/les-internets/20130726.OBS1203/avoir-un-pseudo-sur-internet-sert-il-encore-a-quelque-chose.html>>.
- SCHMITT Églantine, 2014a. Panique sur Facebook : nos émotions sont-elles manipulables sur les réseaux sociaux? *La ruée vers la donnée. Épistémologie de la donnée web en sciences sociales* [carnet de recherche], <<https://bigdata.hypotheses.org/30>>.

_____ 2014b. Clarification un peu irritée sur ce qu'est et n'est pas un algorithme. La ruée vers la donnée. *Épistémologie de la donnée web en sciences sociales* [carnet de recherche], <<https://bigdata.hypotheses.org/59>>.

SERVAT Véronique, 30/08/2016. Faire de l'histoire sur Twitter? Entretien avec @LarrereMathilde. *Devenir historienne. Méthodologie de la recherche et historiographie* [carnet de recherche], <<https://devhist.hypotheses.org/3336>>.

SIMON Justine (org.), 2016. Le discours hypertextualisé. Problématique de renouvellement des pratiques d'écriture et de lecture. *Semen* 42.

SIMONDON Gilbert, 1989. *Du mode d'existence des objets techniques*. Paris: Aubier.

SIMONE Rafaele 2012. *Pris dans la toile. L'esprit au temps du web*. trad. G. Larché. Paris: Gallimard.

SMITH Simon, 2017. *Discussing the News. The Uneasy Alliance of Participatory Journalists and the Critical Public*. Cham: Palgrave Macmillan.

SOUCHIER Emmanuël, 1996. L'écrit d'écran, pratiques d'écriture & informatique. *Communication et langages* 107, p. 105-119.

_____ 1998. L'image du texte. Pour une théorie de l'énonciation éditoriale. *Cahiers de médiologie* 6, p. 137-145.

_____ 2004. Du document numérique au textiel. *Communication et langages* 140, p. 3-8.

SPERBER Dan e WILSON Deirdre 1989 [1986]. *La pertinence, communication et cognition*. trad. A. Gerschenfeld e D. Sperber. Paris: Minuit.

STRAUSS Leo, 2008 [1953]. *Droit naturel et histoire*. trad. M. Nathan e É. de Dampierre. Paris: Champs Flammarion. Tradução brasileira: *Direito Natural e História*. Trad. Miguel Morgado. 70. ed. Lisboa: Biblioteca de teoria política. 2009. p. XIII.

SUCHMAN Lucy, 1987. *Plans and Situated Actions. The Problem of Human/Machine Communication*. Cambridge MA: CUP.

TEMMAR Malika, 2013. Qui parle dans les blogs? IN: C. Barats (org.). *Manuel d'analyse du web*. Paris: A. Colin, p. 93-97.

_____ 2012. Qui parle dans les blogs? *Le discours et la langue* 3.2, p. 69-80.

THEVENOT Laurent, 1998. Pragmatiques de la connaissance. IN: A. Borzeix et al. (org.), *Sociologie et connaissance. Nouvelles approches cognitives*. Paris: CNRS Éditions, p. 101-139.

TISSERON Serge, 2011. Intimité et extimité. *Communications* 88, p. 83-91.

_____ 2001. *L'intimité surexposée*. Paris: Ramsay.

TOKUNAGA Robert S., 2010. Following you home from school: A critical review and synthesis of research on cyberbullying victimization. *Computers in Human Behavior* 26, p. 277-287.

TUOMARLA Ulla, 2014. La recontextualisation et la circulation d'insultes dans les médias: le cas des commentaires des lecteurs sur des articles/ vidéos publiés en ligne. *Cahiers de praxématique* 63, <<http://praxématique.revues.org/2420>>.

TURKLE Sherry, 1984. *The Second Self: Computers and the Human Spirit*. Cambridge MA: MIT Press. Tradução para o português. *O segundo eu: os computadores e o espírito humano*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

_____. 1995. *Life on the Screen*. Cambridge MA: MIT Press. Tradução para o português. *A vida no ecrã: a identidade na era da internet*. Lisboa: Relógio D'Água, 1997.

_____. 2015. *Reclaiming Conversation: The Power of Talk in a Digital Age*. London: Penguin Press.

VALENTI Jessica, 24/08/2015. Anita Sarkeesian interview: "The word 'troll' feels too childish. This is abuse". *The Guardian* [site], <<https://www.theguardian.com/technology/2015/aug/29/anita-sarkeesian-gamergate->>.

VANDEBOSCH Heidi e VAN CLEEMPUT Katrien, 2009. Cyberbullying among youngsters. Profiles of bullies and victims. *New Media & Society*, 1-8, p. 1349-1371.

VANDENDORPE Christian, 1999. *Du papyrus à l'hypertexte. Essai sur les mutations du texte et de la lecture*. Montréal/Boréal/Paris: La Découverte.

_____. 2015. L'hypertexte : vers un nouveau rapport à la lecture et au monde. IN: C. Angé (org.) *Les objets hypertextuels. Pratiques et usages hypermédiatiques*. Londres, ISTE Éditions, p. 29-52.

VIAL Stéphane, 2013. *L'être et l'écran. Comment le numérique change la perception*. Paris, PUF.

_____. 2014. Critique du virtuel: en finir avec le dualisme numérique. *Psychologie Clinique* 37, p. 38-51.

VINOGRADOV Luc, 08/02/2017. Répondre à un troll en allant le chercher jusque chez ses parents. *Big Browser* [blog], www.lemonde.fr/big-browser/article/2017/02/08/repondre-a-un-troll-en-allant-le-chercher-jusque-chez-ses-parents_5076649_4832693.html>.

VITALI Rosati Marcello, 2012. Une éthique appliquée? *Éthique publique* 14-2, <<http://ethiquepublique.revues.org/995>>.

VON MÜNCHOW Patricia, 2004. Le discours rapporté dans un forum de discussion sur l'internet. *Les Carnets du Cediscor* 8, <<http://cediscor.revues.org/702>>.

VOUILLOUX Bernard, 2013. Lire, voir. La co-implication du verbal et du visuel. *Textimage*, Varia 3, <http://www.revue-textimage.com/07_varia_3/vouilloux6.html>.

VUILLEMIN Alain, 1999a. Littérature et informatique : de la poésie électronique aux romans interactifs. *Revue de l'EPI* 94, 51-64.

WALRAVE Michel, DEMOULIN Marie, WANNES Heirman e VAN DER PERRE Aurélie, 2009. *Cyberharceèlement: risque du virtuel, impact dans le réel*. Rapport pour l'Observatoire des droits de l'internet (Ministère des Affaires économiques de Belgique).

WILLARD Nancy, 2007a. *Cyberbullying and Cyberthreats: Responding to the Challenge of Online Social Aggression, Threats, and Distress*. Champaign Illinois: Research Press.

_____ 2007b. *Cyber-Safe Kids, Cyber-Savvy Teens: Helping Young People Learn To Use the Internet Safely and Responsibly*. San Francisco: John Wiley & Sons.

WILLIAMS Robin e EDGE David, 1996. The Social Shaping of Technology. *Research Policy* 25, p. 865-899.

YAHIAOUI Leila, PRIE Yannick e BOUFAIDA Zizette, 2008. Redocumentation des traces d'activité médiée informatiquement dans le cadre des transactions communicationnelles. *Actes d'IC* 2008, p. 197-209.

ZAPPAVIGNA Michele, 2011. Ambient affiliation: A linguistic perspective on Twitter. *New Media & Society* 13(5), p. 789-806.

_____ 2012. *Discourse of Twitter and Social Media*. London: Bloomsbury Academic.

ZELDMAN Jeffrey, 2013. Why the links are bleu? *A List Apart* [blog] <<http://alistapart.com/blog/post/why-are-links-blue>>.

ZLITNI Sami e LIENARD Fabien, 2013 (org.). *La communication électronique en questions*. Berne, Peter Lang.

SOBRE A AUTORA



Marie-Anne Paveau

Marie-Anne Paveau é professora de ciências da linguagem na *Université Sorbonne Paris Nord - Paris 13* e membro da equipe *7338 Pléiade*. Ela trabalha em teoria do discurso com uma abordagem transdisciplinar (filosofia, antropologia, ciências cognitivas, ciências da informação e da comunicação, *internet studies*, *animal studies*, *plant studies*). Além disso, desenvolve uma análise do discurso que integra ambientes tecnológicos, corporais, animais e vegetais à produção do discurso numa perspectiva pós-dualista e ecológica. Suas linhas de pesquisa atualmente centram-se nos seguintes aspectos:

- desenvolvimento de uma análise do discurso interseccional: articulação entre a análise do discurso, teorias do gênero / epistemologia feminista e estudos decoloniais, integração de teorias linguísticas populares e a dimensão ética à teoria da linguagem;
- projeto de uma pós-linguística, integrando discursividades para além do humano (objetos, animais, plantas) numa abordagem ecológica e descentrada da linguagem (considerando o discurso no conjunto da vida humana, fundamentada numa perspectiva pluricêntrica e pluriversalista da produção de sentido);
- consolidação da análise do discurso digital, a partir de enunciados nativamente digitais, baseada na concepção de unidades languageiras on-line como conjunto composto de técnica e linguagem (tecnolinguagem, tecnodiscurso) e enquanto lugar de fusão entre imagem e texto como condutores de sentido.

Principais obras:

2020. *Linguística folk: uma introdução*. Orgs.: Roberto Baronas, Tamires Conti e Julia Lourenço. Araraquara: Letraria.

2017. *L'analyse du discours numérique. Dictionnaire des formes et des pratiques*. Paris, Hermann.

2014. *Le discours pornographique*. Paris, La Musardine.

2013. *Langage et morale. Une éthique des vertus discursives*. Limoges, Lambert-Lucas. Tradução brasileira: Ivone Benedetti. Linguagem e moral: uma ética das virtudes discursivas. Campinas: Pontes, 2015.

2008. *La langue française. Passions et polémiques*. Paris, Vuibert, com Laurence Rosier.

2006. *Les prédiscours. Sens, mémoire, cognition*. Paris, Presses Sorbonne nouvelle. Tradução brasileira: Graciely Costa e Débora Masmann. Os pré-discursos. Sentido, memória e cognição. Campinas: Pontes, 2013.

2003. *Les grandes théories de la linguistique*. Paris, A. Colin, com Georges Élia Sarfati. Tradução brasileira: As grandes teorias da Linguística. Tradução: Maria do Rosário Gregolin *et al.* São Carlos: Editora Claraluz, 2006.

SOBRE OS/AS TRADUTORES/AS

Ana Carolina Vilela-Ardenghi

Possui graduação em Letras pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2004), mestrado em Linguística pela Universidade Federal de Uberlândia (2007) e doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (2014). É professora na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem (PPGEL-UFMT). Atualmente, é coordenadora da área de Língua Portuguesa do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) na UFMT. Atua principalmente nas sub-áreas de Análise do Discurso e de Ensino de Língua Portuguesa. É membro do Centro de Pesquisa FEStA (Fórmulas e Estereótipos: Teoria e Análise), com sede na Unicamp, e do Círculo de Estudos do Discurso (CED), com sede na UFU.

André William Alves Assis

É professor na Universidade Estadual de Maringá (UEM), no Departamento de Língua Portuguesa (DLP). Possui Pós-doutorado em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina - UEL/CAPES-PNPD (2017). Doutorado em Linguística pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG (2015), com período de doutorado sanduíche (CAPES/PDSE) na Université Paris-Sorbonne (Paris IV), sob orientação do Prof. Dominique Maingueneau. Mestrado em Letras pela Universidade Estadual de Maringá - UEM (2013). Especialização em Língua Portuguesa - Teoria e Prática, pelo Instituto Paranaense de Ensino e Faculdades Maringá (2010). Graduação em Letras, com habilitações Português/Inglês e respectivas literaturas, pela Universidade Estadual de Maringá - UEM (2009). Graduação em Letras com habilitações Português/Libras, pela Faculdade Eficaz (2013). Integra o NAD - Núcleo de Análise do Discurso (NAD/FALE/UFMG), o FEStA - Fórmulas e Estereótipos: Teoria e Análise (FEStA/UNICAMP), e o GEPOMI - Grupo de Estudos Políticos e Midiáticos (GEPOMI/UEM). Lidera o grupo de pesquisa “Gêneros textuais/discursivos e ensino-aprendizagem de línguas” e coordena o projeto de pesquisa “Gêneros de texto e ensino-aprendizagem de línguas” (UNILA/CNPq).

Atilio Butturi Junior

Doutorado em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (2012). Realizou estágio pós-doutoral no IEL/UNICAMP (2014-2015) e estágio pós-doutoral na Faculdade de Filosofia da Ciência da Universidade Nova de Lisboa (2017-2018), com bolsa da CAPES-Brasil, sob supervisão do Prof. Dr. José Luís Câmara Leme. É professor Adjunto da UFSC, líder do Grupo de Estudos no Campo Discursivo (UFSC CNPq) e membro do Grupo de Pesquisa A condição Corporal (PUC- SP CNPq) e do Núcleo de Estudos em Linguística Aplicada (NELA UFSC CNPq). É editor-chefe da revista Fórum Linguístico, docente do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSC e do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFFS. É, atualmente, bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq (PQ2).

Breno Rafael Martins Parreira Rodrigues Rezende

Doutorando em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Mestre em Estudos Linguísticos pela mesma universidade (com apoio financeiro da FAPEMIG). Graduado em LETRAS Português/ Espanhol pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Em 2017, atuou como professor voluntário no Curso de Letras da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Em 2015, foi professor celetista do Curso de Pedagogia da Universidade de Uberaba (UNIUBE). Em 2010, atuou como professor de Redação no Cursinho de Educação Popular (CEP). Foi estagiário bolsista do PIBID-Espanhol e petiano bolsista dos cursos de Letras da UFTM. Trabalhou na banca de correção de redações do Colégio Cenecista Dr. José Ferreira. Se interessa, particularmente, pelas teorias do discurso de linha francesa. Suas pesquisas relacionam o quadro teórico-metodológico da Análise do Discurso de linha francesa, a AD, com textos veiculados na Web.

Fernanda Mussalim

Possui graduação em Letras pela Universidade Estadual de Campinas (1987), Mestrado (1996), Doutorado (2003), Pós-doutorado (2009) e Pós-doutorado Sênior (2018) em Linguística pela mesma universidade. Realizou Missão de Pesquisa (2013) na Université Paris-Sorbonne - Paris IV, França, sob a supervisão de Dominique Maingueneau e Estágio de Pós-doutorado Sênior no exterior (2018), junto ao Centro de Neurociências, Psicologia e Comportamento da Universidade de Leicester, Inglaterra, sob a supervisão de Briony Pulford. É Professora Titular da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), atuando na graduação e pós-graduação, e coordenadora do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da mesma universidade. Foi

Honorary Visitor Fellow (2018) na Universidade de Leicester, Inglaterra e é pesquisadora colaboradora do Programa de Pós-graduação em Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). É líder do Grupo de Pesquisa CED (Círculo de Estudos do Discurso), membro do CEPERP (Centro de Pesquisa em Ensino de Língua Portuguesa), ambos filiados à Universidade Federal de Uberlândia, e membro do Centro de Pesquisa FEsTA (Fórmulas e estereótipos: teoria e análise), filiado ao Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Análise do Discurso e interface com a Neurolinguística e as Ciências Cognitivas em geral. Atualmente, realiza pesquisas em torno dos seguintes temas: autoria; processos editoriais; constituição de posicionamentos discursivos no campo da arte (abrangendo literatura e música); relações entre estilo e ethos; gêneros do discurso e ensino; pré-discursos e cognição distribuída. É coordenadora da coleção “Tradução de Estudos Linguísticos” da Editora da UFU (EDUFU); membro do Conselho Editorial da Cortez Editora (na área de Linguagem) e dos conselhos editoriais das seguintes revistas científicas: Revista da ABRALIN; Língua(gem) em Discurso - UNISUL; Cadernos de Estudos Linguísticos - IEL, UNICAMP; Letras & Letras - UFU; Linguagem - UFSCar; Percursos Linguísticos - UFES; Todas as Letras - MACKENZIE; e Coleção Mestrado em Linguística - UNIFRAN. É membro das seguintes sociedades científicas: GEL (Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo); ABRALIN (Associação Brasileira de Linguística); ALFAL (Associação de Linguística de Filologia da América Latina); e ALED (Associação latino-americana de Estudos do Discurso). É bolsista PQ - nível 2 - pelo CNPq.

Ida Lucia Machado

Mestre em Língua e Literatura Francesa pela USP, Doutora em Letras pela Universidade de Toulouse II (França), hoje Univ. Jean Jaurès. Dois pós-doutorados em Análise do Discurso em Paris XIII e Paris III (França). Professora na Universidade Federal de Ouro Preto, de 1982 a 1992. Professora de língua e literatura francesa na UFMG de 1992 a 2012. Nesse meio tempo fundou e é membro do Núcleo de Análise do Discurso da FALE/UFMG. É uma das professoras pioneiras no PosLin/FALE/UFMG, na implantação de cursos e pesquisas em Análise do Discurso. Foi a primeira professora desse Programa a atuar como Coordenadora em dois Projetos da Capes/Cofecub (1994-2008), ligando a UFMG a Univ. de Paris XIII. Atualmente ministra cursos e orienta mestrandos e doutorandos na Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da FALE/UFMG e é, com o Prof. Dominique Ducard (CEDITEC/Fr) coordenadora de um Acordo entre a UFMG e Paris-Est-Créteil. Suas pesquisas, que

tomam sobretudo por base os estudos de análise do discurso semiolinguística são centradas em: narrativas de vida, estratégias discursivas (ironia, paródia e outros), trajetória social, mudanças de classe e conflitos de identidades em diferentes indivíduos. É bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

Julia Lourenço Costa

Pesquisadora de pós-doutorado na Universidade Federal de São Carlos e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (UFSCar - FAPESP 2017/12792-0) sob a supervisão do Prof. Roberto Baronas, com período de estágio de pesquisa (BEPE - FAPESP 2018/18860-0) sob a supervisão da Profa. Marie-Anne Paveau. Mestre (2013) e Doutora (2017) em Semiótica e Linguística geral pela Universidade de São Paulo (USP) sob a orientação da Profa. Norma Discini, também com período de estágio no exterior (PDSE-Capes / 2014) sob a orientação do Prof. Dominique Maingueneau. Graduada em Licenciatura plena em Letras Português/Inglês na UFSCar (2011). Desenvolve pesquisas em Análise do discurso e Semiótica - ambas de linha francesa - tendo maior interesse pelas abordagens do discurso digital nas diversas interfaces com os movimentos sociais, especialmente aqueles ligados aos feminismos. Membro do grupo de pesquisa Mulheres em Discurso (MulherDis-UNICAMP); do Grupo de Estudos Semióticos da Universidade de São Paulo (GES-USP) e do Laboratório de Estudos Epistemológicos e Discursividades Multimodais (LEEDiM-UFSCar). Editora assistente na revista *Linguagem* e na revista da ANPOLL.

Juliana da Silveira

Doutora em Letras pela Universidade Estadual de Maringá (UEM-PR), na área de Estudos Linguísticos: Estudos do Texto e do Discurso, com período sanduíche na Université Paris 13, dirigido pela linguista Marie-Anne Paveau, com auxílio financeiro da CAPES. Mestre em Letras e graduada em Letras Português-Francês, pela Universidade Estadual de Maringá (UEM-PR). Atualmente é pesquisadora PNPd - Programa Nacional de Pós-doutorado da CAPES, no Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). É membro do Contradit - Coletivo de Trabalho Discurso e Transformação e Integra o Grupo de Pesquisa Produção e Divulgação do conhecimento (UNISUL). Suas pesquisas centram-se nos estudos do texto e do discurso, com foco na materialidade digital. Dedicar-se, no momento, ao projeto experimento O Rumor da rede, envolvendo pesquisa, ensino e divulgação de ciência por meio de experiências de escrita audiovisuais em espaços enunciativos informatizados.

Leticia Moreira Clares

Bacharela e mestra em Linguística pela UFSCar, é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Linguística da mesma universidade e atua na área de tratamento editorial de textos. Com apoio nas atividades do Grupo de Pesquisa Comunica - inscrições linguísticas na comunicação (UFSCar/CEFET-MG) e do Laboratório de Escritas Profissionais e Processos de Edição (Labeppe-UFSCar/CEFET-MG), desenvolve pesquisa sobre gestão da autoria em periódicos (Fapesp), estudando as atividades de mediação editorial na editoração científica. Em 2020, esteve vinculada à École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris e ao Centre d'Étude des Mouvements Sociaux, onde fez seu doutorado sanduíche (Bepe-Fapesp) sob supervisão do Prof. Dr. Johannes Angermuller e no âmbito do Grupo de Pesquisa Disconex.

Leticia Santana Gomes

Doutoranda e Mestra em Estudos de Linguagens pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), onde também se bacharelou em Letras (Tecnologias de Edição) como editora de livros. É também licenciada em Letras - Língua Portuguesa. É integrante do Piim - Pesquisas Interdisciplinares em Informação Multimídia e do grupo de pesquisas Narrar-se. Desenvolve pesquisas em Análise do Discurso, com ênfase em Narrativas de Vida. Tem experiência em estudos sobre mercado editorial, com destaque aos/as editores/as independentes. Atualmente, é pesquisadora e bolsista do CEFET-MG e escreve a sua tese de Doutorado em Análise do Discurso, relacionada às narrativas de vida de mulheres, editoras, independentes na Argentina, Brasil e França.

Lígia Mara Boin Menossi Araújo

Doutora em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e professora adjunta do Departamento de Letras da mesma instituição. É editora de seção da revista eletrônica Linguasagem da UFSCar.

Luciana Carmona Garcia

Docente pesquisadora e coordenadora do Programa de Pós-graduação em Linguística Universidade de Franca.

Luciana Lima Alcântara

Doutoranda em Ciências da Informação e da Comunicação na Universidade Le Havre Normandie e integrante do Laboratório *Identité et Différenciation de l'Espace, de l'Environnement et des Sociétés* (IDESS).

Manuel José Veronez de Sousa Júnior

Graduou-se no curso de Letras (2010), com licenciatura plena em Português/Francês e suas respectivas literaturas, pela Universidade Federal de Uberlândia - com bolsa CNPq/PIBIC de Iniciação Científica (IC) no Instituto de Filosofia (IFILO/UFU). Mestre em Letras - Teoria Literária (2012) pela Universidade Federal de Uberlândia, com bolsa FAPEMIG. Doutor em Estudos Linguísticos (2018) também pela Universidade Federal de Uberlândia, com bolsa CAPES. Realizou, de 1º de março de 2017 a 28 de fevereiro de 2018, estágio de doutorado sanduíche no exterior (com bolsa PDSE-CAPES Processo 88881.136163/2017-01) na Université Paris-Sorbonne (Paris IV), França, sob a co-orientação do Prof. Dr. Dominique Maingueneau. Atualmente, é Pós-doutorando em Linguística na Universidade Federal de Uberlândia, bolsista CAPES/PNPD. É membro do Grupo de Pesquisa Círculo de Estudos do Discurso (CED), certificado pelo CNPq (início 2010), liderado pela Profa. Dra. Fernanda Mussalim, e também membro associado do GEL (Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo).

Márcio Antonio Gatti

Professor no Departamento de Ciências Humanas e Educação (DCHE) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) - Campus de Sorocaba e docente permanente e do Programa de Pós-graduação em Estudos da Condição Humana (PPGECH). Pesquisa o discurso humorístico e o funcionamento das mídias digitais e redes sociais. É graduado em Letras (Unicamp - 2004), mestre (Unicamp - 2007) e doutor (Unicamp - 2013) em Linguística.

Marco Antonio Almeida Ruiz

Bacharel, Mestre e Doutor em Linguística pela UFSCar. É, também, Doutor em Sociologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) de Paris e pós-doutorando em estudos linguísticos na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo com o apoio da Fapesp (Processo número 2020/10660-1).

Mariana Luz Pessoa de Barros

Docente do Departamento de Letras da Universidade Federal de São Carlos, vice-presidente do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo (GEL) e líder do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Semiótica da Universidade Federal de São Carlos (PISCar). É mestre (2006) e doutora (2011) em Semiótica e Linguística Geral pela Universidade de São Paulo, realizou estágio de doutorado-sanduíche na

Université Paris 8, e possui pós-doutorado em Linguística (2016) pela Universidade de São Paulo. Entre suas publicações, encontram-se o livro *O discurso da memória: entre o sensível e o inteligível* (2012) e artigos sobre semiótica, tempo, memória e autobiografia.

Mariana Morales da Silva

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos (Capes). Realizou doutorado sanduíche na Universitat Pompeu Fabra, Barcelona (Capes PrInt). Mestre em Educação pela Universidade de São Paulo e pedagoga pela mesma instituição. Atua na Educação Básica pública e Ensino Superior.

Oriana de Nadai Fulaneti

Professora adjunta do Departamento de Língua Portuguesa e Linguística da Universidade Federal da Paraíba - DLPL/UFPB. Membro do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba - Proling/UFPB.

Paula Camila Mesti

Possui doutorado em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFS-Car). É membro do Laboratório de Estudos Epistemológicos e de Discursividades Multimodais (LEEDiM - UFSCar/CNPq). É secretária executiva da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL). É Professora Colaboradora na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR - Campo Mourão) e na Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Renata de Oliveira Carreon

Formada em Letras português/espanhol (UFSCar), mestrado e doutorado em Linguística (UFSCar). Atualmente professora colaboradora da Universidade Estadual de Ponta Grossa (DEEL/UEPG).

Roberto Leiser Baronas

Professor do Departamento de Letras da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Graduado em Letras (1994) pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e Doutor em Linguística e Língua Portuguesa (2003) pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Durante o ano de 2003, fez seu doutorado “sanduíche” na Universidade Paris Est – Créteil – Val de Marne – França, no Centro de Estudos de Discursos, Imagens, Textos, Escritos e Comunicação – CÉDITEC (2003). Pós-doutorado no Programa de Pós-graduação em Linguística

Aplicada e Estudos da Linguagem/LAEL na Faculdade de Filosofia, Comunicação, Artes e Letras da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). É um dos coordenadores do *Laboratório de Estudos Epistemológicos e Discursividades Multimodais* (LEEDiM/UFSCar) e coordenador da Unidade de Pesquisa em Linguística Popular – UPLiP/UFSCar. Editor chefe da revista *Linguagem* – Revista Eletrônica de Popularização Científica em Ciências da Linguagem PPGL/UFSCar. Seus estudos têm como foco a análise do discurso, o discurso político, a linguística popular e a epistemologia e da história da linguística brasileira.

Samuel Ponsoni

Graduado em Letras, Mestre e Doutor em Linguística, pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar (2015). Atualmente, é professor Designado na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Unidade Passos. Coordena, nessa mesma universidade, o laboratório de estudos e pesquisas intitulado Laboratório Interdisciplinar de Comunicação, Discurso, Acontecimento e Memória (LABIAM – UEMG/CNPq).

Sírio Possenti

Licenciado em Filosofia (1966) e tem mestrado (1977) e doutorado (1986) em Linguística. É professor titular no Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas. Estuda humor. Tem interesse pelos discursos jornalístico e publicitário. Dedicar-se aos textos breves, especialmente a piadas, pequenas frases e fórmulas. Orientou mais de 50 dissertações e teses.

Tamires Cristina Bonani Conti

Desenvolve doutorado sanduíche na Université Paris-Est Créteil - UPEC, com supervisão de Dominique Ducard, cujo projeto é ligado, no Brasil, ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSCar e tem apoio da Fapesp. Desenvolveu pesquisa de mestrado na mesma universidade. Fez parte deste mestrado (sanduíche) na Université Sorbonne Nouvelle - Paris 3, sob supervisão de Dominique Legallois (com apoio da Fapesp). É formada em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (2014). Fez intercâmbio acadêmico de graduação na Universidad de Buenos Aires (2013/1). Foi bolsista de Iniciação Científica da FAPESP (2011-2012) e também do CNPq (2014). É integrante do Grupo de Estudos “Laboratório de Estudos Epistemológicos e de Discursividades Multimodais” (LEEDiM/ UFSCar).

Wander Emediato

Professor Titular da UFMG. Graduação em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais (1992), mestre em Estudos Linguísticos pela UFMG (1996) , doutor em Ciências da Linguagem pela Universidade de Paris XIII (Paris-Nord, orientação P. Charaudeau) (2000), com dois pós-doutorados (2010-2011 e 2017-2018) pela Universidade de Lyon II (Laboratoire ICAR/CNRS, com Christian Plantin e Alain Rabatel). Atua na área de Língua Portuguesa do Texto e do Discurso. Foi coordenador do curso de Letras em 2005/2006, coordenador da área de Língua Portuguesa da Faculdade de Letras da UFMG (2008-2010-2011/2017) e vice-diretor da Faculdade (gestão 2005/2010). Credenciado no Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da Fale-UFMG, área de Linguística do texto e do discurso. Líder do Grupo de Pesquisa em Análise do Discurso do CNPq. Coordenador do Núcleo de Análise do Discurso da UFMG. Ex-delegado regional da ALED no Brasil (Associação Latino-americana de Estudos do Discurso) por dois mandatos - período 2009-2013. Atual coordenador do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da UFMG - POSLIN (2019-2021).

